

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE CAMPINAS  
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS APLICADAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO DOUTORADO  
LINHA DE PESQUISA:  
FORMAÇÃO DE PROFESSORES E PRÁTICAS PEDAGÓGICAS**

**IMPERTINÊNCIA DA AVALIAÇÃO EM LARGA ESCALA EM CURSO DE  
CIÊNCIAS CONTÁBEIS A PARTIR DO ENADE**

**JOSÉ VICENTE DE SOUZA FILHO**

**CAMPINAS**

**SETEMBRO/2022**

**JOSÉ VICENTE DE SOUZA FILHO**

**IMPERTINÊNCIA DA AVALIAÇÃO EM LARGA ESCALA EM CURSO DE  
CIÊNCIAS CONTÁBEIS A PARTIR DO ENADE**

Tese de Doutorado, apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação, da Pontifícia Universidade Católica de Campinas – SP, no Centro de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, como parte dos requisitos para obtenção do título de Doutor em Educação na Linha de Pesquisa: Formação de Professores e Práticas Pedagógicas.

**Orientadora:** profa. Dra. Celi Espasandin Lopes

**CAMPINAS**

**SETEMBRO/2022**

Ficha catalográfica elaborada por Adriane Elane Borges de Carvalho CRB 8/9313  
Sistema de Bibliotecas e Informação - SBI - PUC-Campinas

378  
S729i

Souza Filho, José Vicente de

Impertinência da avaliação em larga escala em curso de ciências contábeis a partir do ENADE / José Vicente de Souza Filho. - Campinas: PUC-Campinas, 2022.

270 f.: il.

Orientador: Celi Espasandin Lopes; Coorientador: Maria Auxiliadora B. A. Megid.

Tese (Doutorado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Centro de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas, 2022.

Inclui bibliografia.

1. Ensino Superior - Avaliação. 2. Prática de ensino. 3. ENADE. I. Lopes, Celi Espasandin. II. Megid, Maria Auxiliadora B. A. III. Pontifícia Universidade Católica de Campinas. Centro de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas. Programa de Pós-Graduação em Educação. IV. Título.

CDD - 22. ed. 378



PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE CAMPINAS  
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS APLICADAS

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU*  
EM EDUCAÇÃO

---

**JOSÉ VICENTE DE SOUZA FILHO**

**IMPERTINÊNCIA DA AVALIAÇÃO EM LARGA ESCALA EM  
CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS A PARTIR DO ENADE**

Este exemplar corresponde à  
redação final da Tese de Doutorado em Educação da  
PUC-Campinas, e aprovada pela Banca Examinadora.

APROVADA: 20 de setembro de 2022.

DRA. CELI ESPASANDIN LOPES  
Presidente (PUC-CAMPINAS)

DRA. JUSSARA CRISTINA BARBOZA TORTELLA (PUC-CAMPINAS)

DRA. MONICA PICCIONE GOMES RIOS (PUC-CAMPINAS)

DRA. MARIA AUXILIADORA BUENO ANDRADE MEGID (GEPFPM/UNICAMP)

DR. GIDEON CARVALHO DE BENEDICTO (UFLA)



## DEDICATÓRIA

Aos meus pais José Vicente e Maria José pela preciosa família que formaram, mesmo não possuindo o dom do letramento, sempre permitiram o livre caminhar em prol da EDUCAÇÃO dos seus filhos.

Aos meus irmãos que de alguma forma contribuíram para o meu crescimento como pessoa.

À minha esposa Sueli, pelo apoio incondicional aos nossos projetos, esteio da nossa família nos diversos momentos de minha ausência.

Aos filhos Marcus Vinícius e Janaina Cristina, a nora Mychelly e os netos Maria e Francisco que chegaram durante a longa jornada de estudos, tornando-a, com certeza, mais leve, sensível e amigável.

A Manoel Floriano de Oliveira (in memorian), até nesse momento suas palavras muito têm me incentivado, mostrando que o caminho do conhecimento e da caridade, leva a descobertas sublimes, e isto será carregado por mim para a vida eterna.

A Maria de Lourdes Costa de Souza, nossa eterna Tia Lia (in memorian) pelas orações que sempre nos fortaleceram nos momentos de fraqueza.

## **AGRADECIMENTOS**

A Deus nosso pai, que com sua compaixão, poder e bondade me deu forças, quando não as tinha para a realização desta pesquisa, colocando em minha companhia pessoas caridosas que de algum modo puderam contribuir para a concretização deste feito. A ele toda honra e glória.

Aos queridos (as) professores (as) Dr. Samuel Mendonça em incentivar-me a participar do exame de seleção, à professora Me. Maria Cristina na inserção da pesquisa na internet, ao professor Me. Carlos Marshal na contribuição com a pesquisa relativa ao ranking, ao professor Me. José Wilson Moretti na formatação dos gráficos de análise da avaliação em larga escala, à professora Cris Feltre na construção da formatação final da tese.

À PUC Campinas pela confiança na concessão dos recursos necessários para o meu desenvolvimento como docente e aos funcionários que ajudaram em levantamento de dados.

À professora Dra. Mônica Piccione Gomes Rios na construção do mapa conceitual da pesquisa, pessoa amiga e generosa.

À professora Dra. Dora Megid orientadora na construção da qualificação da pesquisa, pela aceitação deste desafio, a ela minha gratidão por tudo que me transmitiu e pela pessoa que é.

À professora Dra. Celi Espasandin Lopes pelo desafio de levar adiante a orientação deste pesquisador.

Ao professor Dr. Gideon Carvalho de Benedicto pela revisão minuciosa, qualificadora e construtiva da pesquisa.

À dedicação e ao empenho da equipe de funcionários e professores doutores do PPGE- PUC Campinas SP que ministram as disciplinas do Programa os quais sempre procuram promover inquietações, que foram fundamentais na condução desta pesquisa.

Aos colaboradores do Centro de Economia e Administração – CEA da PUC Campinas pela atenção dispensada nas contribuições em levantamento de dados.

Aos egressos da Faculdade de Ciências Contábeis, relativos aos anos 2012 – 2015 e 2018, ao aceitarem participar efetivamente das pesquisas.

Aos docentes da Faculdade que participaram da pesquisa, meu eterno agradecimento.

## RESUMO

O presente estudo, vinculado à Linha de Pesquisa Formação de Professores e Práticas Pedagógicas e ao Grupo de Pesquisa Formação e Trabalho Docente, busca analisar as avaliações em larga escala do Ensino Superior, mais especificamente o Exame Nacional de Desempenho de Estudante (Enade), um dos componentes do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes), e o Exame de Suficiência do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), tendo em vista entender o impacto delas no contexto educacional brasileiro; analisar os resultados das avaliações externas em larga escala promovidas pelo Sinaes e pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC, observando a aderência de conhecimentos e competências exigidas pela Diretriz Curricular Nacional – DCN, pelo Projeto Pedagógico de Curso – PPC, pelos editais do Exame Nacional de Desempenho de Estudantes – ENADE e pelo Exame de Suficiência do Conselho Federal de Contabilidade – CFC. Para tanto, ancorou-se nas concepções de várias gerações de avaliação em larga escala, propostas por Egon G. Guba, Yvonna S. Lincoln. Por metodologia, foram, inicialmente, realizadas uma pesquisa documental e uma grande consulta acerca da proposta nas bases de dados disponíveis tais como BDTD, SciELO, bem como uma análise nos documentos pertinentes ao tema. Na sequência aplicados questionários a 130 alunos egressos do referido curso, no período de 2012, 2015 e 2018, que realizaram ambas as avaliações (Enade e CFC) e com 12 professores em exercício docente em 2020. Tais questionários, posteriormente foram tabulados e comentados. Seguindo os parâmetros da Análise de Conteúdo, propostos por Bardin, para correlacionar os objetos de conhecimento requeridos pelos editais desses exames e a matriz curricular do curso. Os resultados evidenciam que as motivações dos alunos para a participação dos exames são diferentes, pois, enquanto o resultado do CFC tem um impacto maior na vida do estudante, já que lhe garante a obtenção do registro profissional e o exercício pleno da profissão, o resultado do Enade traz mais consequências para as IES, uma vez que classifica a Instituição de Ensino a partir da prova aplicada ao estudante. Sendo assim, muitas IES têm buscado realizar ações que conscientizem os acadêmicos da importância do comprometimento deles, ao realizar o Enade. Verificou-se também que os componentes avaliativos propostos pelos editais do Enade 2012, 2015 e 2018 e pelo CFC são compatíveis com aqueles ofertados no Projeto Pedagógico do curso de Ciências Contábeis da PUC-Campinas, em que se conclui que seus egressos são preparados adequadamente para realizar tais exames e enfrentar o mercado de trabalho. Ademais, constata-se que ranquear as IES, tendo por base o desempenho do aluno no Enade, pode reverberar numa escolha equivocada por parte do aluno, por qual IES pretende cursar.

**Palavras-chave: Exame de Suficiência, Projeto Pedagógico, SINAES.**

## **ABSTRACT**

The present study, linked to the Research Line Teacher Training and Pedagogical Practices and the Research Group Training and Teaching Work, seeks to analyze the large-scale evaluations of Higher Education, more specifically the National Student Performance Exam (Enade), a the components of the National Higher Education Assessment System (Sinaes), and the Federal Accounting Council (CFC) Sufficiency Exam, with a view to understanding their impact on the Brazilian educational context; analyze the results of large-scale external evaluations promoted by Sinaes and the Federal Accounting Council - CFC, observing the adherence of knowledge and skills required by the National Curricular Directive - DCN, by the Pedagogical Course Project - PPC, by the notices of the National Exam of Student Performance – ENADE and the Federal Accounting Council – CFC Sufficiency Exam. . For that, it was anchored in the conceptions of several generations of large-scale evaluation, proposed by Egon G. Guba, Yvonna S. Lincoln. In terms of methodology, initially, a documental research was carried out and a large consultation about the proposal in the available databases such as, BDTD, SciELO, as well as an analysis of the documents relevant to the topic. Subsequently, questionnaires were applied to 130 students graduating from that course, in the period of 2012, 2015 and 2018, who carried out both assessments (Enade and CFC) and with some 12 teachers in office in 2020. Such questionnaires were later tabulated and commented on, following the parameters of Content Analysis, proposed by Bardin, to correlate the objects of knowledge required by the notices of these exams and the curriculum of the course. The results show that students' motivations for participating in the exams are different, because, while the CFC result has a greater impact on the student's life, as it guarantees the obtaining of professional registration and the full exercise of the profession, the result of Enade has more consequences for HEIs, since it classifies the Educational Institution based on the test applied to the student. Therefore, many HEIs have sought to carry out actions that make academics aware of the importance of their commitment when carrying out the Enade. It was also verified that the evaluative components proposed by the 2012, 2015 and 2018 notices of Enade and by the CFC are compatible with those offered in the Pedagogical Project of the Accounting Sciences course at PUC-Campinas, in which it is concluded that its graduates are adequately prepared to perform such exams and face the job market. In addition, it appears that ranking the HEIs, based on the student's performance in Enade, can reverberate in a wrong choice on the part of the student, which HEI he intends to attend.

Keywords: Sufficiency Exam, Pedagogical Project, SINAES.

## LISTA DE FIGURAS E GRÁFICOS

FIGURA	TÍTULO	PAGINA
Figura 1	Composição do CPC	57
Figura 2	Composição do IGC-SINAES	60
GRÁFICO	TÍTULO	PAGINA
Gráfico 1	Faixa etária dos respondentes	90
Gráfico 2	Formação em Nível Médio	91
Gráfico 3	Situação empregatícia	92
Gráfico 4	Situação empregatícia na área	92
Gráfico 5	Situação empregatícia anterior à graduação	93
Gráfico 6	Percepção sobre a influência da graduação	94
Gráfico 7	Percepção sobre a influência do curso no preparo profissional	95
Gráfico 8	Importância dos conteúdos tratados no curso para a carreira	95
Gráfico 9	Aprimoramento pós finalização da graduação	96
Gráfico 10	Dificuldades encontradas no curso	97
Gráfico 11	Facilidades ofertadas pelo curso	98
Gráfico 12	Ano de participação no Enade	98
Gráfico 13	Ano de participação no CFC	99
Gráfico 14	Avaliação do egresso sobre o Enade	99
Gráfico 15	Avaliação do egresso sobre o CFC	100
Gráfico 16	Avaliação sobre a obrigatoriedade do Enade	100
Gráfico 17	Avaliação sobre a necessidade do CFC	101
Gráfico 18	Avaliação sobre o uso de calculadora no Enade	101
Gráfico 19	Participação na prova e relação com o fiscal de sala	102
Gráfico 20	Avaliação sobre o tempo destinado à elaboração do Enade	103
Gráfico 21	Avaliação sobre o ranqueamento dos cursos a partir do Enade	104
Gráfico 22	Identificação da faixa etária docente	104
Gráfico 23	Formação no ensino médio	105

Gráfico 24	Formação no ensino superior	105
Gráfico 25	Formação na pós-graduação	106
Gráfico 26	Qual atividade extrassala	106
Gráfico 27	Atuação antes da formação acadêmica	107
Gráfico 28	Razões do ingresso na vida acadêmica	107
Gráfico 29	Qualificação acadêmica para exercício da docência	108
Gráfico 30	Sentir-se preparado para o exercício pleno da docência	108
Gráfico 31	Preparação extra para o exercício da docência	109
Gráfico 32	Necessidade de atualização constante	109
Gráfico 33	Realização de educação continuada	110
Gráfico 34	Conhecimento do PPC	110
Gráfico 35	Conhecimento das atualizações do PPC	110
Gráfico 36	Aplicação de exercícios conforme as avaliações externas	110
Gráfico 37	Grau de interesse na aplicação das avaliações externas	112
Gráfico 38	Importância do Enade na avaliação do curso	112
Gráfico 39	Exame de Suficiência é importante na avaliação do curso	113
Gráfico 40	Enade como componente curricular obrigatório no PPC	113
Gráfico 41	Exame de Suficiência como necessário para o PPC	114
Gráfico 42	Permissão do uso de calculadora no Enade	114
Gráfico 43	Ranqueamento das I.E.S por meio do Enade	115
Gráfico 44	Resultado Enade PUC-Campinas x Brasil 2015	120
Gráfico 45	Composição da carga horária do curso	121
Gráfico 46	Participação dos acadêmicos no Enade	157
Gráfico 47	Notas padronizadas dos exames 2012 e 2015	158
Gráfico 48	Comparativo das notas dos exames 2012 e 2015	161
Gráfico 49	Análise comparativa componente Conteúdo Específico de 2018	163
Gráfico 50	Análise comparativa componente formação geral de 2018	164

Gráfico 51	Análise comparativa Conceito Enade 2015 e 2018	206
Gráfico 52	Comparativo das notas componentes do Enade 2015 e 2018	208
Gráfico 53	Participação do egresso PUC – Campinas no exame de suficiência 2017 a 2021 primeiros e segundos semestres	211

<b>QUADRO</b>	<b>LISTA DE QUADRO E TABELAS TITULO</b>	<b>PAGINA</b>
Quadro 1	Rankings Acadêmicos e Internacionais	48
Quadro 2	Rankings Acadêmicos Nacionais	49
Quadro 3	Composição do indicador RUF	50
Quadro 4	Núcleo de Formação Básica	82
Quadro 5	Núcleo de Formação Profissional	83
Quadro 6	Núcleo de Formação Teórica/Prática	84
Quadro 7	Núcleo de Formação Complementar	85
Quadro 8	Carga horária do curso	85
Quadro 9	Componentes curriculares – Enade 2012	117
Quadro 10	Componentes curriculares – Enade 2015	118
Quadro 11	Componentes curriculares – Enade 2018	119
Quadro 12	Componentes curriculares – Enade 2015	123
Quadro 13	Comparativo de notas CPC 2012 e 2015	160
Quadro 14	Componentes curriculares – Enade 2018.	167
Quadro 15	Comparativo de notas do curso de Ciências Contábeis, Campus I	208
Quadro 16	Percentuais de aprovação no exame de suficiência	210
Quadro 17	Componentes curriculares – Suficiência CFC 2012	212
Quadro 18	Componentes curriculares – Suficiência CFC 2015	212
Quadro 19	Componentes curriculares – Suficiência CFC 2018	213



## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACO	Análise das Condições de Oferta
AVC	Acidente Vascular Cerebral
BDTD	Biblioteca Digital de Teses e Dissertações
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CEA	Centro de Economia e Administração
CEA	Comissão Especial de Avaliação do Ensino Superior
CFC	Conselho Federal de Contabilidade,
CNE/CES	Conselho Nacional de Educação/Câmara de Educação Superior
CNRES	Comissão Nacional para Reformulação da Educação Superior
CONCEP	Conselho de Coordenação Ensino e Pesquisa
CPC	Conceito Preliminar de Curso
CPF	Cadastro de Pessoa Física
CPFL	Companhia Paulista de Força e Luz
CRC	Conselho Regional de Contabilidade
DAU	Departamento de Assuntos Universitários
DCN	Diretriz Curricular Nacional
ENADE	Exame Nacional de Desempenho de Estudante
ENC	Exame Nacional de Cursos
ENEM	Exame Nacional do Ensino Médio
FACECA	Faculdades de Ciências Contábeis, Economia e Administração
FEAO	Faculdade de Ciências Contábeis Econômicas e Administrativas de Osasco
FIA	Faculdade Integrada de Amparo
FITO	Fundação Instituto Tecnológico de Osasco
GEP	Grupo de Estudos e Pesquisas
IDD	Indicador de Diferença entre os Desempenhos Observado e Esperado
IES	Instituições de Ensino Superior
IGC	Índice Geral de Cursos
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
IREG	Observatory on Academic Ranking and Excellence
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MBA	<i>Master Business Administration</i>
MEC	Ministério da Educação e Cultura
MOBRAL	Movimento Brasileiro de Alfabetização
NPCc	Notas Continuas de Conceitos Preliminares de Curso
OCDE	Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico
PAIUB	Programa de Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras
PARU	Programa de Avaliação da Reforma Universitária

PEA	<i>Progressive Education Association</i>
PPC	Projeto Pedagógico de Curso
PPGE	Programa de Pós-Graduação em Educação
PROGRAD	Pró-Reitoria de Graduação – PUC Campinas
PUC – São Paulo	Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
PUC-Campinas	Pontifícia Universidade Católica de Campinas
RMC	Região Metropolitana de Campinas
SINAES	Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
UNE	União Nacional dos Estudantes
UNICAMP	Universidade Estadual de Campinas

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO .....	16
Capítulo 1 - FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA .....	23
1.1 Justificativa .....	23
1.2 Breve Histórico .....	24
1.3 Educação Superior Brasileira: políticas de Governo ou de Estado?.....	32
1.4 Avaliação como processo social e político .....	34
1.5 Gerações de avaliação de sistemas educacionais .....	35
1.5.1 A primeira geração: mensuração .....	35
1.5.2. A segunda geração: descrição .....	37
1.5.3 A terceira geração: julgamento.....	39
1.5.4 A quarta geração: uma abordagem alternativa, a negociação .....	40
1. 6. <i>Rankings</i> acadêmicos da educação superior.....	45
1.6.1 Rankings no mundo acadêmico .....	47
1.7 Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes) .....	52
1. 8. Caminho da avaliação no sistema educacional superior brasileiro .....	53
1.9 Avaliação - indicadores de qualidade.....	55
1.9.1 Conceito Preliminar de Curso - CPC .....	56
1.9.2 Índice Geral de Cursos – IGC .....	58
1.10 Avaliação em larga escala .....	62
1.10.1 Os sentidos da avaliação .....	63
1.10.2 Exame Nacional de Desempenho de Estudante – Enade.....	65
1.10.3 Exame de Suficiência do Conselho Federal de Contabilidade.....	67
1.11 A Ciência Contábil.....	68
1.11.1 O ensino das Ciências Contábeis e sua evolução .....	68
Capítulo 2 - PERCURSO METODOLÓGICO .....	74
2.1 Pesquisa Documental.....	76
2. 2 Universo e amostragem .....	76
2.3 Local e objeto da pesquisa .....	77
2.3.1 O curso de Ciências Contábeis da PUC-Campinas.....	78
2.5 Aplicação de questionário, pesquisa de campo.....	86
2.6 Técnica de Análise de Dados: Análise de Conteúdo.....	86
Capítulo 3 - RESULTADO E DISCUSSÃO.....	88

3.1 Análise da DCN, ENADE, CFC E da Matriz Curricular .....	88
3.1.1 Pesquisa de campo com discentes e docentes do curso de Ciências Contábeis .....	89
3.1.1.1 Pesquisa com discentes.....	90
3.1.1.2 Pesquisa com docentes.....	104
3.1.2 Exame Nacional de Desempenho de Estudantes – Enade .....	116
3.1.2 Estrutura Curricular do curso de Ciências Contábeis da PUC-Campinas .....	120
3.1.3 Comparação das questões do Enade 2012, com a qualidade das questões do Enade 2015 e deste com o ciclo de 2018.....	122
3.1.4 Desempenho no Exame de Suficiência dos concluintes do curso de Ciências Contábeis da PUC – Campinas .....	209
Capítulo 4 - CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	215
REFERÊNCIAS .....	220
APÊNDICE 1 .....	227
APÊNDICE 2 .....	229
APÊNDICE 3 .....	235
APÊNDICE 4 .....	240
APÊNDICE 5 .....	243
APÊNDICE 6 .....	246
ANEXO 1 .....	249
ANEXO 2 .....	255
ANEXO 3 .....	258
ANEXO 4 .....	261
ANEXO 5 .....	264
ANEXO 6 .....	266
ANEXO 7 .....	268

## INTRODUÇÃO

Esta pesquisa visa investigar a respeito das avaliações em larga escala e do seu ranqueamento de IES, com alunos egressos do Curso de Ciências Contábeis da PUC-Campinas.

Principalmente aqueles que finalizaram suas graduações nos anos de 2012, 2015 e 2018 e, entre esses, os que fizeram, nos mesmos períodos, o Exame Nacional de Desempenho de Estudante – Enade, componente curricular obrigatório para obtenção do Diploma, e/ou Exame de Suficiência do Conselho Federal de Contabilidade – CFC, para obtenção do respectivo registro profissional para o exercício pleno das prerrogativas do profissional de contabilidade.

A motivação para esta pesquisa dá-se por conta da minha trajetória de vida. Assim, apresento ao mesmo tempo, uma visita ao passado, um bisbilhotar o presente e imaginar um futuro, em uma expectativa renovada para mais acertos do que erros cometidos ao longo desta minha caminhada.

Meus humildes pais fizeram – e ainda fazem – o impossível para poder dar o mínimo de conforto para os seus. Chegando a hora da escolaridade, pai e mãe foram sempre exigentes com nossa assiduidade e perseverança. Ambos sabem apenas, digamos, desenhar os seus belos nomes, pois, por questão de sobrevivência deles e dos filhos, não puderam estudar. O pai ainda tentou por algum tempo frequentar o então “Movimento Brasileiro de Alfabetização – MOBRAL”.

Eu, ainda garoto, por volta dos 12 anos, pensava no futuro. Como queria ser “alguém na vida”. Terminado o ginásio (hoje 2.<sup>a</sup> etapa do Ensino Fundamental), fiz o exame de admissão para o colegial (hoje Ensino Médio) e, aprovado, iniciei uma nova etapa de estudos. Contudo era para mim insuficiente, queria ser Técnico em Contabilidade. O obstáculo me apareceu, uma vez que próximo à nossa casa havia apenas escola com o curso pago. Seria necessário trabalhar para custear as mensalidades, e meu pai não deixava, a permissão viria somente após os 15 anos.

Superada esta idade, iniciei em 1976 o nobre trabalho de aprendiz de *office boy*, oportunidade do primeiro emprego, conquistada no Instituto *Hans Staden* de Intercambio Cultural Brasil Alemanha. Em 1977, ingressei no Colégio de Aplicação para fazer o sonhado Técnico em Contabilidade.

Em 1979, já formado Técnico em Contabilidade, fui me aventurar a procurar emprego na área. Não foi fácil. Nas poucas oportunidades, as empresas sempre pediam experiência. Acumulei assim uma coleção de “nãos” naquele ano. Em agosto, fiquei sabendo que o Grupo Cobrasma, importante empresa da região oeste de São Paulo, estava contratando.

Candidatei-me, mas, por não ter experiência, a oportunidade foi negada. No entanto, aproveitando a viagem, passei por outra empresa, a Braseixos, atuante no setor metalúrgico que produzia eixos de veículos de transporte pesado, caminhões, ônibus e trens, do mesmo grupo, que também estava contratando. Todavia indicava a necessidade de se ter pelo menos seis meses de experiência.

Um tanto desanimado, tomei coragem e assim questionei a atendente: *“Moça, como poderei ter a experiência que você quer, se ninguém me der uma primeira chance?”* Isso a comoveu e pediu para que eu aguardasse um pouco. Retornou dizendo que daria uma oportunidade para fazer entrevista com os responsáveis pela área requisitante da vaga.

Retornei saltitante: a vaga era minha.

Iniciei, em 1980, minha graduação em Administração. No ano seguinte, precisei interromper, pois havia marcado o casamento para aquele mesmo ano e por motivos financeiros interrompi o curso.

A chegada dos filhos – um casal – o ingresso deles à escola, sempre incentivados por nós, seus pais, adiou os planos da graduação. Estávamos interessados em levar às crianças a consciência da importância do estudo, do tesouro que representa.

Em 1988, consegui retornar aos estudos, agora no curso de Ciências Contábeis, para ampliar o desejo profissional adolescente. Ingressei no curso da Fundação Instituto Tecnológico de Osasco (FITO) – Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas de Osasco (FEAO).

Com 11 anos de empresa, havia entrado como auxiliar de contabilidade, galguei cargos neste período e decidi, em 1990, sair, pretendendo montar um escritório de contabilidade.

À época, minha posição na empresa era de Coordenador Geral de Contabilidade, um aprendizado e um progresso fabulosos. Constituído, o Escritório Marjana não teve sucesso, pois foi atropelado por vários fatores socioeconômicos.

Em 1996, iniciei o Mestrado em Ciências Contábeis e Atuariais, na PUC-São Paulo. Já estava cansado da vida dura de chefiar uma contabilidade. Tínhamos hora para entrar e nunca se sabia o horário de sair. Assim, prestei o exame e fui aprovado. Entre os 35 candidatos, somente 5 foram aprovados, e eu estava lá entre estes.

Novos conhecimentos, novas amizades. Fui convidado a ser professor da PUC-São Paulo, coirmã da nossa PUC-Campinas. No final de 1999, já fora de empresas por conta da finalização da dissertação, vim fazer uma consultoria na cidade de Campinas.

Logo me senti muito acolhido pela cidade, ao mesmo tempo em que fui convidado para coordenar um curso de Ciências Contábeis nas cidades de Amparo e Ouro Fino.

Assim, mudei-me para esta cidade, após um ano e meio de estrada, indo e voltando todo dia, fazendo o trajeto Jandira - Campinas - Jandira. Em 2000, defendi a minha dissertação que tratou de um tema atual para aquela fase econômica: Contribuição para implantação e divulgação do balanço social.

No ano de 2001, ano do apagão brasileiro, quando uma crise hídrica resultou na falta de energia elétrica generalizada, em maio, após o reconhecimento do curso da Faculdade Integrada de Amparo – FIA, fui demitido. Na sequência, por conta do apagão, as empresas reduziram custos, a consultoria acabou, e com isso a renda de nossa família veio a zero.

No meio de várias coisas ruins, algo bom aconteceu. Havia enviado um currículo para a PUC-Campinas.

Fui chamado para uma seleção, passei na entrevista e fui contratado. Nesta altura do ano, já tínhamos decidido retornar para Jandira, onde tínhamos uma residência. Com a mudança no caminhão, iniciei minha jornada na PUC-Campinas.

Deprimido pela situação daquele ano, em novembro fui acometido por um Acidente Vascular Cerebral – AVC. Contudo Deus foi generoso. As sequelas foram mínimas pela gravidade do AVC. Sueli, minha esposa, que nunca havia dirigido em rodovias, foi minha motorista por 45 dias, pois eu não tinha condições de dirigir, e assim pude concluir o ano na PUC-Campinas.

Aluguei um pequeno espaço para poder ficar lecionando aulas na nossa instituição, e morando nele junto com meu filho Marcus Vinicius, que a esta altura já era aluno da PUC-Campinas. Permaneceram em Jandira, Sueli e a filha Janaina.

De volta a Campinas com toda a família, em 2003, mais afeito à cidade, tentei o doutorado em educação na Unicamp e não obtive sucesso. Participei de grupos de estudos. Novamente inscrevi-me para o doutorado, sem êxito. Desanimei, desistindo do pleito.

Em 2009, fui nomeado Diretor da Faculdade de Ciências Contábeis da PUC-Campinas, ano seguinte reconduzido para nova gestão. Em 2010, fui Diretor Adjunto do Centro de Economia e Administração – CEA. Na nova gestão do Prof. Dr. Germano Rigacci Junior, de 2018 a 2022, assim como ocorrido na gestão anterior, de 2014 a 2018, fui novamente convidado para gerir o curso de Ciências Contábeis.

Em 2018, prestei exame para ingresso no Programa de Pós-Graduação em Educação-PPGE PUC-Campinas e fui selecionado. Com certeza, fui um aluno e professor melhor a cada dia.

A partir de então, agora doutorando, veio a oportunidade de pesquisar um tema que há muito me intriga e consome alguns neurônios: o ranqueamento das Faculdades em função, principalmente, da nota do Enade, que é atribuída à Instituição a partir do que o aluno faz ou deixa de fazer na data do exame.

Assim surgiu o tema: Impertinência da Avaliação em Larga Escala em Curso de Ciências Contábeis a partir do Enade.

A importância do Enade ganha significado também na visibilidade do curso pela sociedade, tendo em vista a forma como a mídia destaca os resultados desse exame, desde sua implantação em 2004. A sociedade, num senso comum, já assimilou os resultados do Enade como importante parâmetro de avaliação das instituições e cursos de graduação superior no País.

Analisar esta dicotomia entre a proposta do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes) e, em seu bojo, o Enade, permite averiguar as condições de oferta do Ensino Superior.

Por outro lado, utilizar o resultado do acadêmico para assegurá-las é também uma proposta de análise desta pesquisa.

A configuração da metodologia se ancorou em uma pesquisa de campo, desenvolvida com os alunos egressos, identificando-os, contatando-os individualmente e apresentando-lhes a proposta da pesquisa, indicando-lhes que suas contribuições serão utilizadas em minha tese, buscando investigar a pertinência do uso de resultados de exames para “qualificar” um curso.



Teve também como objeto metodológico a análise geral, ou seja, os desempenhos nos exames Enade e Suficiência do CFC desses alunos, o que permitiu a Análise de Conteúdo dos registros.

Para o Enade, a inscrição de todos os alunos que estejam com 80% ou mais de disciplinas cursadas e aprovadas é obrigatória para o aluno ter a sua inscrição realizada pela Instituição de Ensino Superior – IES – em que se encontra matriculado, devendo responder aos questionários e realizar a prova.

Caso não compareça ao exame, sem justificativa contundente, estará impedido de colar grau, mesmo que tenha concluído os demais componentes curriculares e respectivos créditos junto à IES. Será necessário aguardar “ato do MEC” para que regularize sua situação e torne-se apto a colar grau.

Os estudantes que permanecerem em situação irregular perante o Enade no ciclo de seu curso, mesmo após o período de recursos, em decorrência do não cumprimento de um ou mais critérios para obtenção de regularidade (prova e Questionário do Estudante), poderão ser regularizados por “ato do Inep” (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira) no segundo semestre de cada ano, após o encerramento das inscrições da próxima edição do Enade. A regularidade junto ao Enade é pré-requisito para a colação de grau<sup>1</sup>.

Compreender a ação, o modo de agir do aluno da Faculdade de Ciências Contábeis da PUC-Campinas nas duas avaliações externas é a proposta maior desta pesquisa.

O entendimento que se pretende é da avaliação derivada de valor, da busca em construir caminhos visando à melhoria desta tão sofrida Educação.

Buscou-se, ainda, analisar a Diretriz Curricular Nacional – DCN – do curso, observar os componentes curriculares exigidos pelos editais de ambos os exames e a Matriz Curricular do Curso de Ciências Contábeis da PUC-Campinas, comparando-os, para poder aferir o desempenho do aluno em ambos os exames.

Os resultados desta pesquisa poderá contribuir para a reflexão da impertinência da avaliação em larga escala e o respectivo ranqueamento das instituições de Ensino Superior. Neste estudo, foi selecionado o curso de Ciências

---

<sup>1</sup> Adaptado de <http://portal.mec.gov.br/component/tags/tag/34961> 05 de dezembro de 2019. Acesso em: 05 jul.2020.

Contábeis. Pretende-se que possa se constituir em instrumento de reflexão e análise do Projeto Pedagógico de um curso dessa natureza.

A seguir, destaca-se a questão que norteou a investigação:

*As avaliações em larga escala, propostas pelo Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior, especificamente o Exame Nacional de Desempenho de Estudantes, bem como o Exame de Suficiência do Conselho Federal de Contabilidade, constituem-se em instrumentos adequados para o ranqueamento de curso superior em Ciências Contábeis?*

O trabalho teve como objetivo geral analisar os resultados das avaliações externas em larga escala, promovidas pelo Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior, especificamente o Exame Nacional de Desempenho de Estudantes, bem como o Exame de Suficiência do Conselho Federal de Contabilidade, observando a aderência de conhecimentos e competências exigidas pela Diretriz Curricular Nacional e o Projeto Pedagógico do Curso de Ciências Contábeis da PUC-Campinas.

E como objetivos específicos:

I – Identificar o perfil e a percepção dos discentes do curso de Ciências Contábeis da PUC-Campinas que realizaram o Exame Nacional de Desempenho de Estudantes e o Exame de Suficiência do Conselho Federal de Contabilidade.

II – Identificar o perfil e a percepção dos docentes do curso de Ciências Contábeis da PUC-Campinas sobre o Exame Nacional de Desempenho de Estudantes e o Exame de Suficiência do Conselho Federal de Contabilidade.

III - Discutir o *ranking* do Exame Nacional de Desempenho de Estudantes do curso de Ciências Contábeis da PUC-Campinas.

IV – Discutir se as Diretrizes Curriculares Nacionais têm aderência com os editais do Exame Nacional de Desempenho de Estudantes e o Projeto Pedagógico de Curso (Matriz Curricular) do curso de Ciências Contábeis da PUC-Campinas.

V- Analisar os conteúdos das provas do Exame Nacional de Desempenho de Estudantes e sua aderência com o Projeto Pedagógico do Curso de Ciências Contábeis (Matriz Curricular) da PUC-Campinas.

VI - Avaliar o desempenho no Exame Nacional de Desempenho de Estudantes do curso de Ciências Contábeis da PUC-Campinas.

VII - Avaliar o desempenho no Exame de Suficiência do Conselho Federal de Contabilidade dos concluintes do curso de Ciências Contábeis da PUC-Campinas.

Este volume está assim organizado:

No capítulo 1, são apresentados os aspectos da fundamentação teórica que norteiam os Sistemas de Avaliação do Ensino Superior Brasileiro, a sua trajetória até o Sinaes, as políticas de Governo ou de Estado para a educação brasileira, ou seja, avaliação como um processo social e político, assim como as gerações dos sistemas educacionais, descritos por Guba e Lincoln, a mensuração, a descrição, o julgamento até a chegada da negociação, desafio da quarta geração. Ainda neste capítulo tratar-se-á a respeito da questão de ranqueamento do Ensino Superior bem como jogar-se-á luz sobre as avaliações em larga escala, Enade e Exame de Suficiência. Abordam-se também os indicadores de qualidade exigidos pelo Sinaes, o CPC e IGC, a Ciência Contábil e sua trajetória no Brasil.

O percurso metodológico aplicado a esta pesquisa está tratado no capítulo 2, dentre estes têm-se a pesquisa documental, a entrevista estruturada, o universo e a amostragem deste trabalho de pesquisa, o local, o Curso de Ciências Contábeis da PUC-Campinas e sua matriz curricular em harmonia com a DCN do curso.

O capítulo 3 revela os dados e as análises do curso de Ciências Contábeis, das Avaliações em Larga escala: Enade e Exame de Suficiência do CFC. Da aderência entre os editais do Enade, do Exame de Suficiência e a Diretriz Curricular Nacional, analisando a conexão do Enade 2012 com 2015 e este com 2018 e os componentes curriculares do Curso, e, ainda, o desempenho dos alunos egressos da PUC – Campinas, verificando com os dados estatísticos tanto do INEP, quanto do CFC para aferir a participação positiva dos alunos da universidade nestas avaliações em larga escala. Neste capítulo também serão analisadas os questionários com os egressos e os docentes do Curso,

E, por fim, no capítulo 4, apresentaremos as considerações finais da pesquisa.

## Capítulo 1 - FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

### 1.1 Justificativa

A avaliação do Ensino Superior, no contexto brasileiro contemporâneo, abrange um sentido amplo, contemplando Infraestrutura, Projeto Pedagógico, Qualidade do Corpo Docente e o aluno em vias de conclusão do curso.

No computo geral, apura-se o Conceito Preliminar de Curso – CPC e o Índice Geral de Cursos – IGC. O primeiro é calculado no ano seguinte ao da realização do Exame Nacional de Desempenho do Estudante – Enade, em cada área e considera, além deste desempenho, o corpo docente, a infraestrutura e os recursos didáticos pedagógicos entre outros itens.

Já o IGC é um dos instrumentos utilizados para conhecer o desempenho das Instituições de Ensino Superior – IES no Brasil. Por fim, constitui-se com base na média ponderada dos cursos de graduação e pós-graduação de cada IES.

A motivação para elaborar esta pesquisa é ancorada na questão da responsabilização das IES no quesito qualidade, a partir somente da nota do Enade. Quando esta nota é divulgada, a mídia, em geral, atrela-a à qualidade do ensino das IES. Apesar de o curso ser de qualidade, a não responsabilização do acadêmico poderá causar impacto grande na divulgação da nota pelo avaliador.

Além disso, em uma recente pesquisa, encomendada pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) junto à Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico – OCDE<sup>2</sup>, este último constatou que, como há falhas evidentes nas concepções da prova, isso não permite uma comparação com provas de anos anteriores, sendo, portanto, difícil saber se o nível de qualidade de um curso melhorou ou não no contexto histórico analisado.

Em pesquisas relacionadas à busca por descritores, nas bases de dados da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações - BDTD, SciELO, bem como uma análise nos documentos pertinentes ao tema.

Com isso, este trabalho se apresenta como inédito em seu contexto de avaliação em larga escala do Enade e CFC que, com certeza, revela ser importante

---

<sup>2</sup> <https://desafiosdaeducacao.grupo.com.br/ocde-reprova-enade/> Acesso em: 19 mar. 2019

para os gestores de curso, para o MEC/INEP, Órgãos de Classe/CFC/CRC, parâmetros para Diretrizes Curriculares, políticas públicas educacionais, entre outros.

Sua relevância social é bastante abrangente em virtude de que busca promover uma discussão a respeito da responsabilização e do ranqueamento das IES a partir da avaliação em larga escala denominada Enade, realizada pelos alunos.

## 1.2 Breve Histórico

A proposta deste trabalho é discutir avaliação, mais precisamente a aplicada ao Ensino Superior das Ciências Contábeis, apresentando a trajetória histórica dos sistemas de avaliações educacionais e suas consequências, com a intenção de compreender a sua relevância perante os grupos de interesse no espaço de lutas denominado campo universitário.

A sociedade está em época de avaliações, das mais variadas necessidades humanas: trabalhos, oportunidades, cuidados com o meio ambiente, de governos e, claro, de sistemas educacionais. Avaliar é indispensável para todos os atos cotidianos, não seria diferente para os sistemas educacionais. Assim, vê-se que a avaliação formal ou informal, a verificação de aprendizagem, ou a postura e dedicação dos sujeitos em sala de aula, constituem-se sempre uma conexão com a avaliação de sistemas, ou mesmos de subsistemas educacionais.

Fernandes (2010, p.15) vem contribuir com os fundamentos, dizendo que:

A avaliação é uma prática social que pode contribuir para caracterizar, compreender, divulgar e ajudar a resolver uma grande variedade de problemas que afetam as sociedades contemporâneas tais como o pleno acesso à educação, a prestação de cuidados de saúde, a distribuição de recursos e a pobreza. Trata-se de um domínio científico que tem vindo a consolidar-se e a afirmar-se de forma inquestionável e que interessa aos mais variados setores da sociedade (e.g., acadêmicos, políticos, decisores e utilizadores dos serviços públicos).

Na busca por compreender os fenômenos que permeiam a avaliação, indaga-se: o que avaliar? Como avaliar? Por que avaliar? São averiguações que não se deve deixar de observar em um horizonte próximo, com vistas a melhorar a qualidade na relação ensino/aprendizagem dos cursos superiores de educação.

Em afirmação, ao que se almeja de resposta para a avaliação, Fernandes (2010, p.16) reforça que:

Como prática social a avaliação não pode contornar questões sociais, políticas e éticas, assim como questões relativas aos potenciais utilizadores,

à sua utilização e à participação dos intervenientes (e.g., as questões de voz, dos significados, das práticas). Isto significa que a avaliação tem que se orientar por princípios que lhe confirmam rigor, utilidade, significado e relevância social. Formular juízos acerca do valor e do mérito de um dado ente tem que resultar de um complexo, difícil, rigoroso e diversificado processo de recolha de informação e não de meras opiniões impressionistas, convicções ou percepções, que poderão ser necessárias e até bem-vindas, mas que, em si mesmas, serão sempre insuficientes. E isto vale para a avaliação das aprendizagens de um aluno, para a avaliação da organização e funcionamento pedagógico de uma escola, para a avaliação do desempenho profissional de um docente ou para a avaliação de um dado programa de educação e de formação numa comunidade.

Assim, essa prática social – avaliação – abrange uma série de elementos nas respostas de *O que, Como e Por que avaliar?* Então, espera-se entender o *como*, principalmente na avaliação externa de larga escala.

Desta maneira, ao discutir avaliação nesta pesquisa, buscou-se aprofundar os estudos para os sistemas de avaliação em larga escala, dissertados por Alavarse (REVISTA EDUCACAO, 2013)

No âmbito da avaliação educacional, as polêmicas sobre como avaliar determinadas características dos alunos e quais seriam as finalidades de seus resultados contabilizam quase um século de existência. Contudo, sem resolver esses impasses, desde a década de 1990, um novo elemento se incorpora à avaliação educacional. Trata-se das chamadas avaliações externas, assim denominadas porque são definidas, organizadas e conduzidas por quem não se encontra no interior das escolas, de certa forma em contraposição com as avaliações internas, estas conduzidas por professores. Essas avaliações externas, tendo em conta sua abrangência, também são denominadas de avaliações em larga escala, ressaltando sua visibilidade e, em decorrência, sua face de política pública em educação. Deve-se destacar que essas avaliações têm como características, entre outras, a definição de uma matriz de avaliação, na qual são especificados os objetos de avaliação, e o emprego de provas padronizadas, como condição para que sejam possíveis, quando cabíveis, comparações baseadas em resultados mais objetivos.

No contexto global, em que se insere a educação e suas métricas por meio de diversos indicadores, tem Zainko (2008, p. 16) a seguinte posição:

A avaliação da educação superior no contexto das transformações mundiais nos remete à reflexão sobre os desafios a que estão submetidas as universidades contemporâneas, em especial as dos países em desenvolvimento, tendo presente a sua difícil e contraditória missão que é a de participar do processo de desenvolvimento econômico e social, pela produção do conhecimento por meio da pesquisa e pela formação de profissionais que de alguma forma vão estar a serviço do sistema. [...] A globalização é, sem dúvida alguma, um dos fenômenos ligados às transformações mundiais da sociedade contemporânea que exercem maior influência sobre o ser e o fazer da universidade.

Uma vez que esta pesquisa é relativa à avaliação em larga escala no ambiente do Ensino Superior das Ciências Contábeis, assim, as abordagens serão mais vinculadas a este âmbito, indo desde o Programa de Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras (Paiub), instituído em 1993, pelo Ministério da Educação (MEC) para que as universidades criassem sistemas internos de avaliação – com posterior checagem pelos técnicos do MEC – que pudessem auxiliar no processo de aperfeiçoamento da instituição.

O Paiub foi uma construção coletiva, tendo em seu bojo os objetivos específicos que visavam: a) impulsionar processo de autocrítica da Instituição; b) entender como se dava o inter-relacionamento do ensino, da pesquisa, da extensão e do processo de administração; c) fazer uma nova leitura do relacionamento com a sociedade; d) reler os objetivos, modelo de atuação e seus resultados, na perspectiva de uma Universidade mais adequada com o momento.

A primeira avaliação de sua implantação nas universidades federais ocorreu em 1975, sob o patrocínio do Departamento de Assuntos Universitários (DAU) do Ministério da Educação e Cultura, com o planejamento e execução do Centro de Estudos Interdisciplinares para o Setor Público da Universidade Federal da Bahia (UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA/ISP, 1975).

Anteriormente, a reforma universitária de 1968, promovida pelo Governo Militar instalado no País, a partir de 1964, teve como foco básico a estrutura administrativa e organizacional da universidade e os papéis de professores e alunos.

O número crescente de matrículas nos cursos de graduação e a inspiração da experiência bem-sucedida da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Capes – na avaliação dos programas de pós-graduação levaram o Governo Federal, em 1983, por iniciativa do Conselho Federal de Educação, a desenvolver no Brasil o Programa de Avaliação da Reforma Universitária (PARU).

O projeto, proposto por Edson Machado<sup>3</sup>, então diretor-geral da Comissão de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), nasceu por conta das constantes greves mantidas nas universidades federais.

O objetivo principal era conhecer as condições reais nas quais se realizavam as atividades de produção e disseminação do conhecimento no sistema de educação

---

<sup>3</sup> [https://blogeducacao.com/2017/04/20/PARU: primeira proposta de Avaliação da Reforma Universitária – Blog Educação \(blogeducacao.com\)](https://blogeducacao.com/2017/04/20/PARU:primeira-proposta-de-Avaliacao-da-Reforma-Universitaria) 2017, acesso em 12/08/2021.

superior no País por meio de estudos, pesquisas e debates, tanto da implementação das propostas da reforma universitária de 1968, quanto das particularidades institucionais e regionais.

Zainko (2008, p. 16) possui uma opinião que corrobora a visão de construção e avanço das reformas universitárias:

A construção dessa nova Universidade deve necessariamente ter na avaliação seu instrumento mais fundamental para a mudança que se faz necessária. Uma avaliação como processo sistemático, participativo, democrático e principalmente de caráter construtivo, possibilitando a indispensável autocrítica, identificando pontos positivos e problemáticos da instituição universitária, indicando as questões prioritárias para o melhoramento da qualidade dos processos institucionais: ensino, pesquisa, extensão, gestão.

Para empreender um novo modelo de avaliação institucional, o Brasil não poderia deixar de levar em conta as contribuições internacionais no tocante ao tema. Assim, como o governo brasileiro tinha simpatia pelo modelo britânico de avaliação institucional, no seminário realizado em Brasília em 1992, acerca de avaliação institucional, participaram representantes da Missão do *British Council*. Com esta participação e assessoria, o objetivo do governo brasileiro era poder adotar um modelo que vinculasse avaliação e financiamento público, como ocorria no sistema inglês de avaliação institucional. Criou-se um impasse entre Governo e Instituições Públicas de Ensino Superior.

Deste modo, em janeiro de 1993, o Fórum de Pró-Reitores sobre a criação do Programa de Apoio à Avaliação do Ensino de Graduação das Universidades encaminharia sua proposta ao Ministério da Educação, antes que a entidade se antecipasse com uma decisão fechada e definitiva (SANTOS FILHO, 2018). O mesmo autor descreve que:

Em julho de 1993, o governo Itamar Franco, mediante a Portaria MEC nº 130 criou a Comissão Nacional de Avaliação das Universidades Brasileiras com o objetivo de estabelecer diretrizes e viabilizar a implantação de um processo de avaliação institucional nas universidades brasileiras. De julho a outubro desse mesmo ano, essa comissão, sob a coordenação do Reitor Héglio Trindade, elaborou uma Proposta de Avaliação Institucional (BRASIL, Comissão Nacional de Avaliação, 1993). Essa Comissão Nacional publicou o relatório de seu trabalho em novembro de 1993 com o título “Avaliação da Universidade Brasileira: Uma Proposta Nacional” – Documento Básico. Na elaboração deste documento participaram especialistas de várias universidades, especialmente das públicas que, em conjunto com representantes do MEC, consolidaram o consenso da comunidade acadêmica sobre o tema.



Naquele mesmo ano, em dezembro, o MEC criou o Programa de Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras (Paiub, 1993-1994), que se tornou a primeira tentativa de implantar efetivamente um sistema nacional de avaliação institucional da educação superior no Brasil (POLIDORI; MARINHO-ARAÚJO; BARREYRO, 2006, p.426).

Este tipo de avaliação em larga escala ocorreu no meio acadêmico brasileiro desde o Programa de Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras – Paiub – instituído em 1993 pelo Ministério da Educação (MEC), até o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – Sinaes, instituído em 14 de abril de 2004, Lei n.º 10.861.

Pretendia-se que o Paiub servisse a um processo contínuo de aperfeiçoamento do desempenho acadêmico e de prestação de contas da Universidade à sociedade, constituindo-se em uma ferramenta para planejar a gestão e o desenvolvimento da educação superior. Sendo assim, o Paiub estabelecia três fases centrais para o processo a ser desenvolvido em cada universidade: avaliação interna, avaliação externa e reavaliação.

O Paiub também se caracterizava por possuir dotação financeira própria, livre adesão das universidades por meio da concorrência de projetos e princípios de avaliação coerentes, com posição livre e participativa. Este programa, segundo seu próprio texto, procurava considerar, conforme Menezes (EDUCA BRASIL, 2001 s.p.):

os diversos aspectos indissociáveis das múltiplas atividades-fim e das atividades-meio necessárias à sua realização, isto é, cada uma das dimensões-ensino, produção acadêmica, extensão e gestão em suas interações, interfaces e interdisciplinaridade.

Assim, os princípios básicos que orientavam o Paiub eram: globalidade, comparabilidade, respeito à identidade institucional, não premiação ou punição, adesão voluntária, legitimidade e continuidade.

O MEC constituiu, assim, um grupo gestor formado por especialistas em análise de projetos, sendo alguns destes técnicos do próprio ministério.

Para esta “tarefa”, o grupo gestor entendeu a avaliação como ação que deveria gerar conhecimento da realidade do sistema universitário brasileiro que, naquele instante, estava fervilhando. Para tanto, a metodologia empregada, uma pesquisa avaliativa, deveria levar em conta alguns aspectos como: a gestão da instituição, as

avaliações interna e externa e a autoavaliação da comunidade acadêmica do Ensino Superior brasileiro.

O objetivo geral desse Programa foi diagnosticar e avaliar o sistema de educação superior brasileiro, tendo em vista propor e implementar uma nova reforma. Daí a necessidade desta pesquisa avaliativa das condições reais de suas atividades fins e atividades-meios.

Tal avaliação ainda foi um protótipo de verificação interna, ou seja, as instituições deveriam olhar intramuros para extrair contribuições que pudessem colocar o Ensino Superior brasileiro em posição de vanguarda.

Em março de 1985, o novo governo instituiu, por meio do Decreto n.º 91.177, a Comissão Nacional para Reformulação da Educação Superior (CNRES, 1985-1986), com o propósito de oferecer subsídios à formulação de uma nova política para a educação superior brasileira. Em novembro do mesmo ano, a Comissão divulgou seu relatório final, intitulado “Uma nova política para a educação superior brasileira” (SANTOS FILHO, 2018)

O documento das propostas de reforma apresentou a avaliação, pela primeira vez, como um instrumento de controle e hierarquização, ou seja, como uma contrapartida da autonomia. Sua defesa do aumento da autonomia universitária veio acompanhada por um processo externo de avaliação baseado no mérito acadêmico. O desempenho das instituições seria o requisito para o aumento da autonomia, e o controle deste aumento se daria pela avaliação por mérito realizada pelos pares. Com base nesse critério, a educação superior seria financiada.

Para a Comissão, a avaliação estimularia a expansão do Ensino Superior privado e incentivaria a diversidade, a pluralidade e a autonomia dos processos relacionados ao desempenho, conforme encontrado em Santos Filho (2018). O autor indica que a utilização de indicadores de eficiência e produtividade deveria ser o critério objetivo da distribuição e gestão dos recursos públicos e da informação aos usuários do serviço. A Comissão, em seu relatório, propôs avaliar os cursos por comissões de especialistas, focada sobretudo nas condições de oferta, nos recursos financeiros, físicos e pedagógicos, em indicadores de eficiência, como proporção professor-aluno, custos por aluno, tempo de conclusão do curso, taxas de evasão, entre outros. Preconizou também a adoção de um exame nacional para medir o desempenho dos estudantes em testes padronizados.

A esse tipo de avaliação, que havia sido proposta, Guba e Lincoln (2011) denominariam, de acordo com o que foi pesquisado e que mais adiante será apresentado, uma avaliação de quarta geração, mesclada com a de primeira geração que previa a mensuração de conhecimentos por parte dos alunos, em que diversas são as questões avaliativas colocadas em jogo. Referindo-se à quarta geração de avaliação, os autores indicam que se

estabelece parâmetros e limites por meio de um processo interativo e negociado que envolve grupos de interesse e consome uma porção considerável de tempo e dos recursos disponíveis. É por esse motivo, dentre outros, que se diz que a concepção de uma avaliação responsiva é emergente. (GUBA; LINCOLN, 2011, p 47)

No entanto, esse processo de avaliar, com pequenas adaptações, somente foram implantadas uma década mais tarde, ou seja, em 1996, sob a denominação de “Análise das Condições de Oferta” (ACO) e Exame Nacional de Cursos (ENC) (SANTOS FILHO, 2018).

A esse tipo de avaliação de medir desempenho, Guba e Lincoln (2011, p. 28, grifo dos autores) denominaram como de primeira geração:

Os exames escolares foram utilizados durante centenas de anos para avaliar se os alunos haviam conseguido “dominar” o conteúdo de diversos cursos ou assuntos nos quais haviam sido iniciados [...] para demonstrar que tinham domínio, as crianças tinham que regurgitar esses “fatos” em exames, que eram em essência testes de memória.

A promulgação da Lei n.º 9131/95, instituindo o Exame Nacional de Cursos (ENC), conhecido como “Provão”, provocou um novo confronto entre o MEC e as IES que viram nela uma revogação informal do Paiub e uma ameaça à autonomia universitária. Após diversas discussões a respeito da autonomia universitária, o Estado voltou a ter o seu papel de avaliador.

Em uma abordagem por ciclos, Polidori (2009, p. 444, grifos do autor) descreve:

Em relação à evolução do desenvolvimento do processo avaliativo em âmbito nacional, considera-se que houve uma divisão em quatro ciclos: **Primeiro ciclo** (1986 a 1992) – várias iniciativas de organização de um processo de avaliação, e a existência de avaliações isoladas no país não se constituindo em uma avaliação de caráter nacional (PARU, GERES); **Segundo ciclo** (1993 a 1995) – denominado de formulação de políticas. Instalação do Programa de Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras (PAIUB); **Terceiro ciclo** (1996 a 2003) – denominado de consolidação ou implementação da proposta governamental. Ocorreu o desenvolvimento do Exame Nacional de Cursos (ENC), o Provão, e o da Avaliação das Condições de Oferta (ACO), a qual passou, posteriormente, a ser chamada de Avaliação das Condições de Ensino (ACE). Por fim, houve, ainda, algumas Portarias para regulamentarem e organizarem a avaliação das IES; **Quarto ciclo** (2003

a atual) – denominado de construção da avaliação emancipatória, com a implantação do SINAES, numa proposta de se desenvolver uma avaliação formativa e que considerasse as especificidades das IES do país.

Este sistema começou a ser criado, a partir da constituição da Comissão Especial de Avaliação do Ensino Superior (CEA), constituída por representantes das Instituições de Ensino Superior (IES), dos membros do Ministério da Educação (MEC) e da União Nacional dos Estudantes (UNE). Tal proposta, transformou-se na Lei n.º 10 861 (BRASIL, 2004), iniciando o processo de avaliação atual do Ensino Superior brasileiro.

Paiva (2008), em seu trabalho, relata que esta mesma lei determinou, ainda, a criação de um conjunto de avaliações periódicas das Instituições de Ensino Superior e seus cursos de graduação, principalmente para a realização de avaliações de larga escala, pautadas em conteúdos mínimos estabelecidos e divulgados em editais.

O Exame Nacional de Cursos (ENC) foi criado pelo MEC em 1996 com o objetivo de acompanhar a qualidade do Ensino Superior no País.

A intenção do Ministério era analisar a qualidade e a eficiência das atividades de ensino, pesquisa e extensão, obtendo dados que refletissem a realidade do ensino.

Assim, como reporta Zainko (2008, p. 19),

É demandada uma prática avaliativa que apresente mais afinidade com os pressupostos de redução do papel do Estado no provimento de ensino superior, que lhe possibilite, contudo, manter o controle último do sistema. Interessa a constituição de um sistema avaliativo que tenha como um de seus pilares a averiguação dos produtos educacionais, em especial daqueles relacionados ao ensino, que possibilite constatar quais conhecimentos (e em que medida) são adquiridos pelos alunos ao longo do ensino superior e que possa ser organizado de forma que permita a comparabilidade entre as performances das diferentes instituições.

O Exame Nacional de Cursos era realizado anualmente entre os meses de maio e junho, e os resultados encaminhados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) à Secretaria de Educação Superior (SeSu), órgão do MEC responsável pela política e gestão do sistema de ensino de graduação.

### 1.3 Educação Superior Brasileira: políticas de Governo ou de Estado?

Como o objetivo deste tópico é tratar das atribuições que resultam dos referidos exames estudados, a abordagem referente aos *rankings* e às suas concepções se faz inevitável.

Para Pires, Wargas e Pires (2017), a expansão da quantidade de vagas no Ensino Superior, por meio de políticas governamentais como FIES e Prouni, permitem um acesso maior das camadas menos favorecidas a esta modalidade de ensino, isso provoca impactos mercantis relevantes na definição dessas políticas. Assim, ainda os mesmos autores reportam que:

No âmbito do sistema de avaliação, invariavelmente ocorre esta influência, por meio de mecanismos de ranqueamento dos resultados e a divulgação pela mídia destes resultados como forma de promover as instituições com boas colocações. (PIRES; WARGAS; PIRES 2017, p. 5)

No entanto, para melhor entendimento de políticas, sejam elas de Estado ou de Governo no âmbito da gerência dos destinos da educação, observa-se que, na administração da Educação, especificamente no desenho, na implantação e na avaliação das políticas educacionais, tornou-se comum a utilização de duas categorias de análise, as chamadas Políticas de Estado e as Políticas de Governo. Assim, por política de Governo, Almeida (INSTITUTO MILLENIUM, 2016 s.p.) explica que:

são aquelas que envolvem as burocracias de mais de uma agência do Estado, justamente, e acabam passando pelo Parlamento ou por instâncias diversas de discussão, depois que sua tramitação dentro de uma esfera (ou mais de uma) da máquina do Estado envolveu estudos técnicos, simulações, análises de impacto horizontal e vertical, efeitos econômicos ou orçamentários, quando não um cálculo de custo-benefício levando em conta a trajetória completa da política que se pretende implementar. O trabalho da burocracia pode levar meses, bem como o eventual exame e discussão no Parlamento, pois políticas de Estado, que respondem efetivamente a essa designação, geralmente envolvem mudanças de outras normas ou disposições pré-existentes, com incidência em setores mais amplos da sociedade.

Nessa dicotomia, na discussão entre as categorias de análise em questão, Almeida (INSTITUTO MILLENIUM, 2016 s.p.) descreve que política de Governo são:

aquelas que o Executivo decide num processo bem mais elementar de formulação e implementação de determinadas medidas para responder às demandas colocadas na própria agenda política interna – pela dinâmica econômica ou política-parlamentar, por exemplo – ou vindos de fora, como

resultado de eventos internacionais com impacto doméstico. Elas podem até envolver escolhas complexas, mas pode-se dizer que o caminho entre a apresentação do problema e a definição de uma política determinada (de governo) é bem mais curto e simples, ficando geralmente no plano administrativo, ou na competência dos próprios ministérios setoriais.

O que se observa nesta relação entre políticas de Estado e de Governo, de acordo com o indicado pelos autores, são conflitos ideológicos e de poderes entre os que entraram e os que saíram das instâncias de governo, principalmente quando são de partidos diferentes e não alinhados.

Para Dresh (2018, p.83) a efetivação de políticas públicas ocorrerão a partir da:

articulação dos diversos mecanismos, que assumem, conforme o caso, diferentes níveis de influência. Quanto maior o impacto de uma política pública, maiores serão as chances de que seja necessário recorrer a diversos mecanismos de efetivação. Isso ocorre, principalmente, quando uma política exige uma mudança significativa da sociedade, a fim de tornar-se efetiva. Este foi o caso das reformas de cunho gerencialista, que envolveram uma série de políticas, a fim de disseminar princípios e instaurar uma cultura gerencial na sociedade.

Contribuindo com o acervo a respeito destas políticas, Calderón, Borges e Poltronieri (2011, p. 819) esclarece que:

A Política de Estado vai sendo construída e moldada, dentro das regras do jogo, no respeito da lei, a partir do controle do Estado por diversos grupos políticos, existindo muitas vezes comuns denominadores entre as Políticas dos Governos a partir de consensos que passam a se constituir a base da atuação governamental, como é o caso da adoção de *rankings* como indutores de qualidade e seu sequenciamento como modelo de avaliação.

Para Saviani (2008), “o Governo equipa-se com instrumentos de avaliação dos produtos, forçando com isso, que o processo se ajuste às exigências postas pelas demandas de mercado”.

Discorre ainda o autor (2008, p. 15, grifos do autor) que:

É, pois, uma lógica de mercado que se guia, nas atuais circunstâncias, pelos mecanismos das chamadas “pedagogia das competências” e da “qualidade total”. Esta, assim como nas empresas, visa obter a satisfação total dos clientes e interpreta que, nas escolas, aqueles que ensinam são prestadores de serviço, os que aprendem são clientes e a educação é um produto que pode ser produzido com qualidade variável.

Assim, nesta forqueadura entre os tipos de políticas, ora de Governo, ora de Estado, ora visando as Políticas Públicas inerentes ao Governo, ora visando aferir o que se está fazendo no mercantilismo educacional, foram criadas as avaliações em larga escala.

Permeando por vezes uma marca ou estilo de Governo, por vezes buscando atender o que o mercado educacional deseja como políticas de Estado.

Embora com ponto de vista diferentes em relação a construção das políticas de governo e/ou estado, a preocupação em relação à qualidade da educação ministrada no país, em minha opinião, é presente nos autores supracitados.

#### **1.4 Avaliação como processo social e político**

A avaliação é um componente social muito presente nas relações e nas atividades humanas, pois a sociedade está constantemente promovendo e elaborando comparações entre coisas e valores diferentes (ou semelhantes), obrigando entidades físicas e jurídicas a fazerem escolhas. No ambiente do Ensino Superior não é diferente. A avaliação quer dos discentes, quer dos docentes e quer das instituições sempre ocupou um lugar relevante.

Sobre este tema, Guba e Lincoln (2011, p. 279) apontam que:

avaliações tradicionais tendem a privilegiar o cliente que encomenda a avaliação. É este cliente que determina as questões da avaliação, a metodologia a ser utilizada e os resultados a serem publicados. Este viés é dissimulado pelo uso de metodologias quantitativas e quase experimentais, baseado no paradigma positivista.

Em contraposição à abordagem tradicional, eles consideram que a avaliação é um processo político e social, orientado para valores e, nesta perspectiva, há uma nova alternativa, segundo a qual as reivindicações e as questões dos diversos grupos de interesse são os focos que organizam a avaliação.

Essa nova alternativa nasce de um longo processo de construção e reconstrução sob diversas influências.

Ferreira e Calderón (2019 p.220), a respeito desse processo, discorrem:

gestado com a promessa de uma abordagem sistêmica, ou seja, com foco no desempenho do aluno, mas abrangendo também a instituição, pautando-se na análise de suas várias dimensões, como estrutura, objetivos, relações, atividades, compromissos e responsabilidades sociais. [...] diferenciando-se do ENC, o ENADE caracterizou-se pela valorização da dimensão processual e emancipatória pelo menos em termos teóricos documentais -, de 2003 até 2006, trabalhando com amostragem e submetendo à avaliação alunos ingressantes e alunos concluintes, a fim de medir o valor agregado da aprendizagem.

Na visão dos autores, por representar um momento especial na educação de uma Nação, pois, por meio dela ocorre um desenvolvimento sustentável, desde que

tenha qualidade, a aferição em larga escala não deve ser uma busca quantitativa, mas sim, qualitativa e perene.

Assim, com vistas a uma melhor aceitação da qualidade do Ensino Superior bem como à regulação da expansão do setor educacional privado, o Governo cria suas políticas públicas para avaliar este ensino.

Para Cichacz e Eynng (DOCPLAYER, 2011 s.p.), isso ocorre, pois

as políticas e práticas de avaliação implementadas têm se apoiado e acentuado os critérios da eficiência que enfatizam a dimensão econômica dos processos educativos. Por essa razão, observa-se que o que prepondera no destaque feito aos processos avaliativos é a divulgação dos índices quantitativos, a produção dos ranqueamentos, das comparações, perdendo-se a referência das questões pedagógicas, políticas e culturais nas quais são produzidos esses e não outros resultados.

Essa insistência em divulgar os dados numéricos como uma produção norteadora das políticas públicas da educação superior prejudica as IES, porque os dados são a partir da não responsabilização do acadêmico.

A seguir, verificar-se-á uma abordagem acerca das gerações de avaliação e o que os autores distinguem como sendo quatro essas gerações no percurso histórico da avaliação do ensino.

## **1.5 Gerações de avaliação de sistemas educacionais**

Ancora-se esta análise em Guba e Lincoln (2011), cujo trabalho relata que a avaliação passou por quatros períodos de conceitos evolutivos, *mensuração*, *descrição*, *juízo* e *negociação*, destacadas e definidas por eles na obra *Avaliação de Quarta Geração*.

### **1.5.1 A primeira geração: mensuração**

A primeira geração da avaliação está compreendida entre os séculos XIX e XX. As Ciências Sociais constantemente visavam à aplicação da abordagem científica aos problemas humanos, o que levou, entre outras, à criação de laboratórios de Psicometria, pelo psicólogo Alfred Binet, ao elaborar testes com técnicas psicométricas de medição. Nesta oportunidade surgiu o “quociente de inteligência”.



Reiteram Lima Filho e Trompieri Filho (SEMANA ACADÊMICA, 2013 s.p.) que a primeira geração da avaliação educacional é associada à medição e teve fortes influências da ascensão das Ciências Sociais com estudos a respeito da Psicologia na área psicométrica.

Para tanto, eram elaborados os testes, por um conjunto padronizado e objetivo de elementos, voltados para medir a inteligência e o desempenho dos indivíduos, resultando um rol de diferentes níveis mentais e suas competências. Esses testes eram utilizados para medir o desempenho de escolares, além de classificar crianças com problemas de cognição do saber.

Contudo, Bauer (2010, p. 322) comenta que:

No início desse processo, a falta de pessoal especializado para suprir a demanda por avaliações fez com que muitas delas fossem realizadas a partir de concepções e metodologias inadequadas que, geralmente, se apoiavam nos conhecimentos produzidos em teorias de áreas afins, como a Psicometria e as Ciências Sociais, gerando, entre outros problemas, relatórios de avaliação irrelevantes.

Apesar disso, os exames escolares foram utilizados durante centenas de anos para avaliar se os alunos haviam conseguido “dominar” o conteúdo de diversos cursos ou assuntos nos quais foram iniciados.

O principal objetivo da escola, por meio dos professores, era ensinar aos discentes os “fatos” que reconheciam como certo. Ao fim do processo, para demonstrar que tinham domínio, as crianças precisavam devolver esses “fatos” em exames, que se consistiam essencialmente em testes de memória. Na maioria das vezes, eram administrados de forma oral, aluno por aluno. Quando se tratava de provas escritas, requeriam-se respostas dissertativas e/ou discursivas.

O avanço e a aceitação das medições de quociente foi, principalmente, resultado da necessidade de selecionar pessoal, notadamente líderes militares, para compor as Forças Armadas (ARMY ALPHA) na Primeira Guerra Mundial. Os exames foram realizados, em 1914, com aproximadamente, dois milhões de homens.

Alguns outros fatores que tiveram um papel importante no desenvolvimento desta primeira geração de avaliação foram: a ascensão das ciências sociais e a emergência do gerenciamento científico no comércio e na indústria.

As métricas tinham como base os estudos sobre tempo e movimentos para determinar métodos mais produtivos. Nesta primeira fase, o papel do avaliador era

considerado apenas técnico e baseava-se em conhecimentos de instrumentos e técnicas de mensuração.

No conjunto, o sucesso na guerra e os resultados positivos que foi gerado pelos norte-americanos impulsionaram estas técnicas para outras áreas de conhecimento como os recursos humanos das empresas, buscando otimizar a produtividade na elaboração de bens e serviços.

Bauer (2010, p. 321) reporta que:

Os vinte anos que seguem, ou seja, a década de 50 e quase toda a de 60, são dedicados à expansão e ao aperfeiçoamento técnico relacionados às práticas de testagem e ao desenvolvimento de teorias que ajudassem a explicitar os objetivos referentes aos conteúdos do que seria avaliado. [...] Vale ressaltar que, ainda nessas décadas, as iniciativas avaliativas e o desenvolvimento técnico da área ocorriam em nível local, ou seja, as avaliações tinham um alcance limitado, sem projeção estadual ou nacional e praticamente sem envolvimento do governo federal ou de suas agências.

Esse processo desenvolveu diferentes abordagens filosóficas e metodológicas que deveriam subsidiar conceitualmente a avaliação. Contudo, embora se buscassem conceitos qualitativos, o que restou foram dados quantitativos da avaliação.

Bauer (2010, p. 322) destaca que:

Esse movimento deu início ao desenvolvimento de diferentes abordagens filosóficas e metodológicas na área, com efetivos esforços para a construção de conhecimentos empíricos e conceituais que a subsidiassem. Contudo, apesar de começar a existir uma preocupação de técnicos e estudiosos com aspectos que ultrapassavam a mensuração de resultados obtidos pelos programas, observa-se que o foco, neste momento, mantinha-se sobre os dados mais quantitativos da avaliação.

Em suma, a primeira geração de avaliação foi marcada pela mensuração de atitudes, comportamento e rendimentos dos diferentes níveis de escolarização à época.

### **1.5.2. A segunda geração: descrição**

A segunda geração de avaliação surgiu e ganhou notoriedade à medida que se evidenciaram as deficiências da primeira. Como o seu foco continuava sendo os alunos, estes solidificaram-se como os sujeitos do processo.

Ela teve seu início durante os anos trinta e quarenta do século XX, e visava ampliar o acesso ao ensino secundário. Isso demandou avaliar currículos e, para

tanto, dados baseados no desempenho de estudantes tornaram-se insuficientes. Avaliar os novos programas e identificar os seus pontos fortes e fracos era extremamente necessário, tendo em vista os objetivos anteriormente definidos.

Assim, nesta perspectiva, o papel do avaliador era descrever o programa, e a mensuração se tornou apenas um dos diversos instrumentos que poderiam ser utilizados.

Teve papel de destaque nessa fase o projeto experimental *Eighth Year Study* (estudo de oito anos), realizado entre 1930 e 1942 pela *Progressive Education Association (PEA)*. Trinta escolas de ensino médio redesenharam seus currículos, ao mesmo tempo em que iniciavam práticas inovadoras nos testes dos alunos, no programa de avaliação, na orientação do aluno, no projeto de currículo e no desenvolvimento de pessoal. Ele contou com a participação de Ralph W. Tyler, membro do departamento de pesquisa educacional do estado de Ohio, que já estava tentando elaborar testes que poderiam avaliar se os estudantes estavam aprendendo os conteúdos que os professores pretendiam que eles aprendessem.

O objetivo não era simplesmente medir resultados, mas fazer com que os currículos funcionassem. Estes deveriam ser avaliados frequentemente pelas escolas e pelo sistema educacional com a finalidade de identificar se elas, as escolas, estavam conseguindo de forma eficiente e eficaz atender aos objetivos que eram estabelecidos pela necessidade da economia e, portanto, do mercado de trabalho.

Tão logo as escolas participantes desse programa passaram a idealizar novos currículos, Tyler coletava novas informações sobre o nível de aproveitamento dos alunos nos programas em relação aos objetivos definidos previamente. Tais informações foram utilizadas para conduzir os aprimoramentos e as reformas, cujo escopo poderia ser denominado de avaliação formativa, visto que os resultados somente poderiam ser obtidos *a posteriori*, e não durante o processo.

Era, então, o que se chama de Avaliação de Segunda Geração, cuja abordagem é caracterizada pela descrição de padrões de pontos fortes e fracos comparados com os objetivos estabelecidos.

Lima Filho e Trompieri Filho (SEMANA ACADÊMICA, 2013 s.p.) apontam que a finalidade da pesquisa da educação, realizada por Tyler em 1942, era aprimorar os currículos escolares norte-americanos. Logo após essa pesquisa, Tyler foi reconhecido como sendo o “Pai da Avaliação”.

### **1.5.3 A terceira geração: julgamento**

Nascida para questionar os testes padronizados, bem como a visão simplista de ter a avaliação como sinônimo de medida, entroniza-se com o caráter de juízo de valor.

Assim, o avaliador passa a ser o juiz do processo, incorporando o que havia preservado como fundamental das gerações de avaliação anteriores.

Como apontado por Lima Filho e Trompieri Filho (SEMANA ACADÊMICA, 2013 s.p.), o julgar passa a ser o elemento crucial do processo avaliativo, não importando somente medir e descrever.

Compreendida entre as décadas de 1960 e 1990, o apelo, nesta geração de avaliação, foi incluir o juízo de valor no procedimento avaliativo. A abordagem descritiva, orientada para objetivos, revelou-se inadequada, pois possuía falhas graves, embora imperceptíveis. Na década de cinquenta, as falhas educacionais eram, de certa forma, gritantes, chegando ao ponto de o governo americano considerar as falhas do processo responsáveis pelo avanço dos russos na conquista do espaço. Esperava-se que o avaliador “julgasse” os programas com base em critérios externos, sem deixar de descrever e medir progressos. A exigência de incluir o julgamento no processo de avaliação marca o surgimento desta terceira geração.

Tanto a descrição quanto o juízo de valor são essenciais. Ambos são procedimentos básicos de uma avaliação com propósitos bem definidos. Partindo, assim, de certos critérios, sempre com uma tendência a seguir os valores de quem emite o juízo. Com isso, supõe-se que, apresentando “fatos”, a avaliação auxiliaria a tomada de decisões para a escolha inteligente entre cursos de ação.

Os dados, tidos como precisos e não distorcidos, sobre as consequências dos programas melhorariam estas tomadas de decisões. Trata-se de um processo organizacional para aprimorar as atividades que estão em andamento e auxiliar a administração no planejamento, na programação e nas decisões futuras (GUBA; LINCOLN, 2011).

De acordo com as leituras depreendidas até o momento, entende-se que o atual processo avaliativo do Ensino Superior brasileiro se enquadra neste tipo de avaliação em larga escala, ou ao menos em uma parte do Sinaes, o que é denominado de Enade.

Guba e Lincoln (2011) defendem as gerações de avaliações precedentes, pois elas representaram um passo adiante na evolução do Sistema de Avaliação Educacional. Contudo, concordam que todas as três gerações possuem imperfeições ou defeitos suficientemente graves do tipo: (i) tendência ao gerencialismo; (ii) incapacidade de acomodar o pluralismo de valores e comprometimento exagerado com o paradigma científico de investigação; e, (iii) o forte compromisso com o paradigma positivista. Assim, buscam alternativa que possa suprir as imperfeições apresentadas.

#### **1.5.4 A quarta geração: uma abordagem alternativa, a negociação**

Na década de noventa, teve início essa nova geração de avaliação, com a contribuição das Tecnologias de Informação e Comunicação – (TIC), agregando a discussão com a sociedade, permitindo uma participação coletiva entre todos os atores e construindo com isso novos conhecimentos.

A partir das deficiências observadas nas gerações anteriores, Guba e Lincoln (2011) propõem uma abordagem alternativa, denominada por eles de *avaliação construtivista responsiva ou respondente*. Responsivo ou respondente, pois visa designar uma nova forma de focalizar uma avaliação, definindo limites e parâmetros para a realização desta. Pretende ser sensível às reivindicações e às questões de grupos de interesse. E construtivista, porque se baseia num paradigma construtivista para o qual a realidade é uma construção social, inclusive o objeto da avaliação.

Nesta perspectiva, apresentaram algumas das principais ideias que caracterizavam, respectivamente, o método responsivo de focalizar e o método construtivista de conduzir.

O método *responsivo de focalizar* supõe que toda avaliação requer um método para determinar quais questões devem ser levantadas e quais devam ser coletadas. Nesta abordagem, os rumos são determinados por grupos de interesses.

Já o método *construtivista de conduzir* representa a proposta, o cerne da Avaliação de Quarta Geração.

Para Guba e Lincoln (2011, p. 59), esse é um modelo de avaliação, cujas reivindicações, preocupações e questões dos grupos de interesse ou interessados contribuem para o modelo construtivista.

Em que as reivindicações, preocupações e questões dos grupos de interesse ou interessados (stakeholders) servem como enfoques organizacionais (princípio para determinar quais informações são essenciais), que são implementados de acordo com os preceitos metodológicos do paradigma de investigação construtivista.

A abordagem da avaliação de quarta geração se diferencia das propostas anteriores, uma vez que tem algumas propriedades relevantes, tais como: **avaliação é ser um processo sociopolítico**. Os diversos fatores que constroem uma sociedade são componentes essenciais e significativos de todo o processo construtivo da avaliação.

Os resultados de uma avaliação não descrevem como as coisas realmente são, mas buscam representar construções produzidas por diversos atores, sejam eles indivíduos ou grupos, para dar sentido às situações nas quais eles se encontram. Os resultados são construídos num processo interativo que inclui o avaliador e os grupos de interesse. Frequentemente as propostas de políticas públicas e as suas avaliações ignoram que a realidade é socialmente construída.

Não se deve considerar elementos culturais e políticos como fontes de amedrontamento, mas sim, integrá-los ao processo de avaliação, tornando então os valores culturais e políticos como parte do que se investiga e avalia;

**A avaliação é um processo conjunto e colaborativo.** Busca-se um processo de construção multilateral e colaborativa de avaliação. As construções, por meio das quais as pessoas oferecem sentido às suas situações, são modeladas pelos valores de quem produz os sentidos.

Isto teria poucas implicações, se todos partilhassem um sistema de valores comum. Nessa situação, a construção compartilhada poderá parecer “o estado das coisas”, e viver esta ilusão causaria poucos danos. Isso não significa que todas as avaliações representarão um consenso, requerendo muita negociação de cada parte para manter seu *status quo*.

Porém, na realidade, qualquer sociedade moderna, inclusive aquelas supostamente “primitivas”, em países de terceiro mundo, são pluralistas no que diz respeito a valores.

Por vezes algumas avaliações são empreendidas por meio de negociações, em que pessoas respeitáveis e responsáveis, meramente, **“concordam em discordar”**. Almeja-se ter uma concordância geral por todas as partes envolvidas na construção do processo avaliativo.

**A avaliação é um processo de ensino-aprendizagem.** Como as construções são inseparavelmente conectadas a específicos contextos físicos, psicológicos, sociais e culturais, dentro dos quais elas são realizadas e aos quais se referem, todos, inclusive o avaliador, são partes do processo avaliativo.

Pelo fato de que as pessoas compartilham contextos sociais, não é de se estranhar que, ao longo do tempo, surjam construções sociais compartilhadas, dado que existe uma troca. O avaliador ajuda grupos em suas construções e, ao mesmo tempo, extrai de outras partes o que deve levar em conta no processo, obtendo, assim, um desenvolvimento mutuamente instrutivo.

No entanto, Guba e Lincoln (2011) afirmam que o consenso não implica num maior grau de realidade, qualquer que seja o acordo. Além disso, o consenso é produzido num determinado contexto, e contribui pouco para quem vive num outro contexto. Nada pode ser considerado “verdadeiro” num sentido absoluto, nem mesmo uma aproximação da verdade

**A avaliação é um processo contínuo, recorrente e extremamente divergente.** Essa nova abordagem reconhece que avaliações podem ser feitas para empoderar ou enfraquecer grupos de interesse.

Certamente, poderá ocorrer uma inclusão seletiva de grupos de interesses no projeto e na implementação da avaliação. Se apenas o avaliador e seu cliente decidirem a respeito da metodologia de coleta de dados e da interpretação destes dados, outros grupos de interesse não conseguirão realizar seus interesses.

Da mesma forma, a divulgação seletiva de dados poderá favorecer ou desfavorecer determinados grupos de interesse. De todo modo, do ponto de

vista logístico e monetário, geralmente há um final, contrapondo-se às avaliações que não possuem um fim.

**A avaliação é um processo emergente** e deve ter uma orientação voltada para ação que defina o percurso que deverá ser trilhado e estimule os grupos de interesse envolvidos a segui-lo.

Entretanto, frequentemente os resultados da avaliação não são utilizados. Guba e Lincoln (2011) apontam que os avaliadores costumam culpar, alternadamente, os clientes pela falta de ação a despeito de recomendações aparentemente muito racionais ou a si próprios pela dificuldade de levantar e “vender um produto” que tem que estar de acordo com o que o “cliente” deseja.

Todavia, há de se considerar que muitas vezes as recomendações atendem apenas aos objetivos do avaliador e do seu cliente. Para se chegar a uma ação, é necessário um processo de negociação que considere os valores de cada grupo de interesses e lhes propicie um motivo para agir.

Desta maneira, o projeto deve ser dirigido de acordo com as novas informações que chegam ou quando novas construções são identificadas e analisadas.

**A avaliação é um processo cujos resultados são imprevisíveis.** Finalmente, pelo fato de que a avaliação envolve atores humanos (clientes, grupos de interesse) como fontes de informação de perspectivas diferentes, por isso ela se torna, de certo modo, imprevisível.

Então, cabe ao avaliador interagir com esses atores, respeitando sua dignidade, sua integridade e sua privacidade. Guba e Lincoln (2011) enfatizam que o sentido pleno de respeitar sua dignidade, integridade e privacidade vai muito além de normas padronizadas utilizadas, normalmente, por avaliadores, tais como consentimento informado e garantias para a privacidade.

Os pontos de vista de cada ator do processo não permitem definir o que é certo ou errado, contudo, podem ser diferentes no contexto em que os valores dessa construção são formados, buscando, enfim, respaldar essa construção



**Avaliação é um processo que cria realidades.** Reconstruções de realidades por meio do processo avaliativo são necessárias, pois não existem verdades objetivas.

Estas são reveladas por meio da metodologia que foi empregada no processo de avaliar, sendo as construções (ou reconstruções) emergentes de uma avaliação, uma verdadeira criação dos participantes que negociaram estas avaliações.

Implica envolvimento dos grupos de interesse com participação plena, tornando estes grupos parceiros em todas as fases do processo e em relação a todos os aspectos da avaliação. Significa, ainda, que estes parceiros se comprometem a compartilhar suas construções e a colaborar com a construção comum, visando também ser mais bem informados e a não se tornarem meros objetos de estudo ou experimentação.

Comparada às três gerações anteriores, a avaliação da quarta geração se distingue pelos seguintes aspectos:

1. É, antes de tudo, um processo sociopolítico.
2. É um processo compartilhado e colaborativo.
3. É um processo de ensino e aprendizagem.
4. É um processo contínuo, recursivo e altamente divergente.
5. É um processo emergente e substancialmente imprevisível.
6. É um processo com resultados imprevisíveis.
7. É um processo que constrói uma realidade.

Desta forma, a avaliação de quarta geração será uma construção social, suportada com base em conteúdo de experiência, na qual o avaliador, na condição de um agente condutor do processo de reconstrução das construções de realidades existentes, comandará o processo de mudança de ações e ações para mudanças (GUBA; LINCOLN, 2011, p. 292).

O avaliador de quarta geração será bem mais dotado de capacidades, adotando as funções dos avaliadores das gerações precedentes. Será mais qualificado para o exercício de avaliação.

As abordagens dessa nova geração requerem componentes e paradigmas indicados pelas ramificações políticas, éticas e metodológicas do processo de entendimento e interpretação das ramificações.

Em resumo, *mensurar* o nível de aprendizagem do Ensino Superior é preciso, ou seja, a primeira geração de avaliação deve estar presente. Assim como também estabelecer objetivos se faz necessário, uma vez que *descrever* padrões de pontos fortes e fracos do sistema educacional é o mote da segunda geração de avaliação.

Ainda que o especialista avaliador faça o *juízo*, deve ele valer-se da experiência do especialista educador para ambos estabelecerem critérios de avaliação dos sistemas educacionais.

De toda forma, deve haver pesquisas educacionais para constatar as melhorias que possam estar ocorrendo ou não na educação.

A pesquisa educacional, descrita por Bourdieu (1984, p. 114), insere-se em um campo, como sendo:

Um espaço social, isto é, um sistema de posições diferenciais que confere aos agentes individuais ou coletivos, que o ocupam, papéis e posições diversas, é um *locus* de luta e sobrevive aquele com capital simbólico maior, o capital cultural, este capital pode-se determinar como sendo o sucesso ou fracasso de cada participante do Campo Universitário.

O campo universitário, em geral, campo de atuação do pesquisador, é minado de todos os lados, constituído por grupos de interesse, ou seja, são agentes que possuem a delegação para gerir e produzir políticas universitárias. No entanto, muitos destes agentes são atuantes desta arena, o campo universitário, na oferta de cursos, na proposição de normativas regulatórias, ou seja, fazem as regras do jogo e depois correm para jogar o mesmo jogo.

## **1. 6. *Rankings* acadêmicos da educação superior**

Os *rankings* acadêmicos ou *rankings* universitários são, segundo Barreyro, Santos e Ferreira (2021, p.824), tabelas de classificação ordenada de instituições de educação superior, conforme o seu desempenho, medido por meio de itens classificatórios previamente definidos pelos organizadores de cada tipo de veículo agregador classificatório.

O ranqueamento do Ensino Superior acontece de forma velada pelo órgão público, ao divulgar a nota das IES, com base no desempenho do estudante, não levando em consideração os insumos estruturais disponibilizados pela Instituição.

O fato é que os *rankings* acadêmicos se tornaram uma febre universitária e porque não dizer, social, provocando múltiplos anseios e calafrios nas IES, perante o aguardo de sua divulgação nos canais de mídia competentes. É claro que isso afeta menos aquelas instituições, cujo objetivo de existir seja mais mercantil do que o daquelas, cujo objetivo seja a excelência educacional.

Para Pires, Vargas e Pires (2017, p. 9):

Nota-se a influência do pensamento neoliberal na concepção do sistema de avaliação do ensino superior brasileiro, em especial pelos mecanismos que foram visualizados no Provão nos anos 1990, tais como o ranqueamento das instituições e a divulgação ao público. Ademais, isto reflete uma lógica mercantil, no sentido de que uma boa posição no ranking de instituições gera influências positivas para a imagem da IES.

Como pontuam Sousa e Ferreira (2019), as avaliações de larga escala, externas, estão a serviço da administração educativa, e sua eficácia está relacionada ao controle dos resultados que podem servir, inclusive, para estabelecer o *ranking* para diferenciar o desempenho de diferentes instituições de ensino, tanto as do ensino médio quanto as do Ensino Superior.

Calderón, Borges e Poltronieri (2011, p. 816) dissertam a esse respeito e consideram que o *ranking* é:

[...] instrumento de avaliação e indutor de qualidade da educação no Brasil, tomando como referência os governos FHC e Lula. Defende a hipótese de que passados quatro mandatos e o governo de dois presidentes representantes de projetos políticos diferenciados, os *rankings* enquanto estratégias de estímulo da concorrência para a melhoria da qualidade da educação superior ganharam consenso e legitimidade deixando de serem políticas de Estado, com vigência no mandato de governos específicos, para se tornarem política do Estado Brasileiro com vigência de longo prazo, acima dos interesses dos grupos políticos que se alternam no poder

Em busca de “vantagens” na obtenção de melhores resultados, as IES passaram a moldar o seu projeto pedagógico, de acordo com o que mais se exige nos exames, visando tão somente alçar voos mediante um ranqueamento divulgado midiaticamente (DIAS SOBRINHO, 2010). O Provão, e posteriormente o Enade, foi um mecanismo de regulação estatal com critérios relacionados ao mercado, com estabelecimento de *rankings* que estimulavam a concorrência entre as IES. Apesar

das normas previrem punições nos casos de resultados negativos no Provão, na prática não houve nenhum efeito punitivo, senão de divulgação midiática e publicitária em procedimentos de autorregulação típicos do mercado.

Contudo, na forma midiática, tem-se o perigo da instalação de uma lógica de competitividade, típica do mercado, capaz de agravar os efeitos negativos das desigualdades sociais que atingem as Instituições.

Para Calderón, Poltronieri e Borges (2011, p 824),

Com a retomada dos *rankings* como indutor da qualidade, por meio do estímulo da concorrência, bem como com a tentativa da retomada da criação de uma cultura do ranqueamento.

Em todo caso, o regulador do Ensino Superior proverá a sociedade com o ranqueamento e outros elementos que permitam uma assertiva melhor no momento da escolha, dentre as melhores opções, por esta ou aquela IES

Barreyro e Rothen, (2006, p. 966) relatam que:

Finalmente, na Lei n. 10.861/04 retoma-se a escala de cinco conceitos a ser atribuída como resultado de cada uma das avaliações (Institucional, Curso e ENADE). Interessante notar que, além de retomar a possibilidade do criticado ranking, a lei também resgata a possibilidade de compartimentalização da avaliação, ao prever a divulgação separada dos resultados.

Assim, o Estado, buscando “garantir” qualidade no Ensino Superior, precarizada por conta do controle da expansão dessa faixa escolar permitida pela legislação vigente, apresenta formas de avaliação em larga escala, com a perspectiva de que isso eleve a qualidade em patamares superiores ao número de vagas abertas pela liberalidade econômica aplicada à educação superior.

A seguir, apresentam-se os aportes teóricos que auxiliarão na constituição, na análise e na compreensão dos dados desta pesquisa.

### **1.6.1 *Rankings no mundo acadêmico***

Visando contribuir com esta questão de *rankings* de IES, foram elaborados, a partir da plataforma do *IREG Observatory on Academic Ranking and Excellence*<sup>4</sup>, cujos participantes são especialistas em *rankings* internacionais, dois quadros demonstrativos de ranqueamento de IES no mundo acadêmico.

O IREG agrupa os *rankings* em duas grandes modalidades:

---

<sup>4</sup> Disponível em: <https://ireg-observatory.org/en/>

- *rankings* internacionais, que comparam e classificam universidades de diferentes países;
- *rankings* nacionais, que classificam universidades de um mesmo país.

Ainda os autores (2021, p. 824) relatam que:

As primeiras experiências de ranqueamento de universidades remontam ao final do século XIX, porém foi a partir de 2003 que a comparação, classificação e ordenamento de universidades passou a ser internacional. Dentre os rankings internacionais, os mais conhecidos e influentes são o Academic Ranking of World Universities (ARWU), publicado pela Shanghai Jiao Tong University desde 2003, o The Times Higher Education World University Ranking (THE), mantido pelo jornal inglês The Times e o QS World's University Ranking (QS), da Quacquarelli Symonds. Além das listas globais, cada um desses rankings mantém suas séries de classificações temáticas e/ou regionais. Eles comparam as universidades em escala global a partir de variados indicadores, escolhidos dentre informações disponíveis, variando a metodologia entre um ranking e outro.

No Quadro 1, estão agrupados os *rankings* com suas diversas metodologias e técnicas de mensuração, com produção de indicadores próprios ou apenas a tabulação de informações disponibilizadas pelas instituições de ensino renomadas do mundo acadêmico global.

### **RANKINGS ACADÊMICOS NACIONAIS E INTERNACIONAIS**

QUADRO 1 - RANKINGS ACADÊMICOS INTERNACIONAIS

<b>- DEMONSTRATIVO DOS RANKINGS ACADÊMICOS – NACIONAIS E INTERNACIONAIS</b>			
<b>Identificação</b>	<b>País</b>	<b>Dimensão abordada e mensuração</b>	<b>Endereço eletrônico</b>
CWTS - Leiden Ranking	Holanda	pesquisa, internacionalização	<a href="http://www.cwts.nl">http://www.cwts.nl</a>
Reuters Top 100 – The World's Most Innovative Universities	Inglaterra	investigação, inovação	<a href="http://www.reuters.com">http://www.reuters.com</a>
ARWU – Shanghai Ranking's Academic Ranking of World Universities	Shangai	Pesquisa, ensino	<a href="http://www.shanghairanking.com/index.html">http://www.shanghairanking.com/index.html</a>

QS - World University Rankings	Reino Unido	pesquisa, ensino, internacionalização, empregabilidade	<a href="http://www.topuniversities.com/about-qs">http://www.topuniversities.com/about-qs</a>
THE - World University Rankings	Reino Unido	pesquisa, ensino, internacionalização, transferência de conhecimento	<a href="http://www.timeshighereducation.com">http://www.timeshighereducation.com</a>
US News - Best Global Universities Ranking	Estados Unidos	pesquisa, entrega	<a href="http://www.usnews.com">http://www.usnews.com</a>
U – Multirank	França	pesquisa, ensino, internacionalização, engajamento regional, transferência de conhecimento	<a href="http://www.che.de">http://www.che.de</a> <a href="https://www.utwente.nl/bms/cheps/">https://www.utwente.nl/bms/cheps/</a> <a href="http://www.cwts.nl/">http://www.cwts.nl/</a> <a href="https://www.fundacionyd.org/">https://www.fundacionyd.org/</a>

Fonte: IREG Observatory – organizado pelo autor

No Quadro 2, estão agrupados os *rankings* com suas diversas metodologias e técnicas de mensuração, com produção de indicadores próprios ou apenas a tabulação de informações disponibilizadas pelas instituições de ensino específicas de cada nação.

## RANKINGS NACIONAIS COM SUAS DIVERSAS METODOLOGIAS E TÉCNICAS DE MENSURAÇÃO

QUADRO 2 - RANKINGS ACADÊMICOS NACIONAIS

Identificação	País	Dimensão abordada e mensuração	Endereço eletrônico
CHE Hochschulranking	Alemanha	empregabilidade, internacionalização, reputação, pesquisa, ensino	<a href="http://ranking.zeit.de/che/2014/de/">http://ranking.zeit.de/che/2014/de/</a>
RUF – Ranking Universitário Folha.	Brasil	inovação, internacionalização, pesquisa, ensino	<a href="http://ruf.folha.uol.com.br">http://ruf.folha.uol.com.br</a>
Ranking da China	China	internacionalização, pesquisa, ensino	<a href="http://shanghairanking.com/Greater_China_Ranking/G...">http://shanghairanking.com/Greater_China_Ranking/G...</a>
ShanghaiRanking - Academic	China	empregabilidade, internacionalização,	<a href="https://www.shanghairanking.com">https://www.shanghairanking.com</a>

Ranking of World Universities		engajamento regional, pesquisa, ensino	
-------------------------------	--	--	--

Fonte: IREG Observatory – organizado pelo autor

Como observado nos Quadros 1 e 2, anteriormente expostos, a questão de *rankings* acadêmicos tem dominado o mundo do saber. Há organizadores nacionais, que se preocupam exclusivamente com as IES do seu território e há aqueles que, de alguma forma, estão realizando o ranqueamento de forma multinacional.

No Brasil, o Ranking de Universidades da Folha – RUF, considera os seguintes indicadores para incorporar a IES em seu *ranking*.

QUADRO 03. COMPOSIÇÃO DO INDICADOR RUF

INDICADORES					
	Pesquisa: 42 %	Ensino: 32%	Inovação: 4%	Internacionalização: 4 %	Mercado: 18 %
SUBINDICADORES					
1	Total Publicações 7%	Opinião de docentes do ensino Superior 20%	Patentes 2%	Citações Internacionais por docente 2%	Considera a Opinião de Empregadores Sobre Preferências de Contratação 18%
2	Total Citações 7%	Professores com Mestrado e Doutorado 4%	Parceria com Empresas 2%	Publicações em Coautoria Internacional 2%	
3	Citação por Publicações 4%	Professores em dedicação Integral e parcial 4%			
4	Publicações por docente 7%	Nota do Enade 4%			
5	Citação por Docente 7%				
6	Publicações em revistas nacionais 3%				
7	Recursos recebidos por instituição 3%				
8	Bolsistas CNPq 2%				
9	Teses 2%				

Fonte: Elaborado pelo autor

Este *ranking*, no início, não foi bem recebido no meio acadêmico, causando uma certa perplexidade com relação à posição das IES. Claro que, para aquelas bem avaliadas, a satisfação foi grande. No entanto, ao longo do tempo, os usuários foram compreendendo a sua metodologia, tornando-se uma importante fonte de leitura e interpretação do estágio em que estão posicionados as faculdades isoladas, os centros universitários, a Universidade e seus cursos no campo universitário.

Bellini (2021), ao olhar globalmente as IES, pontua que classificar em um *ranking* as melhores universidades do mundo é uma árdua missão. Isso porque é necessário escolher quais fatores serão analisados, quais as métricas, o peso de

cada critério e de que forma atribuir notas de forma justa. É isso que fazem os *rankings* universitários: usar uma mesma régua para medir as diversas instituições de Ensino Superior. E é com base nesses critérios que eles decidem qual é a melhor universidade do mundo.

Assim, reforça a autora, todos os anos, tais publicações lançam a classificação geral e específica de universidades ao redor do mundo. Há listagens de todos os tipos e objetivos, para programas de MBA, por exemplo, ou mesmo filtragens por área, como as Ciências Sociais. São produzidas diversas listas que podem ser úteis na hora de escolher uma universidade de destino para intercâmbio, graduação ou pós-graduação.

O Brasil, de acordo com Khomyakov, Dwyer e Weller (2020, p. 125), embora não classifique nenhuma universidade entre as duzentas melhores do mundo pelo Times Higher Education (THE), tem duas instituições no *ranking*, conforme QS World University Rankings:

Mas apesar dos investimentos em cursos de excelência, observados sobretudo na China e na Rússia, o desempenho das universidades dos países do BRICS no ranking mundial de universidades ainda não impressiona. Mesmo a China, com seus altos investimentos, contava em 2019 com apenas sete universidades entre as 200 melhores de acordo com o último ranking da Times Higher Education (THE) e oito universidades entre as 200 melhores de acordo com o QS World University Rankings, publicado pela Quacquarelli Symonds (QS), do Reino Unido. A Rússia possui uma universidade em ambos os rankings; a África do Sul conta com duas instituições entre as 200 melhores do ranking da THE e uma universidade entre as 200 melhores do ranking da QS; Índia e Brasil não estão representadas entre as 200 melhores do ranking da THE e contam, cada uma, com duas universidades entre as 200 melhores de acordo com o ranking da QS. Por outro lado, inacreditavelmente, o Reino Unido está representado com 32 universidades entre as 200 melhores segundo o ranking da THE e com 30 instituições entre as 200 da QS.

No caso brasileiro, particularmente, a essa influência internacional, anteriormente apontada, adiciona-se também a incorporação de políticas públicas de regulação da educação superior que, já nos anos de 1995, engendraram formas de ranqueamento de instituições de educação superior via propositura de exames de larga escala, de caráter obrigatório, aplicados aos concluintes de cursos superiores de graduação (CALDERÓN; POLTRONIERI; BORGES, 2011).



## 1.7 Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes)

Criado pela Lei n.º 10.861, de 14 de abril de 2004, o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes) é formado por três componentes principais: a avaliação das instituições, dos cursos e do desempenho dos estudantes. Ele vem em substituição ao ENC, apresentando um novo modelo de aferição do desempenho acadêmico, visando ser uma metodologia hábil suficiente para mitigar os problemas imputados ao anterior sistema.

Barreyro e Rothen, (2006, p. 971) discorrem que:

O SINAES sinaliza uma mudança na concepção da avaliação, passa do foco da concorrência institucional pelo mercado para o da melhoria da qualidade, afirmando valores ligados à educação superior como bem público e não como mercadoria (art. 1 § 1º).

Os autores (2006, p. 971) reforçam que o Sinaes é fruto de várias tentativas de avaliação em larga escala no cenário do Ensino Superior brasileiro:

o SINAES é o resultado da cumulação e da metamorfose. Os três pilares que constituem o Sistema atualmente são derivados das experiências anteriores: a) a Avaliação Institucional, do PAIUB, b) a Avaliação dos Cursos de Graduação, da Avaliação das Condições de Ensino e c) o Exame Nacional do Desempenho dos Estudantes, do Provão. A cumulação dos mecanismos de avaliação foi realizada sem considerar que cada um deles é produto de valores e paradigmas divergentes: a visão formativa/emancipatória do PAIUB, fundada na participação e na autonomia institucional, a visão somativa da Avaliação das Condições de Ensino e o mecanismo de ranking do Provão.

Contribuindo para essa discussão da avaliação em larga escala, promovida pelo governo, instalado em cada etapa da vida nacional, em que se desconstróem programas avaliativos em lugar de aperfeiçoá-los, Polidori (2009, p. 445) observa que:

O SINAES começou a ser criado a partir da constituição da Comissão Especial de Avaliação do Ensino Superior – CEA, constituída por representantes das IES, de membros do Ministério da Educação e da UNE. Essa proposta, em 2004, transformou-se em Lei nº 10.861, instituindo o Sistema.

Ao abordar o Sinaes, Paiva (2008, p. 33) explica que:

O Exame Nacional de Desempenho de estudantes (ENADE) é a parcela do SINAES, em substituição ao ENC, que responde pela avaliação dos estudantes da educação superior. Trouxe, em sua proposta inovações em relação ao ENC, inserindo os estudantes em fase inicial dos cursos de graduação, como forma de mensurar o conhecimento agregado ao estudante durante a sua formação acadêmica.

Atualmente, os estudantes ingressantes no Ensino Superior, apenas são inscritos no Enade. A medida do seu desenvolvimento é dada pela nota do Exame Nacional do Ensino Médio em comparação com a nota obtida no seu ciclo de conclusão do curso de graduação.

O Sinaes, ao focar a avaliação das instituições, dos cursos e do desempenho dos estudantes, avalia todos os aspectos que giram em torno desses três eixos, principalmente o ensino, a pesquisa, a extensão, a responsabilidade social, o desempenho dos alunos, a gestão da instituição, o corpo docente e as instalações.

A abordagem prevista na criação do sistema é o modelo de mensurar o desempenho do estudante, a partir da aplicação de uma prova de conhecimentos gerais e específicos, de múltiplas escolhas e no modo discursivo.

Os principais objetivos da avaliação envolvem: melhorar o mérito e o valor das instituições, áreas, cursos e programas, nas dimensões de ensino, pesquisa, extensão, gestão e formação; aprimorar a qualidade da educação superior e orientar a expansão da oferta; e promover a responsabilidade social das IES, respeitando a identidade institucional e a autonomia de cada organização.

O Sinaes possui uma série de instrumentos complementares: autoavaliação, avaliação externa, Enade, avaliação dos cursos de graduação e instrumentos de informação, como o censo e o cadastro. A integração dos instrumentos permite que sejam atribuídos alguns conceitos, ordenados numa escala com cinco níveis, a cada uma das dimensões e ao conjunto das dimensões avaliadas. O Ministério da Educação torna público e disponível o resultado da avaliação das instituições de Ensino Superior e de seus cursos.

## **1. 8. Caminho da avaliação no sistema educacional superior brasileiro**

Discorrer a respeito da avaliação em larga escala do processo educacional superior brasileiro requer compreender, em sentido amplo, o que significa avaliar.

Assim, de acordo com Bauer (2010, p. 317), a avaliação

pode ser entendida enquanto prática informal (sem procedimentos sistemáticos ou coleta formal de dados/evidências, normalmente baseada em percepções) e social, usada não só para julgamento, mas também para escolha e seleção. Permeando as escolhas e as decisões humanas, essas avaliações informais assumiam (e ainda assumem) os mais diversos significados e utilidades. Apesar de essa avaliação informal estar presente no

cotidiano, ao retomar alguns marcos históricos da moderna avaliação de programas, este estudo irá resvalar na avaliação formal.

A avaliação faz parte do dia a dia dos indivíduos. Constantemente as pessoas avaliam, de modo amplo, tudo e todos, para ajudá-las a tomar as suas decisões.

Do ponto de vista pedagógico, Freitas *et al.*, (2009, p. 7) reiteram que a “avaliação é uma categoria pedagógica polêmica. Diz respeito ao futuro. Portanto, mexe com a vida das pessoas, abre porta ou a fecha, submete ou desenvolve, enfim é uma categoria permeada por contradições.”

Espera-se que as avaliações caminhem na perspectiva que Penna Firme (1994, p. 6) propõe:

Se faz necessário, entre os estudiosos e interessados da avaliação, o exercício pleno da capacidade crítica, porque tendências, que são avanços, e tendenciosidades, que são retrocessos convivem na teoria e, sobretudo na prática. Distinguir umas e outras é imprescindível. Vale então, nesta oportunidade, ressaltar os critérios gerais para guiar avaliações de programa e projetos na sua dimensão mais ampla. [...] tais critérios, indicados por doze organizações envolvidas e preocupadas com a avaliação educacional, após cerca de quatro anos de trabalho, envolvendo aproximadamente duzentas pessoas, somam um elenco de trinta proposições que se agrupam em quatro categorias, quais sejam: utilidade, viabilidade, exatidão e ética.

Tais categorias – utilidade, viabilidade, exatidão e ética – seriam os critérios e/ou parâmetros que devem sempre nortear as avaliações de sistemas educacionais, isso porque,

Com esses critérios sintetizando consensos e entendimentos sobre os essenciais da avaliação, a visão crítica dos caminhos conceituais e da prática avaliativa se faz mais nítida e permite entender os esforços teórico-metodológicos que impulsionaram, marcadamente, pelo menos estes cem anos de avaliação enquanto educacional. (PENNA FIRME, 1994, p. 6)

Na compreensão do que se pretende de fato avaliar, os sistemas avaliativos apresentam caminhos conceituais divergentes do que a sociedade espera e entende que seja avaliado, ou seja, nos seus primórdios as avaliações buscavam aquilatar, na verdade, os programas escolares. Neste contexto, Bauer (2010, p. 319) tem a seguinte visão a respeito da avaliação:

É interessante ressaltar que, apesar de a avaliação dos alunos no interior da escola ser tratada, atualmente, pela avaliação da aprendizagem, subárea também bastante explorada em educação, os exemplos fornecidos por autores de referência permitem supor que as primeiras avaliações de alunos compunham a avaliação dos programas escolares. Posteriormente, com o desenvolvimento de testes e a preocupação com a avaliação do conhecimento, a avaliação de programas e a de aprendizagem foram tomando caminhos próprios e tendem a ser vistas de modo distinto, sendo

que as avaliações em larga-escala, não raro, são consideradas incompatíveis com a rotina escolar. [...]. De qualquer forma, após as primeiras iniciativas de avaliação de programas, a avaliação passou a estar muito relacionada à mensuração de rendimento individual dos alunos, por meio de testes escritos, com forte preocupação em avaliar suas capacidades psíquicas.

Em suma, avaliar é preciso, reflete uma questão social para que se evitem desvios e, porque não dizer, o mercantilismo educacional. No entanto, deve-se trazer à tona todas as possibilidades de avaliação, inclusive a real possibilidade de se tornar pública a nota do futuro egresso, não destacando apenas o ônus para a IES, quando o aluno simplesmente comparece ao local de prova, para cumprir meramente uma imposição para a manutenção da legalidade do sistema.

### 1.9 Avaliação - indicadores de qualidade

A Constituição Cidadã, de 1988 abriu uma questão importante para a educação, a avaliação como forma de aferir a qualidade do ensino.

Em consequência da abertura de uma educação livre para a iniciativa privada, a educação nacional passaria a ter normas gerais de autorização, regulação e avaliação da qualidade pelo poder público, como base no “Documento Básico de Avaliação das Universidades Brasileiras”, de novembro de 1993.

Nas últimas edições tri anuais do exame, os estudantes ingressantes foram apenas inscritos pelas IES sem, no entanto, serem obrigados a comparecer para a realização do exame. Esta inscrição geraria no ciclo seguinte uma métrica o IDD.

A métrica, conhecida como **Indicador de Diferença entre os Desempenhos Observado e Esperado (IDD)**, é um indicador de qualidade, que busca mensurar o valor agregado pelo curso ao desenvolvimento dos estudantes concluintes, considerando seus desempenhos no Enade e no Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), como medida *proxy* (aproximação) das suas características de desenvolvimento ao ingressarem no curso de graduação avaliado. Para que um curso tenha o IDD calculado, é preciso que ele atenda às seguintes condições:

- possuir no mínimo dois estudantes concluintes participantes do Enade com dados recuperados da base de dados do Enem no período entre o ano de ingresso no curso avaliado e os três anos anteriores;

- atingir 20% do total de estudantes concluintes participantes do Enade com dados recuperados da base de dados do Enem.

Desde 2014, o cálculo do IDD ocorre para cada indivíduo que tenha participado do Enade e do Enem, recuperando-se os resultados do estudante nos dois exames a partir do número do CPF.

Esse indicador é calculado desde 2007, como componente do CPC. Em 2016, passou a ser divulgado separadamente, vinculado ao mesmo código de curso em que os estudantes concluintes foram inscritos no Enade.

### **1.9.1 Conceito Preliminar de Curso - CPC**

No ano de 2008, ocorreu a instalação de dois novos indicadores no contexto da educação superior brasileira. O primeiro deles, denominado Conceito Preliminar de Curso – CPC, foi instituído pela Portaria Normativa n.º 4 de 5 de agosto de 2008 e veio a compor o cenário de uma forma díspar ao Sistema. Esse Conceito Preliminar de Curso – CPC – avalia o curso em uma escala de 1 a 5. Para o cálculo, são considerados: (i) Conceito Enade (desempenho dos estudantes na prova do Enade), com peso de 20%; (ii) Indicador de Diferença entre os Desempenhos Observado e Esperado (IDD), com peso de 35%; (iii) corpo docente (informações do Censo Superior sobre o percentual de mestres, doutores e regime de trabalho), com peso de 30%; e, (iv) percepção dos estudantes sobre seu processo formativo (informações do Questionário do Estudante do Enade), com 15%.

Hoffmann *et al.* (2014, p. 653) entendem que esses indicadores são considerados medidas da qualidade da educação superior brasileira, uma vez que norteiam as políticas públicas para este ambiente educacional.

Os resultados da avaliação devem subsidiar os processos de regulação e supervisão da educação superior, que compreendem as ações de autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento de cursos de graduação, e credenciamento e credenciamento de IES.

Com o objetivo de melhor esclarecer esses subsídios, Girardi (2017, p. 7) reporta que:

O Conceito Preliminar de Curso – CPC é um importante indicador da qualidade dos cursos de Ensino Superior. Através do portal de web site do INEP é disponibilizado um banco de dados desde o ano de 2007, devido a

Portaria no 40/2007, republicada em 2010, que estabelece o ciclo avaliativo do ENADE, bem como os dados do CPC que fornecem informações para os atos de renovação de reconhecimento de cursos de graduação.

Para o cálculo do CPC é preciso ao menos dois estudantes concluintes no curso avaliado, caso contrário o curso fica sem conceito (SC).

Os indicadores de qualidade obtidos pelo CPC, são constituídos de oito componentes, agrupados em quatro dimensões que se destinam a avaliar a qualidade dos cursos de graduação:

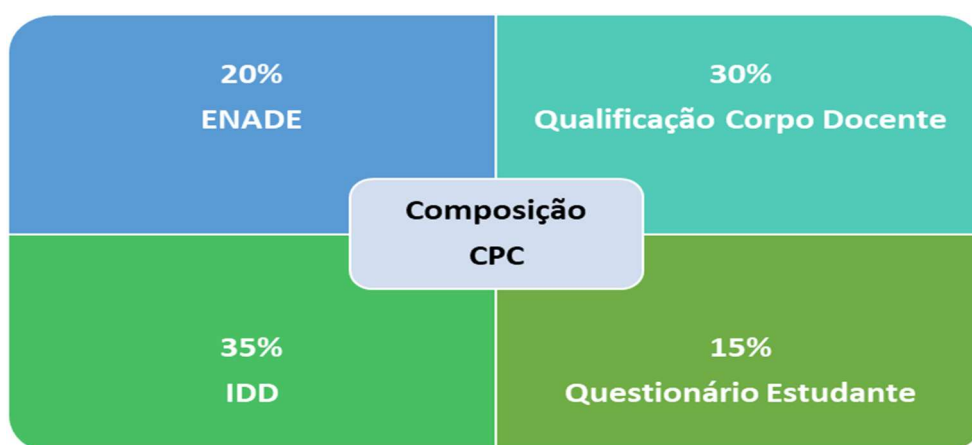
- a) desempenho dos estudantes;
- b) valor agregado pelo processo formativo oferecido pelo curso;
- c) corpo docente;
- d) condições oferecidas para o desenvolvimento do processo formativo.

A divulgação abrange tanto instrumentos de informação (dados do censo, do cadastro, Conceito Preliminar de Curso – CPC e do Índice Geral de Cursos – IGC) quanto os conceitos das avaliações para os atos de Renovação de Reconhecimento e de Recredenciamento (parte do ciclo trienal do Sinaes, com base nos cursos contemplados no Enade a cada ano).

Muito se questiona sobre a utilização do Enade como medida ou ferramenta, nos moldes atuais, para avaliar cursos de graduação ou ainda o método de sua aplicação.

Todavia o Enade tem enorme importância na avaliação das IES no âmbito do Sinaes, principalmente pelo peso relativo que tem no cômputo dos conceitos avaliativos dos cursos e da própria IES. Ele é um componente da avaliação que, sozinho, corresponde a cerca de 55% do CPC – Conceito Preliminar de Curso – uma das modalidades de avaliação do Sinaes, conforme Figura 1:

Figura 1: Composição do CPC



Fonte: MEC. Adaptado pelo autor

Os indicadores desse CPC servem para avaliar a educação superior, para fins dos processos de renovação de reconhecimento respectivos, no âmbito do ciclo avaliativo do Sinaes instaurado pela Portaria Normativa n.º 1, de 2007.

Assim, o CPC veio compor sistema de avaliação de forma desigual, pois o que importa é a qualificação por meio de diplomas e não o trabalho docente em sala de aula. Tornando as IES públicas melhor ranqueadas por conta do alto número de titulados em seu corpo docente.

O segundo indicador criado, intitulado de Índice Geral de Cursos da Instituição de Educação Superior – IGC, foi instituído pela Portaria Normativa n.º 12 de 5 de setembro de 2008.

Ambos indicadores, CPC e IGC, buscam concentrar, num único momento, informações de um mesmo “ pilar ” do Sinaes, o ENADE, as informações sobre os cursos e a IES, classificando-os e tendo como resultado um ranqueamento.

### **1.9.2 Índice Geral de Cursos – IGC**

O Índice Geral de Cursos Avaliados da Instituição – IGC – foi instituído pela Portaria Normativa n.º 12, de 5 de setembro de 2008, tendo a metodologia de cálculo, atualmente utilizada, descrita na Nota Técnica n.º 19/2018/CGCQES/DAES. O IGC é uma média ponderada, que envolve as notas contínuas de conceitos preliminares de cursos (NPCc) de graduação e os conceitos Capes dos cursos de programas de pós-graduação *stricto sensu*. Em ambos os indicadores, a base principal de cálculo é oriunda do Enade, instrumento voltado a medir o desempenho dos estudantes de graduação.

Contribuindo com esta pesquisa, Lima e Vilas Boas (2019, p. 65) estruturam a seguinte argumentação:

Após a divulgação anual do CPC e do IGC pelo Inep, a Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior (Seres/MEC) expede despachos apontando, por critérios neles estabelecidos, os CPC insatisfatórios, determinando, para os cursos inseridos nesse rol, a abertura de processos de renovação de reconhecimento, com a possibilidade de celebração de protocolo de compromisso, com vistas à melhoria das condições de oferta do curso e, no caso de IGC insatisfatório, para as IES inseridas nessa relação, a abertura de processos de recredenciamento, também com a possibilidade de celebração de protocolo de compromisso, objetivando a melhoria das condições institucionais.

Essa abordagem *in loco* só é verificada, quando a nota da IES já se tornou pública, causando-lhe grande prejuízo. A avaliação da estrutura física e da proposta pedagógica é oriunda do questionário socioeconômico que o estudante respondeu. Tal lapso somente poderá ser corrigido, quando for realizada uma visita no local, para verificar a veracidade da informação.

No entanto outros processos são ainda necessários para a estruturação dos conceitos de boa ou má IES, detectados assim por Lima e Vilas Boas (2019, p. 65):

Há, o caso dos despachos expedidos pela Seres que aplicam medidas cautelares preventivas de punição a Cursos e/ou IES que obtiveram, respectivamente, duplo CPC ou duplo IGC insatisfatórios, em dois ciclos avaliativos seguidos. Ressalta-se que inexistente qualquer respaldo normativo prévio e direto a autorizar tal tipo de punição, embora sejam situações recorrentes tais medidas punitivas, sempre com base em Despachos do Secretário da Seres, os últimos expedidos em 2015 (Despacho Seres/MEC nº 97/2015 e Despacho Seres/MEC nº 99/2015).

Bernhardt (2015, p. 64) considera haver uma controvérsia no artigo artigo 2º da Lei 10861/2004, pois, no fragmento “avaliação institucional, interna e externa, contemplando a análise global e integrada das dimensões”, não é considerada a opinião do aluno em relação à IES

Como o IGC depende da média do CPC e, em menor grau, da média dos conceitos dos programas de pós-graduação da IES, considera o CPC dos cursos avaliados no ano do cálculo e nos dois anos anteriores. A sua divulgação se refere sempre a um triênio, compreendendo um ciclo avaliativo.

Finalmente Lima e Vilas Boas (2019, p. 65), a respeito destes indicadores, enfatizam que:

Nesse cenário, do duplo indicador seguido insatisfatório, a única forma de não enfrentar medida punitiva é se, entre um ciclo avaliativo e outro, o Curso ou a IES obtiver, respectivamente, um CC ou um CI satisfatório. Isso implicaria no saneamento do primeiro conceito insatisfatório e faria do eventual segundo conceito insatisfatório de CPC ou IGC, o primeiro.

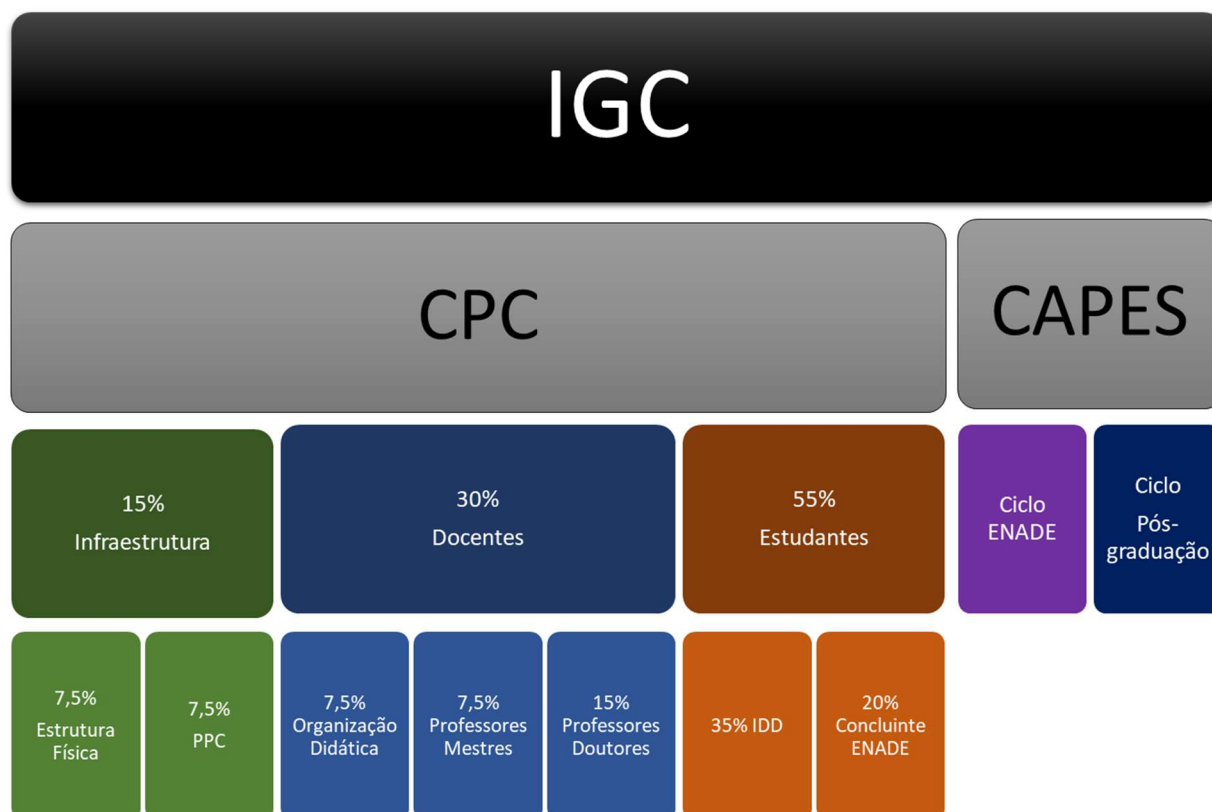
Constata-se, portanto, que além do ranqueamento, as IES podem sofrer novas punições em decorrência da não responsabilização do acadêmico perante a avaliação do Enade.

A importância do Enade ganha significado também na visibilidade do curso pela sociedade, tendo em vista a forma como a mídia dá destaque aos resultados deste exame, desde sua implantação. Há de se ressaltar que a sociedade, num senso



comum, já assimilou os resultados do Enade como principal parâmetro de avaliação das instituições e cursos de graduação superior no País. A Figura 2 ilustra o SINAES como um todo.

**Figura 2:** Composição do IGC-Sinaes



**Fonte:** MEC/ Capes. Adaptado pelo autor

Também serão comparados os resultados refletidos no Índice Geral de Cursos (IGC), indicador que combina a avaliação dos cursos de graduação no Enade com os da avaliação da pós-graduação, além das características da formação acadêmica e do regime de trabalho das funções docentes que atuam nessas IES.

Analisar se a dicotomia entre a proposta do Sinaes e, em seu bojo, o ENADE, permite averiguar sem restrições as condições de oferta do Ensino Superior. Por outro lado, utilizar o resultado do acadêmico para assegurar essas condições parece ser temeroso, o que acarretou a proposta de análise desta pesquisa.

É possível identificar motivações diferentes entre uma avaliação do Sinaes, e a outra, do CFC. Para o Enade, a inscrição é obrigatória para todos os alunos que estejam com 80% ou mais de disciplinas cursadas e aprovadas.

O aluno tem a sua inscrição realizada pela IES, devendo responder aos questionários e realizar a prova. Caso não compareça ao exame, sem justificativa contundente, não poderá colar grau, mesmo que tenha concluído os demais componentes curriculares e respectivos créditos junto a IES. Nesse caso, será necessário aguardar um ato do MEC para que regularize sua situação e torne-o apto a colar grau.

Os estudantes que permanecerem em situação irregular perante o Enade no ciclo de seu curso, mesmo após o período de recursos, em decorrência do não cumprimento de um ou mais critérios para obtenção de regularidade (prova e Questionário do Estudante), poderão ser regularizados por ato do Inep no segundo semestre de cada ano, após o encerramento das inscrições da próxima edição do Enade, mesmo que o curso do acadêmico não esteja no ciclo avaliativo. A regularidade no Enade é pré-requisito para a colação de grau.

Para o exame de suficiência do CFC, o acadêmico que está no quarto ano da sua graduação, condição semelhante ao Enade, poderá prestar o exame de suficiência. Assim, terá que acertar ao menos 50% das questões (de um total de cinquenta) e então solicitar o seu registro junto ao Conselho Regional de Contabilidade – CRC, apresentando tal documento juntamente com o diploma de bacharel.

No entanto, para o Enade, se o acadêmico estiver inscrito, preencher o questionário e comparecer para a prova na data marcada, mesmo que ele não resolva nenhuma questão do caderno de questões, entregando em branco a prova, cumprirá a obrigatoriedade que lhe foi imposta via poder público.

Compreender a ação, o modo de agir do aluno da Faculdade de Ciências Contábeis da PUC-Campinas nas duas avaliações externas é a proposta maior deste trabalho. Pretende-se entender a avaliação derivada de valor, tendo como norte caminhos para melhorar esta tão sofrida Educação.

Para tanto, buscar-se-á ainda, analisar a Diretriz Curricular Nacional – DCN do curso, observar os componentes curriculares exigidos pelos editais de ambos os

exames e a Matriz Curricular do Curso de Ciências Contábeis da PUC-Campinas, comparando-os para poder aferir o desempenho do aluno em ambos os exames.

Os resultados desta pesquisa poderão contribuir para a reflexão da impertinência da avaliação em larga escala e o respectivo ranqueamento das Instituições de Ensino Superior.

### **1.10 Avaliação em larga escala**

Pensar em avaliação supõe um envolvimento com a melhoria de processo, como afirma Vianna (2005), ao citar Stake (1978): o homem observa; o homem julga, isto é, ele avalia. Se algo não está em conformidade com padrões estabelecidos, se fica aquém de determinada métrica, instantaneamente pensa-se em avaliar.

Afinal, o que é avaliar? Para que avaliar? Por que avaliar? Para quem avaliar?

Buscando uma assertiva a respeito de tais questionamentos, Scriven (2018, p.19) assevera que avaliar é o processo de determinação do mérito, importância e valor das coisas. A avaliação é o produto deste processo. Como bem explica Scriven (2018, p. 13, grifos do autor):

No final das contas, toda disciplina tinha um componente de avaliação: o processo de avaliação de hipóteses e metodologias, técnicas, programas de treinamento e publicações. Em outras palavras, a questão não era se havia lugar para a avaliação entre as disciplinas respeitáveis, mas sim, seu lugar estava em todas as disciplinas, a fim de separar o que eu chamaria de “bom” do “ruim”. Isto é distinguir as boas teorias, hipóteses, amostras, bons desenhos experimentais daqueles menos bons e dos claramente inválidos.

Avaliar é ter o constante olhar a respeito das coisas, de julgar tudo a todo momento. Como dimensão desse processo humano avaliativo, são avaliados os traços das pessoas, o porte físico, a posição social. Como disse Bourdieu (2011), medimos nas ou das pessoas seu capital cultural (diplomas e títulos) e seu capital simbólico (prestígio e/ou honra).

Como a proposta é tratar da avaliação da educação superior, eis algumas posições a respeito.

### **1.10.1 Os sentidos da avaliação**

A expansão de matrículas nos sistemas de educação superior, que ocorreu em vários países a partir da década de 1960, teve entre suas consequências a disseminação de instituições de ensino que atuam com condições de infraestrutura e recursos humanos considerados inadequados, e cujos projetos curriculares nem sempre atendem às demandas da sociedade no que concerne à produção e difusão do conhecimento. A busca por programas e/ou sistemas avaliativos para mensurar o trabalho e a eficácia das instituições de Ensino Superior, a pertinência de suas ações ou a promoção de maior equidade nos sistemas de ensino, como forma de legitimar os recursos nelas aplicados e de redirecionar os investimentos, passaram a ocupar, então, as agendas de muitos países (PEIXOTO, 2011)

Assim, a principal razão para a longevidade da avaliação em larga escala no cenário da educação brasileira está relacionada ao seu objetivo fundamental: fornecer informações qualificadas para tomadas de decisão em diferentes níveis educacionais, das secretarias aos professores em sala de aula. É por meio da avaliação educacional que gestores podem implementar, acompanhar e verificar o impacto de políticas públicas que tenham como foco os principais obstáculos que a rede enfrenta. Ao mesmo tempo, professores podem verificar, com maior precisão, as desigualdades de aprendizagem de suas turmas e, com isso, elaborar ações pedagógicas específicas.

O mais importante a respeito de avaliação em larga escala é que, para ser considerada de larga escala, a avaliação deve, além disso, ser desenhada para aplicação a uma grande quantidade de sujeitos – que extrapola o contingente de alunos de uma turma ou mesmo de uma escola.

Souza (2018, p. 51) apresenta uma visão geral contemporânea a respeito da avaliação:

Ao se tratar da Educação como elemento que possibilita a transformação da realidade social, é preciso considerar-se frente a um tema profundamente complexo, amplo e desafiador. Nesse sentido, o conhecimento científico construído no decorrer da história serve como ponto de partida para o processo educativo, que é estruturado e permeado também pelas relações pessoais, sociais, aspirações e intenções de cada ser humano envolvido com a educação. A avaliação é um tema cadente nos estudos sobre a educação. Ao longo dos anos, as concepções sobre avaliação evoluíram e ficaram mais complexas e sofisticadas. Isso porque, enquanto prática social, não é possível dissociar a avaliação dos contextos históricos e sociais nos quais ela está inserida. Assim, à medida que as sociedades mudam, as práticas educativas também se alteram.

E como a sociedade está constantemente avaliando toda e qualquer situação, a avaliação educacional é uma motivação essencial e especial para a prática social.

Prosperando com esta construção, Souza (2018, p. 51) enfatiza que:

As pesquisas e os estudos contemporâneos em avaliação vêm possibilitando a construção de novos saberes e a consolidação de um campo fundamental para o desenvolvimento da avaliação em educação, e para compreender a avaliação em suas várias nuances e enquanto instrumento emancipatório, é primordial entender seus fundamentos enquanto ciência e enquanto campo de produção de conhecimento.

Os processos de avaliação precisam ser consolidados para que seus fundamentos tenham credibilidade. Não basta apenas dizer se algo está certo ou errado, mas, a partir de constatações de uma situação, propor soluções para melhorar o objeto em análise. Retraçar rotas definidas anteriormente como assertivas. Inteirar a sociedade da qualidade da oferta e do uso de um produto. No caso, o grau de confiabilidade da Educação no tocante às políticas públicas de abertura ao mercado.

Oliveira (2021, p. 143) contribui com essa discussão:

Nesse sentido, as discussões em torno da crise da educação pública, constatada por sua baixa qualidade verificada e reiterada pelas avaliações em larga escala, vêm desqualificando as escolas e seus profissionais, e ainda mais a sua gestão. O problema é deslocado do âmbito político para o administrativo, recorrendo-se à técnica como supostamente neutra, no lugar do político que é claramente posicionado. Assim, ignoram-se as desigualdades na oferta educativa, os fatores sociais e econômicos que interferem diretamente nesses processos, as carências materiais dos estudantes e dos estabelecimentos, a precária infraestrutura das escolas, as condições de trabalho e de formação de seus profissionais, além da enorme diversidade cultural que esse subcontinente comporta, e direciona-se o foco para a administração, reduzindo a questão educacional a um problema de gestão. O discurso da qualidade educativa tem aberto caminho para a privatização da educação por meio da desqualificação do público como ineficiente e da promoção do individualismo imposta pela lógica meritocrática de que só os melhores vencerão.

Afinal, a avaliação sempre deve estar em constante mutação e aperfeiçoamento, pois, por meio dela, serão geradas novas propostas.

Na sequência, as avaliações em larga escala que esta pesquisa tem por objetivo analisar.

### **1.10.2 Exame Nacional de Desempenho de Estudante – Enade**

Em 2004, o Inep desenvolveu e implantou, por meio da Lei n. 10.861, de 14 de abril de 2004, o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes). Desde a sua criação, é um “componente curricular obrigatório”, e pretende avaliar o rendimento dos concluintes da graduação. Assim, o Sinaes reúne informações do Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (Enade) e das avaliações institucionais e dos cursos.

A cada ano, o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), responsável pelo Sistema de Avaliação do Ensino, juntamente com o Ministério da Educação definem as ÁREAS (com seus cursos/habilitações) que serão avaliadas pelo Enade, de tal forma que cada curso/habilitação seja convocado de 3 em 3 anos a participar. Por isso, TODOS os ALUNOS podem cumprir esse componente curricular chamado Enade, no início e no fim do curso<sup>5</sup>.

A prova do Enade é composta por elementos de conhecimentos gerais aplicados a todos os cursos daquele ciclo e por conteúdo específico de cada curso. Como prevê o artigo 5.º,

Art. 5º A avaliação do desempenho dos estudantes dos cursos de graduação será realizada mediante aplicação do Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes - ENADE. § 1º O ENADE aferirá o desempenho dos estudantes em relação aos conteúdos programáticos previstos nas diretrizes curriculares do respectivo curso de graduação, suas habilidades para ajustamento às exigências decorrentes da evolução do conhecimento e suas competências para compreender temas exteriores ao âmbito específico de sua profissão, ligados à realidade brasileira e mundial e a outras áreas do conhecimento. § 2º O ENADE será aplicado periodicamente, admitida a utilização de procedimentos amostrais, aos alunos de todos os cursos de graduação, ao final do primeiro e do último ano de curso. § 3º A periodicidade máxima de aplicação do ENADE aos estudantes de cada curso de graduação será trienal. § 4º A aplicação do ENADE será acompanhada de instrumento destinado a levantar o perfil dos estudantes, relevante para a compreensão de seus resultados. § 5º O ENADE é componente curricular obrigatório dos cursos de graduação, sendo inscrita no histórico escolar do estudante somente a sua situação regular com relação a essa obrigação, atestada pela sua efetiva participação ou, quando for o caso, dispensa oficial pelo Ministério da Educação, na forma estabelecida em regulamento. (BRASIL, 2004, p. 2)

Portanto, a avaliação do desempenho dos estudantes (Enade) objetiva estabelecer indicadores de desempenho dos estudantes no âmbito dos conteúdos previstos nas diretrizes curriculares do curso de graduação, das habilidades e

---

<sup>5</sup> Disponível em: <https://prograd.ufes.br/exame-nacional-de-desempenho-dos-estudantes-enade>. Acesso em: 03 ago. 2022.

competências mínimas requeridas para o exercício profissional de qualidade na visão do MEC e sociedade.

Lacerda (2015, p.95) descreve o Enade como sendo:

De caráter quantitativista e regulatório, o rol de índices que se inicia com o desempenho do estudante, e sua nota no ENADE, e chega ao nível da instituição com seu índice geral de cursos, o IGC, remete-se a outro modelo de avaliação, em que a qualidade do ensino se encontra intrinsecamente ligada à sua eficiência diante do mercado de trabalho.

Muito embora o mercado de trabalho recorra à informação da mídia para avaliar com propriedade os egressos de uma instituição de ensino, ainda a tradição e o comprometimento com a qualidade de ensino intrínseco na cultura da IES poderão se sobressair e facilitar a ascensão a postos de trabalho para os seus egressos a despeito de avaliação em larga escala.

Tenório e Argollo (2015, p.110) discutem que o Enade:

permite avaliar todos os cursos durante um triênio, configurando-se como componente curricular obrigatório, com aplicação periódica, para uma amostra de alunos ao final do primeiro e do último ano de curso, com a finalidade de informar sobre o nível de conhecimento alcançado pelos alunos no Ensino Superior. Seus resultados poderão produzir dados por IES, constituindo referenciais que permitam a definição de ações voltadas para a melhoria da qualidade dos cursos de graduação, por parte de professores, técnicos, dirigentes e autoridades educacionais.

Esses resultados das avaliações em larga escala acabam servindo como uma métrica classificatória, um ranqueamento, concentrado em um único momento, ou seja, apenas em um dos pilares do Sinaes, o Enade.

Essa ideia de “ranqueamento” é uma característica presente na concepção de responsabilização da IES, uma vez que se busca provar que os resultados obtidos correspondem a padrões externos emitidos pelo órgão avaliador, desta forma Verhine e Dantas (2015, p.174, grifo nosso) afirmam que o Enade

tornou-se um componente curricular obrigatório, **com participação registrada no histórico escolar de cada estudante**. O Exame avalia os alunos com relação aos conteúdos fornecidos pelas orientações curriculares dos seus respectivos cursos de graduação. Avalia também a adequação, o conhecimento do aluno e suas competências para compreender tópicos relativos a questões brasileiras e internacionais. O Exame nacional deve ser aplicado em todos os cursos profissionais, pelo menos uma vez a cada três anos, para alunos ingressantes e concluintes, permitindo, dessa forma, medir a trajetória de aprendizagem do alunado. Essa intenção de medir o valor agregado desempenha um papel central no delineamento dos testes e na possibilidade de melhorar a qualidade de informação fornecida por um exame dessa natureza.

Enquanto para o aluno a sua participação no Enade apenas conste de seu histórico escolar, para as instituições os resultados dessas avaliações serão cruciais, pois se coloca em jogo a avaliação delas, o lugar que elas ocupam nos *rankings*, a valoração da mídia. Em vista disso, as instituições buscam, muitas vezes, promover diversas ações de preparação, adaptar seus projetos pedagógicos ao que é ali cobrado. Quem faz a prova é o acadêmico, quem arca com os maiores resultados é a instituição.

### **1.10.3 Exame de Suficiência do Conselho Federal de Contabilidade**

No Brasil, o curso de Ciências Contábeis foi instituído pelo Decreto-Lei N.º 7988/1945, enquanto o Exame de Suficiência foi criado em 1999, pela Resolução CFC n.º 853/99.

O referido exame foi criado em 1999, sendo aplicado desde o ano 2000 até o ano de 2005, quando foi suspenso, por ter sido criado por resolução do Conselho Federal de Contabilidade e não por Lei. Retornou com base na Lei nº 12 249/2010, com o objetivo de aferir a qualidade do egresso, conseqüentemente do ensino aplicado pelas IES, visando melhorar e moralizar a profissão de contador.

O Exame de Suficiência foi idealizado pelo Conselho Federal de Contabilidade, por conta da grande importância do profissional contábil no cenário econômico e ainda como resposta ao aumento da oferta de cursos de Ciências Contábeis, com o objetivo de resguardar a sociedade de profissionais sem o adequado preparo para exercer com responsabilidade e ética os requisitos da profissão.

O egresso de um curso superior em Ciências Contábeis não é ainda um contador e, sim, um bacharel em Ciências Contábeis. Para ser contador profissional, ele, além de ser graduado em Ciências Contábeis, devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade, precisa ser aprovado no referido exame, que é aplicado duas vezes ao ano, devendo o candidato acertar ao menos 50% das questões apresentadas em cada prova.

Os eixos temáticos, abordados nos exames de Suficiência, enfatizam temas, destacando-se um maior número de questões em Auditoria Contábil, Contabilidade



Aplicada ao Setor Público, Contabilidade de Custos, Contabilidade Geral, Contabilidade Gerencial, Controladoria, Legislação e Ética Profissional, Língua Portuguesa Aplicada, Matemática Financeira e Estatística, Noções de Direito e Legislação Aplicada, Perícia Contábil, Princípios de Contabilidade e Normas Brasileiras de Contabilidade, Teoria da Contabilidade. Ora um exame concentra um número maior de perguntas em eixo temático, ora em outro eixo, no entanto os temas que mais têm proporcionado questões são os acima expostos. A seguir uma síntese a respeito da Ciência Contábil.

### **1.11 A Ciência Contábil<sup>6</sup>**

De um modo geral, a contabilidade pode ser considerada como uma forma de avaliação, pois desde os primórdios a sua função foi a de demonstrar quantitativa e qualitativamente o patrimônio das pessoas, ou seja, tinha e tem como função primeira avaliar a riqueza, controlar a evolução dos bens e direitos das sociedades juridicamente constituídas.

Ainda de forma rudimentar e não sistematizada, servia para contar as evoluções das criações e medir as plantações em desenvolvimento, deste modo, maiores noções de propriedade e patrimônio, surgindo a partir daí a necessidade de formas de controle e registro dos bens, direitos e obrigações do homem pré-histórico.

#### **1.11.1 O ensino das Ciências Contábeis e sua evolução**

No Brasil, a evolução do ensino comercial foi a responsável pela criação do curso de Ciências Contábeis, uma vez que, no início do século XIX, o estudante de Contabilidade era proveniente da “aula do Comércio”. O ensino comercial surgiu com o desenvolvimento das atividades mercantis e da necessidade de pessoal preparado para cuidar das questões relacionadas ao comércio e aos negócios públicos.

A evolução propriamente dita do ensino da Contabilidade, no Brasil, só ocorreu a partir de 1931, por meio do Decreto n.º 20158, que introduzia reformas profundas

---

<sup>6</sup> <https://meuartigo.brasilecola.uol.com.br/administracao/fundamentos-evolucao-historica-ciencia-contabil-1.htm> em 17 fev. 2021.

na estrutura do ensino comercial, tornando-a um tanto complexa, pois, além de estabelecer um currículo mínimo, deveria apresentar também uma ementa para cada disciplina a ser ministrada no curso.

Os profissionais que obtivessem seus certificados, diplomas, títulos ou atestados, registrados pela Superintendência do Ensino Comercial, poderiam exercer a profissão em todo o território nacional. O diploma de bacharel em Ciências Contábeis e o título de professor eram oferecidos ao aluno que concluísse o curso superior de Administração e Finanças, podendo este também receber o título de Doutor em Ciências Econômicas, caso defendesse tese perante a banca examinadora da Faculdade.

Tendo como característica ser essencialmente práticos, os cursos comerciais nem sempre conseguiram atender à demanda das empresas, pois, à medida que as estruturas organizacionais iam se sofisticando, havia a necessidade de profissionais com melhor capacitação para atender às exigências do mercado. A capacitação do Técnico em Contabilidade não mais correspondia ao que o mercado requeria, ficando ao Contador a tarefa de responder pelas funções mais complexas que a situação exigia.

Naquela época, o curso de Contabilidade, ministrado nas escolas de comércio, já trazia consigo algumas dificuldades e era alvo de muitas críticas. Com base nessas críticas e buscando soluções para os problemas apontados, em 1945 foi criado o curso de Ciências Contábeis, de acordo com o Decreto-Lei n.º 7988, ao extinguir o curso superior de Administração e Finanças e o curso de Atuário, ambos criados em 30 de junho de 1931, por meio do Decreto n.º 20158.

O Decreto-Lei n.º 7988/45, ao criar o curso de Ciências Contábeis, especificava as disciplinas a serem ministradas ao longo do curso e estabelecia que sua duração deveria ser de quatro anos. Este Decreto-Lei conferia aos seus formandos do curso superior o grau de bacharel em Ciências Contábeis e Atuariais e garantia aos contadores e aos atuários diplomados, com data anterior a este Decreto, os mesmos direitos. O título de Doutor em Ciências Contábeis e Atuariais seria conferido, entretanto, ao candidato que defendesse tese, até dois anos após sua graduação.

Em novembro do mesmo ano, o Decreto-Lei n.º 8191/45 definiria as categorias profissionais que até então eram compostas por guarda-livros, atuários, contadores, perito-contadores e, por último, por bacharéis, separando-as em apenas duas: a de

Técnico em Contabilidade para os formandos em nível médio e o de Contador ou Bacharel para os de nível superior.

Entretanto, com a reforma didática implantada pelo Decreto n.º 36361, de 08 de março de 1960, alterando a sua estrutura, modificou-se, criando o Bacharelado em Ciências Contábeis e deixando a área de Atuária a ser ministrada em nível de pós-graduação.

O curso superior de Ciências Contábeis e Atuariais, embora representasse uma grande expectativa de desenvolvimento no Ensino Superior da Contabilidade, não apresentou grandes progressos no início de sua criação, principalmente, pelo fato de o curso de nível médio formar uma categoria de profissionais que atendia às necessidades daquela época e porque os Técnicos em Contabilidade o consideravam semelhante ao curso de grau médio que haviam concluído. Este quadro só veio a se modificar no final da década de sessenta.

A década de sessenta foi marcada por grandes modificações na estrutura do Ensino Superior, tendo como base a Lei n.º 4024, de 20 de dezembro de 1961, que fixou as diretrizes e bases da educação nacional e criou o Conselho Federal da Educação - CFE, atribuindo-lhe, dentre outras, a responsabilidade de fixar os currículos mínimos e a duração dos cursos superiores destinados à formação de pessoal para as profissões regulamentadas em lei.

Por meio da Resolução s/n, de 08 de fevereiro de 1963, o Conselho Federal de Educação fixou um currículo mínimo para o curso de Ciências Contábeis, estabelecendo as disciplinas obrigatórias para o ciclo básico, como também para o ciclo de formação profissional. Entretanto, apesar de relacionar as disciplinas indispensáveis para o curso em questão, a Resolução deixava a critério das instituições de ensino a complementação da sua matriz curricular, assim como a distribuição das disciplinas por série.

A atribuição de carga horária de cada disciplina poderia ser feita de acordo com a necessidade de cada instituição de ensino, contanto que se respeitasse um tempo útil mínimo de 2.700 horas, conforme determinado pela Portaria Ministerial n.º 159, de 14 de junho de 1965, tempo esse que foi aumentado, posteriormente, em razão da inclusão obrigatória das disciplinas: Estudos de Problemas Brasileiros e Educação Física.

O Ensino Superior teve uma expansão significativa na década de setenta, em virtude do desenvolvimento econômico do Brasil, que ampliou o mercado de trabalho, passando a requerer técnicos especializados para atender às necessidades de uma economia mais complexa.

O Ministério da Educação e Cultura, do mesmo modo, contribuiu para essa expansão, passando a conceder autorização de funcionamento de novos cursos superiores, uma vez que o Governo Federal, desde o final da década de sessenta, estava sendo pressionado para aumentar o número de vagas oferecidas nos cursos superiores oficiais. A resposta para tal solicitação foi expandir o ensino privado. Dos 19 cursos de Ciências Contábeis, implementados na cidade de São Paulo até a década de 70, apenas uma faculdade era mantida pelo poder público, a Universidade de São Paulo.

Embora, o estado de São Paulo, atualmente, conte somente com quatro cursos de Mestrado credenciados pela Capes, oferecidos pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Centro Universitário da Fundação Escola de Comércio Álvares Penteado, Universidade de São Paulo a qual oferece o curso de Doutorado, e Universidade Presbiteriana Mackenzie, o ensino da Contabilidade evoluiu bastante, tendo passado por uma fase em que se enfatizava apenas a prática da escrituração contábil, caminhando para o ensino sistematizado em nível secundário e superior e chegando à formação de Mestres e Doutores. Etapa que visa ao aperfeiçoamento dos profissionais da área contábil para o pleno exercício da profissão, como também para a docência da Contabilidade em nível superior.

Ao longo desses anos, desde a criação do ensino comercial, os profissionais da área contábil têm aguardado por mudanças significativas nos cursos de Ciências Contábeis, em relação quer à estrutura desses cursos, quer à inadequação do currículo ao mercado de trabalho desses profissionais, pois, na maioria das vezes, as instituições de ensino não levam em conta o ambiente em que o futuro profissional irá atuar e copiam modelos de cursos de outras faculdades, sem observar o contexto em que esta se insere.

A evolução do ambiente econômico e social em que o contador atua vem exigindo dele um melhor nível de conhecimento e uma série de habilitações de que nem sempre ele dispõe.

Esta questão tem sido alvo de muitas críticas, inclusive dos próprios contadores, insatisfeitos com os conhecimentos adquiridos nos cursos de Ciências Contábeis, que se sentem despreparados para assumir a profissão escolhida, e, até mesmo do mercado de trabalho, que encontra dificuldade em contratar profissionais que atendam às suas expectativas e correspondam ao perfil do profissional desejado, especialmente, em se tratando de um profissional recém-formado, quando se pode constatar, na maioria dos casos, uma certa distância entre o que lhes é ensinado em sala de aula e a realidade da profissão contábil.

Em assim sendo, segundo Favarin (1997, p.59),

uma vez constatado que estas críticas tinham fundamento, o Conselho Federal de Contabilidade decidiu desenvolver um estudo que visasse a implantação de um novo Currículo Mínimo para todos os cursos de Ciências Contábeis, independente do Estado em que se localizassem.

Então, em 1985, o Conselho Federal de Contabilidade constituiu um Grupo de Estudos, formado por professores das Universidades de São Paulo, Universidade Federal da Paraíba, Universidade Federal de Pernambuco, Universidade Federal de Sergipe e Universidade Federal do Rio Grande do Sul que, juntamente com representante do Ministério da Educação, para analisar o fato. Após criteriosa análise das 2.549 respostas obtidas, como pontua Favarin (1997), o Grupo de Estudos verificou, dentre outros fatores, que:

- havia realmente um nível elevado de insatisfação por parte não só dos empresários, mas também dos docentes, dos formandos e dos profissionais, no tocante à formação oferecida aos contadores;
- que havia um excesso de teoria nos cursos ministrados, distanciando-os da realidade prática da profissão;
- que, em alguns casos, havia uma formação inadequada e desatualizada dos professores, acentuadamente em algumas regiões.

Ademais, ao analisar o currículo em vigor, naquela época, o Grupo de Estudos propôs a implantação de um novo currículo, que fosse uniforme para todo o País. Tal currículo deveria compor 2/3 do curso, deixando as escolas livres para preencher o restante com matérias optativas, que viessem contribuir para a formação do profissional contábil; deveria corresponder, no mínimo a 2.700 horas/aulas, o equivalente a 4 aulas/dia por 5 dias/semana/semestre e especificava o conteúdo programático a ser aplicado nas escolas, o qual seria distribuído da seguinte forma:

disciplinas técnicas com 40% do total estabelecido; disciplinas afins com 25%; disciplinas instrumentais com 17,5%; e disciplinas humanísticas com 17,5%.

A modificação, aprovada pelo Ministério da Educação, por meio do Parecer n.º 267 de 05 de maio de 1992, tomou por base as pesquisas realizadas pelo Conselho Federal de Contabilidade e procurou levar as instituições de ensino à elaboração de um projeto pedagógico estruturado, a partir da identificação dos seguintes referenciais:

- 1.º - a inserção da Instituição e do Curso na região em que atua;
- 2.º - o perfil do profissional a ser formado;
- 3.º - o conteúdo programático do curso.

Assim, o Projeto Pedagógico do Curso de Ciências Contábeis da Pontifícia Universidade Católica de Campinas rapidamente foi reformulado para contemplar as expectativas dos órgãos reguladores da profissão contábil.

O próximo capítulo volta-se a detalhar o caminho metodológico seguido para a elaboração da pesquisa.

## Capítulo 2 - PERCURSO METODOLÓGICO

A presente pesquisa classifica-se como tendo uma abordagem qualitativa com aspectos quantitativos (apresentação de dados numéricos em tabelas, entre outros).

A abordagem qualitativa, segundo Richardson (2007, p.79-80), não pretende numerar ou ainda medir unidades ou categorias de forma homogêneas, ou seja:

A abordagem qualitativa de um problema, além, de ser uma opção do investigador, justifica-se, sobretudo por ser uma forma adequada para entender a natureza de um fenômeno social. Tanto assim é que existem problemas que podem ser investigados por meio de metodologia quantitativa, e há outros que exigem diferentes enfoques e, conseqüentemente, uma metodologia de conotação qualitativa. [...] Os estudos que empregam uma metodologia qualitativa podem descrever a complexidade de determinado problema, analisar a interação de certas variáveis, compreender e classificar processos dinâmicos vividos por grupos sociais, contribuir no processo de mudança de determinado grupo e possibilitar, em maior nível de profundidade, o entendimento das particularidades do comportamento dos indivíduos.”

Complementa Richardson (2007, p. 102) que:

o objetivo fundamental da pesquisa qualitativa não reside na produção de opiniões representativas e objetivamente mensuráveis de um grupo; está no aprofundamento da compreensão de um fenômeno social por meio de entrevistas em profundidade e análises qualitativas da consciência articulada dos atores envolvidos no fenômeno.

Uma outra perspectiva, deveras sutil, é apresentada por Amado (2015, p. 15):

Investigação qualitativa consiste numa pesquisa sistemática, sustentada em princípios teóricos (multiparadigmáticos) e em atitudes éticas, realizada por indivíduos teórica, metodológica e tecnicamente informados e treinados para o feito. [...] a informação e a compreensão (o sentido) de certos comportamentos, emoções, modos de ser, de estar e de pensar; modos de viver e de construir a vida; trata-se de uma compreensão que se deve alcançar tendo em conta os contextos humanos (institucionais, sociais e culturais) em que aqueles fenômenos de atribuição de sentido se verificam e tornam únicos (perspectiva naturalista, ecológica).

Contudo, os dados quantitativos fazem parte do entendimento do objeto investigado, principalmente quando se propõe compreender de forma mais organizada a análise qualitativa.

Gatti (2004, p.13) fecha a questão, explicando a combinação entre as abordagens quantitativas e qualitativas, assim:

Os métodos de análise de dados que se traduzem por números podem ser muito úteis na compreensão de diversos problemas educacionais. Mais ainda, a combinação deste tipo de dados com dados oriundos de metodologias qualitativas, podem vir a enriquecer a compreensão de evento,

fatos, processos. As duas abordagens demandam, no entanto, o esforço da reflexão do pesquisador para dar sentido ao material levantado e analisado.

No que se refere à temporalidade, caracteriza-se por ser uma pesquisa longitudinal, uma vez que procura analisar os conteúdos das provas do Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (Enade) e o Exame de Suficiência (CFC) realizados em 2012, 2015 e 2018 do Curso de Ciências Contábeis da PUC Campinas. A escolha por esse espaço de tempo se justifica pelo fato de serem os últimos três anos em que os concluintes do curso de Ciências Contábeis realizaram os referidos exames.

A pesquisa, ainda, pode ser caracterizada como explicativa e descritiva, já que busca descrever um fenômeno/evento e explicá-lo (MATIAS-PEREIRA, 2019). A pesquisa descritiva tem como objetivo primordial a descrição de características de determinado fenômeno/evento para estabelecer uma relação entre as variáveis. Na visão de Rampazzo (2002, p. 53), a pesquisa descritiva “busca conhecer as diversas situações e relações que ocorrem na vida social, política, econômica e demais aspectos do comportamento humano, tanto do indivíduo tomado isoladamente como de grupos e comunidades mais complexas”.

Sendo assim, uma das principais características da pesquisa descritiva está na utilização de técnicas padronizadas de coleta de dados (questionários, entrevistas, entre outros), com a finalidade de descrever traços de determinada população, amostra ou fenômeno ou ainda tentar estabelecer o relacionamento entre algumas variáveis (GIL, 2019; VERGARA, 2004). Neste ponto, não há o compromisso de explicar os fenômenos que descreve, embora eles sirvam de base para tal (VERGARA, 2004).

A construção do conhecimento é uma atividade permanente do ser humano. Em qualquer fase da vida ou ambiente que se encontre, irá buscar formatar elementos que possam dar estrutura e ordenamento ao que pretende apresentar.

Para o desenvolvimento deste estudo, inicialmente se realizou uma revisão bibliográfica sobre o tema, com o propósito de conhecer os referenciais teóricos anteriormente analisados. Isso permitiu delineá-lo também como uma pesquisa documental.



## 2.1 Pesquisa Documental

De acordo com Severino (2008, p.122), em uma pesquisa documental

tem-se como fonte documentos no sentido amplo, ou seja, não só de documentos impressos, mas sobretudo de outros tipos de documentos, tais como jornais, fotos, filmes, gravações, documentos legais. Nestes casos, os conteúdos dos textos ainda não tiveram nenhum tratamento analítico, são ainda matéria prima, a partir da qual o pesquisador vai desenvolver sua investigação e análise.

Portanto, com o intuito de investigar o tema tratado, esta pesquisa recorreu a vários documentos, tais como:

- a- O *ranking* aritmético dos formandos de Ciências Contábeis para os anos de 2012 – 2015 – 2018. Ele é constituído por um relatório do antigo sistema acadêmico da PUC-Campinas, em que há a classificação por nota para os formandos de um determinado ano.
- b- As certidões dos alunos selecionados e convidados para serem participantes da pesquisa, no tocante ao Enade e CFC.
- c- As provas do Enade e do Exame de Suficiência do CFC, as suas legislações específicas e os correspondentes editais relativos aos anos de 2012, 2015 e 2018, assim como os componentes curriculares solicitados para os exames.
- d- As diretrizes Curriculares Nacionais. A Matriz Curricular e o Projeto Pedagógico de Curso – PPC de Ciências Contábeis da PUC - Campinas.
- e- As questões do Enade e do CFC com a Matriz Curricular do curso.

Além de se considerar tais documentos para responder à questão de pesquisa, posteriormente, emergiu a necessidade de entrevistar alunos egressos e docentes do curso de Ciências Contábeis com a intenção de verificar se eles percebiam a necessidade de obrigatoriedade do Enade.

## 2. 2 Universo e amostragem

Nesta pesquisa, foi aplicada a amostragem denominada de não probabilística – intencional: A amostragem intencional é um método de amostragem não

probabilístico<sup>7</sup>, que ocorre quando “os elementos selecionados para a amostra são escolhidos pelo critério do investigador”. Essa técnica de amostragem pode ser eficaz na exploração de situações antropológicas, nas quais a descoberta de significado pode se beneficiar de uma abordagem intuitiva.

Richardson (2007, p.157) indica que:

Em geral, resulta impossível obter informação de todos os indivíduos ou elementos que formam parte do grupo que se deseja estudar; seja porque o número de elementos é demasiado grande, os custos são muito elevados ou ainda porque o tempo pode atuar como agente de distorção (a informação pode variar se transcorrer muito tempo entre o primeiro elemento e o último) essas e outras razões obrigam muitas vezes a trabalhar com uma só parte dos elementos que compõem um grupo. Se todos os elementos de uma população fossem idênticos, não haveria necessidade de selecionar uma amostra; bastaria estudar somente um deles para conhecer as características de toda a população. Nas Ciências Sociais, ao trabalhar com grupos humanos, observa-se a heterogeneidade de seus membros. É por isso que se faz necessário um procedimento em que se tenha maior controle. As técnicas de amostragem permitem selecionar as amostras adequadas para os propósitos de investigação.

Com referência à amostragens não probabilísticas, Bruni (2013, p.170-171) explica que:

As amostragens não probabilísticas ou por julgamento consistem em técnicas amostrais em que não existe a manutenção ou tentativa de manutenção da representatividade – que expressa o conceito de que cada elemento deveria ter a mesma probabilidade de seleção da amostra e na população. Modelos não probabilísticos não permitem a análise objetiva da variabilidade da amostra. Embora a não mensuração do erro amostral dificulte ou mesmo impeça a generalização das conclusões, a amostragem não probabilística apresenta gastos menores e pode ser executada em menos tempo. Em amostragens deste tipo, não é necessário utilizar uma lista com todos os elementos contidos na amostra. [...] Segundo critérios da amostragem intencional ou proposital, o pesquisador escolhe propositalmente os elementos que farão parte da mesma.

Em suma, a presente investigação propõe, como amostragem, selecionar, nas bases de dados da PUC- Campinas, os alunos que se formaram nos anos de 2012 – 2015 e 2018, e que tenham participado do Enade e CFC nestes respectivos anos.

### **2.3 Local e objeto da pesquisa**

A pesquisa foi realizada no espaço físico da PUC-Campinas, especificamente nos cursos de Ciências Contábeis do Centro de Economia e Administração – CEA,

---

<sup>7</sup> Disponível em: <https://www.questionpro.com/blog/pt-br/amostragem-intencional/> Acesso em: 10 nov.2021.

no *campus I*, com a participação de alunos concluintes de 2012, 2015 e 2018 e no *campus II*, com acadêmicos concluintes dos anos de 2015 e 2018.

Em virtude dos protocolos sanitários necessários para evitar a disseminação do Covid-19, que instituiu um período pandêmico no Brasil, e por ser mais prático, a pesquisa foi realizada totalmente a distância.

### **2.3.1 O curso de Ciências Contábeis da PUC-Campinas**

A fim de situar melhor o ambiente de pesquisa, seguem-se a história do Curso de Ciências Contábeis da PUC-Campinas, suas necessidades e aptidões e o curso dentro da universidade. Ademais serão apresentadas as avaliações dos alunos respondentes, que constituíram a configuração dos dados.

#### **2.3.1.1 Breve histórico do curso superior em Ciências Contábeis do CEA/PUC-Campinas – campus I**

O curso de Ciências Contábeis da Pontifícia Universidade Católica de Campinas iniciou os seus trabalhos em 1972 e, por meio do Decreto Federal n.º 77 735, de 01 de junho de 1976, obteve o seu reconhecimento para formar bacharéis.

Com duração de 4 anos, o curso superior em Ciências Contábeis permite que o bacharel em Ciências Contábeis possa atuar em todos os ramos da indústria, comércio, agricultura, bancos, serviços e, excepcionalmente, em estabelecimentos de ensino, podendo, no exercício da sua profissão, exercer as atividades de controlar e informar a movimentação de origem e aplicação dos capitais na sociedade, permitindo o conhecimento da lucratividade dos investimentos das empresas.

Levando-se em consideração a complexidade das atividades do profissional de contabilidade, bem como a relevância da sua competência no exercício da sua profissão, o Centro de Economia e Administração da PUC-Campinas tem procurado acompanhar as demandas sociais para preparar os profissionais que irão atuar nos seus diversos segmentos, além de estar em conformidade com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação n.º 9394/96 e obedecer às exigências dos órgãos controladores da profissão contábil.

Em 1972, o curso de Ciências Contábeis tinha como referência o Parecer n.º 397/62, de fevereiro de 1962, que estabelecia um currículo mínimo para o curso e destacava que este deveria possibilitar o primeiro contato do educando com a profissão e propiciar-lhe especialmente o estudo das teorias e técnicas que lhe seriam pertinentes.

No período de 1973 a 1981, foi verificado um aumento da procura pelos cursos oferecidos pela Faculdade de Ciências Econômicas, Contábeis e Administrativas, “que cresceu de 566 candidatos no vestibular de 1973, para 1.647 no vestibular de 1981, apresentando um aumento de 191%, tendo atingido o ápice em 1980, quando 1.819 candidatos procuraram os cursos desta Faculdade”. De acordo com o Relatório apresentado pela Assessoria Pedagógica, os aumentos verificados com relação a 1973, foram: no curso de Ciências Econômicas, de 164%; no curso de Ciências Administrativas, de 181%, e no curso de Ciências Contábeis, de 211%.

A elaboração de um Projeto Pedagógico, naquele momento, representava estabelecer normas para melhor aprimoramento pedagógico das atividades a serem desenvolvidas. Para tanto, estabeleceu-se, então, um plano de ação, a partir de propostas apresentadas pelos órgãos colegiados da Faculdade.

A implementação de um Projeto Pedagógico na Universidade gerou novos planos e ações nas Unidades Acadêmicas. A maioria dos Projetos Pedagógicos apresentados pelas Unidades se constituiu em mudanças curriculares, visando redimensionar seus cursos e oferecer um maior comprometimento com a formação integral do aluno.

Até o ano letivo de 1986, a Faculdade de Ciências Econômicas, Contábeis e Administrativas dispunha um curso básico para as 1.ª e 2.ª séries, sendo que, ao final da 2.ª série, o aluno optaria pelo curso que tivesse preferência, ou seja, pelos cursos ou de Ciências Econômicas, ou de Ciências Contábeis ou de Ciências Administrativas. A partir do concurso vestibular de 1987, a opção para o curso passou a ser feita no momento da inscrição, porém as disciplinas das 1.ª e 2.ª séries permaneceram comuns aos três cursos.

Em 1987, apresentou-se o Projeto de Laboratório de Contabilidade, com o objetivo de favorecer a integração entre a teoria e a prática necessária ao desenvolvimento das atividades curriculares do curso de Ciências Contábeis, compondo a matriz curricular e sendo um serviço de apoio didático-pedagógico.

Este Laboratório também subsidiou os estudos realizados pelo Grupo de Estudos e Pesquisas (GEP), criado em 1995, por iniciativa de alunos que, com a orientação de professores, tem desenvolvido trabalhos acadêmicos com a intenção de aprofundar os conhecimentos na área contábil. Espera-se realizar parcerias com a iniciativa privada e órgãos de classe. Fato inédito à época, levando-se em conta que a maioria dos alunos trabalhava em regime integral e dispunha de número limitado de horas para se dedicar aos estudos.

A primeira proposta de reformulação do curso foi apresentada em reunião do Conselho de Coordenação de Ensino e Pesquisa (CONCEP), em dezembro de 1990, com o propósito de adequar o curso ao perfil do profissional a ser formado, em conformidade com o Projeto Pedagógico da Unidade e da Universidade, e procurando acompanhar a evolução ocorrida no ambiente econômico e social em que o contador atuava e as mudanças verificadas nos métodos de gerenciamento das empresas. A Faculdade de Ciências Contábeis, Economia e Administração da PUC- Campinas (FACECA) teve a preocupação de acompanhar esse desenvolvimento e realizou a reestruturação dos cursos oferecidos pela Unidade. O curso de Ciências Contábeis sofreu alterações no ano de 1991 e 1993, ocasião em que procurou adaptar o currículo implantado às determinações do Conselho Federal de Educação, conforme o Parecer n.º 267 de 05 de maio de 1992.

A proposta apresentada para reestruturação curricular, em 1991, elaborada pelo Departamento de Contabilidade da FACECA, foi subsidiada pelo Conselho Federal de Contabilidade que desenvolveu estudo visando implantar um novo currículo mínimo para os cursos de Ciências Contábeis, junto aos Departamentos de Faculdades que ofereciam os cursos de Ciências Contábeis, envolvendo professores, formandos, profissionais e empresários.

Por meio desse estudo, o ensino da Contabilidade em nível superior tencionava preparar o profissional com sólida capacidade para planejar, organizar, supervisionar, orientar e controlar as atividades exercidas pela empresa, bem como executar tarefas mais complexas e de maior responsabilidade, como a perícia e auditoria contábil, análise, conversão e consolidação de balanços, programação financeira coordenação e controle patrimonial, estudo e avaliação de gestão, organização de contadorias e controles internos, consultoria fiscal, pesquisa e docência contábil.

Essa inovação teve curta duração, tendo em vista uma nova exigência de alteração curricular para o curso de Ciências Contábeis a partir do ano de 1993. Nessa ocasião, o Conselho Federal de Educação estabeleceu um currículo mínimo com base no Parecer n.º 267 de 05 de maio de 1992, expandindo o curso, obrigatoriamente, de 4 para 5 anos.

No ano de 2000, levando-se em consideração as Diretrizes Curriculares do curso de Ciências Contábeis, bem como o Edital n.º 04/97 da SeSu/MEC (Pareceres do CES e CNE 239 e 287/00, publicado no Diário Oficial da União em 13 de abril de 2000), definiu-se o tempo mínimo para duração do curso, estipulando uma carga horária mínima de 2.700 horas/aulas, distribuídas da seguinte forma: 50% da carga horária, destinada a conteúdos de formação básica e profissional, obrigatórias para todas as Instituições de Ensino e 50% destinada a conteúdos curriculares, livremente escolhidos e oferecidos de acordo com o perfil do profissional a ser formado.

A Faculdade de Ciências Econômicas, Contábeis e Administrativas, desde a sua criação, tem desempenhado importante papel no processo de desenvolvimento da economia industrial de Campinas e região.

A partir do ano de 2010, considerando-se o Parecer CNE/CES n.º 8/2007 publicado em 13 de setembro de 2007, definiu-se a carga horária mínima de 3.000 horas para o Curso de Ciências Contábeis da PUC-Campinas. A seguir, será apresentada a matriz curricular do Curso, organizada pelos seguintes núcleos de formação: Básica, Profissional, Teórica Prática e Complementar, de acordo com a Diretriz Curricular Nacional do Curso, Resolução CNE/CES 10, de 16 de dezembro de 2004.

### *2.3.1.2 Estrutura curricular 2018 do curso de Ciências Contábeis da PUC-Campinas*

Os Quadros 4, 5, 6, 7 e 8, que se seguem, foram elaborados a fim de ilustrar a matriz curricular do curso de Ciências Contábeis da PUC-Campinas para os núcleos de formação básica, formação profissional, a formação teórico-prática e complementar, em acordo com Resolução CNE/CES 10, de 16 de dezembro de 2004.

## a- Núcleo de Formação Básica

QUADRO 4 - NÚCLEO DE FORMAÇÃO BÁSICA

<b>Núcleo de Formação Básica</b>			
<b>Disciplina</b>	<b>Semestre</b>	<b>Carga Horária Hora/aula</b>	<b>Carga Horária Hora/relógio</b>
Antropologia Teológica A	1.º	34	28,33
Instituições de Direito	1.º	34	28,33
Introdução à Teoria Microeconômica	1.º	68	56,67
Processo Administrativo	1.º	68	56,67
Ciências Sociais	1.º	34	28,33
Direito Empresarial	2.º	68	56,67
Organização, Estruturas e Sistemas de Gestão	2.º	68	56,67
Introdução à Teoria Macroeconômica	2.º	68	56,67
Matemática Aplicada	2.º	68	56,67
Antropologia Teológica B	3.º	34	28,33
Estatística Econômica	3.º	68	56,67
Direito do Trabalho e Legislação Social	3.º	68	56,67
Economia Brasileira e Análise Setorial	3.º	68	56,67
Ética Profissional em Ciências Contábeis	3.º	34	28,33
Matemática Financeira	4.º	68	56,67
Métodos Quantitativos Aplicados à Contabilidade e Noções Atuariais	4.º	68	56,67
Antropologia Teológica C	5.º	34	28,33
Direito Tributário	6.º	68	56,67
Empreendedorismo	7.º	68	56,67
<b>Total do Núcleo de Formação Básica</b>		<b>1.088 h/a</b>	<b>906,69 h/r</b>

**Fonte:** Matriz curricular do curso: Organizado pelo autor

Como se observa no Quadro 4, do núcleo básico constam disciplinas do âmbito sobretudo da Administração, Economia, Direito, Métodos Quantitativos, Matemática e Estatística, para ofertar ao futuro profissional de contabilidade uma formação generalista e humana.

## b- Núcleo de Formação Profissional

QUADRO 5- NÚCLEO DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL

<b>Núcleo de Formação Profissional</b>			
<b>Disciplina</b>	<b>Semestre</b>	<b>Carga Horária Hora/aula</b>	<b>Carga Horária Hora/relógio</b>
Contabilidade Básica	1.º	68	56,67
Contabilidade Financeira	2.º	68	56,67
Contabilidade Comercial	3.º	68	56,67
Análise de Demonstrações Contábeis	4.º	68	56,67
Contabilidade Intermediária	4.º	68	56,67
Teoria da Contabilidade	4.º	68	56,67
Contabilidade de Custos	5.º	68	56,67
Sistemas de Informações Contábeis	5.º	68	56,67
Contabilidade Governamental	5.º	68	56,67
Seminários em Contabilidade	5.º	34	28,33
Mercado Financeiro	6.º	68	56,67
Contabilidade Avançada I	6.º	68	56,67
Gerenciamento de Custos	6.º	68	56,67
Contabilidade Gerencial	7.º	68	56,67
Contabilidade Avançada II	7.º	68	56,67
Contabilidade e Planejamento Tributário I	7.º	68	56,67
Governança Corporativa, Risco e <i>Compliance</i>	8.º	68	56,67
Contabilidade e Planejamento Tributário II	8.º	34	28,33
Perícia Contábil	8.º	68	56,67
Auditoria das Demonstrações Contábeis	8.º	68	56,67
Gestão Financeira e Orçamentária	8.º	68	56,67
<b>Total do Núcleo de Formação Profissional</b>		<b>1.360 h/a</b>	<b>1.133,40h/r</b>

**Fonte:** matriz curricular do curso: Organizado pelo autor

O Quadro 5 indica as disciplinas que visam proporcionar aos acadêmicos uma formação mais atinente às Teorias da Contabilidade, aos seus diversos ramos, como, por exemplo, domínio das atividades atuariais e de quantificações de informações financeiras, patrimoniais, governamentais e não governamentais, de auditorias, perícias, arbitragens e controladoria, com suas aplicações peculiares ao setor público e privado.



### c- Núcleo de Formação Teórica/Prática

QUADRO 6 - NÚCLEO DE FORMAÇÃO TEÓRICA/PRÁTICA

<b>Núcleo de Formação Teórico-Prática</b>			
<b>Disciplina</b>	<b>Semestre</b>	<b>Carga Horária Hora/aula</b>	<b>Carga Horária Hora/relógio</b>
Redação Comercial e Contábil	5.º	34	28,33
Atividades Autônomas de Seminários de Contabilidade	5.º		42
Laboratório de Práticas Contábeis I	6.º	68	56,67
Trabalho de Conclusão de Curso em Contabilidade I	6.º	68	56,67
Laboratório de Práticas Contábeis II	7.º	34	28,33
Trabalho de Conclusão de Curso em Contabilidade II	7.º	34	28,33
Atividades Autônomas de Trabalho de Conclusão de Curso em Contabilidade II	7.º		50
Atividades Autônomas de Contabilidade e Planejamento Tributário I	7.º		68
Atividades Autônomas de Perícia Contábil	8.º		68
Trabalho de Conclusão de Curso em Contabilidade III	8.º	34	28,33
Atividades Autônomas de Trabalho de Conclusão de Curso em Contabilidade III	8.º		64
Atividades Autônomas de Auditoria das Demonstrações Contábeis	8.º		68
Atividades Complementares de Formação	8.º		260
<b>Total do Núcleo de Formação Teórico-Prática</b>		<b>272 h/a</b>	<b>846,66 h/r</b>

**Fonte:** Matriz curricular do curso: Organizado pelo autor

Já no Quadro 6 estão dispostas as disciplinas com um caráter mais “prático”, que buscam aproximar os alunos da realidade de atuação. Faz parte desse rol as disciplinas destinadas à preparação do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) e às de Práticas de Laboratório, em que os alunos de modo autônomo e individual podem desenvolver os conhecimentos adquiridos.

### d- Núcleo de Formação Complementar

QUADRO 7 - NÚCLEO DE FORMAÇÃO COMPLEMENTAR

<b>Núcleo de Formação Complementar</b>			
<b>Disciplina</b>	<b>Semestre</b>	<b>Carga Horária Hora/aula</b>	<b>Carga Horária Hora/relógio</b>
Programa Comunidade da Aprendizagem – Matemática	1.º	17	14,17
Inserção do Aluno na Vida Universitária	1.º	17	14,17
Processo Ensino/Aprendizagem na Trajetória de Formação	1.º	17	14,17
Educação em Direitos Humanos e Identidade Cultural	5.º	34	28,33
Prática de Formação A	6.º	17	14,17
Prática de Formação B	7.º	17	14,17
Prática de Formação C	8.º	17	14,17
<b>Total do Núcleo de Formação Complementar</b>		<b>136 h/a</b>	<b>113,33 h/r</b>

Fonte: Matriz curricular do curso: Organizado pelo autor

A formação complementar abrange as disciplinas institucionais, aplicadas a todas as áreas do conhecimento na Universidade, bem como as disciplinas eletivas, que são as práticas de formação escolhidas exclusivamente pelo acadêmico.

QUADRO 8 - CARGA HORÁRIA DO CURSO

<b>Núcleos</b>	<b>Hora/Aula</b>	<b>Porcentagem</b>	<b>Hora/Relógio</b>	<b>Porcentagem</b>
<b>Formação Básica</b>	1.088 h/a	38,10%	906,69 h/r	30,22%
<b>Formação Profissional</b>	1.360 h/a	47,62%	1.133,40 h/r	37,78%
<b>Formação Teórico-Prática</b>	272 h/a	9,52%	846,66 h/r	28,22%
<b>Formação Complementar</b>	136 h/a	4,76%	113,33 h/r	3,78%
<b>Total por Núcleo</b>	<b>2.856 h/a</b>	<b>100,00%</b>	<b>3.000,00 h/r</b>	<b>100,00%</b>

Fonte: Matriz curricular do curso: Organizado pelo autor

Apresentados os caminhos metodológicos e o curso de Ciências Contábeis, sobretudo com as características da mais recente configuração curricular, o próximo capítulo será dedicado para indicar os dados produzidos e um princípio de análise das respostas dos participantes da pesquisa.

## **2.5 Aplicação de questionário, pesquisa de campo.**

Foram realizadas entrevistas com os acadêmicos e docentes interessados em participar do desenvolvimento da investigação. A princípio, foram selecionados acadêmicos por meio da pesquisa na base de dados dos concluintes do curso de Ciências Contábeis da PUC-Campinas, nos anos 2012, 2015 e 2018. Foram cooptados seus nomes, endereço, telefone e e-mail, e, na sequência, foram convidados os selecionados, na maioria das vezes por e-mail.

Paralelo a isso, entrou-se em contato com o conjunto de docentes que ministravam aulas no curso à época de elaboração desta pesquisa, convidando-os a serem sujeitos desta pesquisa.

Em ambos os casos, no contato e nas entrevistas com os discentes como com os docentes, foi obedecido o rigor de uma pesquisa com seres humanos, aquele descrito e aprovado ao Comitê de Ética da PUC-Campinas, processo número 4 405 567.

Assim, após um contato inicial com cada interlocutor, aqueles que se manifestaram, favoravelmente, assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Foi-lhes, então, apresentado questionário, com perguntas abertas e fechadas, para ser respondido.

Inicialmente, foram contactados 130 ex-alunos, aqueles que correspondiam aos pré-requisitos da pesquisa, isso é: concluintes dos anos 2012, 2015 e 2018, que fizeram o Enade e a prova do CFC. Destes, 69 responderam aos questionários (53,07%); 24 não emitiram resposta (18,46%). Aceitaram participar, mas não deram continuidade ao processo, 17 egressos (13,08%). E 20 ex-alunos (15,39%) não puderam por motivos diversos responder ao questionário.

## **2.6 Técnica de Análise de Dados: Análise de Conteúdo**

Considerou-se para o processo analítico, a perspectiva da análise de conteúdo, a qual representa uma técnica muito empregada em pesquisas qualitativas. Portanto, adotou-se neste estudo uma metodologia de análise de dados, aplicada em pesquisas no ambiente educacional.

Para a leitura da entrevista estruturada de cada participante e do universo de pesquisa proposto, assim como dos Boletins de Desempenho no Enade daqueles

egressos que conseguiram retornar ao chamado, bem como das Certidões de aprovação no Exame de Suficiência do CFC, foi utilizada a metodologia de Análise de Conteúdo, proposta por Bardin (1977, p. 42), a qual se constitui em

[...] um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens.

Complementa Richardson (2007, p. 223), que a análise de conteúdo é um conjunto de instrumentos metodológicos, cada dia mais aperfeiçoados, que se aplicam a discursos diversos.

A análise de conteúdo possui as seguintes características metodológicas: objetividade, sistematização e inferência.

### **Capítulo 3 - RESULTADO E DISCUSSÃO**

O processo de qualificação profissional requer que se façam escolhas, das mais diversas situações, desde buscar desenvolver aptidões para pleno exercício profissional até avolumar outras sinapses para lograr êxito em áreas diversas do seu cotidiano pessoal e técnico.

Assim, tendo como norte uma educação de qualidade para alcançar oportunidades profissionais melhores em empresas que permitam trilhar com sucesso uma carreira profissional, cumpre fazer escolhas. Escolha do curso, escolha da melhor instituição para atingir os objetivos perseguidos.

Essa busca não se faz diferente na formação do futuro profissional de contabilidade. O aluno procurará optar por uma instituição de ensino que lhe prepare com conhecimentos contábeis de qualidade, para enfrentar um mercado competitivo. Uma instituição que lhe proporcione formação de nível elevado para a competir e alcançar sucesso num mercado de trabalho cada vez mais disputado.

Entretanto, uma vez em uma instituição, séria, que lhe ofereça todo o almejado, nem sempre o aluno se responsabiliza para demonstrar na avaliação em larga escala do Enade tudo aquilo que aprendeu, tudo aquilo que lhe tem sido ofertado. Como basta marcar presença na prova e com isso não ter a sua formação (colação de grau) retardada, muitas vezes os alunos não se dão conta do resultado da sua atitude perante a avaliação da sua instituição de ensino pela mídia, por exemplo. Sem sombra de dúvidas, avaliar o desempenho do Ensino Superior brasileiro se faz muito necessário, como muito bem enfatiza a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB de n.º Lei no 9395/1996. Todavia, cumpre discutir a Impertinência do ranqueamento das IES, a partir do resultado do Enade, pois, como já se afirmou: ao aluno, basta fazer a prova; à instituição, o ônus do resultado.

#### **3.1 Análise da DCN, ENADE, CFC E da Matriz Curricular**

Na sequência apresenta-se as análises de conteúdos descritas nesta pesquisa como objetivos específicos, para isso faz-se as análises entre a Diretriz Curricular do Curso de Ciências Contábeis, os editais do Enade, os editais do CFC e a Matriz curricular do curso analisado.

A fim de retomar o curso dessa discussão, necessário se faz lembrar a questão que norteou a investigação: *As avaliações em larga escala propostas, pelo Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior, especificamente o Exame Nacional de Desempenho de Estudantes, bem como o Exame de Suficiência do Conselho Federal de Contabilidade, constituem-se em instrumentos adequados para o ranqueamento de curso superior em Ciências Contábeis?*

Para tanto, impõe-se como *objetivo geral*, analisar os resultados das avaliações externas em larga escala promovidas pelo Sinaes e pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC, observando a aderência de conhecimentos e competências exigidas pela Diretriz Curricular Nacional – DCN, pelo Projeto Pedagógico de Curso – PPC, pelos editais do Exame Nacional de Desempenho de Estudantes – ENADE e do Exame de Suficiência do Conselho Federal de Contabilidade – CFC, juntamente com o desempenho dos acadêmicos concluintes do curso em três avaliações (2012 -2015 -2018) do Enade e os resultados obtidos no exame de suficiência do CFC.

### **3.1.1 Pesquisa de campo com discentes e docentes do curso de Ciências Contábeis**

A pesquisa de campo foi realizada em duas frentes. Inicialmente com os egressos que finalizaram seus cursos nos anos de 2012, 2015 e 2018 e depois com os docentes que atuam diretamente no curso em 2021. As escolhas desses alunos, como anteriormente indicado, deu-se a partir da busca daqueles que realizaram os exames do Enade e do CFC, e que aceitaram participar da pesquisa, mediante assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido - TCLE.

Ter o aluno como sujeito desta pesquisa se faz importante, pois é a partir de sua percepção que se poderá obter respostas para as questões colocadas. Cabe conhecer seu comportamento atual, a sua visão e seu compromisso com o curso, além de sua anuência.

Do mesmo modo, também se faz pertinente ter os docentes como sujeitos deste estudo, uma vez que eles têm muito a contribuir nas questões formativas de qualificação profissional, engajamento com o curso e preocupações com a formação discente.

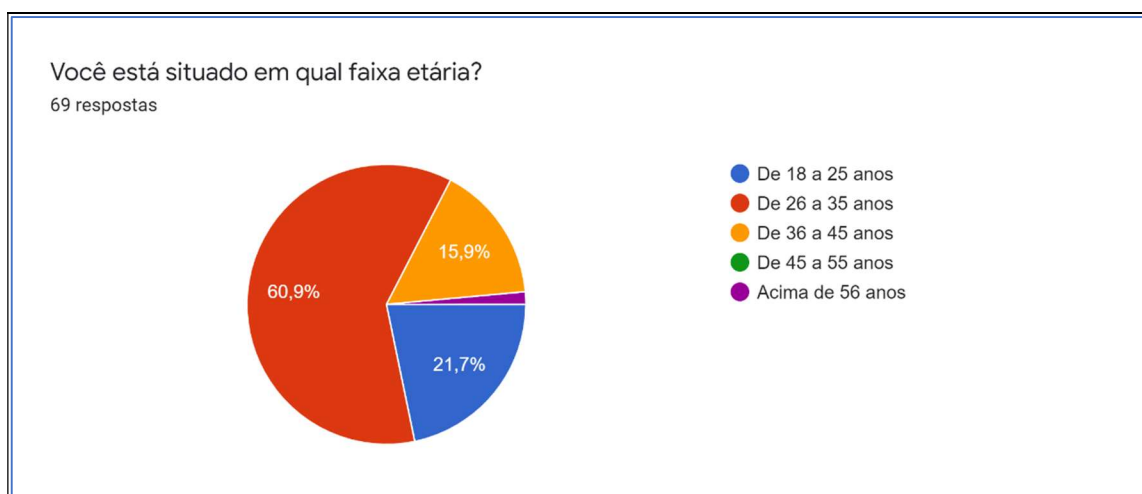
A seguir será apresentado análise dos dados configurados a partir das respostas dos egressos às questões que lhes encaminhamos.

### 3.1.1.1 Pesquisa com discentes

Esta análise tem como primeiro objetivo específico:

I – Identificar o perfil e a percepção dos discentes do curso de Ciências Contábeis da PUC-Campinas que realizaram o Exame Nacional de Desempenho de Estudantes e o Exame de Suficiência do Conselho Federal de Contabilidade.

**Gráfico 1 - Faixa etária dos respondentes.**



**Fonte:** Pesquisa com os egressos, configurado pelo pesquisador

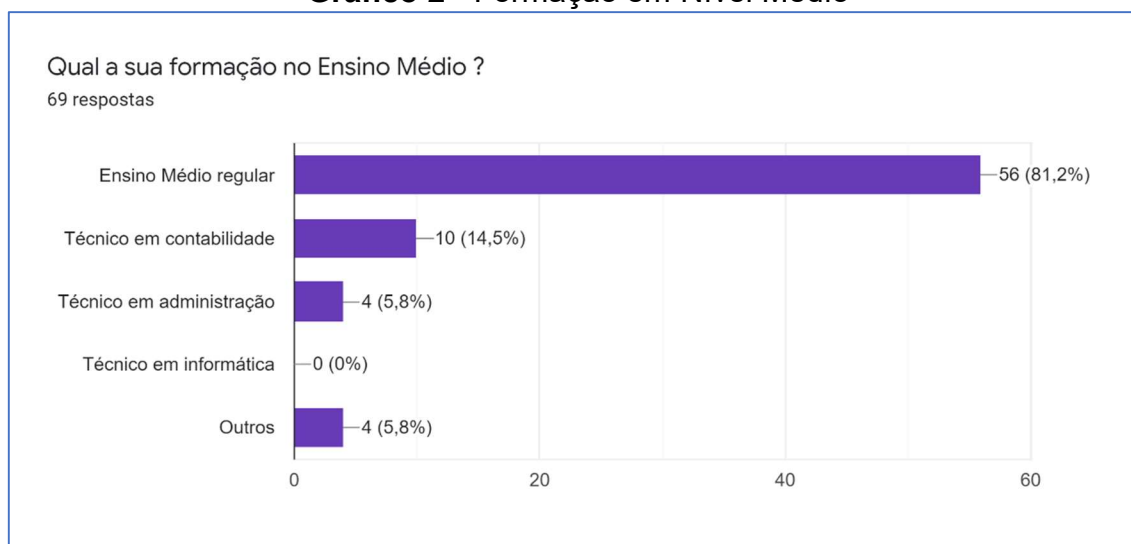
Essa primeira questão – Você está situado em qual faixa? – apenas se fez presente para oferecer uma visão do possível grau de maturidade dos respondentes.

O curso de Ciências Contábeis é um curso pertencente à área das Ciências Sociais Aplicadas, no entanto os nossos jovens possuem uma percepção de que o curso está incluído na área das Ciências Exatas, o que tem gerado dificuldades na captação de novos alunos, muito talvez em função dos traumas sofridos pelos estudantes no ensino fundamental e médio. Esse fato foi constatado por meio da observação e do desinteresse de potenciais candidatos ao Ensino Superior em diversas feiras que a Universidade realiza e/ou das quais participa.

Como se percebe pelo Gráfico 01, os participantes da pesquisa encontram-se em sua grande maioria em pleno desenvolvimento da sua vida profissional, ou seja,

dos 98,5% que estão na faixa de 18 a 45 anos 42 egressos (60,9%) estão entre 26 e 35 anos, ratificando a ideia de estarem eles em plena força de trabalho no desenvolvimento de atividades intelectuais no nosso país.

**Gráfico 2 - Formação em Nível Médio**

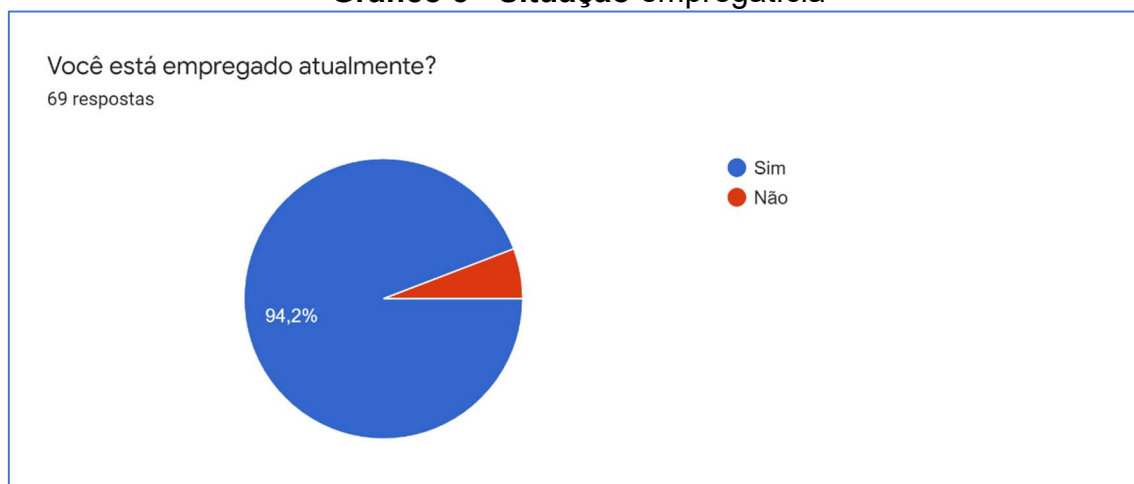


**Fonte:** Pesquisa com os egressos, configurado pelo pesquisador

Uma fonte de acesso de ingressantes para a graduação, principalmente para o curso de Ciências Contábeis, sempre foi o ensino técnico profissionalizante. Contudo, como revela o Gráfico 02, vê-se uma queda acentuada nessa questão, pois apenas 14,5% dos participantes fizeram o Técnico em Contabilidade. Tal fato deve ter ocorrido provavelmente antes de 2010, quando o Conselho Federal de Contabilidade, por meio da Lei n.º 12.249, de 11 de junho de 2010, alterou a Lei n.º 9295/46, determinando que somente a partir daquela data poderiam exercer a profissão os bacharéis em contabilidade, permitindo que os que possuísem o ensino técnico pudessem registrar-se até 2015.

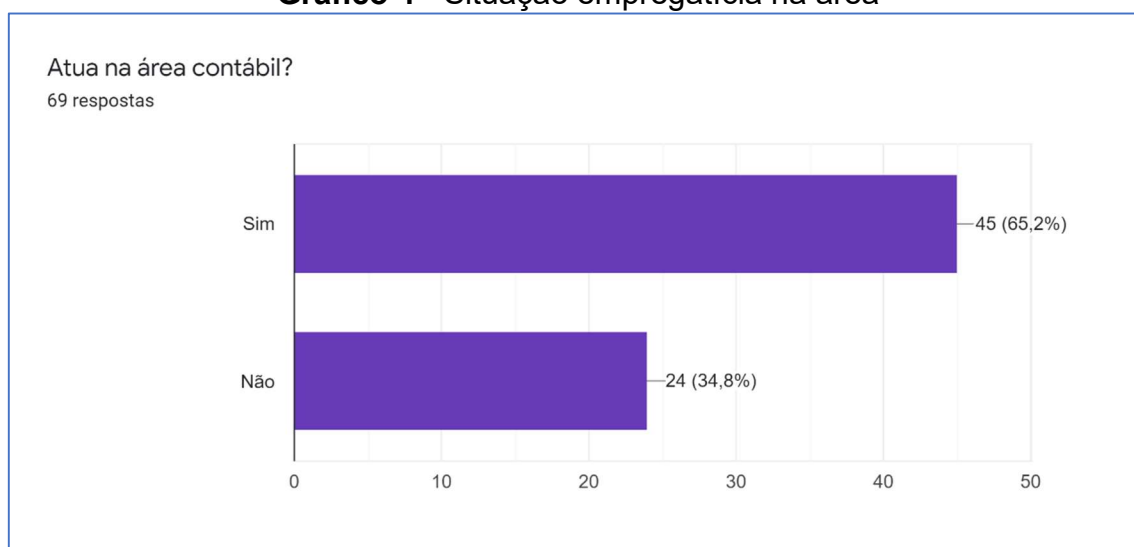
Contudo, ainda assim o curso foi atrativo para outras formações técnicas em 85,5%, o que representa um bom sinal para futuras prospecções de candidatos. As outras formações técnicas, não previstas na questão anterior, pertencem a diferentes ramos do conhecimento.



**Gráfico 3 - Situação empregatícia**

**Fonte:** Pesquisa com os egressos, configurado pelo pesquisador.

Corroborando a alta empregabilidade do curso, entre os participantes na pesquisa, 94,2% deles encontram-se atuantes no mercado de trabalho (Gráfico 03).

**Gráfico 4 - Situação empregatícia na área**

**Fonte:** Pesquisa com os egressos, configurado pelo pesquisador.

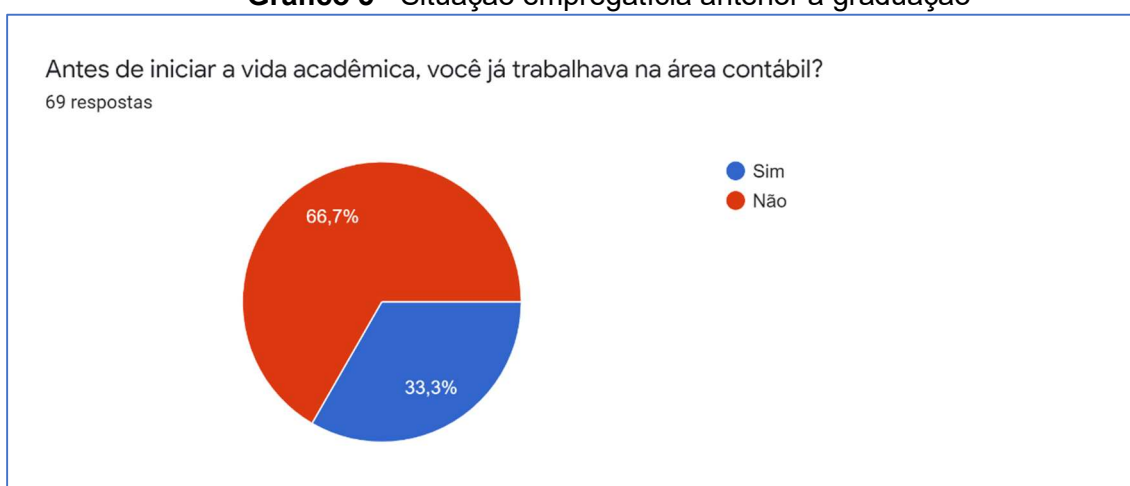
O Gráfico 04 ajuda a visualizar que dois terços dos formados em Ciências Contábeis atuam diretamente em atividades relacionadas à sua formação, reforçando a alta empregabilidade do Curso de Ciências Contábeis da PUC-Campinas. Outras áreas de atuação estão correlacionadas com o segmento de negócios, tributos e atividades administrativas.

Também indagados a respeito das suas áreas de atuação na profissão, foi possível confirmar a tese de que o curso possui uma demanda diversificada. A partir das respostas, não houve unanimidade, quanto às organizações que estejam

absorvendo os alunos da Faculdade, todavia foram citadas mais de três vezes: Consulcamp, KPMG, EY, Deloitte, Price, Mazars, Otranto Contabilidade, CPFL Energia, e, ainda, há aqueles que exercem a profissão como empresário próprio. As demais citações remetem à colocação dos respondentes em pequenos e variados escritórios de contabilidade e/ou empresas de diversos segmentos.

Com relação aos que não estão atuando na área, os egressos, em sua maioria, responderam outras questões. No relato aberto, mencionaram diversos impedimentos para não exercer a profissão, tais como: idade diferente da sugerida pelo mercado de trabalho, gravidez, não identificação com a atividade profissional, insegurança em deixar um emprego que lhe dava rendimentos superiores ao oferecido para início de uma nova carreira, entre outras.

**Gráfico 5 - Situação empregatícia anterior à graduação**



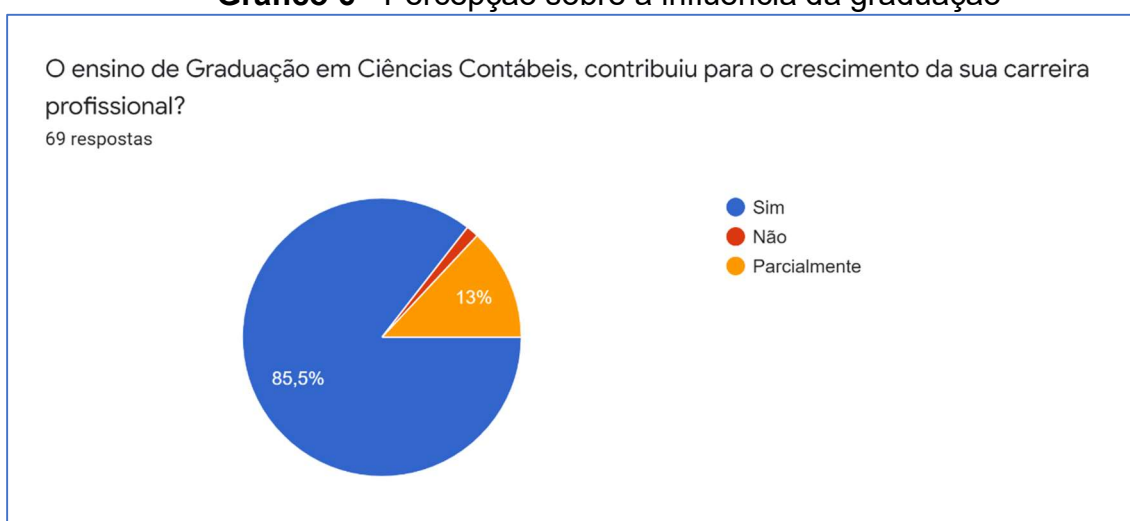
**Fonte:** Pesquisa com os egressos, configurado pelo pesquisador

Essa questão (Gráfico 05) tinha o objetivo de verificar o potencial do Curso para atrair novos alunos, mesmo aqueles que não atuam no meio contábil. Importante salientar que, entre os que responderam, 46 ou 66,7% deles optaram pelo curso, independentemente de estar desenvolvendo atividade em contabilidade. Tal constatação representa um alento, para que ainda exista a crença na recuperação do interesse dos jovens para o estudo da Contabilidade.

Quando indagados a respeito das razões que os levaram a decidir pelo curso de Ciências Contábeis da PUC-Campinas, era-lhes permitido mais de uma escolha das alternativas. Assim, foram colhidos os seguintes dados:

- a) Por ser uma profissão com grande apelo no mercado de trabalho, ou seja, é um curso com alta empregabilidade:<sup>8</sup> 43,5% dos respondentes.
- b) Pela tradição e Projeto Pedagógico do Curso e ser um curso bem-conceituado na RMC: 36,2%.
- c) Por se sentir motivado por conhecer profissionais com carreiras sólidas e bem-sucedidos e conceituados no mercado: 29%.
- d) Por influência e referência de amigos e familiares: 21,7%.
- e) Por já estar exercendo algum tipo de função contábil no mercado de trabalho: 17,4%.

**Gráfico 6 - Percepção sobre a influência da graduação**

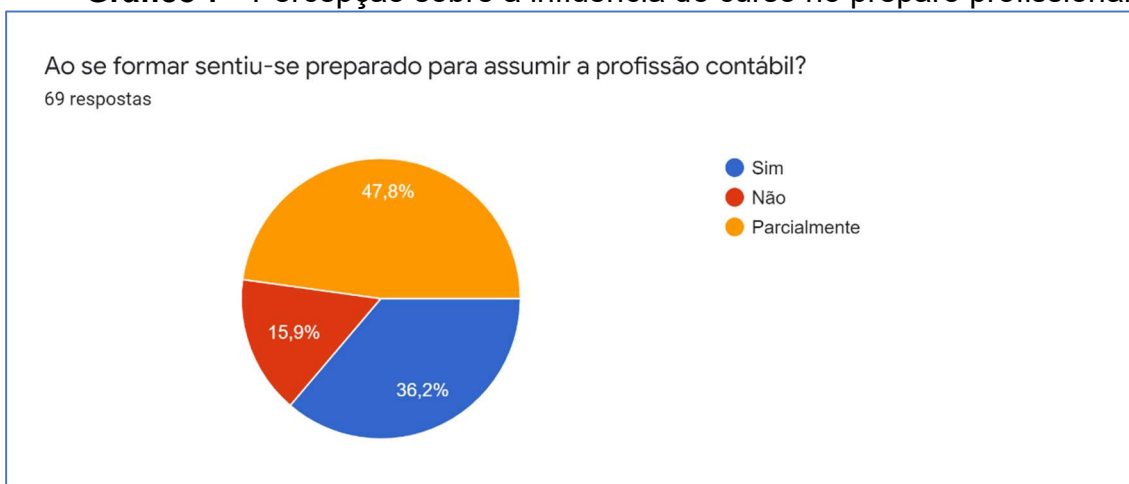


**Fonte:** Pesquisa com os egressos, configurado pelo pesquisador.

Como se infere pelo Gráfico 06, o curso de Ciências Contábeis impulsionou, significativamente, a carreira de 59 dos respondentes, ou seja, 85,5%. Os entrevistados responsabilizaram a formação contábil recebida pelo crescimento da sua carreira profissional, indicando que a qualificação permite maiores possibilidades de ascensão na vida pessoal e profissional.

Esta comprovação é fato importante para o curso, responsável pela formação de mais de 4.000 bacharéis em seus quase 50 anos presente no Ensino Superior da PUC-Campinas.

<sup>8</sup> Disponível em: <https://querobolsa.com.br/revista/cursos-de-graduacao-com-maior-empregabilidade> acesso

**Gráfico 7 - Percepção sobre a influência do curso no preparo profissional**

**Fonte:** Pesquisa com os egressos, configurado pelo pesquisador

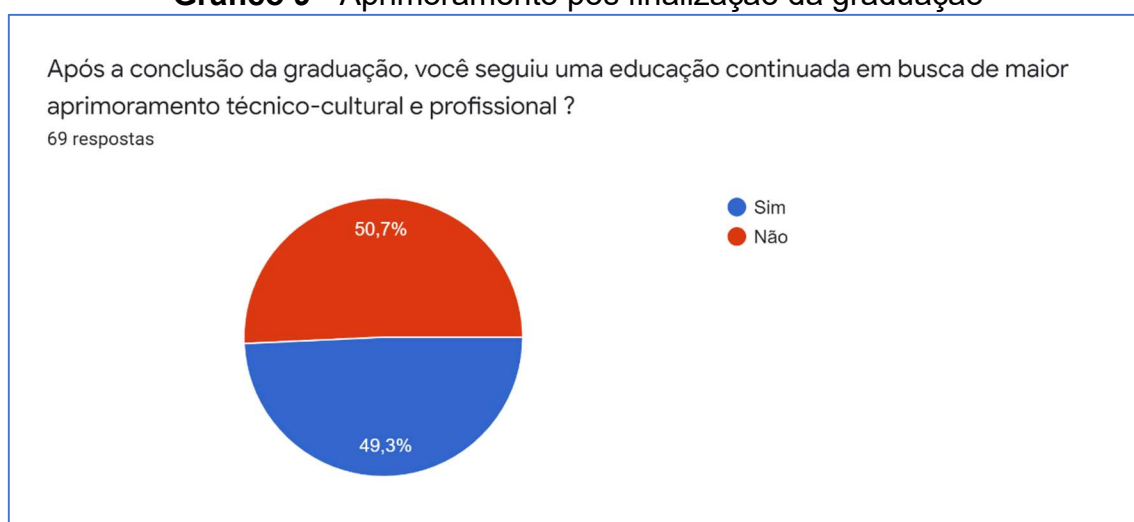
Analisando as respostas a esta questão que compõem o Gráfico 07, é possível inferir que, naturalmente, inseguranças ocorrem ao revisitarmos o percurso vivido. No entanto, por mais qualidade que o curso possa oferecer em nível de docentes, o momento de aprendizagem de cada aluno é único. Assim, 36,2% dos respondentes afirmaram estar preparados para assumir a nova profissão, 47,8% estavam parcialmente preparados e 15,9% não se sentiram ainda seguros para tal, o que pode ser um indicativo de que aqueles que não se sentiram preparados acabaram trilhando outras áreas do conhecimento que não a de Ciências Contábeis.

**Gráfico 8: Importância dos conteúdos tratados no curso para a carreira**

**Fonte:** Pesquisa com os egressos, configurado pelo pesquisador

Embora a Diretriz Curricular Nacional seja de 2004, e o curso, por meio da Lei n.º 11.638, de 28 de dezembro de 2008, tivesse que ser alterado em forma e conteúdo, os componentes curriculares ministrados desde então têm viabilizado um desenvolvimento considerado muito bom pelos respondentes (Gráfico 08), influenciando em suas carreiras. Esta é uma das características que coloca o curso como referência na Região Metropolitana de Campinas – RMC.

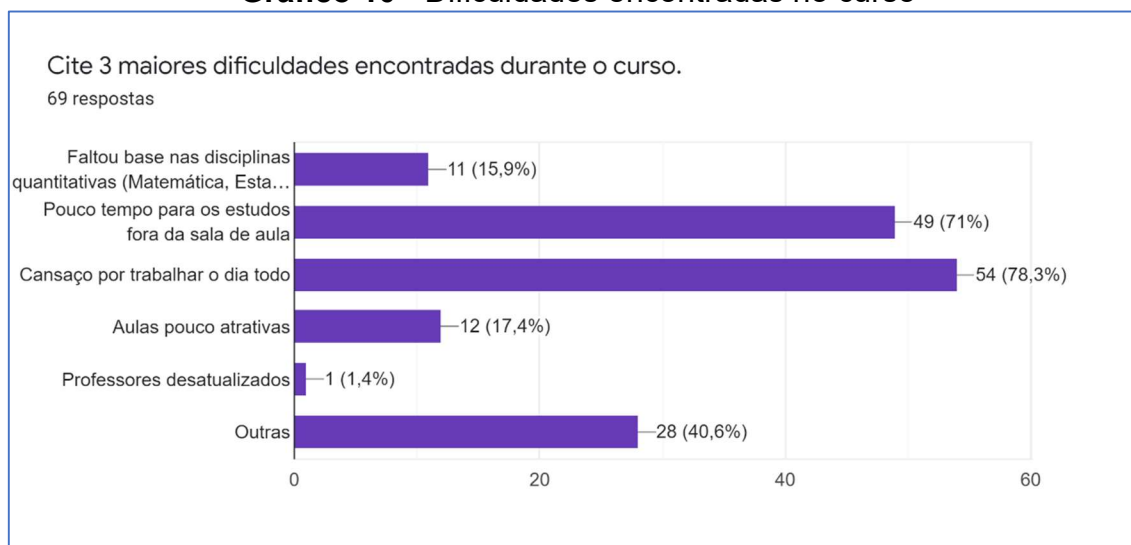
**Gráfico 9 - Aprimoramento pós finalização da graduação**



**Fonte:** Pesquisa com os egressos, configurado pelo pesquisador

Sabedores que a educação continuada é importante para o crescimento profissional, 49,3 % dos egressos afirmaram que continuaram a sua formação: alguns em cursos de extensão, outros, representando a grande maioria, cursaram MBA/Especialização *lato sensu*, ocorrendo, inclusive, formações em nível *stricto sensu* (Gráfico 09)

A realização de MBA/Especialização *lato sensu* aconteceu predominantemente na área tributária, seguida das especializações em auditoria, controladoria e área financeira de forma geral.

**Gráfico 10 - Dificuldades encontradas no curso**

**Fonte:** Pesquisa com os egressos, configurado pelo pesquisador

Indagados a respeito das dificuldades encontradas enquanto estudavam, percebe-se que as mais citadas são atinentes às questões pessoais: 78,3% indicaram o cansaço por trabalhar de dia e estudar a noite. Tal ação requer uma disciplina de organização intensa, sem permitir a presença da procrastinação. E outros 71,0% pontuaram pouco tempo para os estudos fora do ambiente de sala de aula. (Gráfico 10) Demais situações não previstas no escopo da pergunta revelam que a forma metodológica de alguns docentes prejudica a aprendizagem, assim como o pouco envolvimento dos assuntos tributários em sala de aula, como se observa nas respostas, a seguir, de alguns egressos.

*Seria interessante pelo menos uma vez na semana um laboratório com atendimento a pequenas empresas para tirar dúvidas sobre contabilidade na prática ou uma consultoria formada por alunos e professores para atender pequenos empresários.*

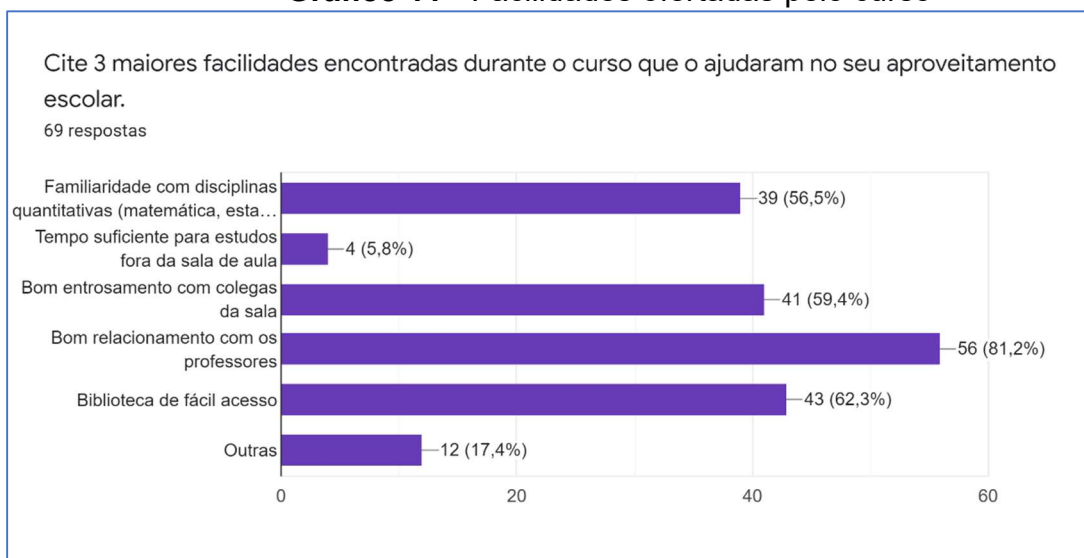
Outro ainda assim afirma:

*Os alunos deveriam desempenhar um papel mais protagonista no processo de aprendizado. O cenário professor, quadro negro e alunos, copiando ou tirando fotos, além de ultrapassado, faz com que os alunos sejam agentes passivos no processo. Falta também o uso de recursos de tecnologia, que são absolutamente corriqueiros no dia a dia do profissional no mercado de trabalho.*

Dificuldades com disciplinas quantitativas foram indicadas por 15,9% dos respondentes, motivadas pela falta de base do ensino precedente ao superior.

Estes desafios relatados possibilitam ver que se pode melhorar a trajetória do Curso de Ciências Contábeis, fazendo-o mais atrativo. Parte disso já foi possível com a reformulação curricular apresentada para o ano de 2018.

**Gráfico 11 - Facilidades ofertadas pelo curso**

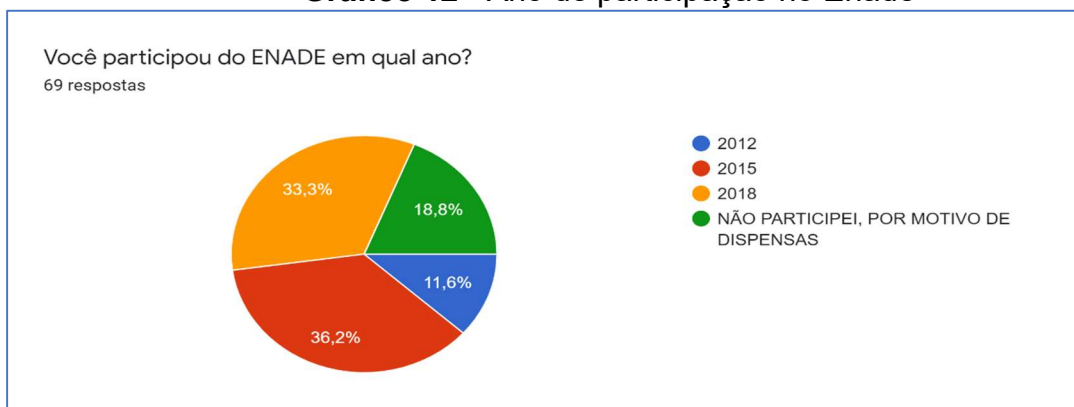


**Fonte:** Pesquisa com os egressos, configurado pelo pesquisador

O Gráfico 11 permite compreender que dentre as facilidades encontradas durante o curso, que permitiram um melhor aproveitamento dos componentes curriculares, está o bom relacionamento com o corpo docente (81,2%). Sendo citados também a estrutura da Universidade, como por exemplo, 62,3% reportam que a biblioteca de fácil acesso ajudou a construir essa caminhada de conhecimento; e o bom relacionamento com os colegas de sala (59,4%) como um fator construtivo desse objetivo.

Outras questões relativas à infraestrutura e à empregabilidade do curso foram mencionadas corroborando as respostas das demais pesquisas da Universidade.

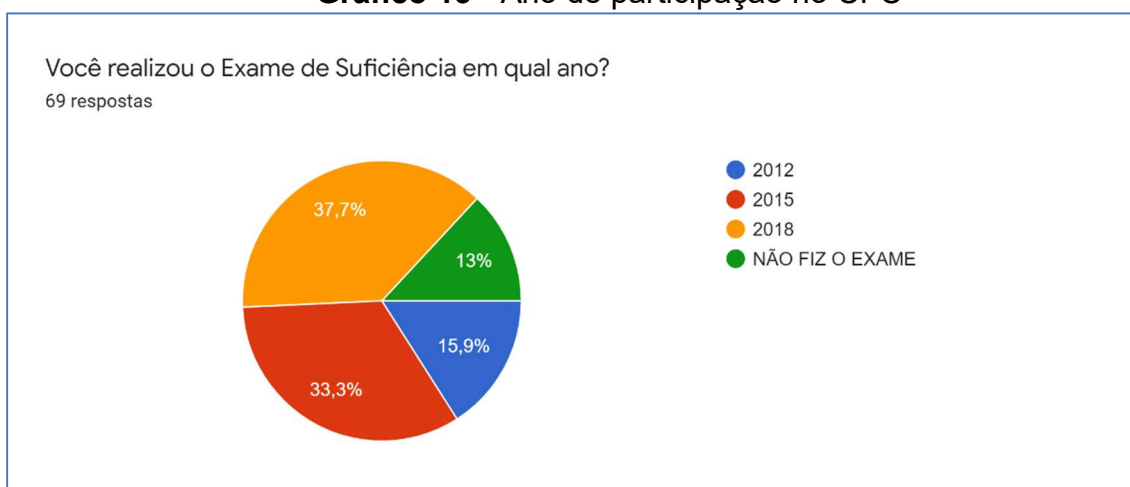
**Gráfico 12 - Ano de participação no Enade**



**Fonte:** Pesquisa com os egressos, configurado pelo pesquisador

Dos egressos selecionados, como se observa no Gráfico 12, relativos aos ciclos de avaliação delimitada na pesquisa, 36,2% dos respondentes realizaram o Enade em 2015; 33,3% participaram do grande momento do Curso Enade 2018, quando este obteve nota 4,00. Já os egressos de 2012 representaram 11,6%, e o restante, outros 18,8% dos ciclos escolhidos, teve a dispensa ou ausência justificadas.

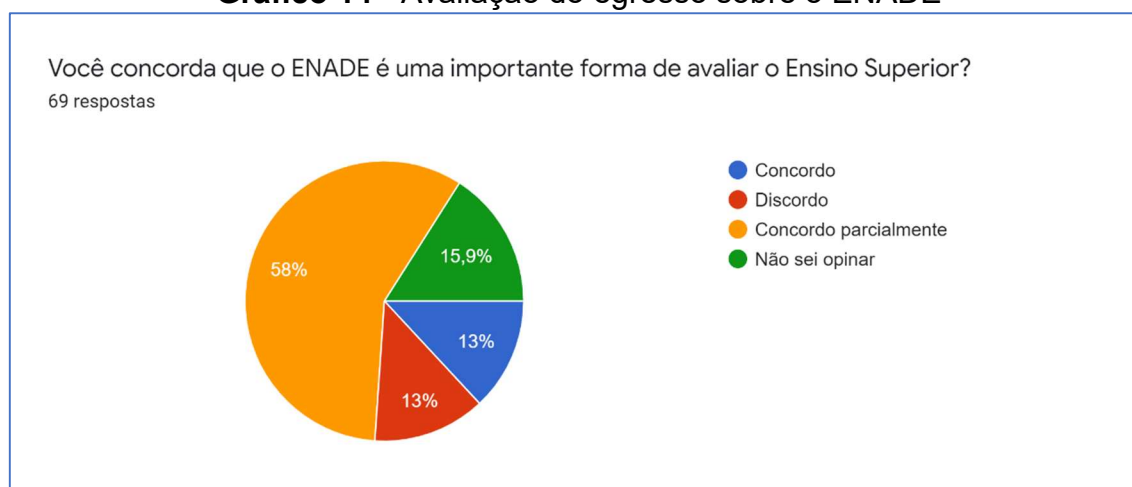
**Gráfico 13 - Ano de participação no CFC**



**Fonte:** Pesquisa com os egressos, configurado pelo pesquisador

Quanto ao Exame de Suficiência do CFC, o Gráfico 13 denota que 37,7% dos egressos de 2018, sujeitos desta pesquisa, participaram da prova; os de 2015 somam 33,3%; os de 2012 correspondem a 15,9%, e não fizeram o exame, por não exercerem diretamente as funções contabilísticas, 13,0%.

**Gráfico 14 - Avaliação do egresso sobre o ENADE**

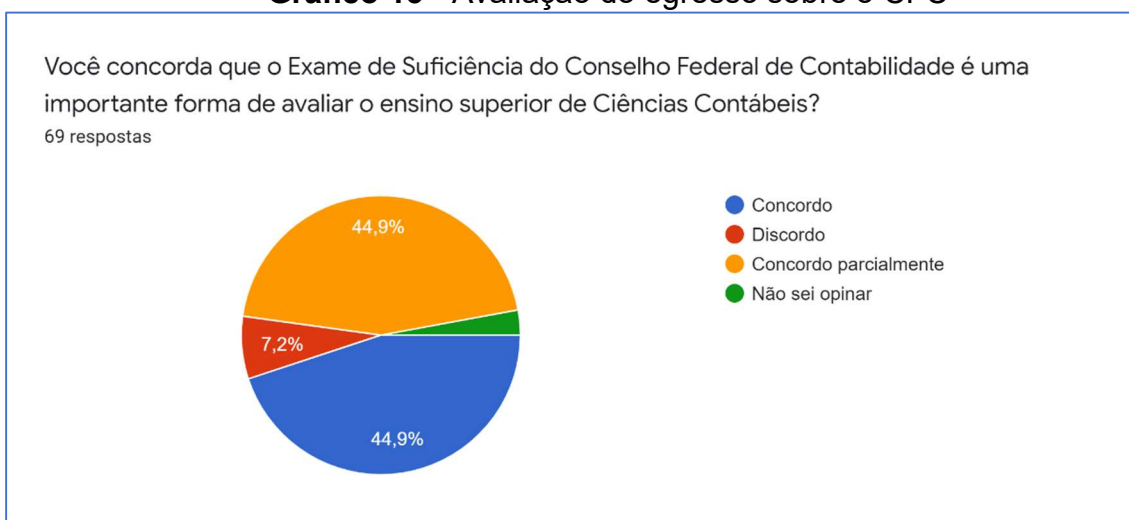


**Fonte:** Pesquisa com os egressos, configurado pelo pesquisador.



Quando indagados se o Enade é uma importante forma de avaliar o Ensino Superior, 58,0% concordaram parcialmente ser esse exame uma ferramenta que realmente avalia o Ensino Superior, mesmo não ocorrendo a obrigatoriedade de o estudante fazer uma avaliação com bastante afinco. Entre os respondentes, 15,9% não souberam opinar, e concordando e discordando tem-se 13,0% cada (Gráfico 14).

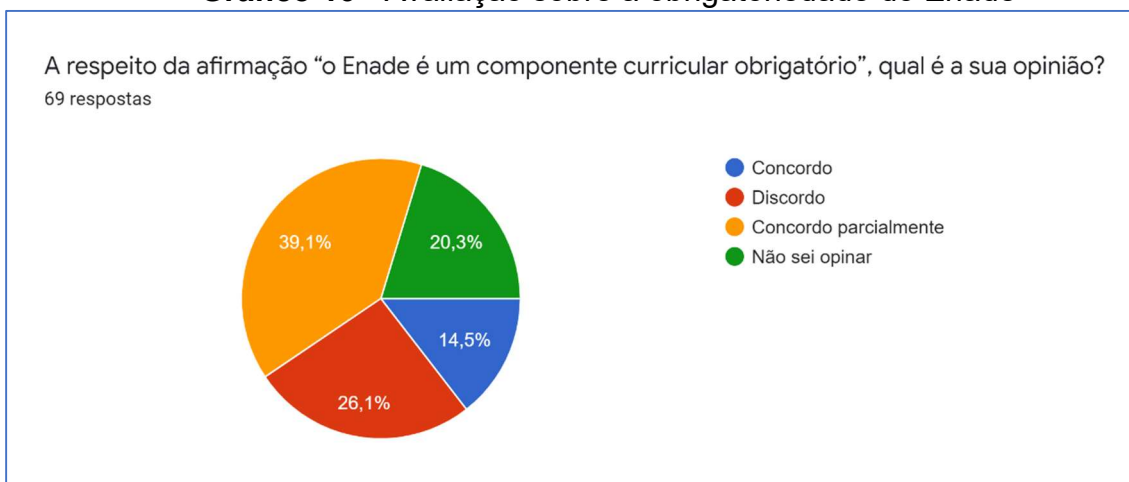
**Gráfico 15 - Avaliação do egresso sobre o CFC**



**Fonte:** Pesquisa com os egressos, configurado pelo pesquisador

Já ao se inquirir a respeito do Exame de Suficiência ser uma importante forma de avaliação do Curso de Ciências Contábeis, identifica-se uma propensão ao quesito concordo de 44,9%, concordando parcialmente outros 44,9%, enquanto 7,2% entendem não ser uma importante estratégia de avaliação das Ciências Contábeis (Gráfico 15).

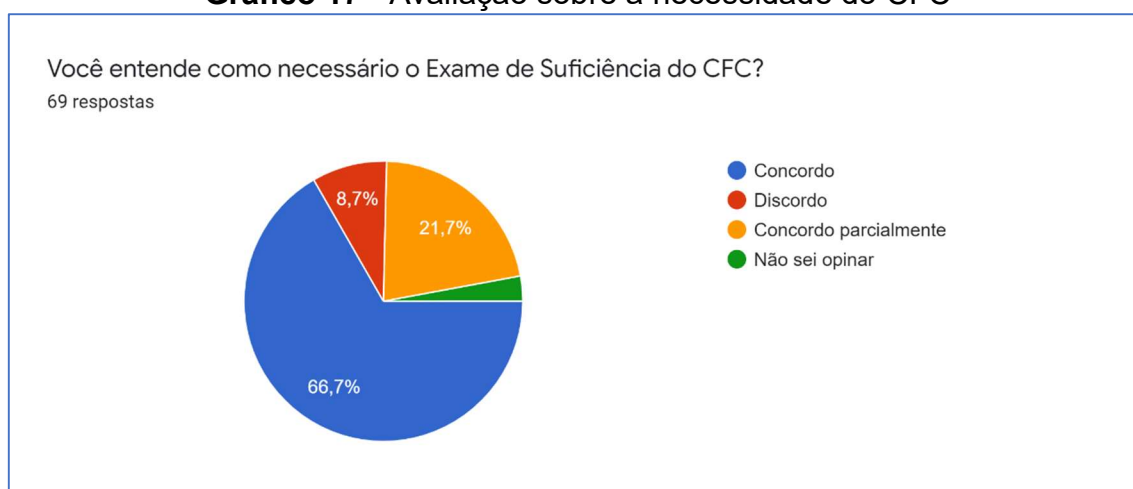
**Gráfico 16 - Avaliação sobre a obrigatoriedade do Enade**



**Fonte:** Pesquisa com os egressos, configurado pelo pesquisador

Nesta questão, muito embora os alunos tenham sido orientados a respeito da sua participação de forma efetiva, ou seja, compulsória, no referido exame, as respostas indicam que 39,1% dos entrevistados concordam parcialmente com a afirmação de que o Enade é um componente obrigatório, 26,1% discordam da afirmativa, 20,3% não sabem opinar e apenas 14,5% concordam ser o Enade um componente curricular obrigatório, visto a sua não participação impedir o graduando de colar grau (Gráfico 16).

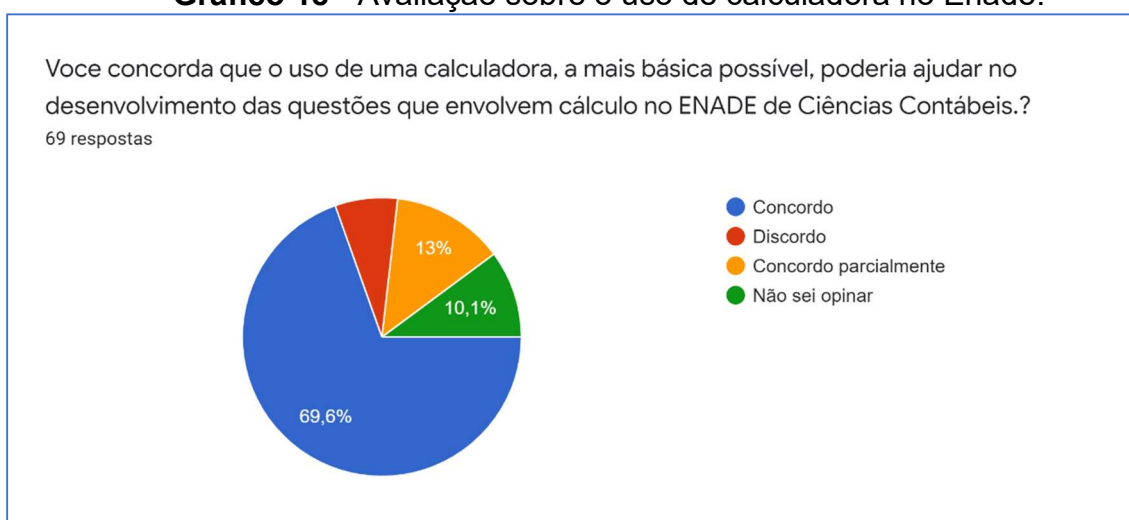
**Gráfico 17 - Avaliação sobre a necessidade do CFC**



**Fonte:** Pesquisa com os egressos, configurado pelo pesquisador

Relativo à necessidade de realização do exame de suficiência do CFC para a obtenção do registro profissional, 66,7% concordam com a afirmativa, 21,7% discordam parcialmente, e 8,7% respondem não concordar com essa necessidade. (Gráfico 17)

**Gráfico 18 - Avaliação sobre o uso de calculadora no Enade.**

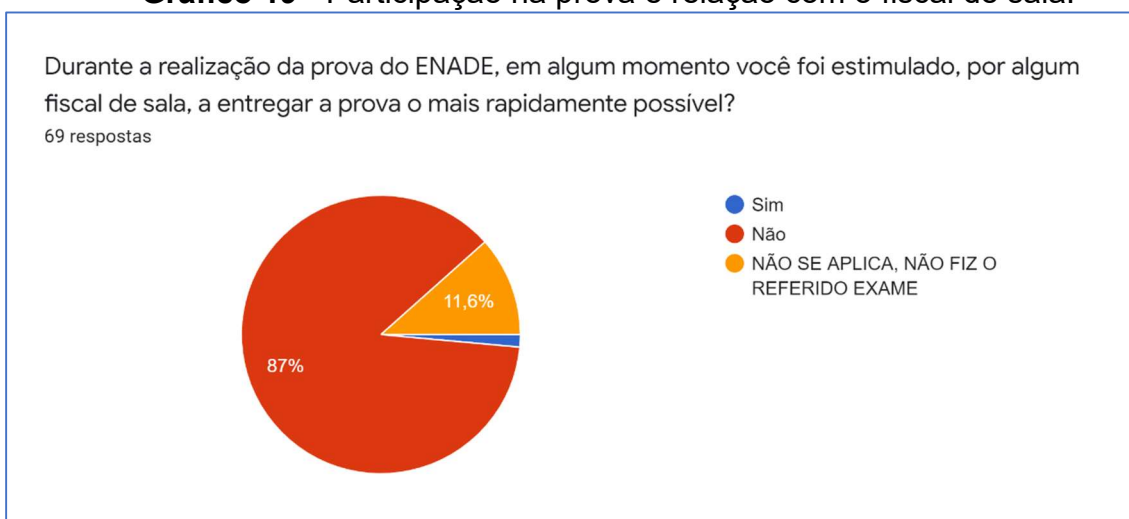


**Fonte:** Pesquisa com os egressos, configurado pelo pesquisador

Durante quase toda a sua vida acadêmica, os estudantes realizam operações quantitativas com o apoio de alguma calculadora, a mais simples que seja. No entanto, por questões de “segurança”, não é permitido o uso de equipamentos eletrônicos na realização do Enade, impedindo o desenvolvimento “adequado” das questões que envolvem qualquer tipo de cálculo.

Com isso, como se vê no Gráfico 18, 69,6% entendem que seria importante o uso de uma calculadora para o apoio ao desenvolvimento das questões quantitativas, 13,0% concordam parcialmente; 10,1% não sabem opinar e 7,3% dos entrevistados discordam.

**Gráfico 19 - Participação na prova e relação com o fiscal de sala.**



**Fonte:** Pesquisa com os egressos, configurado pelo pesquisador

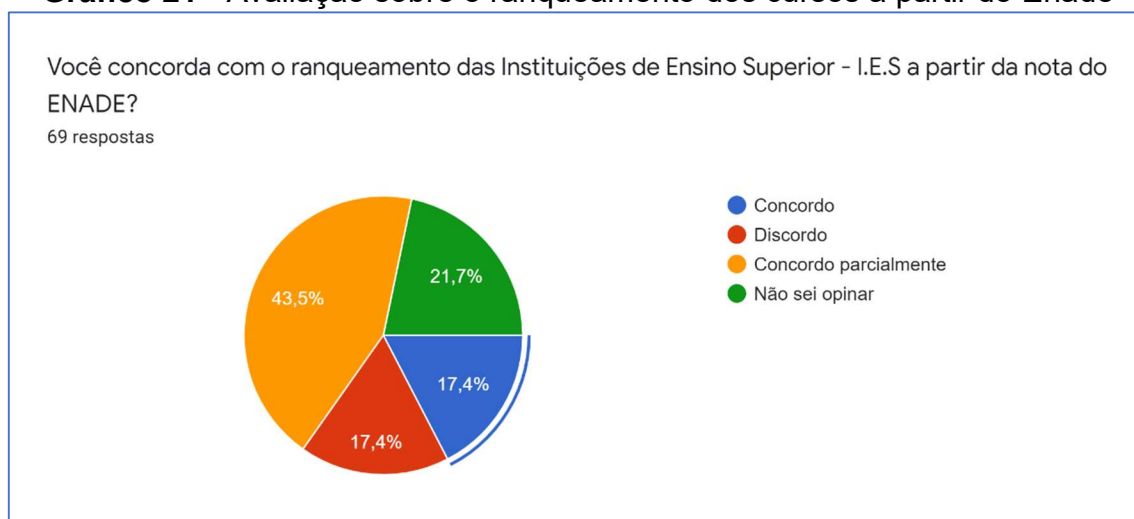
Esta pergunta foi apresentada na pesquisa, buscando saber a veracidade de alguns relatos a respeito de que, durante a realização do exame, houve pressão do fiscal para antecipar a entrega da prova. Como esperado, de acordo com a característica da idoneidade do exame, 87% responderam “não”, ou seja, o desenrolar temporal da avaliação seguiu seu fluxo normal sem pressão externa. Outros 11,6% dos respondentes não fizeram o exame, e no cômputo geral fica selada a informação apenas em um aluno participante (Gráfico 19).

**Gráfico 20 - Avaliação sobre o tempo destinado à elaboração do Enade**

**Fonte:** Pesquisa com os egressos, configurado pelo pesquisador

O tempo mínimo para o estudante entregar a prova é de 90 minutos. Nesta pergunta, 65,2% disseram ter ficado mais que os 90 minutos mínimos para o desenvolvimento das questões, 23,2% ficaram apenas o suficiente para entregar a prova e ir embora e 11,6% não fizeram o exame. (Gráfico 20)

Esta é uma informação importante do ponto de vista de dedicação dos acadêmicos na solução das questões, ratificando a ideia de que o ranqueamento das IES com base no Enade não parece plenamente impertinente.

**Gráfico 21 - Avaliação sobre o ranqueamento dos cursos a partir do Enade**

**Fonte:** Pesquisa com os egressos, configurado pelo pesquisador

Por fim, tem-se que 43,5% dos estudantes concordam parcialmente com o ranqueamento das IES por meio da nota do Enade. Por outro lado, 21,7% não sabem emitir uma opinião e, concordando e discordando da afirmativa, 17,4% igualmente.

### 3.1.1.2 Pesquisa com docentes

Conforme apontado na Introdução, esta análise tem como segundo objetivo específico:

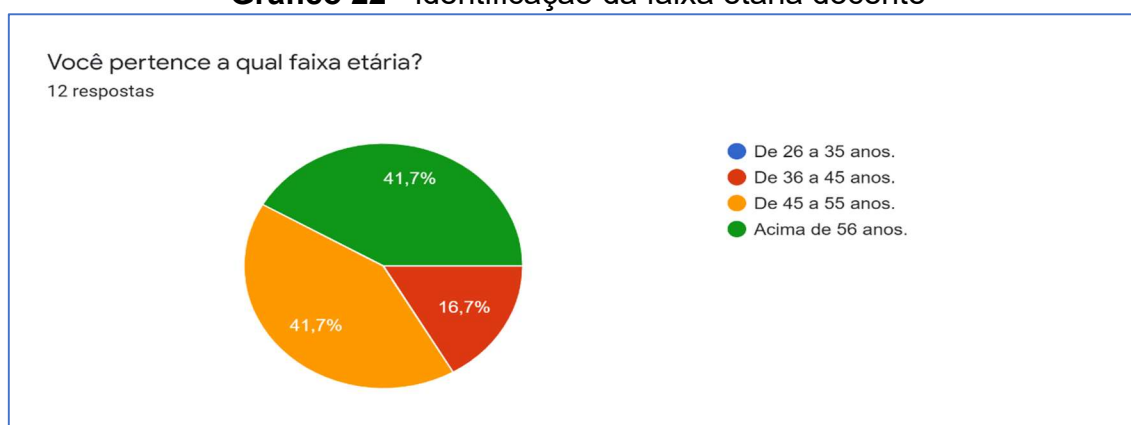
II – Identificar e o perfil e a percepção dos docentes do curso de Ciências Contábeis da PUC-Campinas sobre o Exame Nacional de Desempenho de Estudantes e o Exame de Suficiência do Conselho Federal de Contabilidade.

#### **Análise dos dados coletados com o corpo docente da Faculdade de Ciências Contábeis da PUC-Campinas**

Além dos alunos egressos, também, foram sujeitos desta pesquisa os docentes da Faculdade de Ciências Contábeis da PUC-Campinas, que estavam lecionando no curso, no 2.º semestre de 2020, ano de produção dos dados da pesquisa. Dos 17 docentes nessas condições, 12 aceitaram participar e configurarão o universo de nossos dados nessa vertente.

O objetivo deste questionário foi obter a percepção do corpo docente atual do curso de Ciências Contábeis, sua formação, campo de atuação, conhecimento do PPC, contribuições para o desenvolvimento pleno dos alunos. Foi utilizado o meio eletrônico *google forms* para o envio e captura das respostas. A seguir, as respostas das questões mais relevantes, seguidas de comentários.

**Gráfico 22** - identificação da faixa etária docente

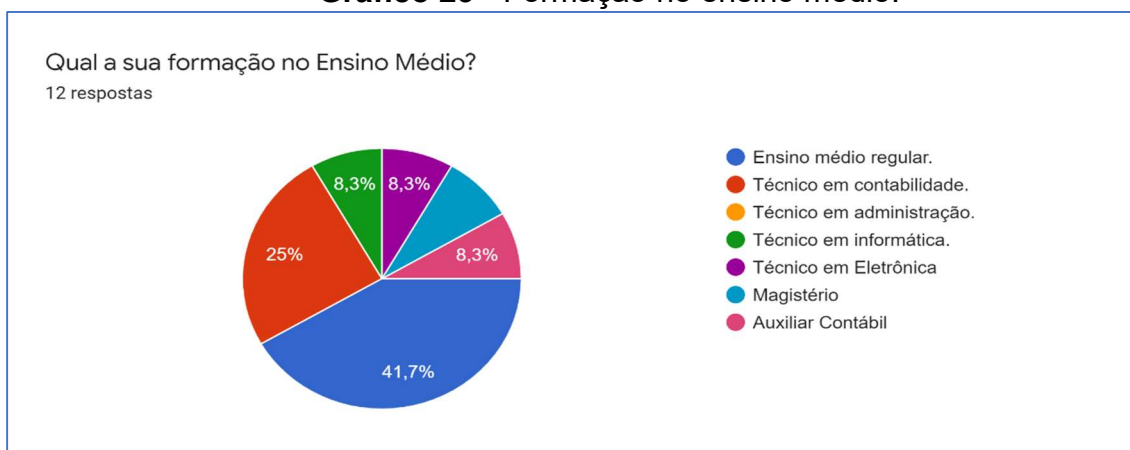


**Fonte:** Pesquisa com os docentes, configurado pelo pesquisador

Os professores pesquisados possuem idades acima de 36 anos, a maior parte deles com idade superior a 45 anos. Tal fato revela um corpo docente provavelmente

maduro e disposto a contribuir para a formação de novos profissionais para área contábil. (Gráfico 22)

**Gráfico 23 - Formação no ensino médio.**

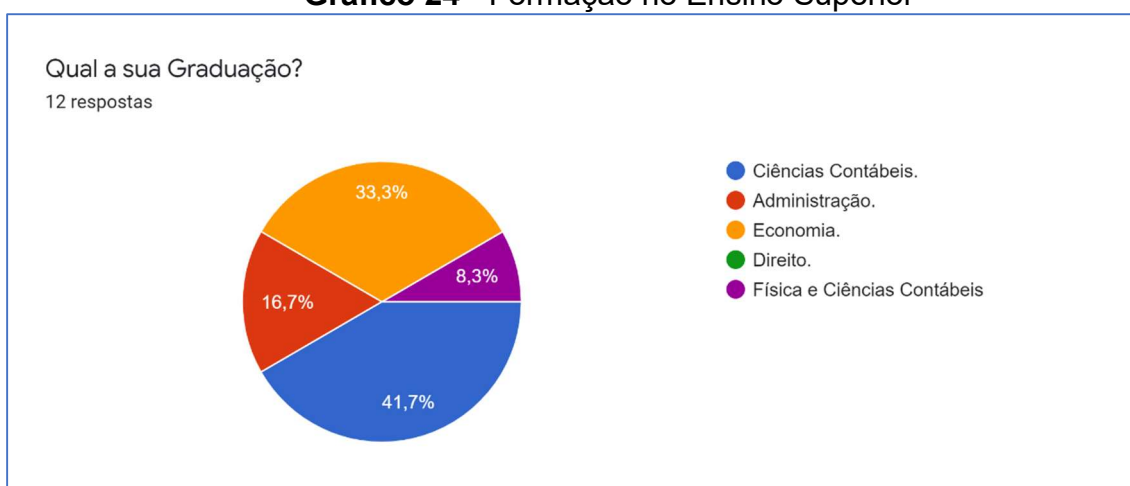


**Fonte:** Pesquisa com os docentes, configurado pelo pesquisador

De maneira predominante, os docentes realizaram Ensino Médio regular – cinco professores –, três fizeram o curso técnico em contabilidade, e as demais categorias foram representadas por um professor. (Gráfico 23)

Já em relação à graduação, o cenário ficou assim apresentado:

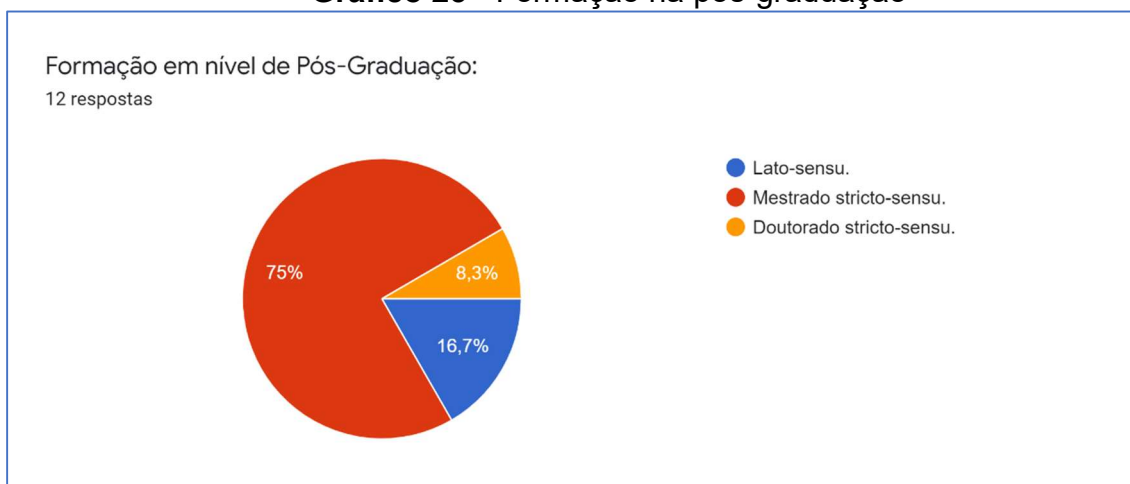
**Gráfico 24 - Formação no Ensino Superior**



**Fonte:** Pesquisa com os docentes, configurado pelo pesquisador

Na relação mais próxima com o curso, temos cinco professores que são bacharéis em Ciências Contábeis, quatro formaram-se em Economia, dois em Administração e um em Física, revelando um conjunto bastante diverso de profissionais, permitindo uma qualidade diferenciada aos acadêmicos. (Gráfico 24).

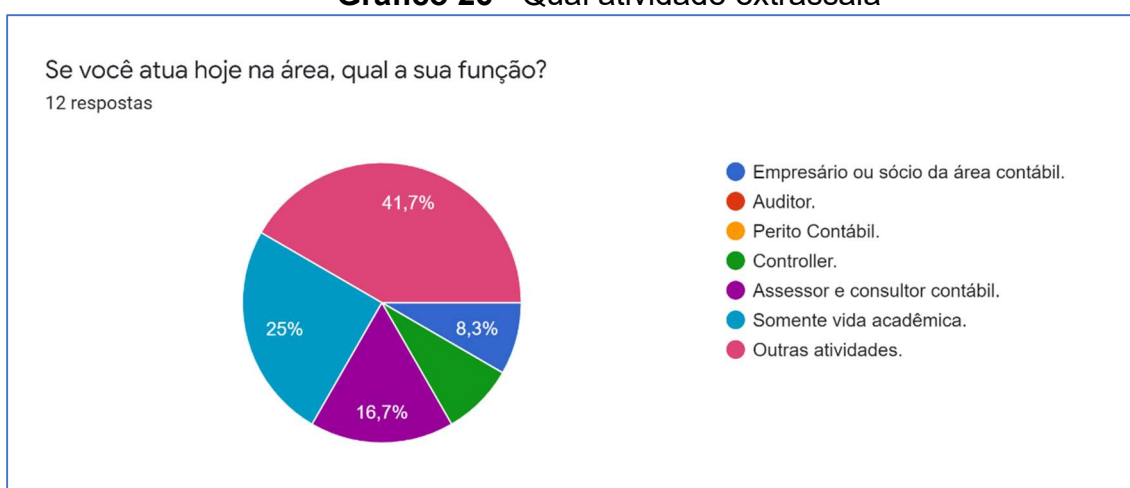
Também interessou saber sobre a continuidade da formação dos entrevistados.

**Gráfico 25 - Formação na pós-graduação**

**Fonte:** Pesquisa com os docentes, configurado pelo pesquisador

Em relação à qualificação do corpo docente, nove respondentes fizeram o Mestrado *Stricto-sensu*, um realizou o Doutorado *Stricto-sensu* e dois são especialistas. Esta qualificação contribui sobremaneira na avaliação do Enade, uma vez que um dos quesitos verifica o percentual de docentes Mestre e Doutores na grade curricular do curso.

A seguir, o Gráfico 26 apresenta informações quanto a outras atividades para além da docência.

**Gráfico 26 - Qual atividade extrassala**

**Fonte:** Pesquisa com os docentes, configurado pelo pesquisador

É possível contatar, pelas respostas do questionário que cinco realizam diversas atividades desde Consultoria Econômica e Financeira até participação em Conselho Fiscal, três somente praticam a docência, dois realizam assessoria e consultoria contábil, um é *Controller* em empresa e um é empresário contábil.

No Gráfico 27, tem-se os dados acerca da atuação dos entrevistados anterior à atuação docente.

**Gráfico 27 - Atuação antes da formação acadêmica**

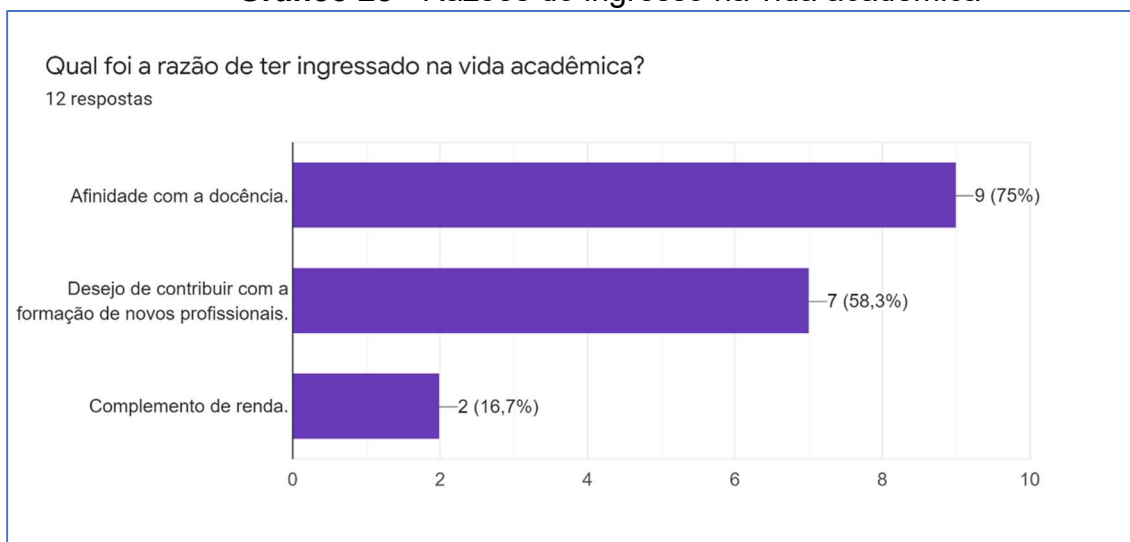


**Fonte:** Pesquisa com os docentes, configurado pelo pesquisador

Relativamente ao crescimento profissional, nove professores antes do ingresso na vida acadêmica já exerciam atividade na área contábil e assim permanecem; outros três não estavam na área contábil, exerciam outras atividades profissionais.

Interessava, então, saber as razões pelas quais eles decidiram ingressar na vida acadêmica. Tal resposta vem ilustrada no Gráfico 28.

**Gráfico 28 - Razões do ingresso na vida acadêmica**



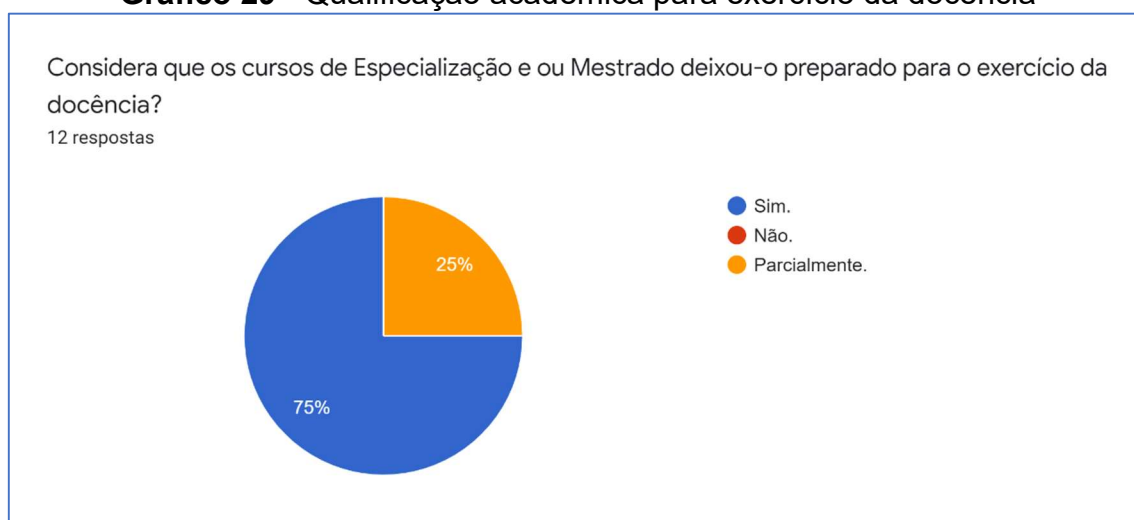
**Fonte:** Pesquisa com os docentes, configurado pelo pesquisador



Percebe-se, assim, que nove demonstraram afinidade com a vida acadêmica, que sete desejariam contribuir para a formação de outros e novos profissionais e que dois expressaram completar a renda familiar.

Perguntados sobre as impressões deles referentes à importância formativa no sentido de melhorar sua atuação docente, foram obtidos os dados presentes no Gráfico 29.

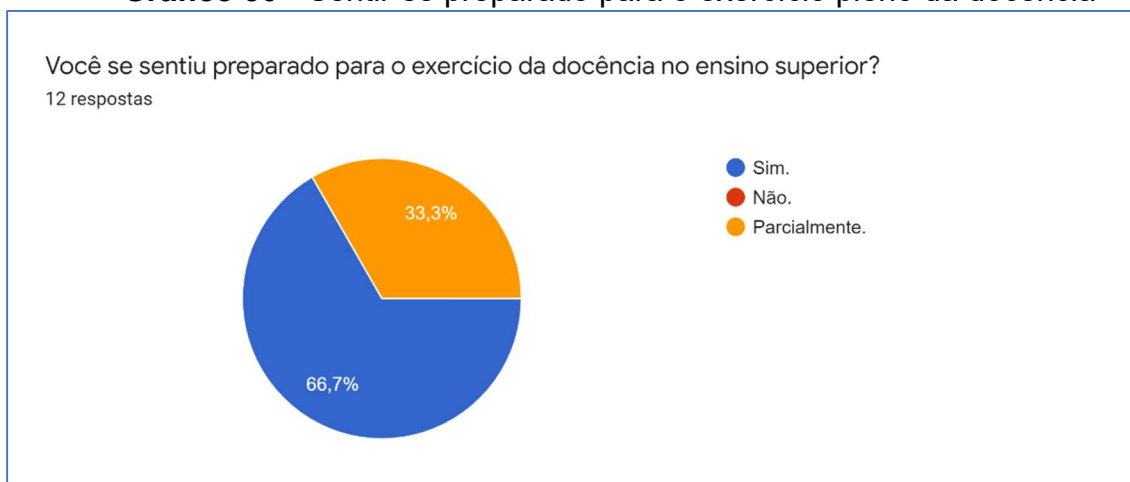
**Gráfico 29 - Qualificação acadêmica para exercício da docência**



**Fonte:** Pesquisa com os docentes, configurado pelo pesquisador

As respostas revelam que nove professores entendem que os cursos de Especialização e ou Mestrado foram bons caminhos de preparação para a vida acadêmica, três divergem desta afirmação, considerando que não foram preparados suficientemente para a vida acadêmica pelos cursos que realizaram.

**Gráfico 30 - Sentir-se preparado para o exercício pleno da docência**



**Fonte:** Pesquisa com os docentes, configurado pelo pesquisador

Ainda em complemento ao preparo acadêmico, oito professores sentiram-se aptos para o pleno exercício da docência, enquanto quatro se sentiram parcialmente preparados para a vida plena na academia. (Gráfico 31)

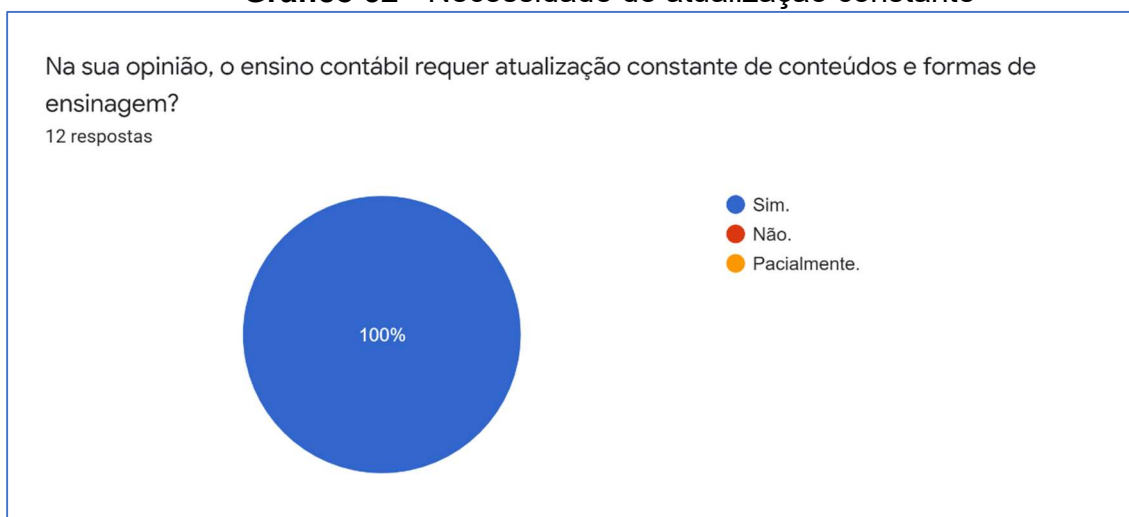
**Gráfico 31 - Preparação extra para o exercício da docência**



**Fonte:** Pesquisa com os docentes, configurado pelo pesquisador

Embora parte significativa declare sentir-se preparada para o exercício docente, seis precisaram de treinamento para o pleno exercício da arte de ensinar, quatro não fizeram preparação e dois realizaram parcialmente treinamento para o exercício pleno da docência. Contudo, quando questionados acerca da necessidade de atualização, foram unânimes (100%), como se observa no Gráfico 32, em afirmar a relevância da atualização constante de conteúdos e nas formas de processo de ensino.

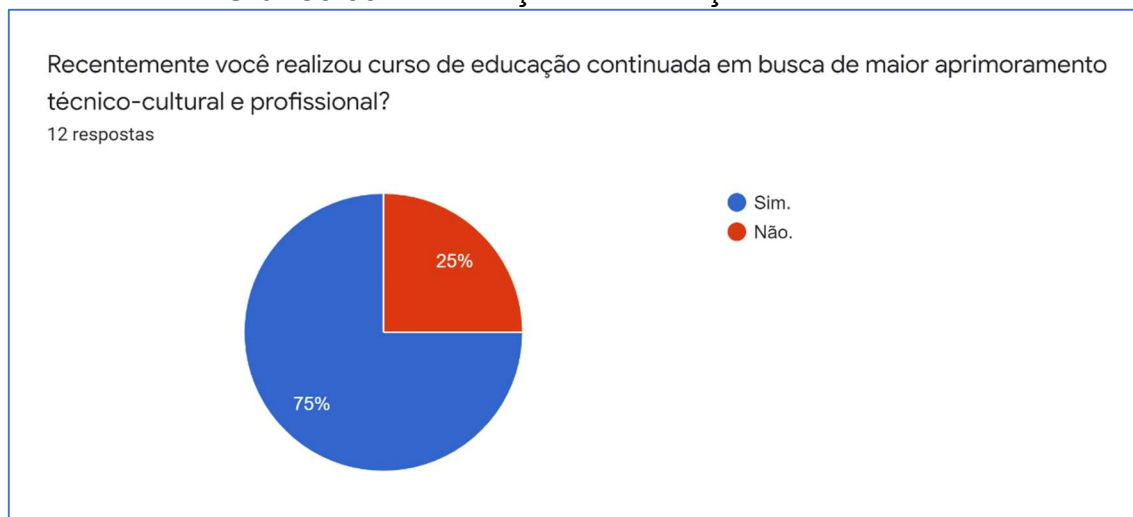
**Gráfico 32 - Necessidade de atualização constante**



**Fonte:** Pesquisa com os docentes, configurado pelo pesquisador.

Complementando, afirmaram sobre suas impressões a respeito da formação continuada, assim como se vê no Gráfico 33.

**Gráfico 33 - Realização de educação continuada.**

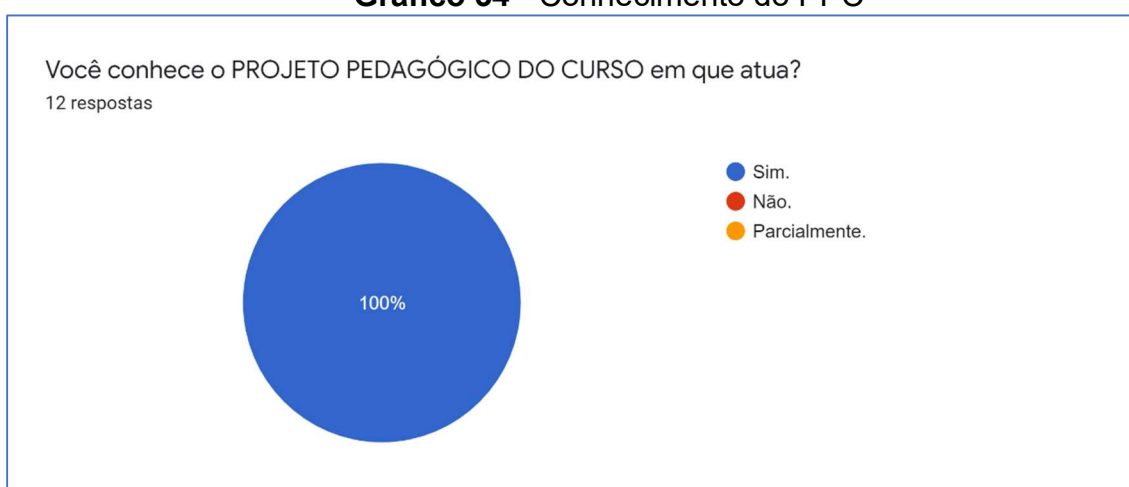


**Fonte:** Pesquisa com os docentes, configurado pelo pesquisador

Corroborando a questão anterior, nove professores realizaram cursos de educação continuada em sua carreira para aprimoramento técnico, cultural e profissional na vida acadêmica, indo desde cursos em órgão de classe como é o CRC, curso do Programa Permanente de Capacitação promovidos pela Pró-Reitoria de Graduação da universidade, até uma segunda graduação, entre outros.

Para conhecer o engajamento dos docentes com a universidade, foi-lhes feita a questão seguinte, cujas respostas compõem o Gráfico 34.

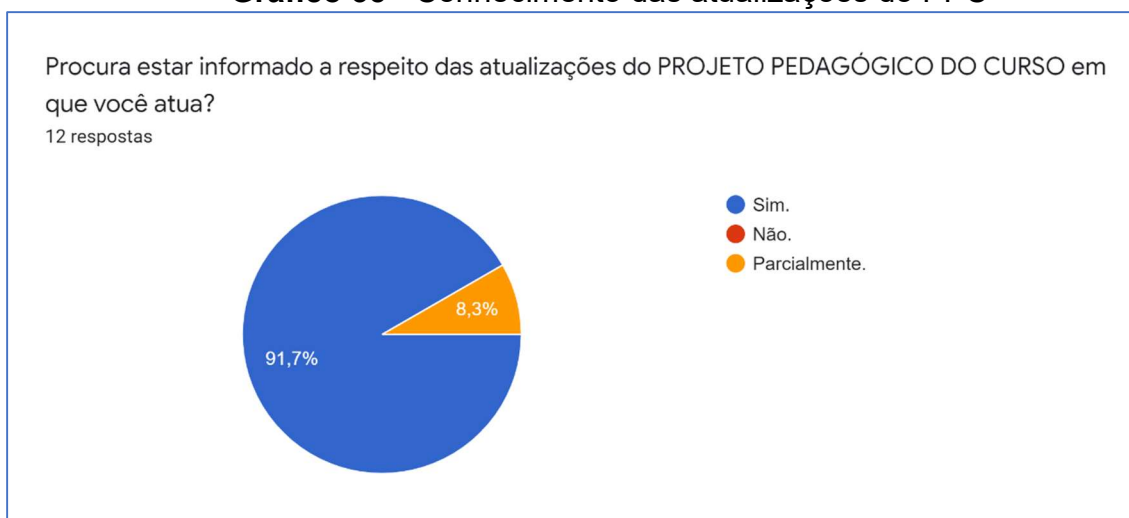
**Gráfico 34 - Conhecimento do PPC**



**Fonte:** Pesquisa com os docentes, configurado pelo pesquisador

A resposta foi unânime, 100% declararam conhecer o Projeto Pedagógico do curso, o que denota o comprometimento desses docentes e, conseqüentemente, o desenvolvimento do Projeto Pedagógico e suas múltiplas faces.

**Gráfico 35 - Conhecimento das atualizações do PPC**

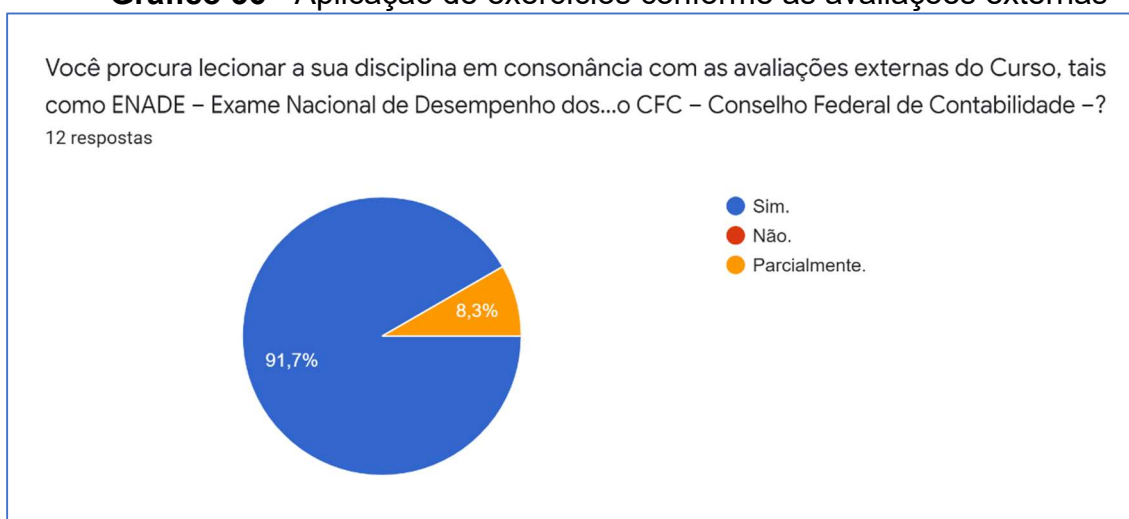


**Fonte:** Pesquisa com os docentes, configurado pelo pesquisador

Em complementação à questão anterior 91,7% dos professores responderam que estão informados a respeito das atualizações promovidas no PPC da Faculdade, o que confirma os dados anteriormente obtidos.

Quando inquiridos sobre como procuram preparar os alunos do curso para o Enade, os docentes assim se manifestaram. (Gráfico 36).

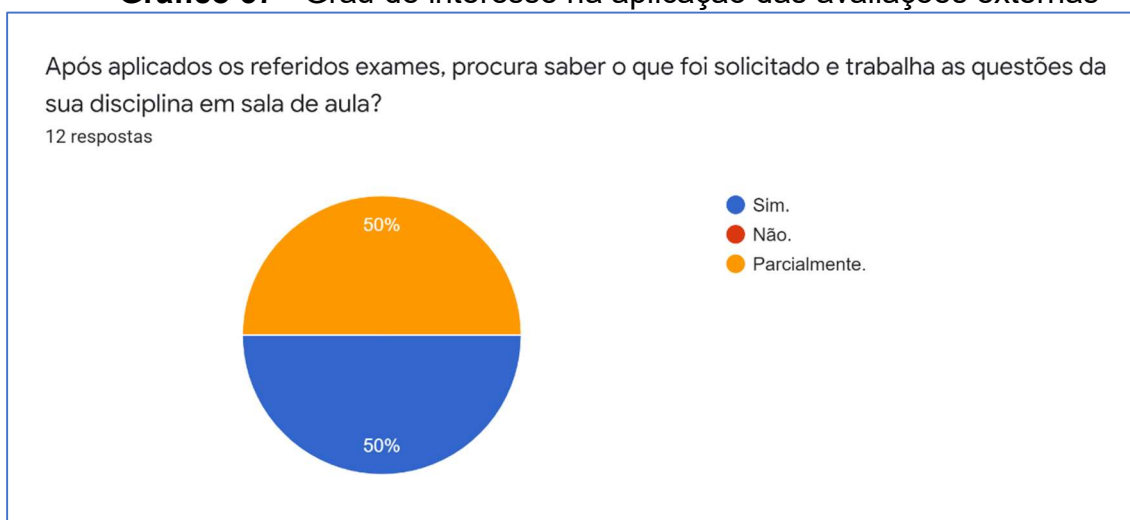
**Gráfico 36 - Aplicação de exercícios conforme as avaliações externas**



**Fonte:** Pesquisa com os docentes, configurado pelo pesquisador

As respostas obtidas permitem concluir haver uma inter-relação entre o que exigem os editais do Enade e do Exame de Suficiência do CFC e os conteúdos trabalhados em suas disciplinas. Esse fator se torna muito importante, na medida em que essas avaliações externas representam, por vezes, uma corrida para aumentar a procura por novos ingressantes ao curso (Gráfico 36).

**Gráfico 37 - Grau de interesse na aplicação das avaliações externas**



**Fonte:** Pesquisa com os docentes, configurado pelo pesquisador

Surpreendeu o fato de apenas 50% entre os respondentes manifestarem preocupação em averiguar as questões que foram apresentadas nos exames recentes. Tal aspecto traz um indicativo de atenção no sentido de estimular os professores a atualizarem-se em relação às avaliações externas, principalmente quanto à sua área de domínio e conhecimento. (Gráfico 37).

**Gráfico 38 - Importância do Enade na avaliação do curso**

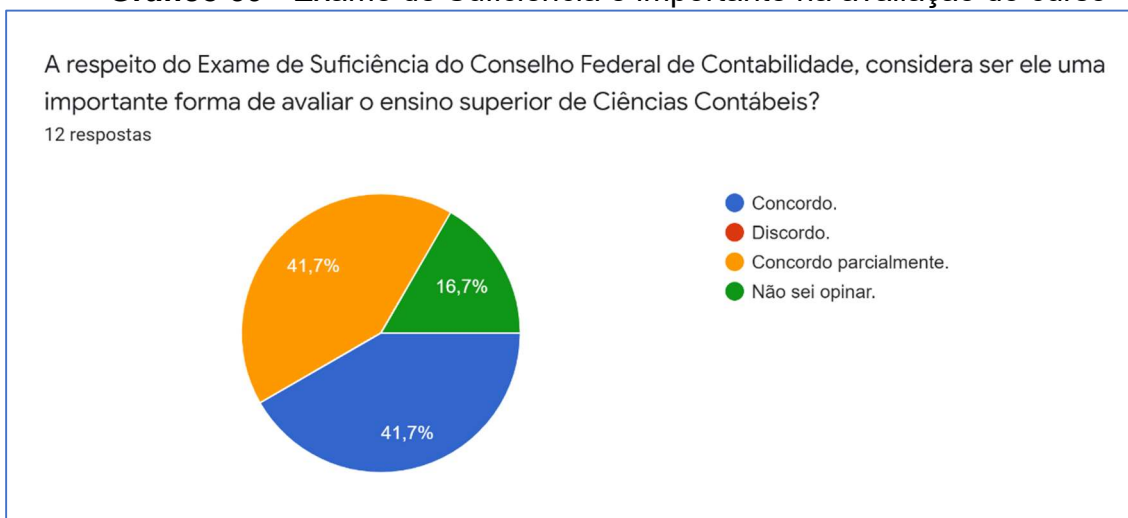


**Fonte:** Pesquisa com os docentes, configurado pelo pesquisador

Com referência à questão fundamental de nossa pesquisa, qual seja, se o Enade significa um importante recurso para avaliar o Ensino Superior, na forma que se apresenta: 75% dos professores concordaram parcialmente com a questão; 16,7% concordaram e 8,3% discordaram. (Gráfico 38)

Já, com relação ao Exame de Suficiência, assim se expressaram os docentes:

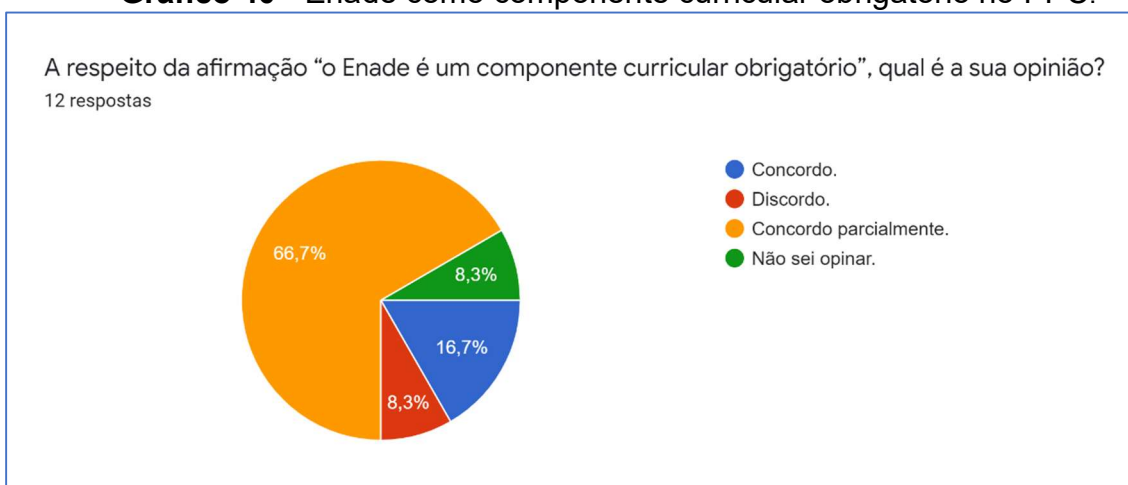
**Gráfico 39 - Exame de Suficiência é importante na avaliação do curso**



**Fonte:** Pesquisa com os docentes, configurado pelo pesquisador

Em relação ao Exame de Suficiência, 41,7% concordaram que é uma forma importante de avaliação do Ensino Superior; outros 41,7% concordaram parcialmente e 16,7% não conseguiram emitir uma opinião a respeito de ser ou não importante o exame do CFC. (Gráfico 39)

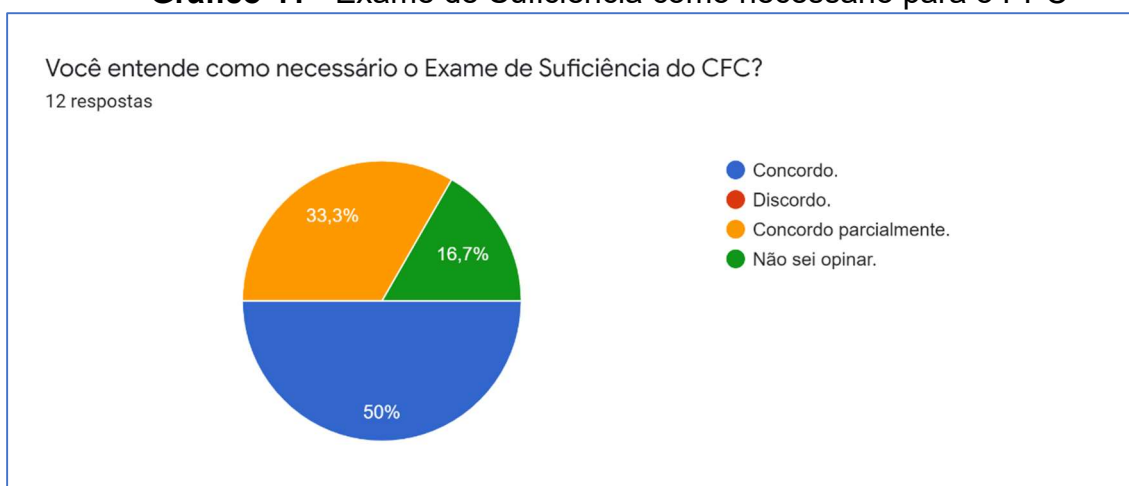
**Gráfico 40 - Enade como componente curricular obrigatório no PPC.**



**Fonte:** Pesquisa com os docentes, configurado pelo pesquisador

Diante da afirmação de que o Sinaes indica o Enade como um componente curricular obrigatório, 66,7% dos entrevistados validaram parcialmente a afirmação, 16,7% concordaram; 8,3% discordaram e outros 8,3% não souberam emitir opinião a respeito. (Gráfico 40)

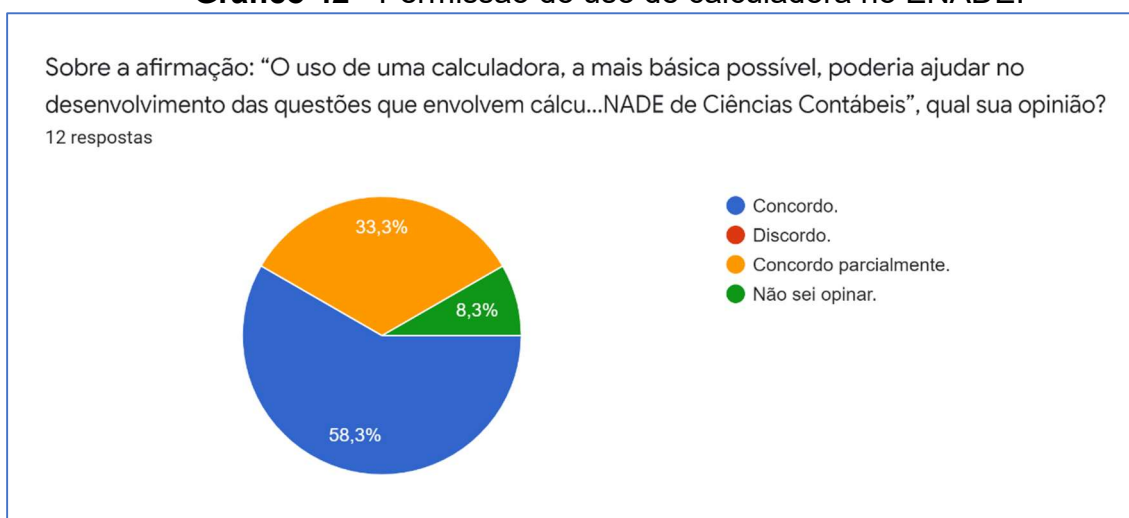
**Gráfico 41 - Exame de Suficiência como necessário para o PPC**



**Fonte:** Pesquisa com os docentes, configurado pelo pesquisador

Por conta dos resultados negativos do ensino em várias IES, o curso de Ciências Contábeis passou a realizar o Exame de Suficiência, como já discutido anteriormente. Indagados a respeito, 50,0% são favoráveis ao exame, 33,3% concordam parcialmente e 16,7% não souberam emitir uma opinião. (Gráfico 41)

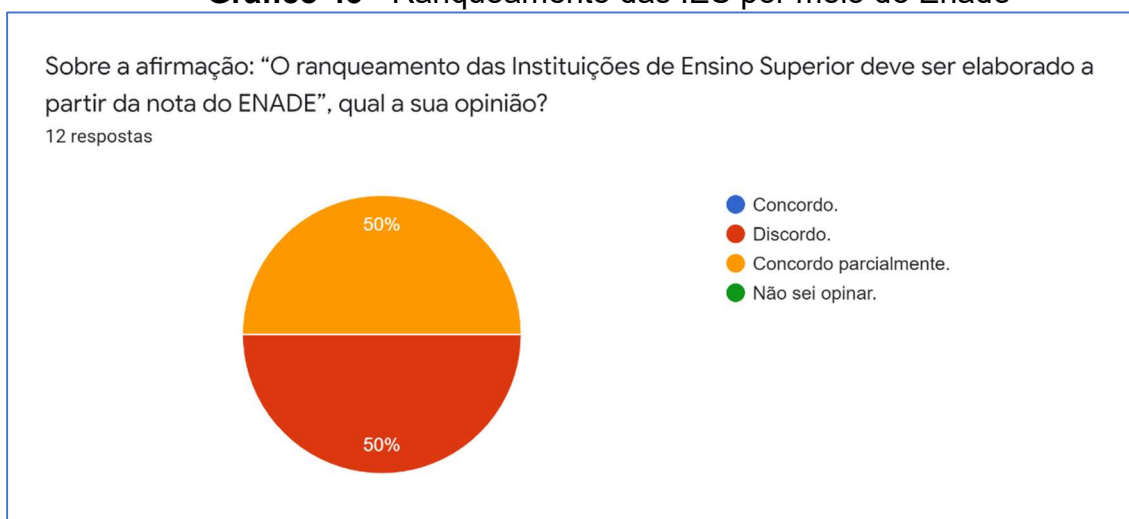
**Gráfico 42 - Permissão do uso de calculadora no ENADE.**



**Fonte:** Pesquisa com os docentes, configurado pelo pesquisador

É de conhecimento geral que o uso de calculadora já é usual na vida acadêmica desde a mais tenra idade do estudante. Durante a graduação, o trabalho com calculadoras financeiras e/ou científica é recorrente, porém ao realizar o Enade, seu uso não é permitido. Com isso, o estudante, não podendo recorrer a elas nas questões que demandam cálculos mais complexos, acaba assinalando qualquer alternativa, com uma probabilidade de acerto de 20% a 25 %, a depender do número de alternativas para escolha. Entre os respondentes, 58,3% manifestaram-se favoravelmente à utilização de calculadora; concordaram parcialmente com o uso, 33,3% e 8,3% não souberam opinar a respeito.

**Gráfico 43 - Ranqueamento das IES por meio do Enade**



**Fonte:** Pesquisa com os docentes, configurado pelo pesquisador.

O Sinaes prevê em sua legislação que o ranqueamento das Instituições de Ensino Superior será estabelecido, tendo por base o Conceito ENADE, calculado a partir dos resultados da avaliação dessa prova.

Primeiro, é elaborada uma média dos resultados, a partir de dados do desempenho individual dos estudantes nas provas de Formação Geral e Componente Específico e o número de alunos participantes de cada curso por IES. Na sequência, essas notas são padronizadas, considerando o desempenho médio nacional e o desvio padrão.

Baseado nessa média, o conceito final é estipulado e considerado em ordem decrescente, das melhores às piores notas, na organização do *ranking* Enade.



Questionados sobre isso, 50% dos docentes discordaram desse ranqueamento e os demais 50% concordaram parcialmente. (Gráfico 43).

Assim, como percebido nas respostas, os docentes e os discentes possuem opiniões um pouco diferente em relação ao foco das avaliações em larga escala. Enquanto os docentes concordam parcialmente, os discentes concordam em parte e discordam em parte. Mas, apesar de tudo é uma experiência um tanto quanto diferente uma vez que os professores já são mais calejados profissionalmente dos que os acadêmicos.

A seguir apresenta-se o desempenho com o ENADE.

### **3.1.2 Exame Nacional de Desempenho de Estudantes – Enade**

Nesta etapa da pesquisa tem-se como terceiro objetivo específico:

III - Discutir o *ranking* do Exame Nacional de Desempenho de Estudantes do curso de Ciências Contábeis da PUC-Campinas.

A avaliação em larga escala Enade, visa aferir como o acadêmico utiliza as terminologias e linguagem das Ciências Contábeis; exerce as atividades contábeis com visão sistêmica e interdisciplinar; possui domínio do processo de identificação, reconhecimento, mensuração e evidenciação; demonstra a sua capacidade crítico-analítica, envolvendo atividades de apurações, auditorias, perícias, arbitragens e quantificações de informações financeiras, patrimoniais e governamentais; tem a capacidade de identificar e gerar informações para o processo decisório; consegue interpretar e aplicar a normatização inerente à contabilidade; possui a capacidade de identificar a necessidade de informações dos usuários para subsidiar o desenvolvimento de sistemas de informação; Além de compreender a conduta ética no exercício das atividades da área contábil.

Os objetos de conhecimento desse consideram as práticas e as normas decorrentes do processo de convergência às normas internacionais de contabilidade.

Assim, o exame é elaborado por seus realizadores, utilizando para isso os seguintes eixos temáticos: Auditoria e Perícia; Teoria da contabilidade; Ética profissional; Contabilidade financeira; Análise de demonstrações contábeis;

Contabilidade e análise de custos; Contabilidade gerencial e Controladoria; Administração financeira; Contabilidade aplicada ao setor público; Legislação societária, empresarial, trabalhista e tributária; Métodos quantitativos aplicados à contabilidade; Sistemas e tecnologias de informações, conforme quadros a seguir.

Tendo em vista facilitar a visualização, os Quadros 9, 10 e 11 mostram uma comparação entre o que os editais Enade/2012-2015 e 2018 dispunham como requisito de conhecimento – disciplinas/conteúdos dos componentes curriculares que irão compor a prova de conhecimentos específicos – e as disciplinas ofertadas no Projeto Pedagógico do curso de Ciências Contábeis da PUC-Campinas. Em vista disso, é possível afirmar que há uma similaridade entre o proposto pelo Enade e o ensinado pela PUC-Campinas. Portanto, o aluno egresso recebeu uma formação adequada para realizar tal avaliação.

QUADRO 9 - COMPONENTES CURRICULARES – ENADE 2012

COMPONENTES CURRICULARES PREVISTOS NO EDITAL DO ENADE – 2012	
Edital 2012	DISCIPLINAS PPC 2012
I - Teoria da contabilidade;	64581 - TEORIA DA CONTABILIDADE
II - Ética profissional;	87785 - ÉTICA PROFISSIONAL EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS
III - Contabilidade financeira;	68322 - CONTABILIDADE FINANCEIRA
IV - Análise de demonstrações contábeis;	68373 - ANÁLISE DE DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
V- Contabilidade e análise de custos;	68021 - CONTABILIDADE DE CUSTOS
	63436 - ANÁLISE DE CUSTOS
VI - Contabilidade gerencial e Controladoria;	75434 - CONTABILIDADE GERENCIAL
VII - Administração financeira;	73113 - ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA
VIII - Contabilidade aplicada ao setor público;	68420 - CONTABILIDADE GOVERNAMENTAL
IX - Auditoria e Perícia;	06819 - AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
	06821 - PERÍCIA CONTÁBIL
X - Legislação societária, empresarial, trabalhista e tributária;	64173 - INSTITUIÇÕES DE DIREITO
	68331 - DIREITO COMERCIAL E SOCIETÁRIO
	64092 - DIREITO TRIBUTÁRIO
	68462 - DIREITO DO TRABALHO E LEGISLAÇÃO SOCIAL
XI - Métodos quantitativos aplicados à contabilidade;	68411 - MÉTODOS QUANTITATIVOS APLICADOS À CONTABILIDADE
XII - Sistemas e tecnologias de informações.	68390 - SISTEMAS DE INFORMAÇÃO CONTÁBEIS

**Fonte:** Edital do Enade (Portaria de 22 de junho de 2012 do INEP, art. 7.º – das provas) e Matriz Curricular do Curso – Elaborado pelo autor

O Edital do Enade apresenta a disciplina Contabilidade Gerencial e Controladoria. No PPC há Contabilidade Gerencial. Na concepção dos americanos a Contabilidade Gerencial e Controladoria é a mesma. Na concepção brasileira Contabilidade Gerencial é diferente de Controladoria.

QUADRO 10 - COMPONENTES CURRICULARES – ENADE 2015

COMPONENTES CURRICULARES PREVISTOS NO EDITAL DO ENADE 2015	
Edital 2015	DISCIPLINAS PPC 2015
I - TEORIA DA CONTABILIDADE;	64581 - TEORIA DA CONTABILIDADE
II - CONTABILIDADE FINANCEIRA/SOCIETÁRIA;	68322 - CONTABILIDADE FINANCEIRA
	68381 - CONTABILIDADE INTERMEDIÁRIA
	68438 - CONTABILIDADE AVANÇADA
III - CONTABILIDADE GERENCIAL E CUSTOS:	
A) CONTABILIDADE DE CUSTOS;	68021 - CONTABILIDADE DE CUSTOS
B) ANÁLISE DE CUSTOS;	63436 - ANÁLISE DE CUSTOS
C) CONTABILIDADE GERENCIAL;	75434 - CONTABILIDADE GERENCIAL
D) CONTROLADORIA;	75434 - CONTABILIDADE GERENCIAL
E) SISTEMAS DE INFORMAÇÕES CONTÁBEIS;	68390 - SISTEMAS DE INFORMAÇÃO CONTÁBEIS
IV - CONTABILIDADE APLICADA AO SETOR PÚBLICO:	
A) CONTABILIDADE PÚBLICA;	68420 - CONTABILIDADE GOVERNAMENTAL
B) ORÇAMENTO PÚBLICO;	68420 - CONTABILIDADE GOVERNAMENTAL
C) FINANÇAS PÚBLICAS;	68420 - CONTABILIDADE GOVERNAMENTAL
D) CONTROLADORIA PÚBLICA;	68420 - CONTABILIDADE GOVERNAMENTAL
V - AUDITORIA, PERÍCIA E ARBITRAGEM;	06819 - AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
	06821 - PERÍCIA CONTÁBIL
VI - ANÁLISE DE DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS;	68373 - ANÁLISE DE DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
VII - ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA;	73113 - ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA
VIII - LEGISLAÇÃO:	
A) SOCIETÁRIA E EMPRESARIAL;	68331 - DIREITO COMERCIAL E SOCIETÁRIO
B) FISCAL E TRIBUTÁRIA;	64092 - DIREITO TRIBUTÁRIO
C) TRABALHISTA;	68462 - DIREITO DO TRABALHO E LEGISLAÇÃO SOCIAL
IX - MÉTODOS QUANTITATIVOS APLICADOS À CONTABILIDADE E ATUARIAIS;	68411 - MÉTODOS QUANTITATIVOS APLICADOS À CONTABILIDADE
	64386 - MATEMÁTICA FINANCEIRA
X - ÉTICA PROFISSIONAL E RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL;	87785 - ÉTICA PROFISSIONAL EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS

**Fonte:** Edital do Enade (Portaria Inep nº 220, de 10 de junho de 2015, art. 7º – das provas) e Matriz Curricular do Curso - Elaborado pelo autor

QUADRO 11 - COMPONENTES CURRICULARES – ENADE 2018

COMPONENTES CURRICULARES PREVISTOS NO EDITAL DO ENADE	
Edital 2018	DISCIPLINAS PPC 2018
I. Teoria e história da contabilidade;	64581 - TEORIA DA CONTABILIDADE
II. Contabilidade financeira/societária;	68322 - CONTABILIDADE FINANCEIRA
	68381 - CONTABILIDADE INTERMEDIÁRIA
	09810 - CONTABILIDADE AVANÇADA I
	09813 - CONTABILIDADE AVANÇADA II
III. Contabilidade gerencial e custos;	75434 - CONTABILIDADE GERENCIAL
	68021 - CONTABILIDADE DE CUSTOS
IV. Controladoria;	75434 - CONTABILIDADE GERENCIAL
V. Sistemas de informações contábeis;	68390 - SISTEMAS DE INFORMAÇÃO CONTÁBEIS
VI. Contabilidade aplicada ao setor público;	68420 - CONTABILIDADE GOVERNAMENTAL
VII. Auditoria;	06819 - AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
VIII. Perícia e arbitragem;	06821 - PERÍCIA CONTÁBIL
IX. Análise de demonstrações contábeis;	68373 - ANÁLISE DE DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
X. Administração financeira;	73113 - ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA
XI. Legislação societária e empresarial;	64173 - INSTITUIÇÕES DE DIREITO
	68331 - DIREITO COMERCIAL E SOCIETÁRIO
XII. Legislação fiscal e tributária;	64092 - DIREITO TRIBUTÁRIO
	09817 - CONTABILIDADE E PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO I
	09818 - CONTABILIDADE E PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO II
XIII. Legislação social e trabalhista;	68462 - DIREITO DO TRABALHO E LEGISLAÇÃO SOCIAL
XIV. Métodos quantitativos aplicados à contabilidade;	09833 - MÉTODOS QUANTITATIVOS APLICADOS À CONTABILIDADE E NOÇÕES ATUARIAIS
XV. Noções atuariais;	02629 - MATEMÁTICA FINANCEIRA
	09833 - MÉTODOS QUANTITATIVOS APLICADOS À CONTABILIDADE E NOÇÕES ATUARIAIS
XVI. Ética e legislação profissional.	87785 - ÉTICA PROFISSIONAL EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS

**Fonte:** Edital do Enade (Portaria nº 439, de 30 de maio de 2018, art. 7º – das provas) e Matriz Curricular do Curso – Elaborado pelo autor.

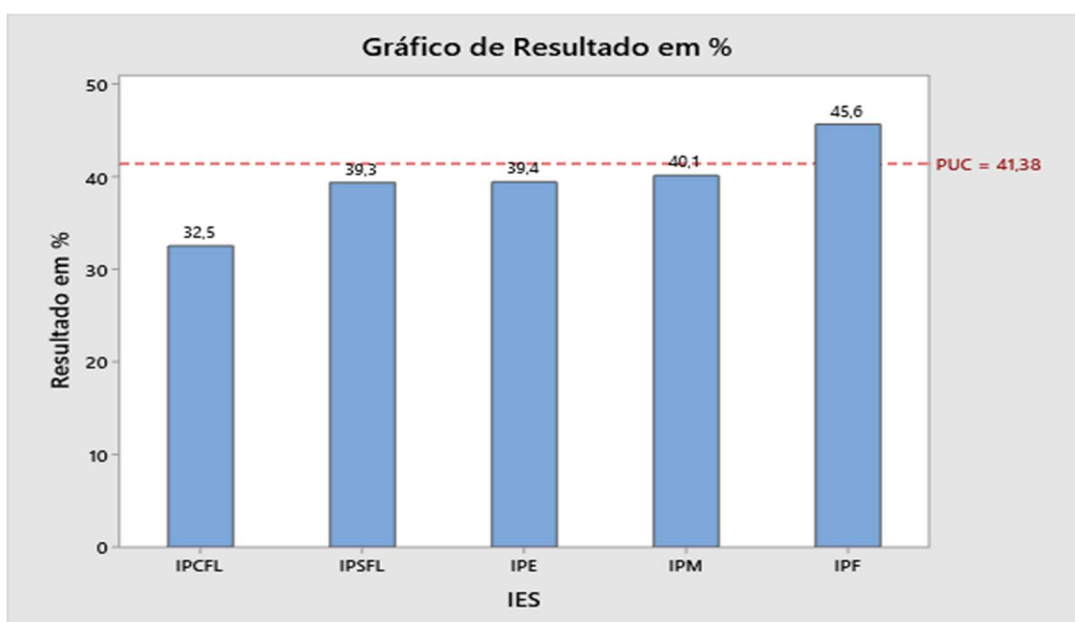
### 3.1.2 Estrutura Curricular do curso de Ciências Contábeis da PUC-Campinas

Esta pesquisa tem como quarto objetivo específico:

#### IV – Discutir se as Diretrizes Curriculares Nacionais têm aderência com os Editais do Exame Nacional de Desempenho de Estudantes e o Projeto Pedagógico de Curso (Matriz Curricular) do curso de Ciências Contábeis da PUC-Campinas

Os resultados obtidos pelos estudantes do Curso de Ciências Contábeis da PUC-Campinas no Componente de Formação Geral do Enade 2015 (nota 53,81) foram superiores, de modo geral, aos resultados obtidos pelos estudantes de outras IES. Em análise comparativa, o Curso de Ciências Contábeis, com a nota 41,38, mostrou-se superior aos resultados agregados das instituições privadas com fins lucrativos (nota média 32,5), instituições privadas sem fins lucrativos (nota média 39,3), instituições públicas estaduais (nota média 39,4) e instituições públicas municipais (40,1), ficando abaixo apenas das instituições públicas federais (nota média 45,6), como se pode verificar no Gráfico 44:

Gráfico 44 - Resultado Enade PUC-Campinas x Brasil 2015



Fonte: Inep – configurado pelo pesquisador<sup>9</sup>

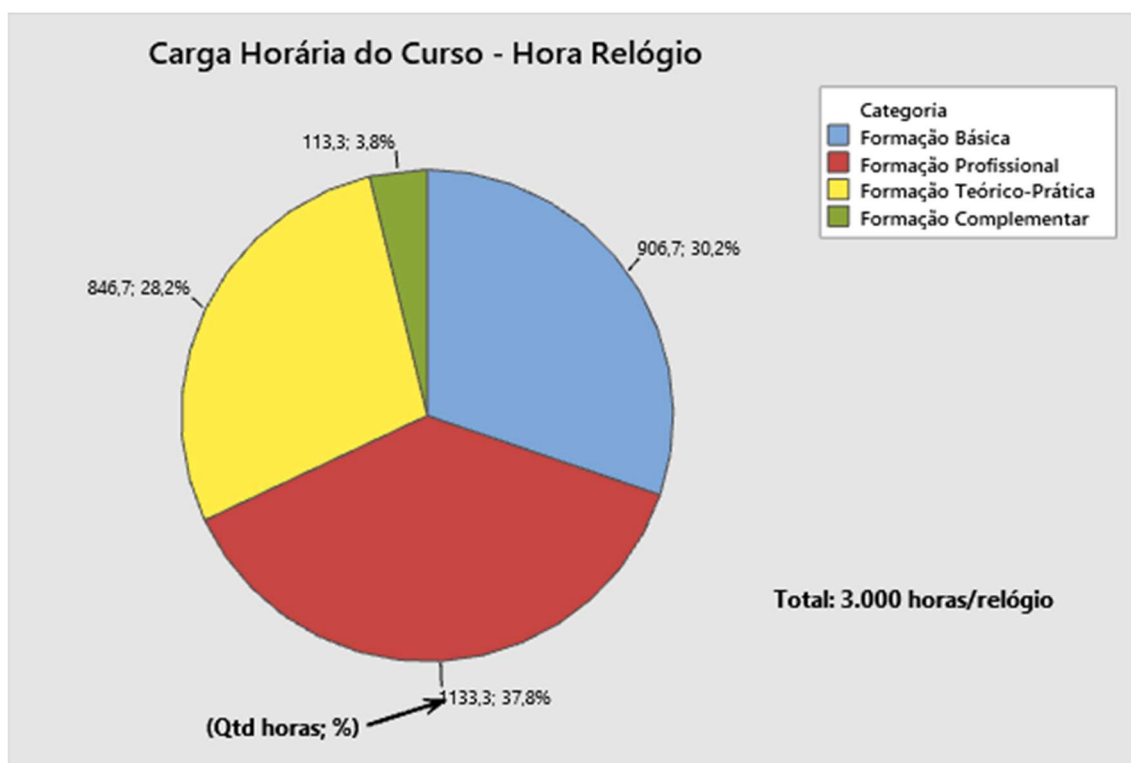
<sup>9</sup> Construído com a contribuição do professor Me. José Wilson Moretti.

Infere-se que esse resultado positivo possa ter sido resultado das ações desenvolvidas pelo CEA e pelo Curso de Ciências Contábeis da PUC-Campinas, visando à conscientização dos acadêmicos em relação ao Enade (BRASIL, 2013 - 2016).

A seguir passamos a discutir a aderência entre Diretriz curricular, proposta pelo Enade e Matriz curricular do curso de Ciências Contábeis da PUC-Campinas.

A partir do ano de 2010, considerando-se o Parecer CNE/CES n.º 8/2007 publicado em 13/09/2007, definiu-se a carga horária mínima de 3.000 horas para o Curso de Ciências Contábeis da PUC-Campinas.

Gráfico 45 - Composição da carga horária do curso



Fonte: Matriz curricular do curso: Organizado pelo pesquisador

Como observado, nos Quadros 4, 5, 6, 7 e 8, dispostos anteriormente (no Percorso Metodológico), a matriz curricular do curso de Ciências Contábeis da PUC-Campinas para os núcleos de formação básica, formação profissional, a formação teórico-prática e complementar, em acordo com Resolução CNE/CES 10, de 16 de dezembro de 2004, abrange os conteúdos exigidos pelos referidos editais do Enade, como se verá na análise detalhada a seguir. Isso infere-se que o aluno que cursa

Ciências Contábeis na PUC-Campinas recebe uma formação sólida, que contribui para enfrentar o exame e o tão competitivo mercado de trabalho.

### **3.1.3 Comparação das questões do Enade 2012, com a qualidade das questões do Enade 2015 e deste com o ciclo de 2018**

Conforme delineado na Introdução deste trabalho, a seguir o terceiro objetivo específico:


#### **V- Analisar os conteúdos das provas do Exame Nacional de Desempenho de Estudantes e sua aderência com o Projeto Pedagógico do Curso de Ciências Contábeis (Matriz Curricular) da PUC-Campinas**

Os exames de 2012 e 2015 buscaram exigir a alta performance dos acadêmicos em relação à aquisição de conteúdo específicos da área. Comparando os Exames de 2012 e 2015, percebe-se que, enquanto o de 2012 exigia, basicamente, um conhecimento mais relacionado a três áreas: Custos (20% da prova); Análise das Demonstrações Contábeis (15% da prova); e Auditoria (15% da prova), sendo as três referentes aos componentes específicos (CE), - e os demais 50% distribuídos para as demais disciplinas de forma mais ou menos equivalente; o exame de 2015 foi mais democrático, os conteúdos foram mais distribuídos. A análise das Demonstrações Contábeis foi responsável por 11% do exame, Contabilidade Governamental por 9% e os demais assuntos ficaram com 5,7% cada um. O nível de exigência das questões, embora alto, não foi motivo de preocupação, pois os assuntos abordados nas questões das provas fazem parte dos conteúdos programáticos das disciplinas que compõem a Matriz Curricular do Projeto Pedagógico de Ciências Contábeis da PUC-Campinas. (BRASIL, 2013 - 2016)

#### **3.1.3.1. Conexão do Enade 2015 e os componentes curriculares do Curso**

Analisando as questões que constaram do Enade 2015, pode-se perceber uma sintonia entre o que nela se exigiu e as disciplinas ministradas no curso de Ciências Contábeis, como ilustra o Quadro 12 comparativo.

## QUADRO 12 - COMPONENTES CURRICULARES – ENADE 2015

Questão Prova ENADE	Disciplinas e/ou Componentes Curriculares
<p style="text-align: center;"><b>Questão 01 – Discursiva</b></p> <p><b>QUESTÃO DISCURSIVA 1</b> //</p>  <p>A paquistanesa Malala Yousafzai, de dezessete anos de idade, ganhou o Prêmio Nobel da Paz de 2014, pela defesa do direito de todas as meninas e mulheres de estudar. “Nossos livros e nossos lápis são nossas melhores armas. A educação é a única solução, a educação em primeiro lugar”, afirmou a jovem em seu primeiro pronunciamento público na Assembleia de Jovens, na Organização das Nações Unidas (ONU), após o atentado em que foi atingida por um tiro ao sair da escola, em 2012. Recuperada, Malala mudou-se para o Reino Unido, onde estuda e mantém o ativismo em favor da paz e da igualdade de gêneros.</p> <p style="text-align: right;"><small>Disponível em: &lt;<a href="http://mdemulher.abril.com.br">http://mdemulher.abril.com.br</a>&gt;. Acesso em: 18 ago. 2015 (adaptado).</small></p> <p>A partir dessas informações, redija um texto dissertativo sobre o significado da premiação de Malala Yousafzai na luta pela igualdade de gêneros. Em seu texto, aborde os seguintes aspectos:</p> <p>a) direito das jovens à educação formal; (valor: 5,0 pontos)</p> <p>b) relações de poder entre homens e mulheres no mundo. (valor: 5,0 pontos)</p>	<p>Educação em Direitos Humanos e Identidade Cultural</p> <p>Contextualiza e articula temas, problemas e abordagens relativas às questões dos direitos humanos, da sustentabilidade socioambiental, do multiculturalismo, da identidade e das relações étnico-raciais.</p>



### Questão 02 – Discursiva

Após mais de um ano de molho, por conta de uma lei estadual que coíbia sua realização no Rio de Janeiro, os bailes *funk* estão de volta. Mas a polêmica permanece: os *funkeiros* querem, agora, que o ritmo seja reconhecido como manifestação cultural. Eles sabem que têm pela frente um caminho tortuoso. “Muita gente ainda confunde *funkeiro* com traficante”, lamenta Leonardo Mota, o MC Leonardo. “Justamente porque ele tem cor que não é a branca, tem classe que não é a dominante e tem moradia que não é no asfalto.”

Disponível em: <<http://www.rhbn.com.br>>. Acesso em: 19 ago. 2015 (adaptado).

Todo sistema cultural está sempre em mudança. Entender essa dinâmica é importante para atenuar o choque entre as gerações e evitar comportamentos preconceituosos. Da mesma forma que é fundamental para a humanidade a compreensão das diferenças entre povos de culturas diferentes, é necessário entender as diferenças dentro de um mesmo sistema. Esse é o único procedimento que prepara o homem para enfrentar serenamente este constante e “admirável mundo novo” do povo.

LARAIA, R. B. *Cultura: um conceito antropológico*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008 (adaptado).

Com base nesses excertos, redija um texto dissertativo, posicionando-se a respeito do reconhecimento do *funk* como legítima manifestação artística e cultural da sociedade brasileira. (valor: 10,0 pontos)

### Educação em Direitos Humanos e Identidade Cultural

Contextualiza e articula temas, problemas e abordagens relativas às questões dos direitos humanos, da sustentabilidade socioambiental, do multiculturalismo, da identidade e das relações étnico-raciais.

### Questão 03 – Discursiva

#### QUESTÃO DISCURSIVA 3

Os resultados do trabalho da Auditoria Interna, além de constituírem algo precioso para os gestores do alto comando, fornecem recomendações corretivas e preventivas à exposição da organização face aos riscos empresariais, que podem ser de natureza sistêmica, operacional, financeira, mercadológica, de tecnologia da informação, de recursos humanos, e de fatores externos que podem impactar os resultados e estratégias globais da empresa.

Disponível em: <<http://www.portaldeauditoria.com.br>>. Acesso em: 6 ago. 2015 (adaptado).

A auditoria independente das demonstrações contábeis constitui o conjunto de procedimentos técnicos para a emissão de relatório/parecer a respeito da adequação com que estas representam a posição patrimonial e financeira, o resultado das operações, as mutações do patrimônio líquido e as origens e aplicações de recursos da entidade auditada, consoante às Normas Brasileiras de Contabilidade e a legislação específica no que for pertinente.

Disponível em: <<http://www.portaldecontabilidade.com.br>>. Acesso em: 6 ago. 2015 (adaptado).

O trabalho de auditoria contribui para o aumento da confiabilidade das informações contábeis apresentadas por uma empresa. As questões éticas devem ser observadas e respeitadas durante todo o andamento dos trabalhos.

Com base nessas informações, redija um texto dissertativo a respeito das características da auditoria interna e externa, apresentando:

- duas diferenças entre auditoria interna e externa; (valor: 4,0 pontos)
- dois tipos de relatórios/pareceres que o auditor pode emitir; (valor: 3,0 pontos)
- dois motivos para as empresas contratarem auditoria independente. (valor: 3,0 pontos)

### Auditoria das Demonstrações Contábeis

Analisa as operações contábeis efetuadas nas empresas, pelos profissionais de contabilidade, verificando se foram elaboradas segundo os princípios fundamentais e as normas brasileiras de contabilidade.

### Questão 04 – Discursiva

Uma empresa está atenta às mudanças que estão ocorrendo na contabilidade em razão da internacionalização das suas normas. Assim, objetivando estruturar a Demonstração do Resultado Abrangente (DRA), a empresa disponibilizou os seguintes dados referentes ao ano de 2014:

Lucro Antes do Resultado Financeiro	R\$ 37 800,00
Despesas com Vendas	R\$ 75 000,00
Perdas Derivadas de Conversão de Demonstrações Contábeis de Operações no Exterior	R\$ 6 000,00
Custo das Mercadorias Vendidas	R\$ 337 500,00
Lucro Líquido do Exercício	R\$ 24 300,00
Receitas de Vendas de Mercadorias	R\$ 750 000,00
Ganhos na Remensuração de Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	R\$ 20 000,00
Tributos sobre os Ganhos na Remensuração de Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	R\$ 6 800,00
Lucro Bruto	R\$ 186 300,00

Com base nos dados acima e no que define a NBC TG 26 (R2) acerca da apresentação das Demonstrações Contábeis, faça o que se pede nos itens a seguir.

- Explique a finalidade da DRA. (valor: 4,0 pontos)
- Com base na DRA da empresa, elaborada a partir dos dados fornecidos, para o exercício findo em 31/12/2014, determine:
  - o valor dos outros resultados abrangentes; (valor: 3,0 pontos)
  - o valor do resultado abrangente do período. (valor: 3,0 pontos)

### Questão 05 – Discursiva

Pelas características qualitativas da informação contábil-financeira útil, são identificados os tipos de informação que muito provavelmente são reputados como os mais úteis para investidores, credores por empréstimos e outros credores, existentes e em potencial, para a tomada de decisões acerca da entidade que reporta com base na informação de seus relatórios contábil-financeiros (informação contábil-financeira).

As demonstrações contábeis retratam os efeitos patrimoniais e financeiros das transações e outros eventos, por meio de seu grupamento em classes amplas de acordo com as características econômicas. Essas classes são denominadas elementos das demonstrações contábeis. Os elementos diretamente relacionados à mensuração da posição patrimonial e financeira no Balanço Patrimonial são os ativos, os passivos e o patrimônio líquido.

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS. *Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro: CPC 00 (R1)*. Brasília, 2011 (adaptado).

Tendo como referência o exposto, suponha que uma indústria de alta tecnologia tenha descontinuado a produção de um componente eletrônico que era vendido a outras indústrias para a fabricação de microcomputadores e que a máquina instalada nessa linha de produção tenha sido concebida especialmente para fabricar esse componente. Considere, ainda, que dada a impossibilidade do uso desse componente em outras linhas de produção ou de sua venda no mercado de usados, o contador tenha baixado a máquina do ativo da empresa, cujo valor contábil na data da baixa era de R\$ 1 300 000,00.

Com base na situação apresentada, faça o que se pede nos itens a seguir.

- Justifique a decisão do contador de baixar a máquina do ativo da empresa, fundamentando-se na definição de ativo segundo as normas contábeis adotadas no Brasil. (valor: 5,0 pontos)
- Supondo que o contador não tivesse baixado a máquina do ativo, descreva a consequência para a utilidade e a qualidade das informações contábeis reportadas pela empresa. Embase sua resposta nas Características Qualitativas Fundamentais. (valor: 5,0 pontos)

### Contabilidade Avançada

Possibilita a compreensão das evidenciações dos relatórios emanados da contabilidade, os quais compreendem os vários aspectos das reorganizações ocorridas nos processos de fusão, cisão e incorporação, bem como das novas tendências de relatórios dados pela governança corporativa.

### Teoria da Contabilidade

Utiliza as normatizações da contabilidade brasileira para efetuar um trabalho contábil harmonioso e em conformidade com os princípios nacionais e internacionais de contabilidade, avaliando o ativo e passivo da entidade.

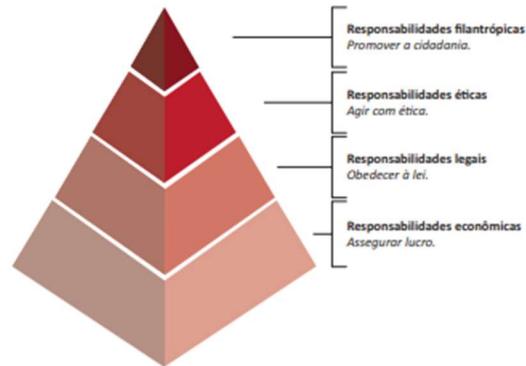
<p style="text-align: center;"><b>Questão 01</b></p> <p>A alfabetização midiática e informacional tem como proposta desenvolver a capacidade dos cidadãos de utilizar mídias, bibliotecas, arquivos e outros provedores de informação como ferramentas para a liberdade de expressão, o pluralismo, o diálogo e a tolerância intercultural, que contribuem para o debate democrático e a boa governança. Nos últimos anos, uma ferramenta de grande valia para o aprendizado, dentro e fora da sala de aula, têm sido os dispositivos móveis. Como principal meio de acesso à internet e, por conseguinte, às redes sociais, o telefone celular tem sido a ferramenta mais importante de utilização social das diferentes mídias, com apropriação de seu uso e significado, sendo, assim, uma das principais formas para o letramento digital da população. Esse letramento desenvolve-se em vários níveis, desde a simples utilização de um aplicativo de conversação com colegas até a utilização em transações financeiras nacionais e internacionais.</p> <p><small>WILSON, C. et al. <i>Alfabetização midiática e informacional</i>: currículo para formação de professores. Brasília: UNESCO, 2013 (adaptado).</small></p> <p>A partir dessas informações, avalie as asserções a seguir e a relação proposta entre elas.</p> <p>I. Uma pessoa letrada digitalmente tem capacidade para localizar, filtrar e avaliar informação disponibilizada eletronicamente e para se comunicar com outras pessoas por meio de Tecnologias de Informação e Comunicação.</p> <p style="text-align: center;"><b>PORQUE</b></p> <p>II. No letramento digital, desenvolve-se a habilidade de construir sentidos a partir de textos que se conectam a outros textos, por meio de hipertextos, <i>links</i> e elementos imagéticos e sonoros.</p> <p>A respeito dessas asserções, assinale a opção correta.</p> <p><b>A</b> As asserções I e II são proposições verdadeiras, e a II é uma justificativa correta da I.</p> <p><b>B</b> As asserções I e II são proposições verdadeiras, mas a II não é uma justificativa correta da I.</p> <p><b>C</b> A asserção I é uma proposição verdadeira, e a II é uma proposição falsa.</p> <p><b>D</b> A asserção I é uma proposição falsa, e a II é uma proposição verdadeira.</p> <p><b>E</b> As asserções I e II são proposições falsas.</p>	<p>Antropologia Teológica A</p> <p>A partir de conceitos teológicos, estimula o aluno a problematizar e analisar, criticamente, a construção do ser humano na complexa sociedade atual, de massa e de consumo, em que vive, e a cultura nela produzida.</p>

<p style="text-align: center;"><b>Questão 02</b></p> <p>A ideia segundo a qual todo ser humano, sem distinção, merece tratamento digno corresponde a um valor moral. O pluralismo político, por exemplo, pressupõe um valor moral: os seres humanos têm o direito de ter suas opiniões, expressá-las e organizar-se em torno delas. Não se deve, portanto, obrigá-los a silenciar ou a esconder seus pontos de vista; vale dizer, são livres. Na sociedade brasileira, não é permitido agir de forma preconceituosa, presumindo a inferioridade de alguns (em razão de etnia, raça, sexo ou cor), sustentando e promovendo a desigualdade. Trata-se de um consenso mínimo, de um conjunto central de valores, indispensável à sociedade democrática: sem esse conjunto central, cai-se na anomia, entendida como ausência de regras ou como total relativização delas.</p> <p style="text-align: center;"><small>BRASIL. <i>Ética e Cidadania</i>. Brasília: MEC/SEB, 2007 (adaptado).</small></p> <p>Com base nesse fragmento de texto, infere-se que a sociedade moderna e democrática</p> <ul style="list-style-type: none"> <li><b>A</b> promove a anomia, ao garantir os direitos de minorias étnicas, de raça, de sexo ou de cor.</li> <li><b>B</b> admite o pluralismo político, que pressupõe a promoção de algumas identidades étnicas em detrimento de outras.</li> <li><b>C</b> sustenta-se em um conjunto de valores pautados pela isonomia no tratamento dos cidadãos.</li> <li><b>D</b> apoia-se em preceitos éticos e morais que fundamentam a completa relativização de valores.</li> <li><b>E</b> adota preceitos éticos e morais incompatíveis com o pluralismo político.</li> </ul>	<p>Antropologia Teológica C</p> <p>Oferece ao aluno condições para a elaboração de respostas aos desafios contemporâneos, fundamentada na ética teológica e na perspectiva do diálogo com as diversas tradições religiosas, e com as várias áreas do conhecimento humano.</p>



### Questão 03

A percepção de parcela do empresariado sobre a necessidade de desenvolvimento sustentável vem gerando uma postura que se contrapõe à cultura centrada na maximização do lucro dos acionistas. A natureza global de algumas questões ambientais e de saúde, o reconhecimento da responsabilidade mundial pelo combate à pobreza, a crescente interdependência financeira e econômica e a crescente dispersão geográfica das cadeias de valor evidenciam que assuntos relevantes para uma empresa do setor privado podem ter alcance muito mais amplo que aqueles restritos à área mais imediata onde se localiza a empresa. Ilustra essa postura empresarial a pirâmide de responsabilidade social corporativa apresentada a seguir.



CARROLL, A. B. The pyramid of corporate social responsibility: toward the moral management of organizational stakeholders. *Business horizons*. July-August, 1991 [adaptado].

Com relação à responsabilidade social corporativa, avalie as afirmações a seguir.

- I. A responsabilidade social pressupõe estudo de impactos potenciais e reais das decisões e atividades da organização, o que exige atenção constante às ações cotidianas regulares de uma organização.
- II. À medida que a responsabilidade econômica de uma organização diminui, a responsabilidade social corporativa aumenta e, por conseguinte, a empresa passa a agir com ética.
- III. A concessão de financiamento para atividades sociais, ambientais e econômicas é fator relevante para a redução da responsabilidade legal empresarial.

É correto o que se afirma em

- A** I, apenas.
- B** II, apenas.
- C** I e III, apenas.
- D** II e III, apenas.
- E** I, II e III.

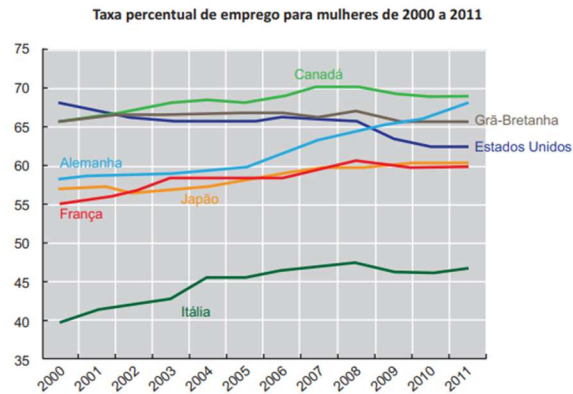
### Teoria das Organizações

Estuda o gerenciamento da Cultura e do Poder nas organizações brasileiras, abordando as mudanças nas empresas e as novas formas de Gestão Empresarial.

<p style="text-align: center;"><b>Questão 04</b></p> <p>Mais de um quarto dos presos do Centro de Detenção Provisória (CDP) de Pinheiros I, na zona oeste da capital paulista, havia morado nas ruas. Há alguns anos, percebe-se progressiva mudança da população carcerária dos CDPs de São Paulo: além da tradicional parcela de acusados e condenados por crimes patrimoniais com emprego de violência ou por tráfico de drogas, passou a integrar o quadro prisional uma parcela da população sem histórico de violência, habitante, majoritariamente, das ruas do centro da cidade. Nos últimos três anos, o número de presos provenientes das ruas da região central da capital paulista aumentou significativamente; a maioria deles é presa pela prática de pequenos furtos e/ou porte de drogas. Os casos são, em geral, similares: pessoas dependentes de <i>crack</i> que vivem nas ruas e são flagradas furtando lojas ou tentando roubar transeuntes, sem o uso de armas. Como são crimes leves, os acusados poderiam aguardar a conclusão do inquérito em liberdade.</p> <p style="text-align: center;"><small>Disponível em: &lt;<a href="http://bccrim.jusbrasil.com.br">http://bccrim.jusbrasil.com.br</a>&gt;. Acesso em: 25 jul. 2015 (adaptado).</small></p> <p>Tendo esse texto como referência e considerando a relação entre políticas públicas de segurança e realidade social nas metrópoles brasileiras, avalie as seguintes asserções e a relação proposta entre elas.</p> <p>I. A presença de policiais nas ruas das grandes cidades brasileiras atende, em geral, à solicitação de lojistas, que constantemente se queixam da presença de moradores de rua dependentes de <i>crack</i>.</p> <p style="text-align: center;"><b>PORQUE</b></p> <p>II. O encarceramento de moradores de rua viciados em <i>crack</i> que praticam pequenos delitos não resolve os problemas que afetam a população, como os de segurança, violência, saúde, educação e moradia.</p> <p>A respeito dessas asserções, assinale a opção correta.</p> <p><b>A</b> As asserções I e II são proposições verdadeiras, e a II é uma justificativa correta da I.</p> <p><b>B</b> As asserções I e II são proposições verdadeiras, mas a II não é uma justificativa correta da I.</p> <p><b>C</b> A asserção I é uma proposição verdadeira, e a II é uma proposição falsa.</p> <p><b>D</b> A asserção I é uma proposição falsa, e a II é uma proposição verdadeira.</p> <p><b>E</b> As asserções I e II são proposições falsas.</p>	<p>Educação em Direitos Humanos e Identidade Cultural</p> <p>Contextualiza e articula temas, problemas e abordagens relativas às questões dos direitos humanos, da sustentabilidade socioambiental, do multiculturalismo, da identidade e das relações étnico-raciais.</p>

### Questão 05

As taxas de emprego para mulheres são afetadas diretamente por ciclos econômicos e por políticas de governo que contemplam a inclusão das mulheres no mercado de trabalho. O gráfico a seguir apresenta variações das taxas percentuais de emprego para mulheres em alguns países, no período de 2000 a 2011.



Disponível em: <<http://www.oecd-ilibrary.org>>. Acesso em: 19 ago. 2015 (adaptado).

Com base nesse gráfico, conclui-se que, de 2000 a 2011, a taxa de emprego para mulheres

- A manteve-se constante na Itália.
- B manteve-se crescente na França e no Japão.
- C atingiu, na Grã-Bretanha, seu valor máximo em 2011.
- D aumentou mais na Alemanha que nos demais países pesquisados.
- E manteve-se superior a 60% no Canadá, na Alemanha e nos Estados Unidos.

### Estatística Aplicada à Contabilidade

Estuda os conceitos básicos de estatística, além dos métodos de descrição e análise de dados qualitativos e quantitativos necessários para a resolução de problemas na área contábil.

### Questão 06

Hoje, o conceito de inclusão digital está intimamente ligado ao de inclusão social. Nesse sentido, o computador é uma ferramenta de construção e aprimoramento de conhecimento que permite acesso à educação e ao trabalho, desenvolvimento pessoal e melhor qualidade de vida.

FERREIRA, J. R. et al. Inclusão Digital. In: BRASIL. O Futuro da Indústria de Software: a perspectiva do Brasil. Brasília: MDIC/STI, 2004 (adaptado).

Diante do cenário *high tech* (de alta tecnologia), a inclusão digital faz-se necessária para todos. As situações rotineiras geradas pelo avanço tecnológico produzem fascínio, admiração, euforia e curiosidade em alguns, mas, em outros, provocam sentimento de impotência, ansiedade, medo e insegurança. Algumas pessoas ainda olham para a tecnologia como um mundo complicado e desconhecido. No entanto, conhecer as características da tecnologia e sua linguagem digital é importante para a inclusão na sociedade globalizada.

Nesse contexto, políticas públicas de inclusão digital devem ser norteadas por objetivos que incluam

- I. a inserção no mercado de trabalho e a geração de renda.
- II. o domínio de ferramentas de robótica e de automação.
- III. a melhoria e a facilitação de tarefas cotidianas das pessoas.
- IV. a difusão do conhecimento tecnológico.

É correto apenas o que se afirma em

- A** I e II.
- B** I e IV.
- C** II e III.
- D** I, III e IV.
- E** II, III e IV.

### Informática aplicada à Contabilidade

Aborda os Sistemas de Informação com fins Gerenciais para o desenvolvimento profissional do Contabilista, incluindo o pacote básico de ferramentas de informática bem como novas Tecnologias como ERP: Enterprise Resource Planning e CRM: Customer Relationship Management.



<p style="text-align: center;"><b>Questão 07</b></p> <p>As projeções da Associação Brasileira da Indústria de Óleos Vegetais vêm indicando, para 2020, produção entre 104 milhões e 105 milhões de toneladas de soja. A área de cultivo da soja deve aumentar cerca de 6,7 milhões de hectares, chegando, em 2023 a 34,4 milhões. Isso representa um acréscimo de 24,3% na área mensurada em 2013. No Paraná, a área de cultivo de soja pode expandir-se para áreas de outras culturas e, no Mato Grosso, para pastagens degradadas e áreas novas.</p> <p style="text-align: center;"><small>Disponível em: &lt;<a href="http://www.agricultura.gov.br">http://www.agricultura.gov.br</a>&gt; Acesso em: 19 ago. 2013 [adaptado]</small></p> <p>Considerando esses dados e os impactos do agronegócio na reconfiguração do campo, avalie as afirmações a seguir.</p> <p>I. A expansão das áreas de monocultura de soja amplia a mecanização no campo e gera a migração de trabalhadores rurais para centros urbanos.</p> <p>II. A intensificação da monocultura de soja acarreta aumento da concentração da estrutura fundiária.</p> <p>III. A expansão da cultura de soja no Paraná e no Mato Grosso promoverá o avanço do plantio de outras culturas.</p> <p>É correto o que se afirma em</p> <p><b>A</b> I, apenas.</p> <p><b>B</b> III, apenas.</p> <p><b>C</b> I e II, apenas.</p> <p><b>D</b> II e III, apenas.</p> <p><b>E</b> I, II e III.</p>	<p><b>Economia Brasileira Contemporânea</b></p> <p>Aborda os aspectos instrumentais e históricos das políticas macroeconômicas brasileiras, focando na análise dos fatores fundamentais nos momentos de tomadas de decisão de investimento das empresas.</p>

### Questão 08



Disponível em: <<http://www.subsoloart.com>>. Acesso em: 17 jul. 2015.

Assim como o *break*, o grafite é uma forma de apropriação da cidade. Os muros cinzentos e sujos das cidades são cobertos por uma explosão de cores, personagens, linhas, traços, texturas e mensagens diferentes. O sujo e o monótono dão lugar ao colorido, à criatividade e ao protesto. No entanto, a arte de grafitar foi, por muito tempo, duramente combatida, pois era vista como ato de vandalismo e crime contra o patrimônio público ou privado, sofrendo, por causa disso, forte repressão policial. Hoje, essa situação encontra-se bastante amenizada, pois o grafite conseguiu legitimidade como arte e, como tal, tem sido reconhecido tanto por governantes quanto por proprietários de imóveis.

SOUZA, M.L.; RODRIGUES, G.B. *Planejamento urbano e ativismo social*. São Paulo: Unesp, 2004 (adaptado).

Considerando a figura acima e a temática abordada no texto, avalie as afirmações a seguir.

- I. O grafite pode ser considerado uma manifestação artística pautada pelo engajamento social, porque promove a sensibilização da população por meio não só de gravuras e grandes imagens, mas também de letras e mensagens de luta e resistência.
- II. Durante muito tempo, o grafite foi marginalizado como arte, por ser uma manifestação associada a grupos minoritários.
- III. Cada vez mais reconhecido como ação de mudança social nas cidades, o grafite humaniza a paisagem urbana ao transformá-la.

É correto o que se afirma em

- A II, apenas.
- B III, apenas.
- C I e II, apenas.
- D I e III, apenas.
- E I, II e III.

### Educação em Direitos Humanos e Identidade Cultural

Contextualiza e articula temas, problemas e abordagens relativas às questões dos direitos humanos, da sustentabilidade socioambiental, do multiculturalismo, da identidade e das relações étnico-raciais.

### Questão 09

Um dos objetivos da Teoria Geral dos Sistemas é a formulação de princípios válidos para os sistemas em geral, independentemente dos elementos que os compõem e das relações ou forças existentes entre eles.

Considerando o exposto, avalie as asserções a seguir e a relação proposta entre elas.

- I. Um sistema é constituído por um complexo de elementos em interação.

**PORQUE**

- II. Na teoria geral dos sistemas, a ênfase é dada à inter-relação e interdependência entre os componentes que formam um sistema, que é visto como uma totalidade integrada, sendo impossível estudar seus elementos isoladamente.

A respeito dessas asserções, assinale a opção correta.

- A** As asserções I e II são proposições verdadeiras, e a II é uma justificativa correta da I.
- B** As asserções I e II são proposições verdadeiras, mas a II não é uma justificativa correta da I.
- C** A asserção I é uma proposição verdadeira, e a II é uma proposição falsa.
- D** A asserção I é uma proposição falsa, e a II é uma proposição verdadeira.
- E** As asserções I e II são proposições falsas.

### Sistemas de Informações Contábeis

Estuda a utilização dos Sistemas de Informação (SI) especialmente os SI informatizados que são de apoio à operação, à gestão e às decisões, como importantes ferramentas para a sua futura carreira profissional.

**Questão 10**

As áreas do conhecimento embasam-se em pressupostos e métodos científicos de diversas escolas de pensamento. Especificamente na área da contabilidade, as escolas de pensamento norte-americana e italiana são as principais correntes em que se fundamenta a contabilidade brasileira. Acerca dessas escolas, assinale a opção correta.

- A** A italiana enfatiza a abordagem informacional, enquanto a escola norte-americana confere grande importância à sistematização do plano de contas.
- B** A norte-americana adota a visão estabelecida pelo neopatrimonialismo, enquanto a escola italiana assume como principal foco a geração das informações contábeis para seus diversos usuários.
- C** A italiana prioriza as necessidades dos usuários das informações contábeis, enquanto a escola norte-americana demonstra excessiva preocupação em caracterizar a contabilidade como ciência.
- D** A norte-americana considera prioritário o conhecimento da teoria das contas, enquanto a escola italiana enfatiza a área de auditoria, para garantir maior confiabilidade às informações geradas.
- E** A norte-americana considera a contabilidade uma fornecedora de informações econômicas relevantes para os diversos usuários, enquanto a escola italiana defende que a contabilidade deve estudar apenas os eventos que afetam o patrimônio das entidades.

**Teoria da Contabilidade**

Utiliza as normatizações da contabilidade brasileira para efetuar um trabalho contábil harmonioso e em conformidade com os princípios nacionais e internacionais de contabilidade, avaliando o ativo e passivo da entidade.

<p style="text-align: center;"><b>Questão 11</b></p> <p>Em janeiro de 2015, uma empresa solicitou empréstimo a determinada instituição financeira para pagamento em dez meses. Foi registrado na contabilidade o valor recebido em conta do Ativo e o valor total do empréstimo em conta do Passivo. Os encargos financeiros incidentes sobre o empréstimo foram debitados em uma conta redutora do Passivo, denominada "Encargos Financeiros a Transcorrer", tendo sido essa conta posteriormente apropriada para despesas financeiras, no resultado, à medida do tempo transcorrido.</p> <p>Nessa situação, esse registro contábil dos encargos financeiros tem por base o princípio da</p> <p><b>A</b> Entidade.  <b>B</b> Prudência.  <b>C</b> Continuidade.  <b>D</b> Competência.  <b>E</b> Atualização monetária.</p>	<p>Contabilidade Intermediária</p> <p>Utiliza e estuda as demonstrações contábeis para obter informações acerca da política de investimentos em outras sociedades que a empresa adota, se é pela equivalência patrimonial ou se pelo método de custo. Estuda quais são as origens de recursos da entidade bem como onde esta aplicou estes recursos, culminando em elaborar a DFC - demonstração do fluxo de caixa.</p>
<p style="text-align: center;"><b>Questão 12</b></p> <p>No Brasil, as normas internacionais de contabilidade tiveram como marco regulatório as publicações da Lei nº 11.638/2007 e da Lei nº 11.941/2009, que determinaram a adoção inicial aos padrões internacionais de contabilidade nas empresas brasileiras.</p> <p>Nesse sentido, a legislação societária determina que, no Balanço Patrimonial, os ativos e os passivos decorrentes de operações de longo prazo devem ser ajustados ao valor presente, e, os demais, ajustados quando houver</p> <p><b>A</b> efeito relevante.  <b>B</b> provisões de perdas.  <b>C</b> reversão de reservas.  <b>D</b> ajuste de avaliação patrimonial.  <b>E</b> teste de recuperabilidade de ativos.</p>	<p>Contabilidade Intermediária</p> <p>Utiliza e estuda as demonstrações contábeis para obter informações acerca da política de investimentos em outras sociedades que a empresa adota, se é pela equivalência patrimonial ou se pelo método de custo. Estuda quais são as origens de recursos da entidade bem como onde esta aplicou estes recursos, culminando em elaborar a DFC - demonstração do fluxo de caixa.</p>

### Questão 13

No quadro a seguir estão demonstradas operações com mercadorias de determinada empresa.

Data	Descrição	Quantidade	Valor unitário
2/4/2015	Compras	60	R\$ 1,50
7/4/2015	Compras	90	R\$ 1,80
25/4/2015	Vendas	?	?

Após o inventário físico, realizado em 30/4/2015, verificou-se não ter havido quebra ou perda na movimentação e observou-se que o saldo final correspondia a 20% do saldo de compras e que o preço unitário de venda do produto havia sido de R\$ 2,00. A empresa utilizou, para a avaliação de estoque, o critério denominado Custo Médio. Nessa situação, o saldo da conta Estoque e o Custo da Mercadoria Vendida (CMV), em 30/4/2015, são, respectivamente, de

- A** R\$ 50,40 e R\$ 162,00.
- B** R\$ 50,40 e R\$ 201,60.
- C** R\$ 90,00 e R\$ 50,40.
- D** R\$ 162,00 e R\$ 90,00.
- E** R\$ 162,00 e R\$ 201,60.

### Contabilidade Comercial

Estuda o desenvolvimento da contabilidade para as empresas comerciais, as suas características, a forma de financiamento das operações, os vários tipos de impostos inerentes da atividade comercial, findando por constituir as reservas advindas do resultado positivo das operações comerciais, demonstrando o seu entendimento por intermédio da elaboração das demonstrações contábeis.



### Questão 14

Conforme o artigo 248 da Lei nº 6.404/1976, atualizado pela Lei nº 11.638/2007 e pela Lei nº 11.941/2009, os Investimentos em Controladas, Coligadas e em outras sociedades que façam parte de um mesmo grupo ou que estejam sob controle comum serão avaliados pelo Método de Equivalência Patrimonial. De acordo com legislação vigente, para a determinação do valor do investimento por esse método, aplica-se o percentual de participação no

- A** Capital Social sobre o valor do Lucro Líquido da Coligada e da Controlada, não se computando os resultados não realizados.
- B** Capital Social sobre o valor do Patrimônio Líquido da Coligada e da Controlada, somando-se a esse montante os resultados não realizados líquidos dos efeitos fiscais.
- C** Patrimônio Líquido sobre o valor do Capital Social da Coligada e da Controlada, subtraindo-se desse montante os resultados não realizados líquidos decorrentes dos efeitos fiscais.
- D** Capital Social sobre o valor do Patrimônio Líquido da investidora, subtraindo-se desse montante os resultados não realizados decorrentes de negócios com a Companhia, Coligadas ou Controladas.
- E** Capital Social sobre o valor do Patrimônio Líquido da Coligada e da Controlada, não se computando os resultados não realizados decorrentes de negócios com a Companhia, Coligadas ou Controladas.

### Contabilidade Avançada

Possibilita a compreensão das evidenciações dos relatórios emanados da contabilidade, os quais compreendem os vários aspectos das reorganizações ocorridas nos processos de fusão, cisão e incorporação, bem como das novas tendências de relatórios dados pela governança corporativa.

**Questão 15**

As Características Qualitativas Fundamentais, previstas na Estrutura Conceitual para Elaboração e Apresentação das Demonstrações Contábeis, são a relevância e a representação fidedigna.

No que diz respeito a essas características, avalie as afirmações a seguir.

- I. A informação contábil-financeira é relevante quando capaz de fazer diferença, com valor preditivo e/ou confirmatório, nas decisões.
- II. A informação pode ser capaz de fazer diferença em uma decisão ainda que alguns usuários decidam não levá-la em consideração.
- III. Para ser representação fidedigna, a realidade retratada deve ser completa e neutra, e estar livre de erro.

É correto o que se afirma em

- A I, apenas.
- B II, apenas.
- C I e III, apenas.
- D II e III, apenas.
- E I, II e III.

**Teoria da Contabilidade**

Utiliza as normatizações da contabilidade brasileira para efetuar um trabalho contábil harmonioso e em conformidade com os princípios nacionais e internacionais de contabilidade, avaliando o ativo e passivo da entidade.



### Questão 16

Uma sociedade empresarial apresentou os seguintes dados referentes ao seu Balanço Patrimonial em 31/12/2014:

Contas	Saldos em 31/12/2014 (R\$)
Obras de arte	15 000,00
Móveis e Utensílios	25 000,00
Assinaturas e anuidades a apropriar	1 500,00
Mercadorias para Revenda	26 000,00
Bancos C/ Movimento	9 300,00
Móveis e Utensílios – depreciação	2 500,00
Duplicatas a Receber (para recebimento em 6 meses)	50 000,00
Empréstimos para sócios	7 500,00
Ajuste a valor presente de duplicatas a receber (para recebimento em 14 meses)	22 000,00
Duplicatas a Receber (para recebimento em 14 meses)	100 000,00
Direitos Autorais	5 100,00
Instrumentos financeiros para negociação imediata	10 000,00

Com base nos dados apresentados, conclui-se que o valor do Ativo Não Circulante em 31/12/2014 foi de

- A** R\$ 120 600,00.
- B** R\$ 128 100,00.
- C** R\$ 138 100,00.
- D** R\$ 172 100,00.
- E** R\$ 182 100,00.

### Questão 17

Uma empresa que utiliza o método de custeio de absorção para a apuração dos custos dos produtos fabricou, em determinado período, 50 000 unidades de um dos produtos de sua linha, com custo total de produção de R\$ 1 000 000,00 e custo unitário variável de R\$ 8,00. A empresa estima que, para o próximo período, haverá aumento na produção de 20% do referido produto, mantida a estrutura atual de custos, sem necessidade de modificação da capacidade de produção já instalada.

Nessa situação, dado o novo volume de produção, o custo unitário de produção, mantido o método do custeio por absorção, será de

- A** R\$ 8,00.
- B** R\$ 9,60.
- C** R\$ 18,00.
- D** R\$ 20,00.
- E** R\$ 21,60.

### Contabilidade Intermediária

Utiliza e estuda as demonstrações contábeis para obter informações acerca da política de investimentos em outras sociedades que a empresa adota, se é pela equivalência patrimonial ou se pelo método de custo. Estuda quais são as origens de recursos da entidade bem como onde esta aplicou estes recursos, culminando em elaborar a DFC - demonstração do fluxo de caixa.

### Análise de Custos

Estuda os custos gerenciais com o intuito de aplicá-los para fornecer informações úteis para a administração, contempla as análises de desempenho por intermédio da verificação e gestão dos padrões de custos orçados x custos realizados.

<p style="text-align: center;"><b>Questão 18</b></p> <p>É muito importante que o empreendedor conheça o próprio negócio, para não deixar, nas mãos de terceiros, cuidados essenciais como a boa gestão de custos. O conhecimento do assunto auxilia o proprietário do negócio a ter uma boa gestão financeira: administrar e controlar os custos gerados na produção e comercialização de serviços ou produtos. O preço final de um serviço prestado ou produto vendido depende do quanto é investido para que ele exista. Caso a gestão de custos não seja eficaz, corre-se o risco de a empresa cobrar valores que não condizem com a realidade, o que pode afetar as margens de lucro, o volume de vendas ou o andamento geral do negócio.</p> <p style="text-align: center;"><small>Disponível em: &lt;<a href="http://www.exame.abril.com.br">http://www.exame.abril.com.br</a>&gt;. Acesso em: 27 jul. 2015 (adaptado).</small></p> <p>Considerando essas informações, avalie as asserções a seguir e a relação proposta entre elas.</p> <p>I. Quando o preço de venda de um produto ou serviço é determinado pelo mercado, a empresa só ampliará sua margem de lucro por meio da redução de custos e aumento da produtividade.</p> <p style="text-align: center;"><b>PORQUE</b></p> <p>II. Praticar preços acima do mercado, quando os produtos ou serviços não agregam valores que os diferenciem de outros produtos similares disponíveis, provocará queda da demanda esperada, uma vez que os consumidores tenderão a comprar dos concorrentes.</p> <p>A respeito dessas asserções, assinale a opção correta.</p> <p><b>A</b> As asserções I e II são proposições verdadeiras, e a II é uma justificativa correta da I.</p> <p><b>B</b> As asserções I e II são proposições verdadeiras, mas a II não é uma justificativa correta da I.</p> <p><b>C</b> A asserção I é uma proposição verdadeira, e a II é uma proposição falsa.</p> <p><b>D</b> A asserção I é uma proposição falsa, e a II é uma proposição verdadeira.</p> <p><b>E</b> As asserções I e II são proposições falsas.</p>	<p style="text-align: center;"><b>Contabilidade Gerencial</b></p> <p>Aplica as técnicas contábeis adquiridas em estágios anteriores do processo contábil, reprocessando os dados obtidos na contabilidade financeira, suprimindo a administração com informações úteis para a tomada de decisões gerenciais</p>

**Questão 19**

Uma empresa fez sua projeção de vendas para janeiro, fevereiro e março do próximo ano, conforme tabela a seguir.

Orçamento de vendas			
	Jan	Fev	Mar
Demanda esperada (quantidade)	10 000	12 000	15 000
Preço de venda (R\$)	2,00	2,00	2,00
Vendas Brutas (R\$)	20 000,00	24 000,00	30 000,00

Suponha que todas as vendas dessa empresa sejam parceladas da seguinte forma:

- 1ª parcela (à vista), correspondente a 30% da venda;
- 2ª parcela (prazo de 30 dias), correspondente a 30% da venda;
- 3ª parcela (prazo de 60 dias), correspondente a 40% da venda.

Considerando a política de recebimento e os dados apresentados, verifica-se que a empresa espera receber, no mês de março, o montante de

- A** R\$ 8 000,00.
- B** R\$ 22 200,00.
- C** R\$ 24 200,00.
- D** R\$ 29 600,00.
- E** R\$ 30 000,00.

### Administração Financeira e Orçamentária

Estuda as técnicas orçamentárias que as organizações utilizam no gerenciamento das suas operações de capital. Utilizando as funções da administração financeira, será capaz de elaborar orçamentos de capital, sabendo quais as estruturas de capital que a empresa precisa bem como o seu custo médio ponderado de capital.

**Questão 20**

De acordo com as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP), as Demonstrações Contábeis devem ser elaboradas e publicadas pelos entes da Federação, de modo a permitir e evidenciar a consolidação das contas públicas em âmbito nacional.

A partir dessas informações, avalie as afirmações a seguir.

- I. O Balanço Orçamentário deve demonstrar as receitas e despesas previstas, em confronto com as realizadas.
- II. O Balanço Financeiro deve evidenciar as receitas e despesas orçamentárias, bem como os ingressos e dispêndios extraorçamentários, conjugados com os saldos de caixa do exercício anterior e os que se transferem para o início do exercício seguinte.
- III. A Demonstração das Variações Patrimoniais deve evidenciar as alterações verificadas no patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária, e indicar o resultado patrimonial do exercício.
- IV. A Demonstração dos Fluxos de Caixa permite a análise da capacidade da entidade de gerar caixa e equivalentes de caixa, e a análise da utilização de recursos próprios e de terceiros em suas atividades.

É correto o que se afirma em

- A I, apenas.
- B I e II, apenas.
- C III e IV, apenas.
- D II, III e IV, apenas.
- E I, II, III e IV.

**Contabilidade Governamental**

Analisa o processo de elaboração orçamentária da administração pública municipal, estadual ou federal. Norteia a execução do orçamento por meio da classificação das receitas e despesas públicas.

**Questão 21**

Tendo por base as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBC T 16.1 — Conceituação, Objeto e Campo de Aplicação), avalie as afirmações a seguir.

- I. A Contabilidade Aplicada ao Setor Público é o ramo da ciência contábil que aplica, no processo gerador de informações, os princípios de contabilidade e as normas contábeis direcionados ao controle patrimonial de entidades do setor público.
- II. O Patrimônio Público é o conjunto de direitos e bens, tangíveis ou intangíveis, onerados ou não, adquiridos, formados, produzidos, recebidos, mantidos ou utilizados pelas entidades do setor público, que porte ou represente um fluxo de benefícios, presente ou futuro, inerente à prestação de serviços públicos ou à exploração econômica por entidades do setor público e suas obrigações.
- III. O objeto da Contabilidade Aplicada ao Setor Público é o Patrimônio Público.
- IV. O campo de aplicação da Contabilidade Aplicada ao Setor Público restringe-se aos órgãos da administração direta.

É correto apenas o que se afirma em

- A** I e II.
- B** II e IV.
- C** III e IV.
- D** I, II e III.
- E** I, III e IV.

**Contabilidade Governamental**

Analisa o processo de elaboração orçamentária da administração pública municipal, estadual ou federal. Norteia a execução do orçamento por meio da classificação das receitas e despesas públicas.

### Questão 22

As informações apresentadas no balancete a seguir dizem respeito à execução orçamentária e financeira de determinado ente federativo, no que se refere à mensuração e à execução do orçamento público.

#### Balancete de Verificação Resumido (em R\$) – exercício de 2014

Inversões Financeiras	R\$ 5 000,00
Receita Agropecuária	R\$ 3 000,00
Pessoal e Encargos Sociais	R\$ 8 000,00
Receita Industrial	R\$ 3 500,00
Transferências de Capital	R\$ 2 000,00
Amortização de Empréstimos	R\$ 6 000,00
Amortização da Dívida	R\$ 3 800,00
Alienação de Bens	R\$ 5 000,00
Investimentos	R\$ 9 000,00
Receita Patrimonial	R\$ 2 800,00
Juros e Encargos da Dívida	R\$ 5 000,00
Transferências Correntes	R\$ 5 000,00
Receitas de Impostos	R\$ 5 000,00
Operações de Crédito	R\$ 3 000,00
Receitas de Contribuições de Melhorias	R\$ 2 000,00
Outras Despesas Correntes	R\$ 6 500,00

Pelas informações apresentadas no balancete, conclui-se que, ao final do exercício financeiro de 2014, o valor das Receitas Correntes e das Despesas de Capital foram, respectivamente, de

- A** R\$ 37 300,00 e R\$ 37 300,00.
- B** R\$ 16 000,00 e R\$ 19 500,00.
- C** R\$ 18 500,00 e R\$ 14 000,00.
- D** R\$ 21 300,00 e R\$ 17 800,00.
- E** R\$ 12 000,00 e R\$ 19 500,00.

### Contabilidade Governamental

Analisa o processo de elaboração orçamentária da administração pública municipal, estadual ou federal. Norteia a execução do orçamento por meio da classificação das receitas e despesas públicas.

**Questão 23**

O objetivo principal da auditoria é atribuir maior grau de confiabilidade às demonstrações financeiras das empresas. No processo de obtenção de evidências para o trabalho de auditoria, o auditor pode solicitar confirmações externas, conforme trata a NBC TA 505 (Confirmações Externas). Essas confirmações visam auxiliar a auditoria no processo de elaboração de seu relatório em torno das demonstrações financeiras da empresa auditada.

Com base nessas informações, avalie as afirmações a seguir.

- I. A evidência de auditoria obtida de fontes internas, que representarão as informações reportadas nos relatórios financeiros, é mais confiável que as obtidas de fontes externas.
- II. A administração pode não autorizar o envio de solicitações de confirmação pelo auditor.
- III. Caso as partes respondam as confirmações solicitadas pelo auditor, este deve julgá-las como evidência de auditoria relevante e confiável, não sendo necessárias outras evidências de auditoria.
- IV. Caso não receba a resposta de solicitação enviada anteriormente, o auditor deve descartar a evidência de auditoria da parte não respondente, não sendo possível enviar nova solicitação de confirmação.
- V. As respostas recebidas eletronicamente (por meio de fax ou correio eletrônico) envolvem riscos relacionados à confiabilidade, podendo ocorrer dificuldades em estabelecer a prova de origem e autoridade da parte que confirma o recebimento e a identificação de alterações.

É correto apenas o que se afirma em

- A** II e IV.
- B** II e V.
- C** I, III e V.
- D** I, II, III e IV.
- E** I, III, IV e V.

**Auditoria das Demonstrações Contábeis**

Analisa as operações contábeis efetuadas nas empresas, pelos profissionais de contabilidade, verificando se foram elaboradas segundo os princípios fundamentais e as normas brasileiras de contabilidade.



**Questão 24**

O planejamento da perícia é a etapa do trabalho pericial que antecede as diligências, pesquisas, cálculos e respostas aos quesitos. Nessa etapa, o perito do juízo estabelece a metodologia dos procedimentos periciais a serem aplicados, elaborando-a a partir do conhecimento do objeto da perícia.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. **NBC TP 01:**  
perícia contábil. Brasília, 2015.

Entre os objetivos do planejamento da perícia, inclui-se

- I. conhecer o objeto e a finalidade da perícia, a fim de permitir a adoção de procedimentos que conduzam à revelação da verdade.
- II. definir a natureza, a oportunidade e a extensão dos procedimentos a serem aplicados, em consonância com o objeto da perícia.
- III. identificar fatos importantes para a solução da demanda, de forma que não passem despercebidos ou não recebam a atenção necessária.

É correto o que se afirma em

- A** I, apenas.
- B** II, apenas.
- C** I e III, apenas.
- D** II e III, apenas.
- E** I, II e III.

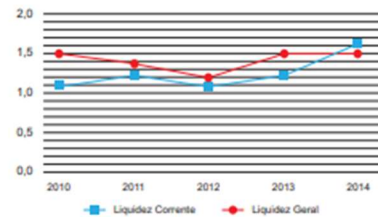
**Perícia Contábil**

Proporciona conhecer as ferramentas desta tecnologia contábil a qual visa analisar e esclarecer quais atitudes fraudulentas foram praticadas na administração dos empreendimentos.



### Questão 25

O gráfico a seguir representa a situação de liquidez de determinada empresa de 2010 a 2014, com os valores dos indicadores de liquidez corrente e geral, para esse período.



Com base no gráfico, avalie as afirmações a seguir.

- I. A empresa apresentou folga financeira de curto prazo de 2010 a 2014.
- II. Há tendência de melhora da liquidez corrente para 2015.
- III. Há indícios de que, em 2014, a empresa tenha trocado dívidas de longo prazo por dívidas de curto prazo, ou de que recursos recebíveis a curto prazo passaram a ser recebíveis a longo prazo.

É correto o que se afirma em

- A I, apenas.
- B III, apenas.
- C I e II, apenas.
- D II e III, apenas.
- E I, II e III.

### Análise de Demonstrações Contábeis

Verifica a partir da análise das demonstrações: balanço patrimonial e demonstração do resultado do exercício, um conjunto de informações econômicas e financeiras que proporcionam a possibilidade de tomada de decisões de investimentos por parte do público interno ou externo à empresa.

**Questão 26**

Uma empresa optou pelo desconto do imposto de renda com base no lucro presumido no primeiro trimestre de 2015. Da escrituração contábil foram extraídas as informações a seguir.

Receita Bruta de Vendas de Mercadorias	R\$ 500 000,00
Receita Bruta de Serviços	R\$ 100 000,00
Juros Ativos	R\$ 10 000,00
Juros Passivos	R\$ 20 000,00

Sabendo-se que os índices utilizados para o cálculo do lucro presumido são de 8% sobre a venda de mercadorias e de 32% sobre a prestação de serviços, o valor da base de cálculo do lucro presumido é de

- A** R\$ 102 000,00.
- B** R\$ 92 000,00.
- C** R\$ 82 000,00.
- D** R\$ 72 000,00.
- E** R\$ 62 000,00.

**Contabilidade e Planejamento Tributário**

Estuda as linguagens emanadas do ordenamento tributário e das práticas de negócio com vistas a prover a empresa com atitudes responsáveis no trato dos aspectos tributários, planejando os tributos no limite da lei.

### Questão 27

O gestor de determinada empresa preparou os cálculos de análise vertical do grupo do ativo circulante para serem discutidos em uma reunião, conforme demonstra o quadro a seguir.

	31/12/2013	AV	31/12/2014	AV
<b>Ativo Circulante Total</b>	<b>R\$ 4 089 000,00</b>	<b>100%</b>	<b>R\$ 4 159 000,00</b>	<b>100%</b>
Caixa e Equivalentes de Caixa	R\$ 204 450,00	5%	R\$ 207 950,00	5%
Aplicações Financeiras	R\$ 613 350,00	15%	R\$ 623 850,00	15%
Contas a Receber de Clientes	R\$ 1 063 140,00	26%	R\$ 1 455 650,00	35%
Juros de Capital Próprio a Receber	R\$ 163 560,00	4%	R\$ 41 590,00	1%
Estoques	R\$ 858 690,00	21%	R\$ 831 800,00	20%
Ativos Biológicos	R\$ 449 790,00	11%	R\$ 374 310,00	9%
Impostos a Recuperar	R\$ 490 680,00	12%	R\$ 249 540,00	6%
Ativos Mantidos para a Venda	R\$ 40 890,00	1%	R\$ 83 180,00	2%
Outros Ativos Financeiros	R\$ 81 780,00	2%	R\$ 124 770,00	3%
Outros Direitos	R\$ 122 670,00	3%	R\$ 166 360,00	4%

Após efetuar os cálculos, o gestor da empresa apresentou as análises a seguir.

- I. A queda de 3% da conta Juros de Capital Próprio a Receber foi da ordem de R\$ 121 970,00, podendo ser interpretada como recebimento desses direitos. Não se pode garantir, apenas por essa análise vertical, que essa diminuição represente maior fator de liquidez para a empresa.
- II. No exercício de 2014, essa empresa apresentou variação de 9% na conta Contas a Receber de Clientes com um aumento de R\$ 392 510,00. Para se considerar esse aumento favorável, seria mais prudente analisar uma série maior de anos anteriores.
- III. O Caixa e Equivalentes de Caixa da empresa se mantiveram em 5% do montante do Ativo Circulante, tendo apresentado um crescimento da ordem de R\$ 3 500,00, o que provocou uma queda real de potencial de recursos disponíveis.

É correto o que se afirma em

- A II, apenas.
- B III, apenas.
- C I e II, apenas.
- D I e III, apenas.
- E I, II e III.

### Análise de Demonstrações Contábeis

Verifica a partir da análise das demonstrações: balanço patrimonial e demonstração do resultado do exercício, um conjunto de informações econômicas e financeiras que proporcionam a possibilidade de tomada de decisões de investimentos por parte do público interno ou externo à empresa.

### Questão 28

No quadro a seguir, estão demonstradas as estruturas de capital de duas empresas, A e B, do mesmo ramo de atividade, que apresentam Lucro Antes dos Juros e Imposto de Renda (LAJIR) de R\$ 14 000,00 e Ativos Totais de R\$ 100 000,00, tendo sido de 34%, para ambas, a alíquota do Imposto de Renda.

Fontes de Financiamento	Empresa A		Empresa B	
	Taxa de Juros	Capital (R\$)	Taxa de Juros	Capital (R\$)
Empréstimo Banco X	14%	10 000,00	16%	20 000,00
Financiamento BNDES	12%	40 000,00	11%	50 000,00
Debêntures	9%	20 000,00	13%	10 000,00
Capital Próprio		30 000,00		20 000,00
<b>Total</b>		<b>100 000,00</b>		<b>100 000,00</b>

Com base nessas informações, avalie as afirmações a seguir.

- I. O Custo Médio de Capital de Terceiros da empresa A é inferior ao da empresa B.
- II. O Retorno sobre o Patrimônio Líquido (ROE) da empresa A é igual ao da empresa B.
- III. O risco financeiro da empresa A, cuja estrutura é mais dependente de capitais de terceiros, é maior que o da empresa B.

É correto o que se afirma em

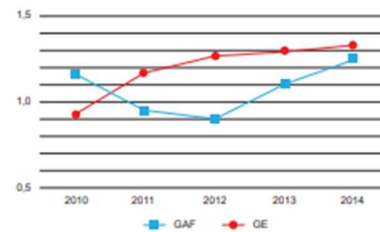
- A** I, apenas.
- B** III, apenas.
- C** I e II, apenas.
- D** II e III, apenas.
- E** I, II e III.

### Análise de Demonstrações Contábeis

Verifica a partir da análise das demonstrações: balanço patrimonial e demonstração do resultado do exercício, um conjunto de informações econômicas e financeiras que proporcionam a possibilidade de tomada de decisões de investimentos por parte do público interno ou externo à empresa.

### Questão 29

O gráfico a seguir ilustra a situação de alavancagem financeira e de endividamento de uma empresa, de 2010 a 2014, estando nele representados o Grau de Alavancagem Financeira (GAF) e o Grau de Endividamento (GE). O quociente de GAF e GE é a razão do capital de terceiros sobre o patrimônio líquido.



Com base nesse gráfico, avalie as afirmações a seguir.

- I. De 2012 a 2014, o aumento do endividamento produziu alavancagens do patrimônio líquido.
- II. De 2011 a 2012, o retorno do capital próprio foi menor que o retorno dos ativos.
- III. De 2012 a 2014, nota-se aceleração do GAF em relação ao GE, efeito que pode ser resultado de captações de recursos de terceiros com juros cada vez menores.

É correto o que se afirma em

- A I, apenas.
- B III, apenas.
- C I e II, apenas.
- D II e III, apenas.
- E I, II, III.

### Análise de Demonstrações Contábeis

Verifica a partir da análise das demonstrações: balanço patrimonial e demonstração do resultado do exercício, um conjunto de informações econômicas e financeiras que proporcionam a possibilidade de tomada de decisões de investimentos por parte do público interno ou externo à empresa.

### Questão 30

Projeções futuras baseadas em teorias probabilísticas são frequentemente utilizadas na contabilidade. Os setores públicos e privados fazem previsões orçamentárias anuais e, até mesmo, plurianuais para estimarem suas receitas e fixarem suas despesas. Nesse contexto, considere a seguinte situação hipotética.

Uma empresa que atua no ramo de locação de automóveis, pretendendo projetar seu orçamento para o próximo semestre, deve analisar a tabela a seguir, fornecida pelo departamento de estatística, que evidencia a quantidade de automóveis que a empresa locou no primeiro semestre de 2015. Os dados foram obtidos por meio de pesquisa cadastral feita com 100 clientes escolhidos de forma aleatória.

Quantidade de vezes que aluga carro no semestre (xi)	Frequência de clientes (fi)
1	10
2	20
3	20
4	40
5	10
Total	100

Nessa situação, os valores da média, moda e mediana da quantidade de vezes que os clientes alugam carros no semestre são, respectivamente, iguais a

- A 3,2; 4,0; 3,5.
- B 3,2; 4,0; 3,0.
- C 3,2; 3,5; 4,0.
- D 3,0; 3,5; 4,0.
- E 3,0; 4,0; 3,5.

### Estatística Aplicada à Contabilidade

Estuda os conceitos básicos de estatística, além dos métodos de descrição e análise de dados qualitativos e quantitativos necessários para a resolução de problemas na área contábil.

**Questão 31**

O Código de Ética Profissional do Contador, aprovado em 1970, representou o alcance de uma importante meta. Com a consolidação e o amadurecimento da profissão, a atualização de conceitos éticos na área e o diálogo intenso com os diversos segmentos da comunidade contábil, após 26 anos, a Resolução CFC nº 290/1970 foi revogada pela Resolução CFC nº 803/1996, que aprova o Código de Ética Profissional do Contador vigente até os dias atuais.

**QUESTÃO 31** //

Considerando o Código de Ética vigente, avalie as afirmações a seguir.

- I. Não é permitido ao profissional da Contabilidade oferecer serviços profissionais mediante aviltamento de honorários.
- II. É permitido ao profissional da Contabilidade transferir, parcialmente, a outro profissional, a execução dos serviços a seu cargo, mantendo como sua a responsabilidade técnica dos serviços.
- III. É permitido ao profissional da Contabilidade publicar, em seu nome, trabalho científico ou técnico do qual tenha participado.

É correto o que se afirma em

- A** I, apenas.
- B** II, apenas.
- C** I e III, apenas.
- D** II e III, apenas.
- E** I, II e III.

**Ética Profissional em Ciências Contábeis**

Aplica exemplos do cotidiano para uma melhor interpretação dos conceitos morais e éticos do cotidiano e dos fatos inerentes à contabilidade que devem nortear o profissional de Ciências Contábeis.



**Questão 32**

Considerando as determinações previstas nesse código, avalie as condutas descritas a seguir.

- I. Um profissional contador que atua como perito foi indicado para emitir laudo de apuração de haveres. No entanto, por não se considerar capacitado para a tarefa, decidiu recusar o convite.
- II. Um profissional contador que atua como consultor recomendou a seus clientes, proprietários de microempresas ou de grandes empresas, que mantivessem escrituração contábil regular.
- III. Um profissional contador que atua como auditor decidiu não participar de eventos relacionados a educação continuada, cursos, congressos, nem de quaisquer outros eventos relacionados à atualização profissional.

O código de ética está em consonância com a(s) conduta(s) profissional(is) descrita(s) em

- A** I, apenas.
- B** III, apenas.
- C** I e II, apenas.
- D** II e III, apenas.
- E** I, II e III.

**Ética Profissional em Ciências Contábeis**

Aplica exemplos do cotidiano para uma melhor interpretação dos conceitos morais e éticos do cotidiano e dos fatos inerentes à contabilidade que devem nortear o profissional de Ciências Contábeis.

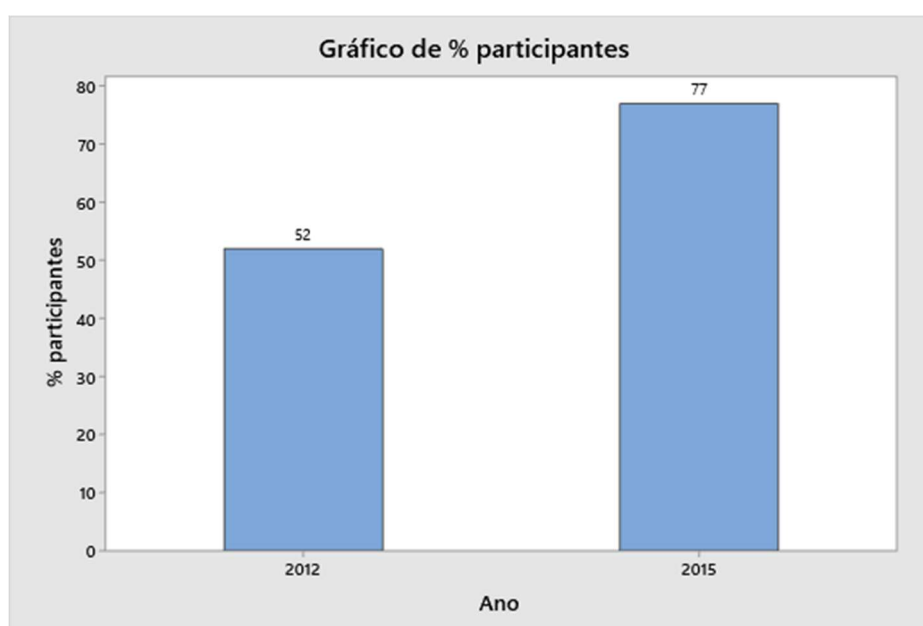


<p style="text-align: center;"><b>Questão 33</b></p> <p>Um perito contador precisa calcular os juros moratórios sobre uma verba em liquidação de sentença no valor de R\$ 96 000,00. O juiz determinou a incidência de juros simples de 0,5% ao mês, no período de 1/2/2015 a 30/9/2015.</p> <p>Nessa hipótese, considerando-se o mês comercial de 30 dias, o total de juros será de</p> <p><b>A</b> R\$ 3 360,00.  <b>B</b> R\$ 3 840,00.  <b>C</b> R\$ 4 320,00.  <b>D</b> R\$ 4 800,00.  <b>E</b> R\$ 5 280,00.</p>	<p>Perícia Contábil</p> <p>Proporciona conhecer as ferramentas desta tecnologia contábil a qual visa analisar e esclarecer quais atitudes fraudulentas foram praticadas na administração dos empreendimentos.</p>
<p style="text-align: center;"><b>Questão 34</b></p> <p>Uma empresa vende seu produto ao preço de R\$ 7,00 a unidade. Os relatórios financeiros apresentam Custo variável unitário de R\$ 2,00 e Custo e Despesas Fixas de R\$ 150 000,00, sendo a alíquota do Imposto de Renda igual a 30%. Nessa situação, para obter um lucro líquido de R\$ 31 500,00, a empresa deverá vender o correspondente a</p> <p><b>A</b> R\$ 273 000,00.  <b>B</b> R\$ 210 000,00.  <b>C</b> R\$ 195 000,00.  <b>D</b> R\$ 150 000,00.  <b>E</b> R\$ 78 000,00.</p>	<p>Análise de Custos</p> <p>Estuda os custos gerenciais com o intuito de aplicá-los para fornecer informações úteis para a administração, contempla as análises de desempenho por intermédio da verificação e gestão dos padrões de custos orçados x custos realizados.</p>
<p style="text-align: center;"><b>Questão 35</b></p> <p>Suponha que uma empresa tenha demitido um empregado em 30/09/2014, que havia sido admitido em 10/01/2014 e recebia salário líquido de R\$ 1 200,00, tendo recebido, assim como os demais empregados, antecipação de 50% do 13º salário em 30/06/2014.</p> <p>Nessa situação, com base nas normas que regem as relações de trabalho entre empregador e empregado no Brasil, o valor total a ser pago pela empresa ao empregado demitido será de</p> <p><b>A</b> R\$ 1 366,66.  <b>B</b> R\$ 1 500,00.  <b>C</b> R\$ 1 600,00.  <b>D</b> R\$ 1 666,66.  <b>E</b> R\$ 2 700,00.</p>	<p>Direito do Trabalho e Legislação Social.</p> <p>Estuda os aspectos sociais e de legislação que norteiam as relações de trabalho empregado – empregador, suportado em embasamento das legislações social e trabalhista brasileira</p>

Fonte: Caderno de respostas do ENADE 2015 - Configurado pelo pesquisador

Na avaliação comparativa do desempenho dos estudantes no Enade 2015 em relação ao que foi no Enade 2012<sup>10</sup>, é possível constatar alterações de um ciclo para o outro, como por exemplo, um aumento no percentual de participantes em relação ao número de candidatos inscritos. Em 2012, apenas 52% dos inscritos realizaram as provas; em 2015<sup>11</sup>, esse índice se elevou para 77.

Gráfico 46 - Participação dos acadêmicos no Enade



Fonte: Inep – organizado pelo pesquisador

Ademais, o desempenho desses estudantes na edição do Enade 2015 também foi superior ao de 2012. A Nota Bruta de Formação Geral cresceu: passou de 38,29 em 2012 para 53,81 em 2015; a Nota Bruta de Componente Específico aumentou, passando de 35,13, em 2012, para 41,38 em 2015; a Nota Bruta Geral aumentou 23,88%, passando de 35,92 em 2012 para 44,50 em 2015.

A melhoria de desempenho desse conjunto de indicadores brutos se traduziu, por consequência, numa melhoria das Notas Padronizadas, que refletem o desempenho comparativo superior do Curso de Ciências Contábeis da PUC-Campinas em relação à

<sup>10</sup> Disponível em:

[https://download.inep.gov.br/educacao\\_superior/enade/planilhas/2012/conceito\\_enade\\_2012.xlsx](https://download.inep.gov.br/educacao_superior/enade/planilhas/2012/conceito_enade_2012.xlsx)

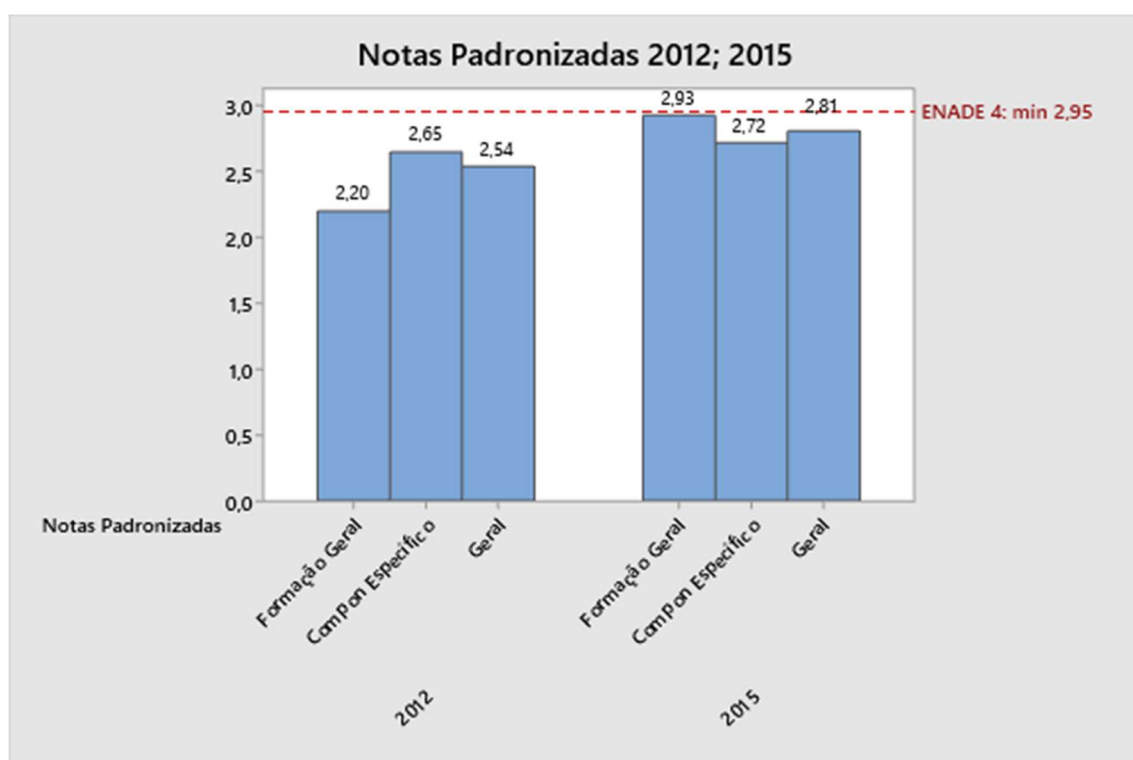
<sup>11</sup> Disponível em:

[https://download.inep.gov.br/educacao\\_superior/indicadores/legislacao/2017/conceito\\_enade\\_2015\\_portal\\_atualizado\\_03\\_10\\_2017.xls](https://download.inep.gov.br/educacao_superior/indicadores/legislacao/2017/conceito_enade_2015_portal_atualizado_03_10_2017.xls). Acesso em: dez. 2020.

Média Nacional da Área de Ciências Contábeis. A Nota Padronizada de Formação Geral aumentou 32,69%, passando de 2,20 em 2012 para 2,93 em 2015; a Nota Padronizada de Componente Específico aumentou 2,39%, passando de 2,65 em 2012 para 2,72 em 2015; a Nota Padronizada Geral aumentou 10,77%, passando de 2,54 em 2012 para 2,81 em 2015.

A Nota Padronizada Geral de 2,81, obtida em 2015, deixou o Curso extremamente próximo do Conceito ENADE 4, cuja faixa compreendia as notas entre 2,95 e 3,94.

Gráfico 47- Notas padronizadas dos exames 2012 e 2015



Fonte: Inep – organizado pelo pesquisador

Muito provavelmente, essa melhoria de resultados tenha sido consequência de um conjunto de ações desenvolvidas pelo CEA e pela Faculdade de Ciências Contábeis, da PUC-Campinas, ao longo dos anos que antecederam a realização da prova, a saber:

-Boletins desenvolvidos e disponibilizados aos alunos via Ambiente Virtual de Aprendizagem e e-mail institucional.

-Palestras com o objetivo de conscientizar os alunos sobre o Enade.

-Palestras sobre assuntos específicos.

- Dois simulados realizados aos sábados, pela manhã e à tarde, com aplicação de provas elaboradas com questões de provas anteriores do Enade e questões desenvolvidas pelos professores das disciplinas específicas do curso, incluindo questões de componente específico – discursivas e objetivas –, além de questões de formação geral, também discursivas e objetivas. Os alunos que participaram dos simulados receberam certificado de Atividades Complementares, levando em consideração a sua nota da prova.

### *3.1.3.2 Comparação do Conceito Preliminar de Curso — CPC — de 2015 em relação ao CPC 2012: análise das alterações no desempenho de um ciclo para o outro*

Embora tenha havido estabilidade no indicador CPC Faixa, ambos com resultado 3 no período considerado, a análise comparativa entre os resultados de 2012 e 2015 revela uma queda de 5,58% no CPC Contínuo: 2,51 em 2012 para 2,37 em 2015.

A análise dessa curva exige a decomposição dos insumos utilizados pelo INEP para a composição do CPC. No ano de 2012, a composição do CPC era decorrente de três dimensões: desempenho dos estudantes, corpo docente do curso e informações sobre a infraestrutura e os recursos pedagógicos do curso recolhidas junto aos estudantes participantes da prova por meio das respostas fornecidas por eles no Questionário do Estudante.

O CPC ancora-se em informações relativas a sete componentes, sete medidas de qualidade do curso: infraestrutura, recursos didático-pedagógicos, corpo docente, desempenho obtido pelos estudantes concluintes no Enade e resultados do Indicador de Diferença entre os Desempenhos Observado e Esperado — IDD (BRASIL, INEP, 2013, Nota Metodológica - Indicadores de Qualidade da Educação Superior 2012, p. 14).

Essas sete medidas de qualidade eram ponderadas da seguinte maneira:

1) Desempenho dos Estudantes (55%): composta pelos componentes: nota dos concluintes no Enade (20%) e nota do indicador de diferença entre os desempenhos observado e esperado (35%).

2) Corpo Docente (30%): composta pelos componentes: nota de professores mestres (7,5%); nota de professores doutores (15%); e nota de professores com regime de dedicação integral ou parcial (7,5%).

3) Percepção Discente: composta pelos componentes: nota referente à organização didático-pedagógica (7,5%) e

4) Nota referente à Infraestrutura (7,5%).

Em 2015, em que pese a manutenção das três dimensões básicas já existentes em 2012, e da manutenção do peso ponderado entre elas na composição do CPC, a Dimensão Percepção do Discente sobre a prova foi decomposta em três categorias, e não em duas, como em 2012, alterando-se, por consequência a maneira de compor esse indicador, como se pode verificar na descrição a seguir:

1) Dimensão Desempenho dos Estudantes (55%): composta pelos componentes: nota dos concluintes no Enade (20%) e nota do indicador da diferença entre os desempenhos observado e esperado (35%).

2) Dimensão Corpo Docente (30%): composta pelos componentes: nota de proporção de mestres (7,5%); nota de proporção de doutores (15%); e nota de regime de trabalho (7,5%).

3) Dimensão Percepção Discente sobre as Condições do Processo Formativo: composta pelos componentes: nota referente à organização didático-pedagógica (7,5%), nota referente à infraestrutura e instalações físicas (5%) e nota referente às oportunidades de ampliação da formação acadêmica e profissional (2,5%).

O Quadro 13 ilustra uma comparação entre as notas CPC nos anos de 2012 e 2015, referentes ao curso de Ciências Contábeis da PUC-Campinas, indicando as respectivas evoluções.

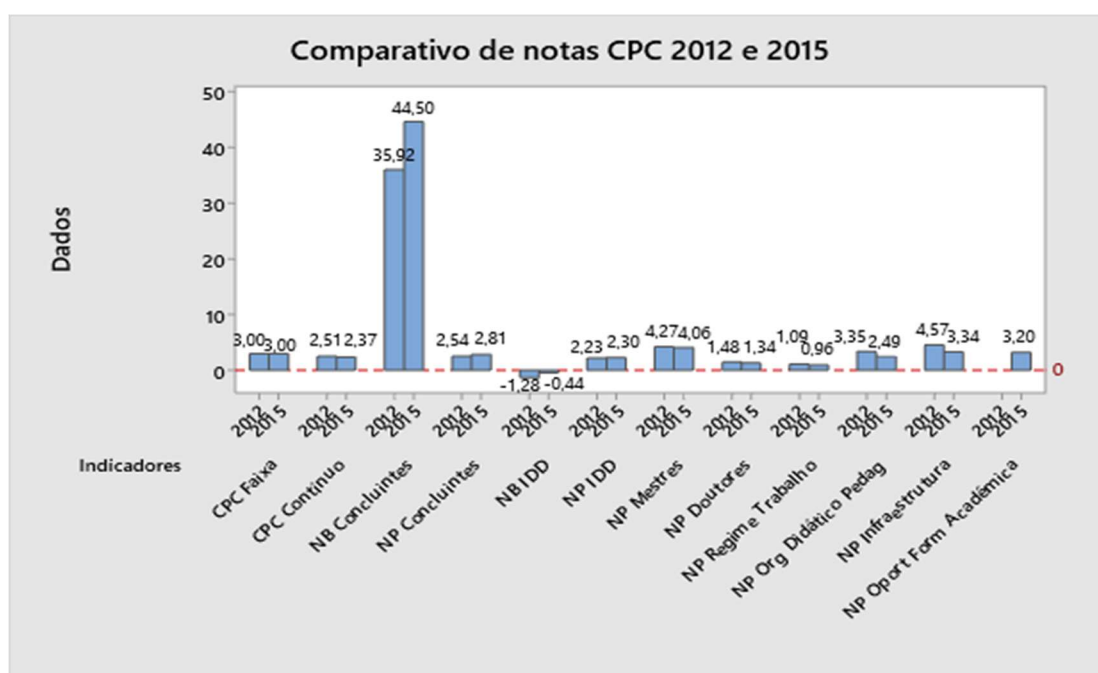
QUADRO 13 - COMPARATIVO DE NOTAS CPC 2012 E 2015

<b>Indicadores</b>	<b>2012</b>	<b>2015</b>	<b>Evolução</b>
CPC Faixa	3	3	Estável
CPC Contínuo	2,51	2,37	- 5,58%
Nota Bruta Concluintes	35,92	44,50	+ 23,88%
Nota Padronizada Concluintes	2,54	2,81	+ 10,77%
Nota IDD Bruta	- 1,28	- 0,44	+ 65,65%
Nota IDD Padronizada	2,23	2,30	+ 3,36%
Nota Padronizada Mestres	4,27	4,06	- 5,08%
Nota Padronizada Doutores	1,48	1,34	- 9,56%

Nota Padronizada Regime de Trabalho (NPRT)	1,09	0,96	- 11,86%
Nota Padronizada Organização Didático Pedagógica	3,35	2,49	- 25,64%
Nota Padronizada de Infraestrutura	4,57	3,34	- 26,88%
Nota Padronizada Oportunidades Formação Acadêmica	Inexistente	3,20	

Fonte: Conceito Enade 2012 e 2015 - Configurado pelo pesquisador

Gráfico 48 - Comparativo das notas dos exames 2012 e 2015



Fonte: Inep – organizado pelo pesquisador

Como se evidencia no Quadro 13, a queda do CPC contínuo do Curso de Ciências Contábeis no ano de 2015, em relação ao ano de 2012, é decorrente da queda de indicadores relacionados à infraestrutura (-26,88%), da organização didático-pedagógica (-25,64%) e dos três indicadores relacionados ao corpo docente (-11,86% no Regime de Trabalho; -9,56 na nota de doutores; e -5,08 % na nota de mestres).

Ikuta (2016) discorre que, além da modificação da decomposição da dimensão percepção dos alunos em três indicadores a partir de 2015 (organização didático pedagógica, infraestrutura e oportunidades de formação acadêmica), a forma de cálculo de cada um desses indicadores também foi alterada profundamente, conforme Nota Técnica Daes/Inep n.º 59/2015. Deste modo, enquanto não forem divulgados pelo INEP

os resultados apurados em relação ao Questionário do Estudante, não é possível analisar adequadamente o comportamento do CPC.

A Pró Reitoria de Graduação da PUC - Campinas, por meio da circular PROGRAD 012/2017, questionou os diretores dos diversos cursos da Universidade que fizeram o Enade no Ciclo 2015. E então, em resposta aos questionamentos a partir dos resultados obtidos no Enade e CPC 2015, pensou-se em ações possíveis a serem desenvolvidas para melhorar os resultados obtidos, como por exemplo:

- Aperfeiçoar a qualificação do corpo docente, por meio de ações institucionais que viabilizem sua formação continuada (incentivos à titulação em programas de pós-graduação *stricto sensu*).

- Criar condições institucionais para melhorar os indicadores relacionados a Regime de Trabalho dos professores, vinculados ao curso (por meio da criação de vagas destinadas a professores pesquisadores e extensionistas vinculados ao curso).

- Promover ações eventualmente voltadas para aprimorar a infraestrutura, organização didático-pedagógica e oportunidades de formação acadêmica.

- Desenvolver banco de questões e apresentar no Ambiente Virtual de Aprendizagem para simulados constantes durante os 4 anos do curso, com atribuição de atividades complementares aos alunos que realizarem as provas e obtiverem aproveitamento.

- Iniciar o trabalho de preparação para o Enade desde o início do curso e não apenas na época.

- Continuar a ministrar palestras com o intuito de conscientizar os alunos sobre a importância do Enade.

### *3.1.3.3 Resultados obtidos pelos (as) estudantes no Conteúdo Específico do Enade 2018*

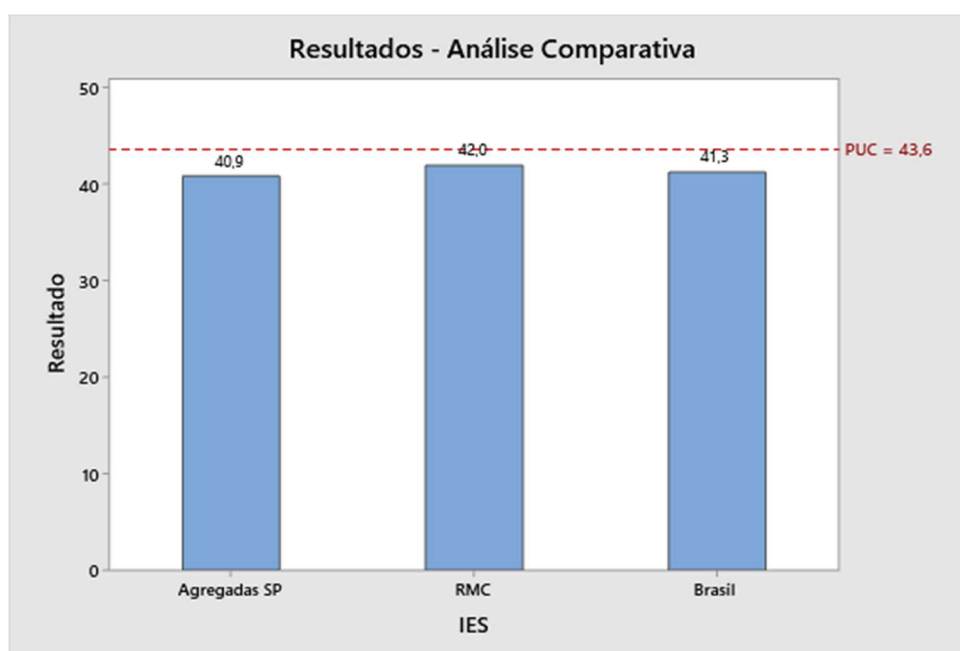
Conforme apontado na Introdução, este trabalho possui como sexto objetivo específico:

VI - Avaliar o desempenho no Exame Nacional de Desempenho de Estudantes do curso de Ciências Contábeis da PUC-Campinas.

Tendo como parâmetro os resultados obtidos pelos estudantes do Curso de Ciências Contábeis da PUC-Campinas, no Componente de Conteúdo Específico Enade 2018 (nota 43,6), pode-se perceber que, de modo geral, eles foram superiores aos

obtidos pelos estudantes de outras IES. Isto é, a nota 43,6 superou os resultados agregados das instituições no Estado de São Paulo, que obtiveram 40,9, e as da grande região, com 42,0 e com a média do Brasil, com 41,3. Supõe-se que esse resultado positivo tenha sido resultado das ações desenvolvidas no âmbito de Centro e Faculdade, visando à conscientização dos acadêmicos em relação à importância do Enade, conforme anteriormente exposto. O Gráfico 49 mostra essa comparação.

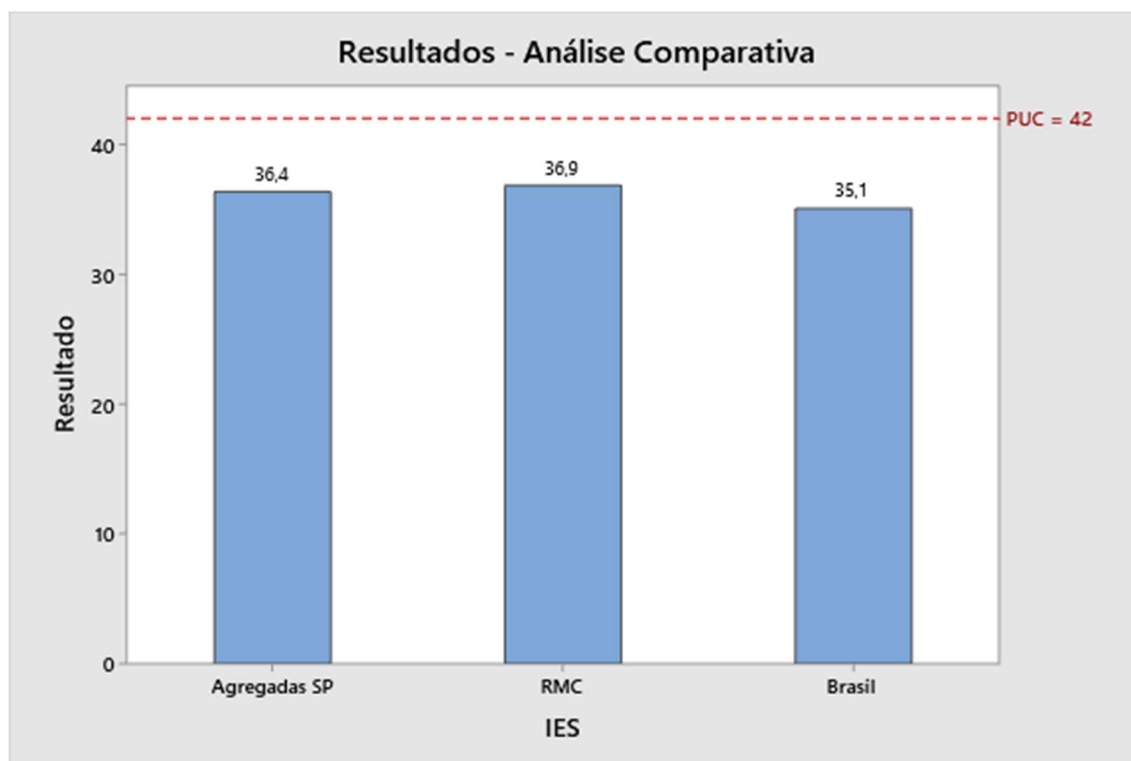
**Gráfico 49** - Análise comparativa componente Conteúdo Específico de 2018



Fonte: Inep – organizado pelo pesquisador

Do mesmo modo, os resultados obtidos pelos estudantes do Curso de Ciências Contábeis da PUC-Campinas no Componente de Formação Geral do Enade 2018 (nota 42,0) foram superiores, de modo geral, àqueles obtidos pelos estudantes de outras IES no Estado de São Paulo (36,4), na grande região (36,9) e no Brasil (35,1). Mais uma vez, reitera-se ser esse resultado positivo fruto das ações desenvolvidas pelo CEA e pela Faculdade, para conscientizar seus alunos da significância desse exame no contexto educacional brasileiro. O Gráfico 50 permite visualizar essa comparação.



**Gráfico 50** - Análise comparativa componente formação geral de 2018

Fonte: Inep

#### 3.1.3.4 Comparação das questões do Enade 2015, com a natureza dos conteúdos das questões do Enade 2018

Muito embora os exames de 2015 e 2018 tenham tido a preocupação de exigir a alta performance dos acadêmicos, há diferenças entre eles. O Enade 2015 voltou-se, basicamente, a avaliar as três áreas: Análise das Demonstrações Contábeis, responsável por 11% do Exame, Contabilidade Governamental, em 9% e os demais assuntos distribuídos em 5,7% cada um.

Em 2018, a distribuição nas disciplinas consideradas de núcleo duro do curso assim ocorreu: 12,5% Contabilidade Avançada; 10,0% Custos; 7,5% Auditoria. Para as disciplinas Contabilidade e Planejamento Tributário, Sistemas de Informação Contábil, Contabilidade Governamental, Teoria da Contabilidade, Análise das Demonstrações Contábeis e Estatística Aplicada a Contabilidade 5,0% cada, Educação em Direitos Humanos, 20% e ainda outras com os demais 20%.

A despeito do nível alto de exigência das questões, isso não se configurou em motivo de preocupação, pois os assuntos abordados nas questões das provas fazem

parte dos conteúdos programáticos das disciplinas que compõem a Matriz Curricular do Projeto Pedagógico do curso de Ciências Contábeis da PUC-Campinas.

#### *3.1.3.5 Conexão do Enade 2018 e os conteúdos programáticos das disciplinas do Curso*

Todos os conteúdos das questões do Enade 2018 foram abordados nos conteúdos programáticos das disciplinas do Curso de Ciências Contábeis, como denota o Quadro 14, que mostra ter a questão do Enade 2018 sido abordada na e/ou componente curricular ministrado no curso.

**Quadro 14 - Componentes curriculares – ENADE 2018**

<p><b>Questão Prova ENADE</b></p> <p><b>Questão 01 – Discursiva</b></p>	<p><b>Disciplinas e/ou Componentes Curriculares</b></p>
<div data-bbox="533 405 1032 719" data-label="Image"> </div> <p data-bbox="405 746 1164 794">Disponível em: &lt;<a href="https://www.nexojornal.com.br/expresso/2018/03/21/Caso-Marielle-completa-uma-semana.-O-que-se-sabe-sobre-o-crime">https://www.nexojornal.com.br/expresso/2018/03/21/Caso-Marielle-completa-uma-semana.-O-que-se-sabe-sobre-o-crime</a>&gt;. Acesso em: 27 jun. 2018 (adaptado).</p> <p data-bbox="398 812 470 831"><b>TEXTO 1</b></p> <p data-bbox="398 845 1164 959">Conforme relatório da organização de defesa dos direitos humanos Anistia Internacional, em 2017, entre 159 países, o Brasil apresentou o maior número de assassinatos de diversos grupos de pessoas, como jovens negros do sexo masculino, pessoas LGBTQI+, defensoras e defensores de direitos humanos, grupos ligados à defesa da terra, populações tradicionais e policiais.</p> <p data-bbox="427 970 1164 1010">Disponível em: &lt;<a href="https://anistia.org.br/noticias/brasil-lidera-numero-de-assassinatos-de-diversos-grupos-de-pessoas-em-2017-aponta-anistia-internacional-em-novo-relatorio/">https://anistia.org.br/noticias/brasil-lidera-numero-de-assassinatos-de-diversos-grupos-de-pessoas-em-2017-aponta-anistia-internacional-em-novo-relatorio/</a>&gt;. Acesso em: 27 jun. 2018 (adaptado).</p>	<p data-bbox="1301 363 2018 432">Educação em Direitos Humanos e Identidade Cultural</p> <p data-bbox="1301 475 2018 651">Contextualiza e articula temas, problemas e abordagens relativas às questões dos direitos humanos, da sustentabilidade socioambiental, do multiculturalismo, da identidade e das relações étnico-raciais.</p>

**TEXTO 2**

Negra, mulher, mãe solteira, bissexual, moradora de favela, aluna da primeira turma do pré-vestibular comunitário da Maré, graduou-se em ciências sociais e realizou mestrado em administração pública. Sua vida fora construída na luta contra todas as estatísticas que fazem a morte, a prisão e a pobreza os destinos mais prováveis para as mulheres e os jovens pretos e pardos neste país.

Um grande mérito pessoal, sem dúvida. Mas Marielle era inteligente demais para deixar-se iludir por uma ideia de meritocracia que ignora as estatísticas, faz que não vê as desigualdades sociais e desconsidera que as pessoas não começam todas do mesmo patamar.

Disponível em: <[https://brasil.eipais.com/brasil/2018/03/19/opinion/1521476455\\_299821.html](https://brasil.eipais.com/brasil/2018/03/19/opinion/1521476455_299821.html)>. Acesso em: 12 set. 2018 (adaptado).

**TEXTO 3**

Logo após o assassinato da vereadora Marielle Franco, ocorrido no Rio de Janeiro, em 2018, os compartilhamentos nas redes sociais lançaram, em nível internacional, uma personagem política que, mesmo tendo sido uma das mais votadas na capital carioca, não tinha espaço privilegiado na agenda. Durante a primeira quinzena de março, a coleta de publicações em que se mencionava “Marielle Franco” totalizou mais de 3 milhões e meio de *tweets*. As manifestações expressavam, principalmente, reações de apoio, marcadas por *hashtags* (palavras-chave) como #mariellepresente, #justicaparamarielle, #somostodosmarielle, #mariellelive, mas também circulavam informações falsas que associavam a vereadora a atos ilícitos e mensagens que relativizavam o seu assassinato em função de sua atuação política em favor dos direitos humanos.

Disponível em: <<http://www.labic.net/blog/marielle-presente-mapa-de-tweets-publicados/>>. Acesso em: 12 set. 2018 (adaptado).

A partir das informações apresentadas, redija um texto que aborde os seguintes aspectos:

- o tensionamento entre a defesa dos Direitos Humanos realizada por Marielle Franco e a produção de notícias falsas após o assassinato da vereadora;
- os prejuízos da produção de notícias falsas para a sociedade democrática.

### Questão 02 – Discursiva

#### TEXTO 1

O Museu Nacional do Rio de Janeiro talvez fosse o lugar mais importante do Brasil dado o seu valor como patrimônio cultural e histórico não só brasileiro, mas mundial. O incêndio ocorrido no início de setembro de 2018 destruiu o lugar que era o símbolo da gênese do país como nação independente e continha um acervo inestimável, não só do ponto de vista da história da cultura e da natureza brasileiras, mas também do acervo de peças de significado mundial.

O Museu Nacional abrigava vários departamentos da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Era um museu de exposição, mas também de pesquisa. A biblioteca de Antropologia, que devia ter uns 200 mil títulos e era um instrumento de trabalho fundamental para a pesquisa de vários docentes, foi construída ao longo de 50 anos, e perdeu-se. Parte pode ser recuperada, mas os fósseis, os insetos, as coleções de estudo, são insubstituíveis.

Outra perda incalculável refere-se ao material do acervo relativo a povos que foram destroçados pelo colonialismo europeu e que estavam ali como testemunhas mudas da história da invasão da América.

Disponível em: <<https://www.publico.pt/2018/09/04/culturalpilon/entrevista/eduardo-viveiros-de-castro-gostaria-que-o-museu-nacional-permanecesse-como-ruina-memoria-das-coisas-mortas-1843021>>. Acesso em: 10 set. 2018 (adaptado).

#### TEXTO 2

Ao consumir parte significativa do acervo de 20 milhões de peças da instituição, o incêndio arrasou também anos de trabalho e afetou, de forma irremediável, a pesquisa, com impactos na ciência brasileira e internacional. Segundo uma pesquisadora dessa instituição, apesar de o foco muitas vezes permanecer na perda do passado, quando perdemos um acervo que era usado para fazer pesquisa, perdemos também o futuro.

Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/>>. Acesso em: 10 set. 2018 (adaptado).

Considerando os trechos apresentados, redija um texto a respeito da importância dos museus para a sociedade contemporânea sob o ponto de vista da memória e das perspectivas de futuro, abordando três aspectos da função social dessas instituições. (valor: 10,0 pontos)

### Ciências Sociais

Contextualiza o surgimento das Ciências Sociais e estuda os métodos e conceitos fundamentais das principais correntes sociológicas. Inclui discussões sobre a consolidação do Estado Moderno e Contemporâneo, representações sociais, Estratificação Social, Organizações Sociais e Movimentos Sociais.

### Questão 03 – Discursiva

A margem de contribuição apurada de um produto ou serviço influi diretamente na mensuração do lucro bruto. Ela representa a quantia pecuniária resultante da sobra da receita com as vendas após serem retirados os custos e as despesas variáveis e indica quanto um produto ou serviço está contribuindo para pagar os gastos fixos do negócio. Em relação ao volume de produção, os custos são classificados em fixos e variáveis. Despesas ou custos fixos são aqueles que não sofrem alteração em função da quantidade produzida, enquanto os gastos variáveis acompanham o volume de produção, ou seja, quanto maior a quantidade produzida, maior será o gasto variável. O preço de venda, os custos fixos e os variáveis são exemplos de elementos que compõem a relação custo-volume-lucro.

A partir dessas informações, considere a seguinte situação hipotética.

Produto	Preço de Venda unitário	Custo Variável unitário	Despesa Variável unitária	Custo Fixo total
X	R\$ 150,00	R\$ 25,00	R\$ 45,00	
Z	R\$ 120,00	R\$ 18,00	R\$ 42,00	R\$ 1 200,00

Com base nas informações apresentadas, faça o que se pede nos itens a seguir.

- Demonstre o valor da margem de contribuição unitária de cada produto. (valor: 2,0 pontos)
- Calcule o lucro da empresa pelo custeio variável, considerando a venda de 30 unidades do produto X e 40 unidades do produto Z. (valor: 5,0 pontos)
- Calcule o ponto de equilíbrio contábil, em unidades, considerando que a empresa decida vender apenas o produto X. (valor: 3,0 pontos)

### Gerenciamento de Custos

Estuda os custos gerenciais com o intuito de aplicá-los para fornecer informações úteis para a administração, contempla as análises de desempenho por intermédio da verificação e gestão do custeio por absorção x custeio direto e variável, padrões de custos orçados x custos realizados, e formação de preços.

### Questão 04 – Discursiva

O Pronunciamento Contábil CPC 01 trata da redução ao valor recuperável de ativos. O objetivo desse pronunciamento técnico é definir procedimentos, visando assegurar que os ativos não estejam registrados contabilmente por um valor superior àquele passível de ser recuperado por uso ou por venda. Caso existam evidências claras de que ativos estão sendo avaliados por valor não recuperável no futuro, a entidade deverá imediatamente reconhecer a desvalorização por meio da constituição de provisão para perdas.

Disponível em: <<http://www.cpc.org.br/CPC/Documentos-Emitidos/Pronunciamentos/Pronunciamento?id=2>>.  
Acesso em: 10 jul. 2018 (adaptado).

Considerando essas informações, suponha que determinada empresa comercial possui um ativo imobilizado com valor de custo de R\$ 50 000,00, estimativa de uso de 5 anos, com valor residual esperado de R\$ 10 000,00 e depreciação acumulada ao final do exercício social de R\$ 8 000,00. Suponha ainda que, na avaliação desse ativo, ao final do exercício social, tenha se apurado o valor recuperável de R\$ 40 000,00.

Com base na situação apresentada, faça o que se pede nos itens a seguir.

- Indique que valor deverá ser apresentado como saldo do ativo imobilizado ao final do exercício, fundamentando esse procedimento com base na normativa contábil CPC 01. (valor: 6,0 pontos)
- Explícite quais os lançamentos contábeis a serem realizados, caso sejam necessários, para que as orientações da normativa contábil CPC 01 sejam contempladas. (valor: 4,0 pontos)

### Teoria da Contabilidade

Estuda os fundamentos das Ciências Contábeis, avaliando o ativo e passivo, assim como as receitas e despesas, ganhos e perdas da entidade, utilizando as Normas Brasileiras de Contabilidade - NBC.

### Contabilidade Intermediária

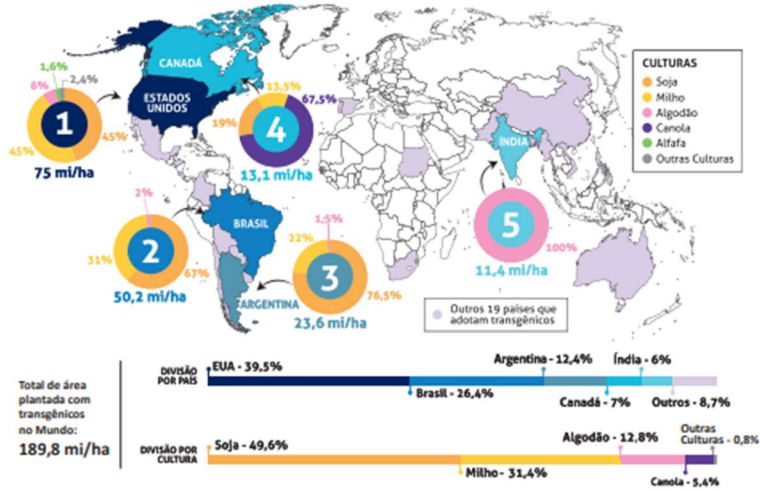
Estuda as demonstrações financeiras para o entendimento das diversas operações contábeis, bem como propicia aos alunos o exercício do julgamento e a compreensão dos reflexos contábeis na avaliação de investimentos societários.



<p style="text-align: center;"><b>Questão 05 – Discursiva</b></p> <p>As demonstrações financeiras de uma empresa são preparadas e auditadas sob a suposição de que ela está e permanecerá em atividade por, no mínimo, um ano. No entanto, em tempos de crise econômico-financeira, espera-se que muitas empresas enfrentem dificuldades financeiras, que podem surgir quando elas financiam suas operações por meio de capital de terceiros, seja por meio da utilização do limite de cheque especial, seja por meio de linhas de crédito e empréstimos de grande porte. Se as empresas precisam constantemente dessas fontes de recursos e, por sua vez, os bancos, após avaliação, recusam-se a concedê-los, muitas empresas podem não conseguir manter as suas operações em atividade. Em face dessa situação, os auditores podem ter dúvidas substanciais sobre a capacidade de uma empresa continuar a desenvolver suas operações.</p> <p style="text-align: center;"><small>JOHNSTONE, K. M.; GRAMLING, A. A.; RITTENBERG, L. E. <b>Auditing:</b> A risk-based approach to conducting a quality audit. 9. ed. South-Western: Cengage Learning, 2014 (adaptado).</small></p> <p>Com base nas informações do texto e no que estabelecem a NBC TA 200, a NBC TA 700 e a NBC TA 705 acerca do trabalho do auditor independente, faça o que se pede nos itens a seguir.</p> <p>a) Explícite os tipos de opinião que o auditor independente pode emitir em seu relatório de auditoria. (valor: 3,0 pontos)</p> <p>b) Explique como a dúvida substancial do auditor sobre a capacidade de um cliente permanecer em funcionamento afeta o formato da opinião de auditoria. (valor: 4,0 pontos)</p> <p>c) Explique como o ceticismo profissional afeta a decisão do auditor de emitir uma opinião acerca da continuidade de atividade de uma empresa. (valor: 3,0 pontos)</p>	<p style="text-align: center;"><b>Auditoria das Demonstrações Contábeis</b></p> <p>Orienta o aluno na análise das operações contábeis efetuadas nas empresas, verificando se foram elaboradas segundo os princípios e as Normas Brasileiras de Contabilidade.</p>

### Questão 01

OS CINCO PAÍSES COM MAIOR ÁREA PLANTADA COM TRANSGÊNICOS NO MUNDO  
(em milhões de hectares - mi/ha)



Disponível em: <[https://cib.org.br/wp-content/uploads/2018/06/2018.06.26.Top5\\_Portugues.pdf](https://cib.org.br/wp-content/uploads/2018/06/2018.06.26.Top5_Portugues.pdf)>. Acesso em: 18 Jul. 2018 (adaptado).

Considerando o infográfico apresentado, avalie as afirmações a seguir.

- I. A distribuição da área plantada com transgênicos no mundo reflete o nível de desenvolvimento econômico dos países.
- II. Os Estados Unidos da América possuem a maior área plantada de algodão transgênico no mundo.
- III. O hemisfério norte concentra a maior área de produção transgênica.
- IV. A área de produção de soja transgênica é maior no Brasil que na Argentina.

É correto apenas o que se afirma em

- A) I e II.
- B) I e IV.
- C) III e IV.
- D) I, II e III.
- E) II, III e IV.

### Estatística Econômica

Estuda a estatística descritiva: população, amostra, variável, atributo. Apresenta o método de amostragem. Estudo da representação gráfica. Trata da distribuição de frequências. Médias. Medidas de Dispersão e de Assimetria. Estuda números-índices, deflator. Apresenta as medidas de desigualdade.



### Questão 02

A Economia Solidária expressa formas de organização econômica – de produção, prestação de serviços, comercialização, finanças e consumo – baseadas no trabalho associado, na autogestão, na propriedade coletiva dos meios de produção, na cooperação e na solidariedade. São diversas atividades econômicas realizadas por organizações solidárias como cooperativas, associações, empresas recuperadas por trabalhadores em regime de autogestão, grupos solidários informais, fundos rotativos etc. Nos últimos anos, a Economia Solidária tem experimentado expansão no Brasil, em especial, dentre os segmentos populacionais mais vulneráveis.

Disponível em: <<http://www.unisolbrasil.org.br/2015/>>. Acesso em: 12 jul. 2018 (adaptado).

Considerando as informações apresentadas, avalie as asserções a seguir e a relação proposta entre elas.

- I. O fomento de atividades econômicas orientadas pelos princípios da Economia Solidária deve ser objeto de atenção no âmbito da gestão pública e requer políticas voltadas para essa área de atuação.

#### PORQUE

- II. A destinação de recursos públicos para empreendimentos fundamentados na Economia Solidária viabiliza a inclusão de diversos segmentos sociais na economia e promove a valorização de práticas e saberes construídos coletivamente.

A respeito dessas asserções, assinale a opção correta.

- A As asserções I e II são proposições verdadeiras, e a II é uma justificativa correta da I.  
 B As asserções I e II são proposições verdadeiras, mas a II não é uma justificativa correta da I.  
 C A asserção I é uma proposição verdadeira, e a II é uma proposição falsa.  
 D A asserção I é uma proposição falsa, e a II é uma proposição verdadeira.  
 E As asserções I e II são proposições falsas.

Área livre \_\_\_\_\_

### Introdução à Teoria Macroeconômica

Apresenta e discute as metas, os instrumentos de política econômica e o papel do Estado na economia como um todo, destacando suas influências no mundo das organizações empresariais.

### Questão 03

As questões relacionadas a organismos geneticamente modificados deixaram, há muito tempo, de serem discutidas apenas no âmbito acadêmico-científico. Também na arte, a transgenia ganhou lugar, ocupando o imaginário e a criatividade de artistas. Nesse campo, o brasileiro Eduardo Kac transita pela zona fronteira entre arte, ciência e tecnologia.

Os trabalhos de Eduardo Kac têm sido exibidos em exposições internacionais. Em seu currículo, constam obras de arte transgênicas, como GFP Bunny, uma coelha geneticamente modificada cujo pelo emite fluorescência verde ao ser iluminado por luz ultravioleta. Ela foi batizada com esse nome em razão da proteína verde fluorescente (*green fluorescent protein*) obtida de uma água-viva do Pacífico e injetada em óvulos de coelhos albinos, procedimento efetivamente realizado em um centro de pesquisa na França.

Disponível em: <[www.g1.globo.com/Noticias/PopArte/](http://www.g1.globo.com/Noticias/PopArte/)>. Acesso em: 18 ago. 2018 (adaptado).



FONTEINE, C. Fotografia. Título: Alba, the fluorescent bunny, 2000.

Disponível em: <<http://www.ekac.org/gfpbunny.html#gfpbunnyanchor>>. Acesso em: 18 ago. 2018 (adaptado).

A partir das informações apresentadas, avalie as afirmações a seguir.

- I. A obra GFP Bunny, de Eduardo Kac, contribui para a ampliação dos horizontes artísticos por meio do uso da engenharia genética como técnica de criação artística.
- II. A obra GFP Bunny suscita várias questões, entre as quais se inclui a de caráter ético, como, por exemplo, a dos limites da pesquisa científica e do uso de aplicações tecnológicas.
- III. As obras de arte biotecnológicas promovem a circulação de conceitos do campo da arte e de técnicas laboratoriais, mas, ao mesmo tempo, banaliza a singularidade da produção do artista.

É correto o que se afirma em

- A I, apenas.
- B III, apenas.
- C I e II, apenas.
- D II e III, apenas.
- E I, II e III.

### Ciências Sociais

Contextualiza o surgimento das Ciências Sociais e estuda os métodos e conceitos fundamentais das principais correntes sociológicas. Inclui discussões sobre a consolidação do Estado Moderno e Contemporâneo, representações sociais, Estratificação Social, Organizações Sociais e Movimentos Sociais.

### Questão 04

#### TEXTO 1

Os fluxos migratórios, fenômenos que remontam à própria história da humanidade, estão em ritmo crescente no mundo, tornando urgentes, em todos os países, as discussões sobre políticas públicas para migrantes. Segundo relatório da Organização das Nações Unidas (ONU), 65,6 milhões de pessoas foram deslocadas à força no mundo em 2016.

Em relação aos destinos de acolhimento, no mesmo período, dados oficiais do Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR), apontam que 56% das pessoas deslocadas no mundo foram acolhidas por países da África e do Oriente Médio, 17% da Europa e 16% das Américas. Considerando o contexto brasileiro, de 2010 a 2015, a população de migrantes vindos de países da América do Sul cresceu 20% e alcançou o total de 207 mil pessoas.

Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/populacao-de-migrantes-no-brasil-aumentou-20-no-periodo-2010-2015-revela-agencia-da-onu/>>. Acesso em: 11 set. 2018 (adaptado).

#### TEXTO 2

Recentemente, a situação de imigração no Brasil, por ondas de deslocamento de pessoas nas fronteiras, tem sido percebida cotidianamente em matérias divulgadas pela grande mídia, principalmente no caso do estado de Roraima, que tem notificado a entrada de um grande número de venezuelanos. Somente em solicitações, na condição de refugiados, os venezuelanos formalizaram 17.865 pedidos de acolhida ao Brasil em 2017.

Disponível em: <<http://www.acnur.org/portugues/dados-sobre-refugio/dados-sobre-refugio-no-brasil/>>. Acesso em: 11 set. 2018 (adaptado).

Considerando as informações apresentadas, avalie as afirmações a seguir.

- I. A situação econômica dos países é fator determinante dos padrões de contorno dos deslocamentos internacionais e está representada na distribuição geográfica dos continentes que mais acolhem as pessoas deslocadas no mundo.
- II. A América do Sul é a região em que há maior acolhimento de povos que, em razão de conflitos internos em seus países, têm se deslocado em massa.
- III. As situações de conflitos entre brasileiros e venezuelanos apontam para a necessidade de revisão da infraestrutura e das políticas públicas voltadas aos migrantes e refugiados.
- IV. A sociedade brasileira, caracterizada pela solidariedade e tolerância, apresenta baixa resistência e rejeição aos imigrantes, sendo os conflitos recentes ocorridos na fronteira explicados pela omissão estatal em relação a políticas de acolhimento.

É correto apenas o que se afirma em

- A I.
- B III.
- C I e IV.
- D II e III.
- E II e IV.

### Antropologia teológica B

Com os conceitos fornecidos, fundamentalmente, pela Antropologia Teológica, reflète sobre a degradação da vida, do ser humano, da sociedade e da natureza e aponta horizontes de defesa, promoção e afirmação da vida.

### Questão 05



Disponível em: <<http://www.soubh.com.br/exposicoes/exposicao-ccbb-africa/>>. Acesso em: 12 jul. 2018 (adaptado).

#### TEXTO 1

A frase em latim “Ex Africa semper aliquid novi”, do escritor romano Caio Plínio, dita há 2.000 anos, significa “da África sempre há novidades a reportar”. A partir dessa ideia, o curador alemão Alfons Hug montou a exposição “Ex Africa”, que conta com 18 artistas de oito países africanos e dois artistas brasileiros. A ideia da mostra é retratar a produção artística africana sem estereótipos aos quais estamos acostumados, como objetos de artesanato e referências iconográficas.

Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2018/>>. Acesso em: 12 jul. 2018 (adaptado).

#### TEXTO 2

Até as vésperas da era colonial moderna era comum encontrar as imagens positivas sobre a África. Árabes e europeus descreveram as formas políticas africanas altamente elaboradas e socialmente aperfeiçoadas, entre as quais se alternavam reinos, impérios, cidades-Estado, entre outras. Após a conferência de Berlim (1885), que definiu a partilha colonial da África, essas imagens “simpáticas” começaram a sombreadar. Reinos e Impérios foram substituídos pelas tribos primitivas em estado de guerra permanente, umas contra outras, para justificar e legitimar a Missão Civilizadora, que até hoje alimenta o imaginário da África no Brasil.

VIEIRA, F. S. S. Do eurocentrismo ao afropessimismo: reflexão sobre a construção do imaginário “África” no Brasil. *Em Debate*. PUC-Rio, n. 03, 2006 (adaptado).

A partir dos textos apresentados, avalie as afirmações a seguir.

- I. A África tem sido pensada, por muitos, como um único país, compreendida de forma monolítica, como se fosse formada por cultura única, ou, até mesmo, um lugar de povos sem cultura alguma, o que contribui e reforça a exclusão social das obras africanas do sistema das artes visuais.
- II. Construídas sob a égide do clichê da miserabilidade, as clássicas representações sobre a África, que retratam o continente como um celeiro da tradição, do arcaísmo, da produção manufaturada e artesanal, são estereótipos que precisam ser superados, por serem incompatíveis com a multiplicidade de expressões artísticas africanas.
- III. Os estereótipos sobre o continente africano foram construídos a partir de interesses políticos, culturais e econômicos que sustentaram, durante séculos, projetos de exploração e ações excludentes.

É correto o que se afirma em

- A I, apenas.
- B III, apenas.
- C I e II, apenas.
- D II e III, apenas.
- E I, II e III.

### Educação em Direitos Humanos e Identidade Cultural

Contextualiza e articula temas, problemas e abordagens relativas às questões dos direitos humanos, da sustentabilidade socioambiental, do multiculturalismo, da identidade e das relações étnico-raciais.



### Questão 06

#### TEXTO 1

Com base em dados de 2015, estima-se que, no Brasil, haja em torno de 100 mil pessoas em situação de rua. A população que vivencia situação de rua é formada por pessoas que, em sua maioria, possuem menos que o necessário para atender às necessidades básicas do ser humano, estando no limite da indigência ou da pobreza extrema, com comprometimento da própria sobrevivência. A situação desse grupo excluído e marginalizado pode decorrer de diversos fatores, como desemprego estrutural, migração, uso prejudicial de álcool e outras drogas, presença de transtornos mentais, conflitos familiares, entre outros.

HINO, P.; SANTOS, J. O.; ROSA, A. S. Pessoas que vivem situação de rua sob o olhar da saúde. *Revista Brasileira de Enfermagem*. v. 71, Suplemento 1, p. 732-740, 2018 (adaptado).

#### TEXTO 2

O Ministério da Saúde, em parceria com o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH), lançou uma campanha que objetiva valorizar a saúde como um direito humano de cidadania e ressaltar que as pessoas em situação de rua têm o direito de ser atendidas na rede de serviços do SUS.

Disponível em: <<http://portalsaude.saude.gov.br/index.php/cidadao/principal/campanhas-publicitarias/19300-campanha-pop-rua>>. Acesso em: 11 set. 2018 (adaptado).

A respeito da população que vivencia situação de rua e considerando os textos apresentados, avalie as afirmações a seguir.

- I. Na elaboração de políticas públicas, devem ser considerados os fatores pessoais e contextuais que levam pessoas a viver em situação de rua, o que exige o trabalho de equipes multidisciplinares, com o objetivo de assegurar direitos de saúde, dignidade e cidadania a essa população.
- II. A inexistência de endereço fixo que possibilite fazer cadastros oficiais e estabelecer contato quando necessário, inviabiliza a inserção dos indivíduos em situação de rua nas políticas públicas de saúde, educação e moradia.
- III. A homogeneidade do grupo de pessoas que vivem em situação de rua contribui para o desenvolvimento das estratégias de acolhimento e de atendimento pelas equipes envolvidas em campanhas dirigidas a esse público.
- IV. A falta de moradia convencional e o comprometimento da identidade, da segurança, do bem-estar físico e emocional e do sentimento de pertencimento são problemas vivenciados pelas pessoas que vivem em situação de rua e requerem atenção do poder público.

É correto apenas o que se afirma em

- A** I e III.
- B** I e IV.
- C** II e III.
- D** I, II e IV.
- E** II, III e IV.

### Educação em Direitos Humanos e Identidade Cultural

Contextualiza e articula temas, problemas e abordagens relativas às questões dos direitos humanos, da sustentabilidade socioambiental, do multiculturalismo, da identidade e das relações étnico-raciais.

### Questão 07



Disponível em: <<https://www.thinglink.com/scene/980079663516745730?buttonSource=viewLimits>>. Acesso em: 26 jul. 2018 (adaptado).

Considerando as informações do infográfico, avalie as afirmações a seguir.

- I. No planejamento das cidades, deve-se priorizar o transporte coletivo, situação que está em consonância com o que ocorre nas cidades mais populosas do Brasil.
- II. O engajamento dos cidadãos nos debates e no planejamento das cidades é essencial para o desenvolvimento de projetos urbanos viáveis, acessíveis e sustentáveis.
- III. É necessário que o planejamento de uma cidade sustentável esteja focado na fluidez dos veículos automotores autônomos, na diversidade de opções de mobilidade e nas modalidades compartilhadas de transporte.
- IV. A utilização de painéis solares para abastecer veículos e a diminuição da emissão de gases poluentes em uma cidade sustentável são metas ainda distantes de serem atingidas no Brasil, devido à primazia dos meios de transportes movidos a combustíveis fósseis.

É correto apenas o que se afirma em

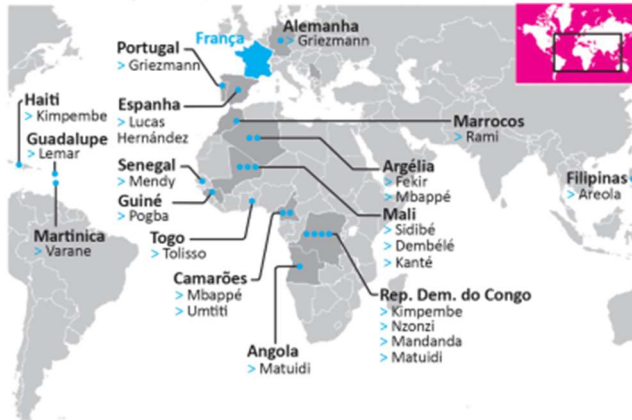
- A I.
- B II.
- C I e III.
- D II e IV.
- E III e IV.

### Economia Brasileira e Análise Setorial

Estuda o processo histórico da organização e do desenvolvimento econômico brasileiro contemporâneo, com destaque para os diferentes graus de desenvolvimento setorial nacional.

### Questão 08

Seleção multicultural: países de origem dos pais dos jogadores da França



A seleção francesa participante da Copa do Mundo de Futebol de 2018, composta de 19 jogadores filhos de imigrantes da África e de outros países da Europa, foi mais multicultural que o elenco campeão da Copa de 1998. Apenas o goleiro Lloris, o lateral Pavard, o atacante Giroud e o meia Thauvin não se encaixam nessa descrição. Tal composição suscitou inúmeros debates acerca da presença de imigrantes na sociedade francesa e do multiculturalismo na Europa. À perspectiva multicultural se contrapõem a xenofobia, o racismo, a islamofobia, entre outras formas de segregação humana, sobretudo de imigrantes e seus descendentes.

Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/esporte/2018/07/multiculturais-franca-e-belgica-buscam-unidade-nacional-na-copa.shtml>>. Acesso em: 10 jul. 2018 (adaptado).

Considerando as informações apresentadas, assinale a opção correta.

- A** A admiração dos torcedores pelos jogadores da seleção francesa evidencia a redução do preconceito de cidadãos franceses contra descendentes de imigrantes.
- B** O aumento do número de jogadores filhos de imigrantes e a ampliação da diversidade de nacionalidades ameaçam a perpetuação dos valores e da tradição do povo francês.
- C** A inclusão de jogadores de origem árabe e africana na seleção francesa teve o efeito imediato de minimizar visões e interpretações equivocadas dos efeitos da imigração, como desemprego e pobreza.
- D** A presença de jogadores franceses de origem africana sinaliza a efetiva integração dos imigrantes e de seus descendentes à sociedade francesa, após longo processo de incentivo à inclusão social de estrangeiros no país.
- E** A composição da seleção francesa aponta para a importância da perspectiva multicultural, em que se valorizam as formas de convívio entre os diferentes, a mediação de conflitos identitários e o exercício da alteridade.

### Educação em Direitos Humanos e Identidade Cultural

Contextualiza e articula temas, problemas e abordagens relativas às questões dos direitos humanos, da sustentabilidade socioambiental, do multiculturalismo, da identidade e das relações étnico-raciais.

<p style="text-align: center;"><b>Questão 09</b></p> <p>Os conceitos de capital, previstos no CPC 00 Estrutura Conceitual, dão origem aos conceitos de manutenção de capital financeiro e manutenção de capital físico.</p> <p>Considerando essa informação, avalie as asserções a seguir e a relação proposta entre elas.</p> <p>I. A aplicação do conceito de manutenção do capital financeiro requer o uso de mais de uma base específica de mensuração.</p> <p style="text-align: center;"><b>PORQUE</b></p> <p>II. A escolha da base de mensuração depende do tipo de capital financeiro que se procura manter.</p> <p>A respeito dessas asserções, assinale a opção correta.</p> <p><input type="radio"/> A As asserções I e II são proposições verdadeiras, e a II é uma justificativa correta da I.</p> <p><input type="radio"/> B As asserções I e II são proposições verdadeiras, mas a II não é uma justificativa correta da I.</p> <p><input type="radio"/> C A asserção I é uma proposição verdadeira, e a II é uma proposição falsa.</p> <p><input type="radio"/> D A asserção I é uma proposição falsa, e a II é uma proposição verdadeira.</p> <p><input type="radio"/> E As asserções I e II são proposições falsas.</p>	<p>Teoria da Contabilidade</p> <p>Estuda os fundamentos das Ciências Contábeis, avaliando o ativo e passivo, assim como as receitas e despesas, ganhos e perdas da entidade, utilizando as Normas Brasileiras de Contabilidade - NBC.</p>



### Questão 10

Uma empresa presta serviços de internet banda larga e comercializa o *modem Wi-Fi*. No mês de dezembro, a empresa oferece o seguinte pacote promocional: o cliente que adquirir o plano Mega de internet por 10 meses pagará 10 parcelas fixas de R\$ 100,00 por mês e receberá gratuitamente o *modem Wi-Fi*. Esse *modem*, vendido pela empresa, pode ser adquirido, de forma avulsa, por R\$ 300,00, e o plano Mega (sem o *modem*) é oferecido por uma mensalidade de R\$ 90,00, pelo mesmo período. O desconto oferecido no combo é proporcional ao *modem* e ao serviço de internet.

Considerando-se essa situação, se um cliente adquirir o pacote promocional no dia 1º de dezembro e, no mesmo dia, ocorrerem a instalação do *modem* e o início da prestação do serviço de internet, a empresa, seguindo a NBC TG 47 – Receita de Contrato com Cliente, deverá registrar

- A** a receita de venda do *modem Wi-Fi* em dezembro, por R\$ 250,00, e a receita de prestação de serviço mensalmente, conforme o serviço for prestado, no valor de R\$ 75,00.
- B** a receita de prestação de serviço mensalmente, conforme o serviço for prestado, no valor de R\$ 100,00, e não reconhecer receita pela venda do *modem Wi-Fi*.
- C** a receita de prestação de serviço em dezembro, no valor de R\$ 700,00, e reconhecer receita pela venda do *modem Wi-Fi*, de R\$ 300,00.
- D** a receita de prestação de serviço em dezembro, no valor de R\$ 1 000,00, e não reconhecer receita pela venda do *modem Wi-Fi*.
- E** a receita de prestação de serviço no valor de R\$ 75,00 e a receita pela venda do *modem Wi-Fi* no valor de R\$ 25,00.

### Contabilidade Avançada

Possibilita a compreensão das evidenciações dos relatórios emanados da contabilidade, os quais compreendem os vários aspectos das reorganizações societárias ocorridas nos processos de fusão, cisão e incorporação, bem como das novas tendências de relatórios necessários para atender as melhores práticas de governança corporativa.

### Questão 11

Uma empresa fabrica sensores de presença, tanto externos quanto internos, para o setor de segurança. Com a diminuição do consumo de produtos dessa natureza, o diretor da empresa supôs perda maior na rentabilidade do produto sensor externo, já que, no período anterior, a empresa tinha vendido 300 unidades do sensor interno e 100 unidades do sensor externo, ambos produtos sem saldo inicial ou final de estoque. O diretor solicitou, então, ao seu gerente de controladoria, que apresentasse um relatório que evidenciasse a rentabilidade de cada produto. O gerente de controladoria apresentou a Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) simplificada de cada produto, para a qual se utilizou dos métodos do custeio variável e do custeio por absorção, cujos dados estão expostos a seguir.

DRE - Custeio variável	Sensores internos		Sensores externos		Total
	Valor unitário	Valor total	Valor unitário	Valor total	
Receita líquida de vendas	R\$ 40,00	R\$ 12 000,00	R\$ 25,00	R\$ 2 500,00	R\$ 14 500,00
(-) Custos e despesas variáveis	(R\$ 16,00)	(R\$ 4 800,00)	(R\$ 32,00)	(R\$ 3 200,00)	(R\$ 8 000,00)
(=) Margem de contribuição	R\$ 24,00	R\$ 7 200,00	(R\$ 7,00)	(R\$ 700,00)	R\$ 6 500,00
(-) Custos fixos do período					(R\$ 5 300,00)
(=) Lucro					R\$ 1 200,00

DRE - Custeio por absorção	Sensores internos		Sensores externos		Total
	Valor unitário	Valor total	Valor unitário	Valor total	
Receita líquida de vendas	R\$ 40,00	R\$ 12 000,00	R\$ 25,00	R\$ 2 500,00	R\$ 14 500,00
(-) Custos produto vendido	(R\$ 26,67)	(R\$ 8 000,00)	(R\$ 20,00)	(R\$ 2 000,00)	(R\$ 10 000,00)
(=) Lucro bruto	R\$ 13,33	R\$ 4 000,00	R\$ 5,00	R\$ 500,00	R\$ 4 500,00
(-) Despesas operacionais	(R\$ 9,67)	(R\$ 2 900,00)	(R\$ 4,00)	(R\$ 400,00)	(R\$ 3 300,00)
(=) Lucro	R\$ 3,67	R\$ 1 100,00	R\$ 1,00	R\$ 100,00	R\$ 1 200,00

Com base nessa situação e nos dados apresentados, avalie as afirmações a seguir.

- I. A DRE elaborada pelo método do custeio por absorção dificulta a tomada de decisão sobre a lucratividade por produto devido à utilização de critério de rateio.
- II. Caso o diretor decida basear-se apenas na informação gerada na DRE, elaborada pelo método do custeio variável, que apresenta a margem de contribuição do produto sensor externo com resultado negativo, a empresa deverá deixar de fabricar esse produto.
- III. No custeio por absorção, são considerados como custos do produto tanto os custos fixos quanto os variáveis, diretos ou indiretos; já no custeio variável, levam-se em conta como custos do produto apenas os custos variáveis, sendo os custos fixos separados e considerados como despesas do período, indo diretamente para o resultado.

É correto o que se afirma em

- A I, apenas.
- B III, apenas.
- C I e II, apenas.
- D II e III, apenas.
- E I, II e III.

### Gerenciamento de Custos –

Estuda os custos gerenciais com o intuito de aplicá-los para fornecer informações úteis para a administração, contempla as análises de desempenho por intermédio da verificação e gestão do custeio por absorção x custeio direto e variável, padrões de custos orçados x custos realizados, e formação de preços.

### Contabilidade de Custos –

Estuda os elementos que compõe o custo dos produtos e/ou serviços, calculando-os e apropriando-os. Utiliza para tanto, os vários sistemas de custeio, tais como: custeio por absorção, noções de custeio direto ou variável, noções de custeio ABC comparando-os e preparando informes para a tomada de decisões.

### Questão 12

As orientações profissionais bem como suas normas aplicáveis são indispensáveis para a confiabilidade, a qualidade e o profissionalismo da auditoria do setor público. A finalidade das Normas Brasileiras de Auditoria do Setor Público – NBASPs do nível 1 é proporcionar uma auditoria independente e produtiva para sustentar os tribunais de contas no desempenho de suas prerrogativas constitucionais e legais. Portanto, a fim de assegurar a confiabilidade às auditorias executadas pelos órgãos especializados na análise das contas públicas, aplica-se a essas normas um sistema de gestão de qualidade.

A partir dessas informações, é correto afirmar que um sistema de gestão de qualidade

- A** abrange uma análise periódica em que se utilizam amostras dos processos de auditoria já encerrados, elaborada por auditores que prestaram serviços de auditoria no processo avaliado e que a usam como forma de aprimoramento e aprendizado.
- B** assegura que foram seguidos os procedimentos na conferência dos achados e das conclusões da auditoria para que aqueles que foram diretamente afetados por esse trabalho tenham a oportunidade de comentar os resultados antes de sua finalização.
- C** confirma a existência de políticas e procedimentos que destaquem a importância de se manter o pessoal-chave nas auditorias, por tempo determinado, para que, nesses trabalhos, o comprometimento e a objetividade sejam mantidos.
- D** possibilita que todos os tribunais de contas sigam as mesmas orientações, sejam quais forem as suas competências, estrutura, riscos e tipos de trabalho que realizam.
- E** deve ser objeto de apreciação ocasional, para que se evite perda de consistência dos seus dados.

### Contabilidade Governamental

Analisa o processo de elaboração orçamentária da administração pública municipal, estadual ou federal. Norteia a execução do orçamento por meio da classificação das receitas e despesas públicas, de acordo com NBC TSP. – Normas Brasileiras de Contabilidade Técnica do Setor Público.

<p style="text-align: center;"><b>Questão 13</b></p> <p>Uma empresa apresentou os seguintes dados, extraídos de seus arquivos contábeis:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• fluxo de caixa operacional (FCO) anual projetado em regime de perpetuidade: R\$ 30 000,00;</li> <li>• capital de terceiros: total de R\$ 20 000,00;</li> <li>• custo da dívida: 20% ao ano;</li> <li>• alíquota do imposto de renda: 34%;</li> <li>• custo do capital do acionista: 30% ao ano.</li> </ul> <p>Considerando-se que as despesas de juros são pagas e que o principal da dívida é renovado indefinidamente, o Valor da Empresa para o Acionista (VEA) é de</p> <p><b>A</b> R\$ 8 208,00.  <b>B</b> R\$ 86 666,67.  <b>C</b> R\$ 86 800,00.  <b>D</b> R\$ 91 200,00.  <b>E</b> R\$ 136 800,00.</p>	<p>Contabilidade Avançada</p> <p>Possibilita a compreensão das evidenciações dos relatórios emanados da contabilidade, os quais compreendem os vários aspectos das reorganizações societárias ocorridas nos processos de fusão, cisão e incorporação, bem como das novas tendências de relatórios necessários para atender as melhores práticas de governança corporativa.</p>
<p style="text-align: center;"><b>Questão 14</b></p> <p>A história da Contabilidade está intimamente ligada às diversas teorias que embasaram os pressupostos e métodos científicos adotados nessa área. Duas abordagens teóricas muito difundidas na Contabilidade são as oriundas da escola de pensamento norte-americana e da escola de pensamento italiana, que formaram o arcabouço fundamental dessa ciência.</p> <p style="text-align: right;"><small>IUDÍCIBUS, S. Teoria da Contabilidade, 13. ed. São Paulo: Atlas, 2015 (adaptado).</small></p> <p>Acerca das referidas escolas de pensamento contábil, assinale a opção correta.</p> <p><b>A</b> A escola norte-americana explica as relações de direitos e obrigações adotando caráter personalista das contas contábeis, ao passo que a escola italiana prioriza a geração de informações contábeis baseada nas necessidades dos usuários.</p> <p><b>B</b> A escola norte-americana afirma que o patrimônio é uma grandeza real que se transforma com o desenvolvimento das atividades econômicas, ao passo que a escola italiana enfatiza a contabilidade aplicada, especialmente na contabilidade gerencial.</p> <p><b>C</b> A escola norte-americana enfatiza a abordagem informacional da Contabilidade, ao passo que a escola italiana apresenta como ideia central o mecanismo das contas, focalizando seu funcionamento, e subordinando-se aos métodos de escrituração.</p> <p><b>D</b> A escola norte-americana confere grande importância à sistematização do plano de contas, ao passo que a escola italiana enfatiza os procedimentos de auditoria, com a finalidade de auferir maior credibilidade às informações contábeis geradas.</p> <p><b>E</b> A escola norte-americana defende que os fenômenos a serem estudados deveriam ser as <i>aziendas</i>, restringindo, assim, o campo de atuação da Contabilidade ao levantamento de fontes patrimoniais, ao passo que a escola italiana enfatiza a padronização dos procedimentos contábeis.</p>	<p>Teoria da Contabilidade –</p> <p>Estuda os fundamentos das Ciências Contábeis, avaliando o ativo e passivo, assim como as receitas e despesas, ganhos e perdas da entidade, utilizando as Normas Brasileiras de Contabilidade - NBC.</p> <p>Contabilidade Financeira –</p> <p>Estuda o desenvolvimento das operações contábeis capacitando o aluno a compreender sua dinâmica e registro, bem como a elaboração das demonstrações financeiras com vistas a tomada de decisões econômico-financeiro.</p>



### Questão 15

Um empregado que trabalhou em uma empresa no período de 01/06/2014 a 30/11/2014 foi demitido. Ele moveu uma ação em processo trabalhista contra essa empresa, pois no cálculo do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) e do INSS, ela não havia recolhido os encargos sociais incidentes sobre as gratificações recebidas. No processo, o ex-empregado da empresa apresentou os dados constantes da tabela a seguir.

Competência	Valor líquido no contracheque	Valor creditado em conta corrente
junho/2014	R\$ 3 250,60	R\$ 5 250,60
julho/2014	R\$ 3 450,35	R\$ 5 450,35
agosto/2014	R\$ 3 319,85	R\$ 5 319,85
setembro/2014	R\$ 3 056,60	R\$ 5 056,60
outubro/2014	R\$ 3 256,15	R\$ 5 256,15
novembro/2014	R\$ 3 301,56	R\$ 5 301,56

Apresentou, ainda, um e-mail enviado por um dos sócios da empresa, informando que ele receberia o montante de R\$ 2 000,00 mensais a título de gratificação por função. O juiz responsável pelo julgamento do processo designou um perito para análise da situação.

Considerando esses dados, bem como alíquotas de 8% de FGTS e de 25,5% de INSS e desconsiderando possíveis correções monetárias, assinale a opção correta.

- A** O perito deverá solicitar à empresa as folhas de pagamento e o termo de rescisão desse empregado para verificar o reflexo das alíquotas do FGTS e do INSS não recolhidas sobre os proventos recebidos, incluindo nesse cálculo as verbas proporcionais e indenizatórias.
- B** O total do FGTS devido ao empregado a título de gratificação por função, sem que se considerem os respectivos reflexos, é de R\$ 860,00, e o valor em aberto a título de INSS é de R\$ 3 060,00.
- C** O perito deverá informar, no laudo judicial, que o valor da gratificação não influenciará o cálculo de horas extras, caso tenham ocorrido em alguma competência.
- D** O valor de 40% referente à multa rescisória não será levado em consideração no valor a ser recolhido do FGTS sobre as diferenças apuradas.
- E** O ex-empregado terá direito a um valor adicional de R\$ 166,67 mensais a título de férias proporcionais ao tempo de serviço.

### Perícia Contábil

Apresenta os conceitos, normas e os principais procedimentos técnicos e processuais quanto à realização da perícia contábil em suas diversas formas, habilitando o graduando a emitir o laudo pericial contábil e/ou parecer técnico-contábil, abordando também a arbitragem como meio alternativo para dirimir litígios relativos a direitos patrimoniais disponíveis.

### Questão 16

A NBC T 16.11, aprovada pela Resolução CFC n° 1.366/2011, estabelece a conceituação, o objeto, os objetivos e as regras básicas para mensuração e evidenciação dos custos no setor público e apresenta o Subsistema de Informação de Custos do Setor Público (SICSP), sendo um de seus objetivos apoiar a tomada de decisão em processos, tais como comprar ou alugar, produzir internamente ou terceirizar determinado bem ou serviço.

Disponível em: <<http://portalcfc.org.br/wordpress/wp-content/>>. Acesso em: 11 set. 2018 (adaptado).

Visando a capacitação de policiais federais, o governo federal decidiu pela realização de um treinamento em regime de tempo integral de um grupo de 100 policiais, pelo período de 15 dias. Com relação à alimentação desses policiais durante o treinamento, apurou-se, com base nas informações constantes do SICSP, que o custo diário das refeições de um policial seria de R\$ 28,00 e o custo de oportunidade identificado na localidade do treinamento, considerados o mesmo período e os mesmos requisitos alimentares, seria de R\$ 20,00 por indivíduo.

Considerando essa situação hipotética, e o que se pode observar em uma Demonstração do Resultado Econômico (DRE), avalie as afirmações a seguir.

- I. O SICSP é o sistema adequado para a consulta das informações demandadas para a alimentação dos policiais federais inscritos no treinamento.
- II. Para dar lastro ao processo decisório, notas explicativas devem apresentar o método de custeio adotado para a apuração dos custos para os objetos de custos e, também, os principais critérios de mensuração utilizados.
- III. O resultado econômico apurado indica pela produção interna do serviço de alimentação.

É correto o que se afirma em

- A I, apenas.
- B III, apenas.
- C I e II, apenas.
- D II e III, apenas.
- E I, II e III.

### Contabilidade Governamental

Analisa o processo de elaboração orçamentária da administração pública municipal, estadual ou federal. Norteia a execução do orçamento por meio da classificação das receitas e despesas públicas, de acordo com NBC TSP. – Normas Brasileiras de Contabilidade Técnica do Setor Público.

### Questão 17

Instituído pelo Decreto nº 6.022/2007, o Sistema Público de Escrituração Digital (SPED) constitui-se em mais um avanço na informatização da relação entre o fisco e os contribuintes. De modo geral, consiste na modernização da sistemática atual do cumprimento das obrigações acessórias, transmitidas pelos contribuintes às administrações tributárias e aos órgãos fiscalizadores, utilizando-se da certificação digital para fins de assinatura dos documentos eletrônicos, garantindo, assim, a validade jurídica destes apenas na sua forma digital.

Disponível em: <<http://sped.rfb.gov.br/pagina/show/964>>.  
Acesso em: 12 jul. 2018 (adaptado).

Considerando a implementação do SPED e os diversos sistemas que o integram, assinale a opção correta.

- A** O e-Social tem por finalidade garantir os direitos previdenciários, trabalhistas e sociais dos empregados domésticos.
- B** A e-Financeira deve ser transmitida pelas pessoas jurídicas e pessoas físicas que estão autorizadas a comercializar planos de seguros de pessoas.
- C** A Escrituração Contábil Digital (ECD) corresponde à transmissão digital do Livro Diário (e seus auxiliares), do Livro Razão (e seus auxiliares) e do Livro Balancetes Diários.
- D** O projeto da Nota Fiscal eletrônica foi desenvolvido com a integração e a cooperação entre administrações tributárias estaduais e municipais e tem sido tema muito debatido em países federativos, especialmente naqueles que, como o Brasil, apresentam forte grau de descentralização fiscal.
- E** A Escrituração Contábil Fiscal (ECF) é uma declaração adicional à Declaração de Informações Econômico-Fiscais da Pessoa Jurídica (DIPJ), com entrega prevista para o último dia útil do mês de julho do ano posterior ao do período da escrituração no ambiente do SPED.

### Contabilidade e Planejamento Tributário

Estuda as linguagens emanadas do ordenamento tributário e das práticas de negócio com vistas a prover a empresa com atitudes responsáveis no trato dos aspectos tributários, planejando os tributos no limite da lei.

### Questão 18

Para uma empresa o termo controle visa assegurar, por meio do alinhamento de trajetórias, que os objetivos planejados sejam efetivamente realizados conforme previsto, apoiando-se na avaliação de resultados e desempenhos expressos pelo sistema de informações. São considerados tipos de controle que uma empresa pode executar a governança corporativa, a medição do desempenho global da empresa, o controle organizacional em relação a recursos humanos, o Balanço Social, a avaliação relativa a ética e à responsabilidade social e o sistema de informação.

A partir dessa afirmação, suponha que uma determinada empresa do setor de produtos alimentícios, que já havia diminuído seus lucros nos últimos dois anos, venha enfrentando uma competição significativa de empresas estrangeiras, que praticam preços mais baixos. Esta empresa enfrenta atualmente dificuldades em manter ou diminuir seus custos e, conseqüentemente, seu preço de venda. Em razão disso, foram adotadas as seguintes ações na empresa:

- demissão dos funcionários com mais tempo de casa e dos funcionários idosos;
- contratação de funcionários sem realizar o devido registro na carteira de trabalho;
- compra de insumos produtivos de qualidade inferior e sem procedência;
- compra de insumos produtivos de fornecedores ambientalmente não certificados.

Considerando essa situação e os tipos de controle que podem ser empregados na empresa para lidar com a situação apresentada, avalie as afirmações a seguir.

- I. Controlar a eficiência do sistema de informação contábil e gerencial é uma medida adequada à situação.
- II. Controlar o planejamento estratégico com ações corretivas para assegurar os objetivos globais da empresa constitui ação adequada à situação.
- III. Controlar as informações e ações para que sejam transparentes e estejam em conformidade no cumprimento de normas reguladoras é uma medida adequada à situação.

É correto o que se afirma em

- A I, apenas.
- B III, apenas.
- C I e II, apenas.
- D II e III, apenas.
- E I, II e III.

### Sistemas de Informações Contábeis

Estuda a utilização dos Sistemas de Informação (SI) especialmente os SI informatizados que são de apoio à operação, à gestão e às decisões, como importantes ferramentas para a sua atividade profissional.



**Questão 19**

Uma empresa apresentou em seus relatórios financeiros, em dezembro de 2017, os seguintes dados:

- unidades produzidas: 9 000;
- unidades vendidas: 8 000;
- preço de venda: R\$ 23,00 por unidade;
- matéria-prima consumida: R\$ 4,00 por unidade;
- mão de obra direta: R\$ 1,25 por hora; cada unidade consome 2 horas de mão de obra;
- custo indireto variável: R\$ 0,50 por unidade;
- custo indireto fixo: R\$ 46 080,00 por ano;
- despesas fixas: R\$ 21 000,00 por ano;
- impostos sobre a receita: 18%.

A partir dos dados da empresa, o resultado total apurado antes dos tributos sobre o lucro, se aplicado custeio por absorção, será de

- Ⓐ R\$ 22 500,00.
- Ⓑ R\$ 32 920,00.
- Ⓒ R\$ 53 920,00.
- Ⓓ R\$ 109 080,00.
- Ⓔ R\$ 150 880,00.

**Gerenciamento de Custos –**

Estuda os custos gerenciais com o intuito de aplicá-los para fornecer informações úteis para a administração, contempla as análises de desempenho por intermédio da verificação e gestão do custeio por absorção x custeio direto e variável, padrões de custos orçados x custos realizados, e formação de preços.

**Contabilidade de Custos –**

Estuda os elementos que compõe o custo dos produtos e/ou serviços, calculando-os e apropriando-os. Utiliza para tanto, os vários sistemas de custeio, tais como: custeio por absorção, noções de custeio direto ou variável, noções de custeio ABC comparando-os e preparando informes para a tomada de decisões.

**Questão 20**

Uma entidade comercial adquiriu por R\$ 100 000,00, em 02/01/2018, um instrumento financeiro com vencimento em 31/06/2025, com taxa de juros de 12% a.a. No momento da verificação das contas encerradas em 30/06/2018, o valor de mercado do título era de R\$ 104 500,00. O auditor analisou a operação e avaliou que os juros e o ajuste a valor de mercado foram reconhecidos, ambos, no resultado do exercício. Verificou também que a empresa tinha por modelo de negócios manter o título até o vencimento.

Nessa situação, na ocasião da auditoria, o auditor deveria ter recomendado que

- A os lançamentos contábeis fossem revisados, pois conforme o modelo de negócio da entidade, apenas os juros devem ser registrados no resultado.
- B os lançamentos contábeis fossem revisados, pois conforme o modelo de negócio da entidade, os juros devem ser registrados em outros resultados abrangentes.
- C os lançamentos contábeis fossem revisados, pois conforme o modelo de negócio da entidade, o ajuste a valor de mercado deve ser diferido em obrigações exigíveis em longo prazo.
- D os lançamentos contábeis fossem revisados, pois conforme o modelo de negócio da entidade, os juros e o ajuste a valor de mercado devem ser registrados em outros resultados abrangentes.
- E os lançamentos contábeis fossem revisados, pois conforme o modelo de negócio da entidade, os juros devem ser registrados em outros resultados abrangentes, ao passo que o ajuste a valor de mercado deverá ser lançado no resultado.

**Auditoria das Demonstrações Contábeis**

Orienta o aluno na análise das operações contábeis efetuadas nas empresas, verificando se foram elaboradas segundo os princípios e as Normas Brasileiras de Contabilidade.

### Questão 21

Uma sociedade empresária que atua no ramo de comércio de combustíveis e que optou por realizar a tributação de seu resultado por meio da sistemática do Lucro Presumido, apresentou os seguintes dados referentes ao primeiro trimestre de 2018:

Receita com venda de gasolina	R\$ 500 000,00
Descontos Incondicionais Concedidos sobre a venda de gasolina	R\$ 10 000,00
Descontos Condicionais (financeiros) sobre a venda de gasolina	R\$ 5 000,00
Receita com venda de mercadorias (loja de conveniência)	R\$ 250 000,00
ICMS sobre vendas de mercadorias (loja de conveniência)	R\$ 45 000,00
Receita com prestação de serviços (serviços de lavagem de carro)	R\$ 50 000,00
Ganho na venda de Ativo Não Circulante (imobilizado)	R\$ 30 000,00
Juros ativos	R\$ 5 000,00
Juros passivos	R\$ 3 000,00

Sabendo-se que a legislação tributária prevê que os índices para o cálculo do lucro presumido são de 1,6% sobre a venda de combustíveis, de 8% sobre a venda de mercadorias e de 32% sobre a prestação de serviços, é correto afirmar que o valor total devido de Imposto de Renda (aliquota básica de 15% mais adicional de 10%) para o primeiro trimestre de 2018 é de

- A R\$ 11 876,00
- B R\$ 12 790,00
- C R\$ 13 690,00
- D R\$ 13 710,00
- E R\$ 19 710,00

### Contabilidade e Planejamento Tributário

Estuda as linguagens emanadas do ordenamento tributário e das práticas de negócio com vistas a prove a empresa com atitudes responsáveis no trato dos aspectos tributários, planejando os tributos no limite da lei.

**Questão 22**

A empresa Alfa apresentou os seguintes dados contábeis:

- capital de terceiros: R\$ 40 000,00;
- capital próprio: R\$ 60 000,00;
- lucro operacional antes da despesa de juros: R\$ 3 200,00;
- custo médio de capital de terceiros: 5,00%;
- retorno sobre os ativos: 3,20%;
- retorno sobre o patrimônio líquido: 2,00%.

Com base nos dados apresentados, avalie as afirmações a seguir.

- I. A empresa Alfa apresentou alavancagem financeira de seu patrimônio líquido com a utilização de capital de terceiros.
- II. Essa empresa teria obtido uma alavancagem financeira de seu patrimônio líquido no valor de R\$ 80,00 se o custo do capital de terceiros tivesse sido de 2%.
- III. A empresa Alfa não terá dificuldade para obter novos empréstimos bancários, quanto ao aspecto de endividamento, caso se considere que o índice de endividamento aceito pelo sistema bancário é de 1.

É correto o que se afirma em

- A** I, apenas.
- B** II, apenas.
- C** I e III, apenas.
- D** II e III, apenas.
- E** I, II, III.

**Contabilidade Gerencial**

Aplica as técnicas contábeis adquiridas em estágios anteriores do processo contábil, reprocessando os dados obtidos na contabilidade societária, suprimindo a administração com informações úteis para a tomada de decisões gerenciais.

### Questão 23

Na Tabela 1, apresentam-se alguns valores apurados nas demonstrações contábeis de determinada empresa nos anos de 2016 e 2017.

Tabela 1 – Valores das demonstrações contábeis da empresa

Demonstrações contábeis	Valores (R\$)	
	2016	2017
Ativo Circulante (AC)	1 000,00	1 200,00
Passivo Circulante (PC)	1 500,00	1 500,00
Passivo Não Circulante (PNC)	300,00	100,00
Patrimônio Líquido (PL)	200,00	400,00
Receita Líquida (RL)	10 000,00	10 200,00
Lucro Líquido (LL)	1 500,00	1 700,00

Na Tabela 2, mostra-se o comportamento dos índices de liquidez corrente, da participação no capital de terceiros e da margem líquida dessa empresa, nos referidos anos.

Tabela 2 – Índices calculados pela empresa

	Fórmula para cálculo do índice	Índice	
		2016	2017
Liquidez Corrente	AC/PC	0,667	0,800
Participação do Capital de Terceiros	$(PC+PNC)/(PC+PNC+PL)$	0,900	0,800
Margem Líquida	LL/RL	0,150	0,167

Com base nas tabelas apresentadas, avalie as afirmações a seguir.

- I. O aumento das vendas da empresa explica o aumento no índice de margem líquida.
- II. O aumento nos valores apurados pelo capital próprio explica o aumento no índice de liquidez corrente.
- III. A diminuição das dívidas de longo prazo explica a diminuição no índice de participação no capital de terceiros.

É correto o que se afirma em

- A I, apenas.
- B II, apenas.
- C I e III, apenas.
- D II e III, apenas.
- E I, II e III.

### Análise de Demonstrações Contábeis

Verifica a partir da análise das demonstrações: balanço patrimonial e demonstração do resultado do exercício, um conjunto de informações econômicas e financeiras que proporcionam a possibilidade de tomada de decisões de investimentos por parte do público interno ou externo à empresa.

**Questão 24**

Os dirigentes de uma empresa que industrializa máquinas para o setor calçadista pretendem aumentar a oferta de novos equipamentos. Atualmente todos os controles operacionais da empresa são executados de forma manual, havendo muito pouca interação entre os setores. Os diretores acreditam que investimentos em recursos tecnológicos poderiam proporcionar bons resultados para a empresa, principalmente com o aumento das atribuições de cada departamento, que ocorrerá a partir da oferta de novos produtos.

Considerando essa situação, avalie as asserções a seguir e a relação proposta entre elas.

- I. A implantação de um programa ERP (*enterprise resource planning*) nessa empresa contribuirá para a agilidade e a eficácia no planejamento, no controle e na tomada de decisão.

**PORQUE**

- II. O programa ERP, dispondo da tecnologia necessária ao armazenamento e ao fluxo das informações de negócios, permitirá a integração entre os departamentos da empresa.

A respeito dessas asserções, assinale a opção correta.

- A As asserções I e II são proposições verdadeiras, e a II é uma justificativa correta da I.  
 B As asserções I e II são proposições verdadeiras, mas a II não é uma justificativa correta da I.  
 C A asserção I é uma proposição verdadeira, e a II é uma proposição falsa.  
 D A asserção I é uma proposição falsa, e a II é uma proposição verdadeira.  
 E As asserções I e II são proposições falsas.

**Sistemas de Informações Contábeis**

Estuda a utilização dos Sistemas de Informação (SI) especialmente os SI informatizados que são de apoio à operação, à gestão e às decisões, como importantes ferramentas para a sua atividade profissional.



<p style="text-align: center;"><b>Questão 25</b></p> <p>A convergência das normas brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (CASP) às normas internacionais dessa área resultou em muitos benefícios para o setor, destacando-se a possibilidade de acesso a informações relevantes para a tomada de decisão, o registro e acompanhamento do patrimônio, a melhoria no processo de prestação de contas, a gestão de custos e de recursos públicos bem como a sua simplificação.</p> <p>Considerando a convergência das referidas normas, avalie as afirmações a seguir.</p> <ol style="list-style-type: none"> <li>I. Por ser um ramo da ciência contábil, a CASP aplica os princípios fundamentais da Contabilidade e as normas contábeis vigentes ao controle do patrimônio público.</li> <li>II. De acordo com a CASP, são objetos da contabilidade pública o patrimônio, o orçamento, os atos administrativos e as companhias de economia mista.</li> <li>III. O campo de aplicação da CASP abrange as entidades que compõem a administração pública direta e a indireta.</li> <li>IV. A função social da CASP deve refletir o ciclo operacional da administração pública centralizada, evidenciando informações necessárias para melhor controle social.</li> </ol> <p>É correto apenas o que se afirma em</p> <ol style="list-style-type: none"> <li><b>A</b> I.</li> <li><b>B</b> II.</li> <li><b>C</b> I e III.</li> <li><b>D</b> II e IV.</li> <li><b>E</b> III e IV.</li> </ol>	<p style="text-align: center;"><b>Contabilidade Governamental</b></p> <p>Analisa o processo de elaboração orçamentária da administração pública municipal, estadual ou federal. Norteia a execução do orçamento por meio da classificação das receitas e despesas públicas, de acordo com NBC TSP. – Normas Brasileiras de Contabilidade Técnica do Setor Público.</p>
<p style="text-align: center;"><b>Questão 26</b></p> <p>O auditor tem por objetivo emitir relatório com opinião acerca da adequação das demonstrações financeiras de uma entidade. Para a emissão da sua opinião, ele deverá fundamentar-se nos denominados papéis de trabalho, que atendem às normas de auditoria e acumulam provas necessárias para suportar seu parecer. Esses papéis classificam-se em correntes e permanentes.</p> <p>A partir dessas informações, um exemplo de papel de trabalho é o de</p> <ol style="list-style-type: none"> <li><b>A</b> imobilizado.</li> <li><b>B</b> revisão analítica.</li> <li><b>C</b> patrimônio líquido.</li> <li><b>D</b> caixa e banco conta movimento.</li> <li><b>E</b> manuais de procedimentos internos.</li> </ol>	<p style="text-align: center;"><b>Auditoria das Demonstrações Contábeis</b></p> <p>Orienta o aluno na análise das operações contábeis efetuadas nas empresas, verificando se foram elaboradas segundo os princípios e as Normas Brasileiras de Contabilidade.</p>

### Questão 27

A Cia. Salamanca, sociedade empresária do ramo alimentício, apresentou os seguintes demonstrativos contábeis no encerramento do exercício de X1:

BALANÇO PATRIMONIAL					
ATIVO			PASSIVO		
	X0	X1		X0	X1
Caixa	R\$ 5 100,00	R\$ 720,00	Fornecedores	R\$ 5 700,00	R\$ 7 300,00
Duplicatas a Receber	R\$ 3 200,00	R\$ 4 800,00	Imposto de Renda a Pagar	R\$ 400,00	R\$ 330,00
(-) Estimativa de Perda com Crédito de Liquidação Duvidosa (PECLD)	(R\$ 300,00)	(R\$ 500,00)	Salários a Pagar	R\$ 900,00	R\$ 1 000,00
Estoques	R\$ 4 000,00	R\$ 4 800,00	Empréstimos	R\$ 3 900,00	R\$ 3 500,00
Dividendos a Receber	R\$ 0,00	R\$ 1 600,00	Total do Passivo Circulante	R\$ 10 900,00	R\$ 12 130,00
Despesas Antecipadas	R\$ 500,00	R\$ 200,00			
Total do Ativo Circulante	R\$ 12 500,00	R\$ 11 620,00	Empréstimos	R\$ 4 700,00	R\$ 5 000,00
			Total do Passivo Não Circulante	R\$ 4 700,00	R\$ 5 000,00
Duplicatas a Receber	R\$ 0,00	R\$ 1 600,00			
Investimentos Cia. Azul	R\$ 4 400,00	R\$ 6 200,00	Capital	R\$ 8 900,00	R\$ 10 100,00
Máquinas	R\$ 15 000,00	R\$ 13 500,00	Reservas de Lucros	R\$ 5 400,00	R\$ 5 090,00
(-) Depreciação Acumulada	(R\$ 2 000,00)	(R\$ 600,00)	Total do Patrimônio Líquido	R\$ 14 300,00	R\$ 15 190,00
Total do Ativo Não Circulante	R\$ 17 400,00	R\$ 20 700,00			
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>R\$ 20 000,00</b>	<b>R\$ 22 320,00</b>	<b>TOTAL DO PASSIVO</b>	<b>R\$ 20 000,00</b>	<b>R\$ 22 320,00</b>

### Contabilidade Avançada

Possibilita a compreensão das evidenciações dos relatórios emanados da contabilidade, os quais compreendem os vários aspectos das reorganizações societárias ocorridas nos processos de fusão, cisão e incorporação, bem como das novas tendências de relatórios necessários para atender as melhores práticas de governança corporativa.



DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO – X1	
Receita Operacional Líquida	R\$ 8 000,00
(-) Custo das Mercadorias Vendidas	(R\$ 3 250,00)
(=) Lucro Bruto	R\$ 4 750,00
(-) Despesas Administrativas	(R\$ 480,00)
(-) Despesas com Salários	(R\$ 1 000,00)
(-) Despesas com PECLD	(R\$ 450,00)
(-) Perdas com Clientes	(R\$ 180,00)
(-) Despesas com Depreciação	(R\$ 1 350,00)
(-) Despesas Financeiras	(R\$ 600,00)
(+) Receita com Dividendos	R\$ 1 600,00
(-) Prejuízo na Venda de Imobilizado	(R\$ 300,00)
(=) Lucro antes do Imposto de Renda	R\$ 1 990,00
(IR)/Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL)	
(-) IR/CSLL sobre o Lucro	(R\$ 330,00)
(=) Lucro Líquido	R\$ 1 660,00

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA – MÉTODO DIRETO	
	<b>X1</b>
Fluxos de caixa das atividades operacionais	
Fluxos de caixa das atividades de investimento	
Fluxos de caixa das atividades de financiamento	
Variação líquida de caixa e equivalentes de caixa	
CONCILIAÇÃO DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período	R\$ 720,00
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	(R\$ 5 100,00)
Redução líquida de caixa e equivalentes de caixa	(R\$ 4 380,00)

Informações adicionais:

- o investimento da Cia. Azul está sendo avaliado pelo método de custo;
- as máquinas estão sendo depreciadas linearmente a 10% a.a.;
- em 30/06/X1, todas as máquinas foram vendidas, com recebimento à vista;
- as despesas financeiras foram integralmente pagas no período;
- no mês de janeiro de X1, foram transferidos R\$ 470,00 de empréstimos a longo prazo para a conta empréstimos a curto prazo,
- no mês de setembro de X1, foram realizados pagamentos de R\$ 870,00 dos empréstimos contraídos;
- no transcorrer do ano de X1, foi realizado um aumento de capital em dinheiro, no valor de R\$ 600,00.

Considerando o que dispõe o CPC03 – Demonstração dos Fluxos de Caixa – e a análise das demonstrações e informações adicionais apresentadas pela Cia. Salamanca, assinale a opção que apresenta a apuração do saldo da ATIVIDADE DE INVESTIMENTO da Demonstração do Fluxo de Caixa da Cia. Salamanca, em X1.

- A** (R\$ 1 530,00)
- B** (R\$ 1 550,00)
- C** (R\$ 1 870,00)
- D** (R\$ 3 350,00)
- E** (R\$ 3 650,00)

### Questão 28

O Pronunciamento Contábil CPC 29 estabelece o tratamento contábil e as respectivas divulgações referentes aos ativos biológicos e aos produtos agrícolas. São os conceitos estabelecidos nessa normativa:

- produção agrícola é o produto colhido de ativo biológico da entidade;
- ativo biológico é um animal e/ou uma planta, vivos;
- transformação biológica compreende os processos de crescimento, de degeneração, de produção e de procriação que causam mudanças qualitativa e quantitativa no ativo biológico.

Disponível em: <<http://www.cpc.org.br/CPC/Documentos-Emitidos/Pronunciamentos/Pronunciamento?id=60>>.

Acesso em: 16 jul. 2018 (adaptado).

A partir desses conceitos estabelecidos pelo CPC 29, avalie as afirmações a seguir.

- I. Entende-se por ativos biológicos o conjunto de animais ou plantas vivos bem como os produtos agrícolas derivados desse conjunto.
- II. O valor residual é uma forma de se considerar, no cálculo da depreciação, o valor estimado a ser recuperado ao final da vida útil do bem com sua venda.
- III. O gado bovino de engorda para comercialização (12 a 24 meses), devido ao seu estado de longa maturação, é classificado no ativo não circulante como ativo biológico.
- IV. O queijo, o salame, o presunto e o vinho são exemplos de produtos resultantes da transformação biológica.

É correto apenas o que se afirma em

- A I e III.
- B I e IV.
- C II e IV.
- D I, II e III.
- E II, III e IV.

### Contabilidade Avançada

Possibilita a compreensão das evidenciações dos relatórios emanados da contabilidade, os quais compreendem os vários aspectos das reorganizações societárias ocorridas nos processos de fusão, cisão e incorporação, bem como das novas tendências de relatórios necessários para atender as melhores práticas de governança corporativa.

**Questão 29**

Uma companhia aberta obteve lucro de R\$ 200 000,00 em 31/12/2017, e sua diretoria propôs ao responsável pela área contábil deixar esse valor no balanço patrimonial da empresa, na conta de Lucros Acumulados.

Nessa situação, o profissional da contabilidade deve

- A** acatar a proposta da diretoria sem tecer comentários a esse respeito.
- B** informar à diretoria que tal procedimento é correto e que está amparado na legislação societária.
- C** informar à diretoria que a auditoria dará prazo de doze meses para que a conta Lucros Acumulados fique com saldo zerado.
- D** alertar a diretoria de que os acionistas poderão reclamar da não distribuição de dividendos segundo previsão na legislação fiscal.
- E** esclarecer a diretoria sobre o fato de que a conta Lucros Acumulados não pode constar no balanço patrimonial das companhias abertas e de que seu saldo deve ser totalmente destinado.

**Contabilidade Avançada**

Possibilita a compreensão das evidenciações dos relatórios emanados da contabilidade, os quais compreendem os vários aspectos das reorganizações societárias ocorridas nos processos de fusão, cisão e incorporação, bem como das novas tendências de relatórios necessários para atender as melhores práticas de governança corporativa.

**Questão 30**

Durante auditoria em uma organização do setor de varejo, um auditor interno encontrou indícios de um desvio de aproximadamente R\$ 300 000,00 em materiais, o que apontava para provável ocorrência de fraude. O desvio não havia sido detectado anteriormente porque o diretor do almoxarifado tinha registrado o recebimento dos materiais no inventário permanente da organização e, em seguida, encaminhado o relatório para o departamento de contas a pagar para processamento.

Considerando a situação descrita, assinale a opção que apresenta o procedimento que, provavelmente, teria levado à descoberta da fraude e dos materiais em falta.

- A** Elaboração de um inventário físico e confronto da quantidade de materiais apurada neste com uma amostra aleatória dos pedidos de materiais, para verificação de eventuais diferenças e investigação de suas causas.
- B** Elaboração de um inventário físico e reconciliação dos valores que constam no estoque com os registros que constam no inventário permanente, para verificação de eventuais diferenças e investigação de suas causas.
- C** Seleção de uma amostra aleatória dos registros de vendas e confronto destes com os registros que constam no inventário permanente, para verificar se o material estava em estoque e investigar as causas de quaisquer diferenças.
- D** Seleção de uma amostra aleatória de relatórios de recebimento de materiais e comparação desses relatórios com os registros que constam no inventário permanente, para verificação de eventuais diferenças e investigação por tipo de produto.
- E** Seleção de uma amostra aleatória dos pedidos de materiais e confronto destes com o relatório de recebimento e com os registros que constam nos relatórios do departamento de contas a pagar, para verificação de eventuais diferenças e investigação de suas causas.

**Auditoria das Demonstrações Contábeis**

Orienta o aluno na análise das operações contábeis efetuadas nas empresas, verificando se foram elaboradas segundo os princípios e as Normas Brasileiras de Contabilidade.

**Questão 31**

Benefícios de aposentadoria têm sido uma remuneração complementar que algumas entidades oferecem a seus colaboradores como forma de incentivá-los a se dedicarem à obtenção de resultados favoráveis à entidade. Com finalidade de padronizar os eventos relacionados a benefícios de aposentadorias, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis emitiu, em 2009, o CPC 33 – benefícios a empregados.

Considerando esse contexto, avalie as afirmações a seguir.

- I. De acordo com o CPC 33, são benefícios de curto prazo: ordenados, salários, licenças remuneradas e benefícios de assistência médica, moradia, carro para empregados atuais, desde que sejam integralmente liquidados em até doze meses após o período a que se refere as demonstrações contábeis em que os empregados prestarem os respectivos serviços.
- II. O determinado plano de contribuição definida, constante no CPC 33, consiste em planos de que o colaborador participa com finalidade de obter benefícios pós-emprego, não tendo obrigação legal e construtiva de pagar contribuições para déficits atuais ou passados.
- III. Segundo o CPC 33, os ganhos e perdas atuariais constituem mudanças no valor presente da obrigação de benefício definido resultantes de ajustes pela experiência, e de efeitos das mudanças nas premissas atuariais.

É correto o que se afirma em

- A I, apenas.
- B II, apenas.
- C I e III, apenas.
- D II e III, apenas.
- E I, II e III.

**Matemática Financeira**

Estuda os conceitos, as definições e as técnicas fundamentais de cálculos financeiros para sua correta aplicação nas transações financeiras, proporcionando aos alunos condições de utilização e avaliação dessas técnicas.



**Questão 32**

Considerando o estabelecido no Código de Ética Profissional do Contador, avalie as afirmações a seguir.

- I. Se os diretores de uma empresa determinarem ao contador que não registre um passivo ambiental no ano corrente porque isso afetará o processo de obtenção de uma licença ambiental pela empresa, o contador deve acatar a determinação, com a ressalva de que ele possa estornar o lançamento no ano seguinte.
- II. Um contador que rescinde o contrato de prestação de serviços contábeis dada a inadimplência de seu cliente, e que se nega a atender a solicitação de informações feita pelo novo contador do cliente, argumentando que só as fornecerá após receber os honorários a ele devidos, age de acordo com o estabelecido no referido código profissional.
- III. Um contador que anuncia seus serviços em uma revista de negócios, enaltecendo as próprias qualificações profissionais e acadêmicas e citando alguns nomes importantes de sua carteira de clientes, adota conduta amparada no código de ética de sua profissão.
- IV. De acordo com o código de ética da profissão, é permitido a um contador aceitar prestar serviços contábeis a uma empresa que explora a atividade de produção e distribuição de filmes eróticos adultos.

É correto o que se afirma em

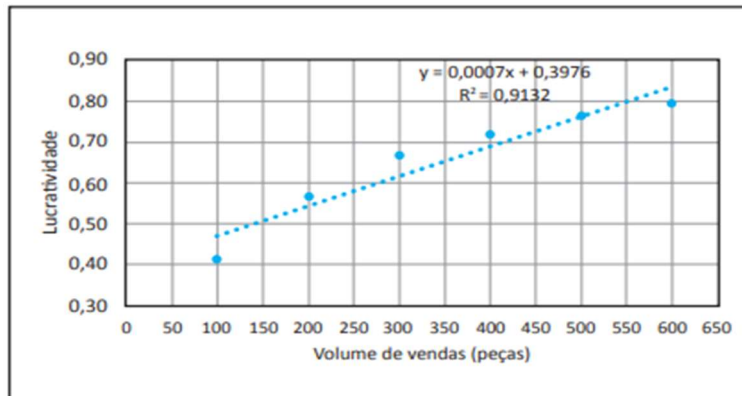
- A** I e II, apenas.
- B** I e IV, apenas.
- C** II e III, apenas.
- D** III e IV, apenas.
- E** I, II, III e IV.

**Ética Profissional em Ciências Contábeis**

Aborda o código de ética profissional do Contador correlacionando com exemplos do cotidiano para uma melhor interpretação dos conceitos morais e éticos inerentes ao exercício da profissão.

### Questão 33

Uma empresa criou um produto para ser lançado no mercado e, para tanto, foi realizado um estudo de mercado que indicou a demanda estimada entre 100 e 600 unidades de produto por mês. De posse dessas informações, o pessoal do departamento de custos da empresa calculou a lucratividade esperada da venda do produto, conforme volume de vendas, traçou a linha de tendência a partir da equação de regressão e calculou o R-quadrado, obtendo os dados e o gráfico a seguir.



O departamento de marketing da empresa avaliou que a demanda pelo produto é sazonal, estando a expectativa de vendas, nos meses de baixa demanda, próxima de 150 unidades e, nos meses de alta demanda, em aproximadamente 550 unidades. O preço de venda operado pela empresa em qualquer dos cenários será de R\$ 6,00.

A respeito dessa situação hipotética, avalie as afirmações a seguir.

- I. Nos meses de alta demanda, segundo a previsão do departamento de marketing da empresa, espera-se uma lucratividade de 80%.
- II. Nos meses de baixa demanda, segundo a previsão do departamento de marketing da empresa, espera-se uma lucratividade de 40%.
- III. Nos meses de alta demanda, segundo a previsão do departamento de marketing da empresa, o lucro líquido da empresa será de R\$ 3 300,00.
- IV. O R-quadrado indica que a correlação entre as variáveis é significativa.

É correto apenas o que se afirma em

- A** I e III.
- B** I e IV.
- C** II e III.
- D** I, II e IV.
- E** II, III e IV.

### Estadística Econômica

Estuda a estatística descritiva: população, amostra variável, atributo. Apresenta o método de amostragem Estudo da representação gráfica. Trata da distribuição de frequências. Médias. Medidas de Dispersão e de Assimetria. Estuda números-índices, deflator Apresenta as medidas de desigualdade.

### Questão 34

Na tabela a seguir, apresentam-se dados contábeis de uma indústria de brinquedos que fabrica três produtos diferentes.

ITEM	PRODUTOS		
	X	Y	Z
Preço de Venda unitário	R\$ 80,00	R\$ 120,00	R\$ 90,00
Custo Variável unitário	R\$ 30,00	R\$ 10,00	R\$ 20,00
Despesa Variável unitária	R\$ 5,00	R\$ 30,00	R\$ 20,00
Custos Fixos rateados por unidade	R\$ 13,00	R\$ 36,00	R\$ 4,00

A diretoria dessa indústria projetou, em seu orçamento, as quantidades de produtos a ser produzidas no ano seguinte, apresentadas na tabela a seguir.

Produto	Quantidade a ser produzida	Tempo necessário para fabricação	Tempo por unidade
X	30 000 unidades	30 000 horas	1 hora
Y	20 000 unidades	40 000 horas	2 horas
Z	25 000 unidades	50 000 horas	2 horas
TOTAL		120 000 horas	

Para produzir a quantidade prevista, a indústria precisaria ter, no mínimo, 120 000 horas, porém sua capacidade máxima é de 100 000 horas. Em vista da limitação da capacidade de produção, a decisão tomada pela diretoria da empresa foi diminuir a quantidade de produção do produto que estivesse dando menor resultado. Para a tomada de decisão, a empresa pretende utilizar a Margem de Contribuição.

Caso a diretoria da empresa adote, para tomada de decisão, a margem de contribuição unitária por fator limitante (horas de produção), a ordem de prioridade para a produção de X, Y e Z e o resultado de cada produto serão, respectivamente,

- A** produto X = R\$ 45,00, produto Y = R\$ 40,00, produto Z = R\$ 25,00.
- B** produto X = R\$ 32,00, produto Z = R\$ 23,00, produto Y = R\$ 22,00.
- C** produto Y = R\$ 55,00, produto X = R\$ 50,00, produto Z = R\$ 35,00.
- D** produto Y = R\$ 80,00, produto Z = R\$ 50,00, produto X = R\$ 45,00.
- E** produto Z = R\$ 46,00, produto Y = R\$ 44,00, produto X = R\$ 32,00.

### Gerenciamento de Custos

Estuda os custos gerenciais com o intuito de aplicá-los para fornecer informações úteis para a administração contempla as análises de desempenho por intermédio da verificação e gestão do custeio por absorção ; custeio direto e variável, padrões de custos orçados ; custos realizados, e formação de preços.



### Questão 35

Balanço Patrimonial da Cia. Alfa no exercício findo em 31/12/X9 em R\$

ATIVO	X8	X9	PASSIVO	X8	X9
<b>CIRCULANTE</b>	<b>8 000,00</b>	<b>6 500,00</b>	<b>CIRCULANTE</b>	<b>6 000,00</b>	<b>5 000,00</b>
Caixa e Bancos conta corrente	1 000,00	1 200,00	Salários a Pagar	3 000,00	2 300,00
Contas a Receber	2 000,00	1 300,00	Contas a Pagar	1 000,00	1 300,00
Estoques	5 000,00	4 000,00	Empréstimos	2 000,00	1 400,00
<b>NÃO CIRCULANTE</b>	<b>72 000,00</b>	<b>83 500,00</b>			
Realizável a Longo Prazo	3 000,00	2 500,00	<b>NÃO CIRCULANTE</b>	<b>14 000,00</b>	<b>15 000,00</b>
Investimentos	6 000,00	8 000,00	Exigível Longo Prazo	14 000,00	15 000,00
Imobilizado	40 000,00	46 000,00			
Intangíveis	23 000,00	27 000,00	<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>60 000,00</b>	<b>70 000,00</b>
<b>TOTAL</b>	<b>80 000,00</b>	<b>90 000,00</b>	<b>TOTAL</b>	<b>80 000,00</b>	<b>90 000,00</b>

Com base na Análise vertical e horizontal e na Análise dos indicadores de liquidez do Balanço Patrimonial apresentado, avalie as afirmações a seguir acerca do que se verifica em X9.

- I. A conta de Empréstimos diminuiu 30%.
- II. O total das Origens de Recursos aumentou 16,67%.
- III. O CCL – Capital Circulante Líquido – é de R\$ 1 500,00.
- IV. O ILS – Índice de Liquidez Seca – é de 0,50.
- V. O ILC – Índice de Liquidez Corrente – é de 1,23.
- VI. O ILG – Índice de Liquidez Geral – é de 0,55.

É correto apenas o que se afirma em

- A I, II e VI.
- B I, III e IV.
- C II, V e VI.
- D I, III, IV e V.
- E II, III, IV, V e VI.

### Análise de Demonstrações Contábeis

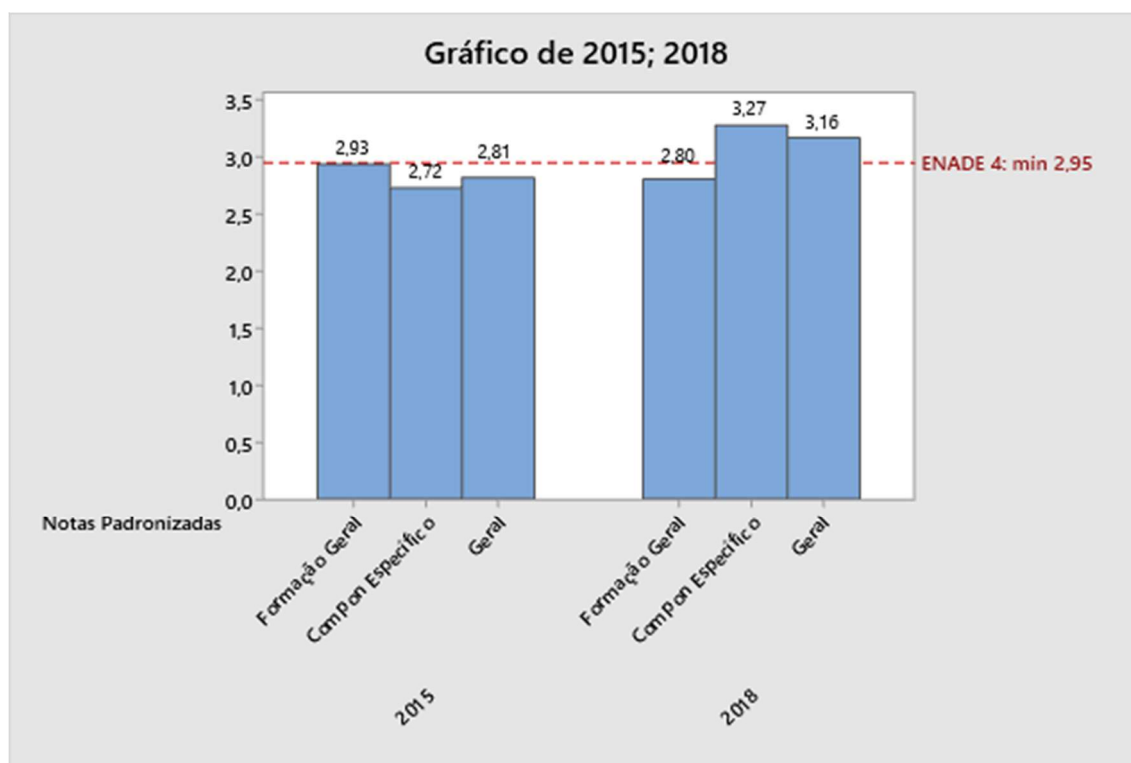
Verifica a partir da análise das demonstrações: balanço patrimonial e demonstração do resultado do exercício, um conjunto de informações econômicas e financeiras que proporcionam a possibilidade de tomada de decisões de investimentos por parte do público interno ou externo à empresa.

Na avaliação comparativa do desempenho dos estudantes no Enade 2018 em relação ao Enade 2015, verificam-se alterações de um ciclo para o outro, observa-se uma redução no percentual de participantes em relação ao número de candidatos inscritos. Em 2015, apenas 77% dos inscritos realizaram as provas; em 2018, esse índice caiu para 64%.

A princípio, olhando nominalmente cada indicador, o desempenho dos estudantes de 2018 nas provas são notavelmente inferiores, inclusive para todas as regiões brasileiras. Talvez a mudança de metodologia e/ou os componentes estatísticos sejam responsáveis por isso. No entanto, relativamente às médias do estado de São Paulo, Grande Região e Brasil, o desempenho do aluno PUC-CAMPINAS é superior.

A Nota Bruta de Formação Geral decresceu 19,02%, passando de 53,81 em 2015 para 40,54 em 2018; a Nota Bruta de Componente Específico aumentou em 1,45%, passando de 41,38, em 2015, para 41,98 em 2018.

A queda geral dos indicadores reflete no desempenho inferior desse conjunto de indicadores brutos, ocasionando numa piora das Notas Padronizadas, que refletem o desempenho comparativo superior do Curso de Ciências Contábeis da PUC-Campinas em relação à Média Nacional da Área de Ciências Contábeis. A Nota Padronizada de Formação Geral caiu 4,13, passando de 2,93, em 2015, para 2,80 em 2018; a Nota Padronizada de Componente Específico aumentou 20,58%, passando de 2,72 em 2015 para 3,27 em 2018; a Nota Padronizada Geral aumentou 12,19%, passando de 2,81 em 2015, para 3,16 em 2018, como ilustra o Gráfico 51.

**Gráfico 51** - Análise comparativa Conceito Enade 2015 e 2018

Fonte: Inep – organizado pelo pesquisador

Destaque-se que a Nota Padronizada Geral (3,16), obtida em 2018, deixou o Curso com Conceito ENADE 4 (Faixa 2,95 a 3,94).

Reafirma-se que tal melhoria possa ter sido consequência das ações empreendidas pelo CEA e pela Faculdade, como já anteriormente comentado.

### 3.1.3.5 Comparação do CPC 2018 em relação ao CPC 2015, análise das alterações no desempenho de um ciclo para o outro

Os resultados do ciclo 2018 do Enade foram muito bons, a partir do crescimento de 33,3% no indicador CPC Faixa Resultado 4 no curso desenvolvido no *Campus I* da PUC-Campinas e 50,0% no *campus II* da mesma instituição. A seguir apresentamos uma análise comparativa entre os resultados de 2015 e 2018 do *Campus I*, os quais revelam um crescimento de 4,54% no CPC Contínuo (2,37 em 2015, para 2,47 em 2018).

A análise dessa curva exige a decomposição dos insumos utilizados pelo INEP para a composição do CPC. No ano de 2018, a composição do CPC era decorrente de três dimensões: desempenho dos estudantes, corpo docente do curso e informações sobre a infraestrutura e os recursos pedagógicos do curso recolhidas com os estudantes participantes da prova por meio das respostas fornecidas por eles no Questionário do Estudante. A composição do CPC manteve-se, ou seja, utilizaram-se as sete medidas de qualidade, ponderadas da seguinte maneira:

- Desempenho dos Estudantes (55%): composta pelos componentes: nota dos concluintes no Enade (20%) e nota do indicador de diferença entre os desempenhos observado e esperado (35%).

- Corpo Docente (30%): composta pelos componentes: nota de professores mestres (7,5%); nota de professores doutores (15%); e nota de professores com regime de dedicação integral ou parcial (7,5%).

- Percepção Discente: composta pelos componentes: nota referente à organização didático-pedagógica (7,5%) e nota referente à infraestrutura (7,5%).

Em 2018, foram mantidas as ponderações observadas em 2015, manutenção das três dimensões básicas já existentes, bem como do peso ponderado entre elas na composição do CPC. A Dimensão Percepção do Discente sobre a prova foi decomposta em três categorias, e não em duas, como em 2012, alterando-se, por consequência, a maneira de compor esse indicador, como se apresenta a seguir:

- 1) Dimensão Desempenho dos Estudantes (55%): composta pelos componentes: nota dos concluintes no Enade (20%) e nota do indicador da diferença entre os desempenhos observado e esperado (35%).

- 2) Dimensão Corpo Docente (30%): composta pelos componentes: nota de proporção de mestres (7,5%); nota de proporção de doutores (15%); e nota de regime de trabalho (7,5%).

- 3) Dimensão Percepção Discente sobre as Condições do Processo Formativo: composta pelos componentes: nota referente à organização didático-pedagógica (7,5%), nota referente à infraestrutura e instalações físicas (5%) e nota referente às oportunidades de ampliação da formação acadêmica e profissional (2,5%).

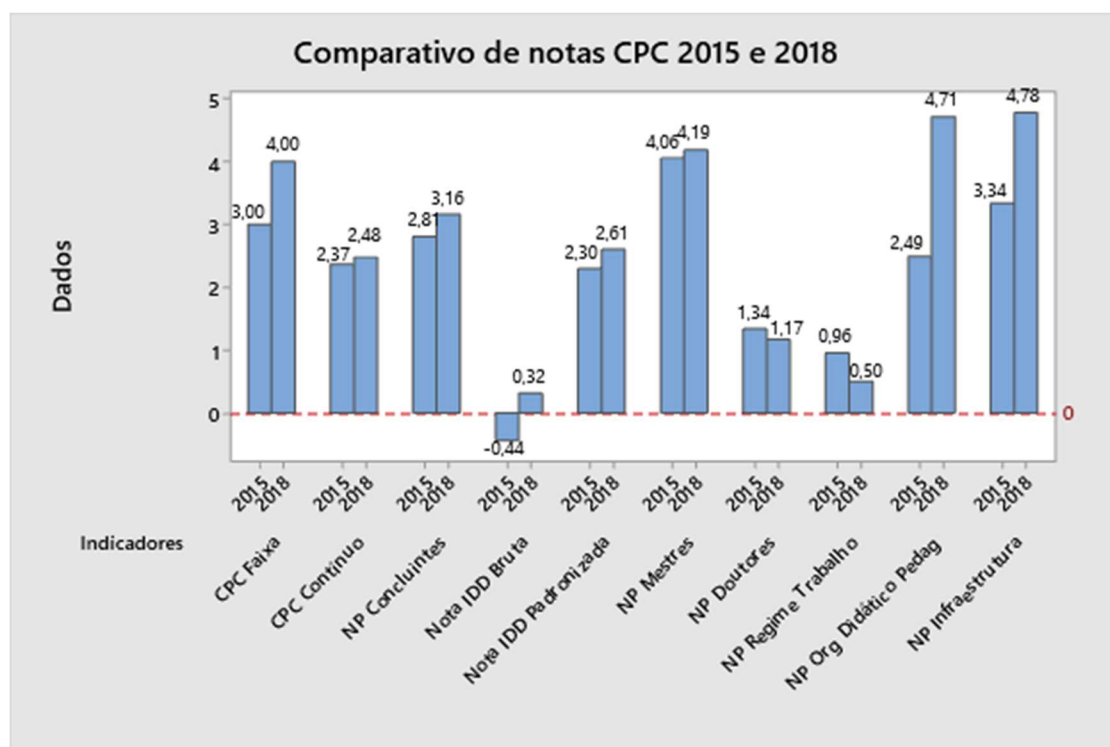
O Quadro 15 revela as notas do conjunto desses indicadores do CPC, referentes ao Curso de Ciências Contábeis nos anos de 2015 e 2018 e suas respectivas evoluções:

QUADRO 15 – COMPARATIVO DE NOTAS DO CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS, CAMPUS I

Indicadores	2015	2018	Evolução %
CPC Faixa	3	4	33,33
CPC Contínuo	2,37	2,47759	4,54
Nota Bruta Concluintes	44,50	ND	-----
Nota Padronizada Concluintes	2,81	3,15651	12,33
Nota IDD Bruta	- 0,44	0,31919	65,7
Nota IDD Padronizada	2,30	2,60542	13,28
Nota Padronizada Mestres	4,06	4,19048	3,21
Nota Padronizada Doutores	1,34	1,16667	-12,94
Nota Padronizada Regime de Trabalho	0,96	0,50	-47,92
Nota Padronizada Organização Didático Pedagógica	2,49	4,70551	88,98
Nota Padronizada de Infraestrutura	3,34	4,78006	43,12
Nota Padronizada Oportunidades Formação Acadêmica	3,20	ND	-----

Fonte: Conceito Enade 2015 e 2018 - Configurado pelo pesquisador

GRÁFICO 52 - COMPARATIVO DAS NOTAS COMPONENTES DO ENADE 2015 E 2018



Fonte: Inep – organizado pelo pesquisador

Como se evidencia no Quadro 15 e Gráfico 52 expostos, a evolução do CPC contínuo do Curso de Ciências Contábeis no ano de 2018, em relação ao ano de 2015, é decorrente das ações promovidas pela Gestão do Curso em parceria com as demais áreas da Universidade.

No entanto, ocorreu um decréscimo na estrutura oferecida ao curso, assim, indicadores relacionados ao corpo docente (- 47,92% no Regime de Trabalho; - 12,94% na qualificação verificada de docentes doutores).

Em continuidade ao processo interno de avaliação (circular PROGRAD 012/2017), a partir dos resultados obtidos no Enade e CPC 2018 verificou-se, mais uma vez, quais as ações possíveis/necessárias a serem desenvolvidas pela Faculdade para melhorar a qualidade do Curso, conforme solicitado pela Pró-Reitoria de Graduação PROGRAD – PUC-Campinas por meio da circular 012/2017.

### **3.1.4 Desempenho no Exame de Suficiência dos concluintes do curso de Ciências Contábeis da PUC – Campinas**

O Sétimo objetivo específico desta pesquisa é apresentado a seguir.

VII - Avaliar o desempenho no Exame de Suficiência do Conselho Federal de Contabilidade dos concluintes do curso de Ciências Contábeis da PUC-Campinas;

A escolha de uma profissão é sempre, de certa forma, um pouco carregada com alguma dose de incerteza, pois isso levará o futuro universitário a tomar uma decisão, que quase sempre é, para a vida toda.

De acordo com as estatísticas do Censo da Educação Superior de 2019, realizado pelo Ministério da Educação, o número de matrículas no curso de graduação de ciências contábeis aumentou 51,88% de 2009 a 2019, estando entre os quatro cursos de graduação mais procurados no Brasil.

Segundo dados de 28 de fevereiro de 2022, fornecidos pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC)<sup>12</sup>, 521.147 profissionais da contabilidade possuem registro ativo no Brasil. São Paulo é o estado com o maior número de profissionais registrados: 151.437, número que corresponde a 29% do total. A maioria das organizações contábeis do país também se concentra no estado de São Paulo. São 23.455, ou 29%, de um total de 80.160 empresas em todo o Brasil.

---

<sup>12</sup> <https://crcsp.org.br/transparencia/> Acesso em: 19 ago. 2022

O Sinaes em 2018 avaliou 1.101 cursos de Ciências Contábeis, conforme relatório dos resultados de conceito Enade<sup>13</sup>, disponibilizado pelo INEP. Nesse rol encontram-se os mais variados níveis de excelência de ensino.

Visando aferir que se os egressos de Ciências Contábeis estão preparados para exercer com dignidade a nobre profissão, o Conselho Federal de Contabilidade estabeleceu a primeira versão de seu exame de suficiência por meio da Resolução CFC nº 853/1999. Em 2000, ocorreu a primeira edição do exame de suficiência, porém foi interrompido em 2004 após 10 edições.

Uma liminar questionava o fato de o exame não ter sido criado por meio de Lei Federal, sendo apenas uma resolução do CFC. A partir de 2010, com a sanção da Lei Federal 12.249/2010, que instituiu a aprovação no exame como requisito básico para obter o registro no Conselho Regional da classe, o Conselho Federal de Contabilidade passou a realizar o exame de suficiência semestralmente em todo o País.

A Tabela 1 mostra o aproveitamento dos futuros e/ou egressos do curso de Ciências Contábeis da PUC-Campinas comparativamente aos percentuais de aprovação no estado de São Paulo assim como no Brasil.

Infelizmente só foi possível obter estes dados a partir de 2017, em virtude da perda da base de dados do Conselho Federal de Contabilidade – CFC. O Gráfico 53 permite ver, então, o desempenho do egresso PUC – Campinas no exame de suficiência 2017 a 2021, primeiros e segundos semestres.

QUADRO 16: PERCENTUAIS DE APROVAÇÃO NO EXAME DE SUFICIÊNCIA

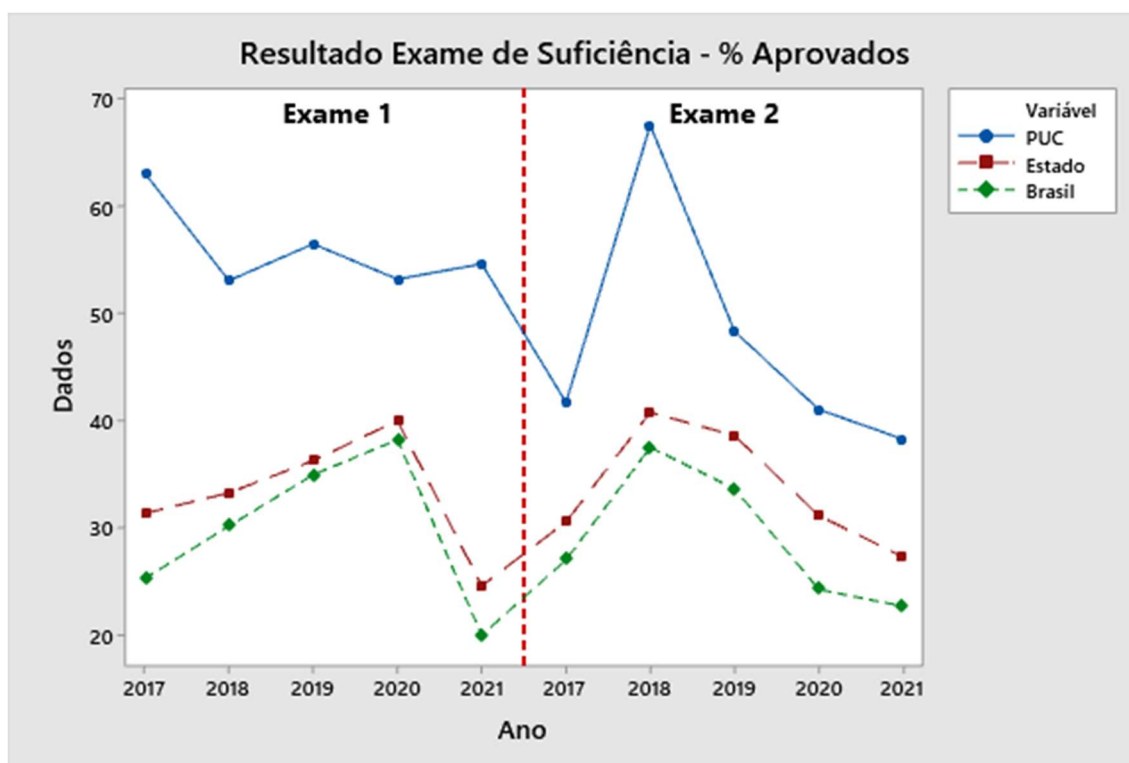
<b>RESULTADOS EXAME DE SUFICIÊNCIA EM</b>						
<b>APROVADOS EM %</b>						
<b>ANO</b>	<b>EXAME 1 PUC</b>	<b>ESTADO</b>	<b>BRASIL</b>	<b>EXAME 2 PUC</b>	<b>ESTADO</b>	<b>BRASIL</b>
<b>2017</b>	<b>63,01</b>	<b>31,33</b>	<b>25,26</b>	<b>41,67</b>	<b>30,55</b>	<b>27,02</b>
<b>2018</b>	<b>53,00</b>	<b>33,25</b>	<b>30,16</b>	<b>67,44</b>	<b>40,73</b>	<b>37,49</b>
<b>2019</b>	<b>56,41</b>	<b>36,25</b>	<b>34,93</b>	<b>48,28</b>	<b>39,58</b>	<b>33,64</b>
<b>2020</b>	<b>53,13</b>	<b>39,98</b>	<b>38,19</b>	<b>41,00</b>	<b>31,13</b>	<b>24,26</b>
<b>2021</b>	<b>54,55</b>	<b>24,60</b>	<b>20,00</b>	<b>38,24</b>	<b>27,28</b>	<b>22,70</b>

13

[https://download.inep.gov.br/educacao\\_superior/indicadores/legislacao/2019/resultados\\_conceito\\_ena\\_de\\_2018.xlsx](https://download.inep.gov.br/educacao_superior/indicadores/legislacao/2019/resultados_conceito_ena_de_2018.xlsx) Acesso em: 19 ago. 2022

Fonte: CFC<sup>14</sup>

**Gráfico 53** - Participação do egresso PUC – Campinas no exame de suficiência 2017 a 2021 primeiros e segundos semestres



Fonte: CFC – organizado pelo pesquisador

Como é possível observar, o egresso da PUC-Campinas, majoritariamente, possui média superior de aproveitamento em relação aos demais egressos do estado de São Paulo e Brasil, considerando que eles contribuem nas mesmas médias observadas.

Tendo em conta os editais do Exame de Suficiência/2012-2015 e 2018, é possível fazer uma comparação com as disciplinas e os componentes curriculares ofertados pelo PPC de Ciência Contábeis da PUC-Campinas (Quadros 17 e 18), em que se concluiu que a Universidade tem preparado adequadamente seu aluno para não só ter um bom resultado nesses exames, mas para, e principalmente, ser um profissional qualificado, habilitado a enfrentar o mercado de trabalho.

<sup>14</sup> <https://cfc.org.br/registo/exame-de-suficiencia/relatorios-estatisticos-do-exame-de-suficiencia/>  
Acesso em 23 mar.2022



QUADRO 17 - COMPONENTES CURRICULARES – SUFICIÊNCIA CFC 2012

COMPONENTES CURRICULARES PREVISTOS NOS EDITAIS DO CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE	
Edital 01/2012 - CFC	DISCIPLINAS PPC 2012
a) Contabilidade Geral;	68284 - CONTABILIDADE BÁSICA
b) Contabilidade de Custos;	68021 - CONTABILIDADE DE CUSTOS
c) Contabilidade Aplicada ao Setor Público;	68420 - CONTABILIDADE GOVERNAMENTAL
d) Contabilidade Gerencial;	75434 - CONTABILIDADE GERENCIAL
e) Noções de Direito;	64173 - INSTITUIÇÕES DE DIREITO
f) Matemática Financeira e Estatística;	64386 - MATEMÁTICA FINANCEIRA 64335 - ESTATÍSTICA APLICADA CONTABILIDADE
g) Teoria da Contabilidade;	64581 - TEORIA DA CONTABILIDADE
h) Legislação e Ética Profissional;	68331 - DIREITO COMERCIAL E SOCIETÁRIO 64092 - DIREITO TRIBUTÁRIO 68462 - DIREITO DO TRABALHO E LEGISLAÇÃO SOCIAL 87785 - ÉTICA PROFISSIONAL EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS 06826 - CONTABILIDADE E PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO
i) Princípios de Contabilidade e Normas Brasileiras de Contabilidade;	64581 - TEORIA DA CONTABILIDADE 68322 - CONTABILIDADE FINANCEIRA 02796 - CONTABILIDADE COMERCIAL 68381 - CONTABILIDADE INTERMEDIÁRIA 68438 - CONTABILIDADE AVANÇADA 68489 - CONTABILIDADE INTERNACIONAL
j) Auditoria Contábil;	06819 - AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
k) Perícia Contábil;	06821 - PERÍCIA CONTÁBIL
l) Controladoria;	75434 - CONTABILIDADE GERENCIAL
m) Língua Portuguesa Aplicada.	68314 - LÍNGUA PORTUGUESA APLICADA A CONTABILIDADE

**Fonte:** Edital 01/2012 do CFC, item 5 – das provas e Projeto Pedagógico do Curso de Ciências Contábeis. Configurado pelo pesquisador.

No quadro 17, 18 e 19 observam-se as disciplinas que fazem o conjunto de 50 questões que integram o Exame de Suficiência nos anos de 2012, 2015 e 2018.

Assim, por meio de seus realizadores, o exame é elaborado utilizando para isso os seguintes eixos temáticos: Contabilidade Geral; Contabilidade de Custos; Contabilidade Aplicada ao Setor Público; Contabilidade Gerencial; Noções de Direito; Matemática Financeira e Estatística; Teoria da Contabilidade; Legislação e Ética Profissional; Princípios de Contabilidade e Normas Brasileiras de Contabilidade; Auditoria Contábil; Perícia Contábil; Controladoria; Língua Portuguesa Aplicada.

Os objetos de conhecimento desse consideram as práticas e normas decorrentes do processo de convergência às normas internacionais de contabilidade.

QUADRO 18 - COMPONENTES CURRICULARES – SUFICIÊNCIA CFC 2015

COMPONENTES CURRICULARES PREVISTOS NOS EDITAIS DO CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE	
Edital 01/2015 CFC	DISCIPLINAS PPC 2015
a) Contabilidade Geral;	68284 - CONTABILIDADE BÁSICA

b) Contabilidade de Custos;	68021 - CONTABILIDADE DE CUSTOS
c) Contabilidade Aplicada ao Setor Público;	68420 - CONTABILIDADE GOVERNAMENTAL
d) Contabilidade Gerencial;	75434 - CONTABILIDADE GERENCIAL
e) Controladoria;	75434 - CONTABILIDADE GERENCIAL
f) Noções de Direito e Legislação Aplicada;	64173 - INSTITUIÇÕES DE DIREITO
g) Matemática Financeira e Estatística;	64386 - MATEMÁTICA FINANCEIRA 64335 - ESTATÍSTICA APLICADA CONTABILIDADE
h) Teoria da Contabilidade;	64581 - TEORIA DA CONTABILIDADE
i) Legislação e Ética Profissional;	68331 - DIREITO COMERCIAL E SOCIETÁRIO 64092 - DIREITO TRIBUTÁRIO 68462 - DIREITO DO TRABALHO E LEGISLAÇÃO SOCIAL 87785 - ÉTICA PROFISSIONAL EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS 06826 - CONTABILIDADE E PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO
j) Princípios de Contabilidade e Normas Brasileiras de Contabilidade;	64581 - TEORIA DA CONTABILIDADE 68322 - CONTABILIDADE FINANCEIRA 02796 - CONTABILIDADE COMERCIAL 68381 - CONTABILIDADE INTERMEDIÁRIA 68438 - CONTABILIDADE AVANÇADA 68489 - CONTABILIDADE INTERNACIONAL
k) Auditoria Contábil;	06819 - AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
l) Perícia Contábil;	06821 - PERÍCIA CONTÁBIL
m) Língua Portuguesa Aplicada.	68314 - LÍNGUA PORTUGUESA APLICADA A CONTABILIDADE

**Fonte:** Edital 01/2015 do CFC, item 5 – das provas e Projeto Pedagógico do Curso de Ciências Contábeis. Configurado pelo pesquisador.

#### QUADRO 19 - COMPONENTES CURRICULARES – SUFICIÊNCIA CFC 2018

COMPONENTES CURRICULARES PREVISTOS NOS EDITAIS DO CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE	
Edital 2/2018 DO CFC	DISCIPLINAS PPC 2018
a) Contabilidade Geral;	68284 - CONTABILIDADE BÁSICA
b) Contabilidade de Custos;	68021 - CONTABILIDADE DE CUSTOS
c) Contabilidade Aplicada ao Setor Público;	68420 - CONTABILIDADE GOVERNAMENTAL
d) Contabilidade Gerencial;	75434 - CONTABILIDADE GERENCIAL
e) Controladoria;	75434 - CONTABILIDADE GERENCIAL
f) Noções de Direito e Legislação Aplicada;	09798 - NOÇÕES DE DIREITO
g) Matemática Financeira e Estatística;	02629 - MATEMÁTICA FINANCEIRA 04916 - ESTATÍSTICA ECONÔMICA
h) Teoria da Contabilidade;	64581 - TEORIA DA CONTABILIDADE
i) Legislação e Ética Profissional;	09799 - DIREITO EMPRESARIAL 64092 - DIREITO TRIBUTÁRIO 68462 - DIREITO DO TRABALHO E LEGISLAÇÃO SOCIAL 87785 - ÉTICA PROFISSIONAL EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS 09817 - CONTABILIDADE E PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO I
j) Princípios de Contabilidade e Normas Brasileiras de Contabilidade;	64581 - TEORIA DA CONTABILIDADE 68322 - CONTABILIDADE FINANCEIRA 02796 - CONTABILIDADE COMERCIAL 68381 - CONTABILIDADE INTERMEDIÁRIA 09810 - CONTABILIDADE AVANÇADA I 09813 - CONTABILIDADE AVANÇADA II
k) Auditoria Contábil;	08390 - AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
l) Perícia Contábil;	08391 - PERÍCIA CONTÁBIL
m) Língua Portuguesa Aplicada.	09808 - REDAÇÃO COMERCIAL E CONTÁBIL

**Fonte:** Edital 02/2018 do CFC, item 5 – das provas e Projeto Pedagógico do Curso de Ciências Contábeis. Configurado pelo pesquisador.

Em síntese, a constante atualização do Projeto Pedagógico do curso de Ciências Contábeis da PUC-Campinas permite que sempre esteja em consonância com o que é exigido pelo órgão maior da classe contábil, o Conselho Federal de Contabilidade. As disciplinas, de forma geral, apresentam uma equivalência bastante segura, proporcionando ao postulante do registro junto ao Conselho Regional uma base consolidada de componentes curriculares que o fazem um profissional bem qualificado.

## Capítulo 4 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tendo o propósito de responder ao problema eleito – *As avaliações em larga escala propostas pelo Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior, especificamente o Exame Nacional de Desempenho de Estudantes, bem como o Exame de Suficiência do Conselho Federal de Contabilidade, constituem-se em instrumentos adequados para o ranqueamento de curso superior em Ciências Contábeis?*

Esta pesquisa buscou analisar os resultados das avaliações externas em larga escala, promovidas pelo Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior, especificamente o Exame Nacional de Desempenho de Estudantes, bem como o Exame de Suficiência do Conselho Federal de Contabilidade, observando a aderência de conhecimentos e competências exigidas pela Diretriz Curricular Nacional e o Projeto Pedagógico do Curso de Ciências Contábeis da PUC-Campinas juntamente com os editais das avaliações objetos de estudo.

A pertinência desta investigação ancora-se na ideia de que a educação deve ser considerada um bem público e, desta maneira, ser tratada como um tesouro nacional, embora ações reversas, ao longo do tempo, têm demonstrado um certo descaso, como por exemplo, a redução de investimentos sempre que a crise econômica aperta.

Avaliar faz parte do cotidiano das pessoas. Seja dar valor a algo, seja nortear uma opção, um tipo de uma roupa, um modelo de cabelos, casas. Quando se pensa no futuro, na carreira que se quer seguir, no patamar que se quer alcançar, a escolha de um curso, de uma instituição, de uma universidade também passa por um processo de avaliação. Qual oferece melhor Proposta Pedagógica, dispõe de melhor estrutura, conta com professores mais gabaritados.

Desde que o Brasil passou a contar com uma oferta crescente de vagas para o Ensino Superior, o Governo começou a sentir a necessidade de avaliar em larga escala, com a finalidade de aferir a educação ofertada e redefinir rumos para acertar as rotas. E, desde então, vários programas avaliativos foram sendo criados, até chegar ao Sinaes – uma das fontes de análise desta pesquisa –, instituído pela Lei n.º 10.861 de 14 de abril de 2004.

O Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes) Para o estudante que se destaca, prevê o seu artigo 5.º uma premiação estímulo na forma de bolsa de estudos.

É parte integrante do Sinaes, o Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (Enade), aplicado pelo Inep desde 2004. Os editais do Enade definem quais alunos devem ser inscritos, em muitos casos, alunos com matrícula trancada, mas com “potencial” de formar-se até o ano seguinte ao exame, por estarem com quase todos os créditos cursados, independente do tempo de seu trancamento.

O resultado desta avaliação produz uma nota fundamentada na estatística ponderada dos atributos conquistados pelos alunos, mediante respostas do questionário de conhecimento geral e componentes específicos. Desta maneira, não muito longe do que se chama de educação, agora no campo universitário, tem-se para além das questões pedagógicas um verdadeiro embate na questão denominada de avaliação.

Avaliar se faz necessário, sim para construir conhecimento sobre a própria realidade da Educação, identificando as dimensões de seus pontos fracos, pontos fortes e qual a perspectiva de melhoria, além de compreender os significados do conjunto de suas políticas públicas visando melhorar a qualidade educacional superior.

Não se busca neste estudo argumentos apenas contrários às avaliações. Todavia, pretendeu-se investigar até que ponto as avaliações em larga escala se constituem em instrumentos adequados para o ranqueamento de curso superior em Ciências Contábeis.

Isso porque, muitas vezes, a falta de compromisso ou engajamento do aluno pode reverberar na IES, causando-lhe responsabilizações, as quais devem ser sanadas por meio de um protocolo de compromisso entre a Instituição e o Ministério da Educação, visando melhorias para que se evite a suspensão de oferta de vagas, impedindo o processo seletivo ou até mesmo a cassação da autorização de funcionamento, entre outros.

Enquanto para o aluno as consequências de um baixo rendimento são relativamente pequenas. O acadêmico com 80% do curso concluído, estando o mesmo cursando ou com matrícula trancada, deverá ser incluído para fazer o exame.

No entanto se o aluno não comparecer ao exame não colará grau, sendo esta a única punição ao aluno, devendo aguardar o perdão do INEP para obtenção do seu diploma.

Em suma, as notas obtidas pelos alunos no Enade têm um grande impacto nas IES, as quais podem ter de arcar com o ônus da falta de responsabilidade de alguns acadêmicos. Por conta disso, as instituições têm se mobilizado por meio de várias ações para conscientizar o aluno da relevância do Enade no cenário educacional brasileiro.

Isso pode ser observado, por exemplo, levando em conta o resultado do Enade 2018, quando ocorreu uma melhoria dos egressos da PUC-Campinas, tendo neste ciclo atingido a menção 4 (quatro). Várias ações foram empreendidas pelo CEA e pela Faculdade, ao longo dos anos que antecederam a realização da prova, para preparar e conscientizar os alunos, tais como, boletins, palestras, criação de grupo no ambiente virtual de aprendizagem – AVA, dois exames simulados, valendo também como atividade complementar – elaboração das provas/correção e pontuação como atividade complementar, questões de provas anteriores trabalhadas com e pelos professores, questões dissertativas/questões de múltipla escolha. Além de ser proposto aos alunos que ficassem até o tempo regulamentar final da aplicação da prova, ou seja, 16h30 do dia do exame, para saírem com o caderno de questões, o qual seria entregue ao diretor que estaria no portão do local de exame. Os professores do curso corrigiram os cadernos, de acordo com o gabarito oficial, e aos alunos foi acrescido em até um ponto na média das disciplinas do semestre em curso.

Afinal, parece claro que os alunos precisam de uma motivação extra para elaborar com seriedade a prova e assim alavancar a nota das IES, sendo possível um ranqueamento justo de acordo com a nota do Enade.

Já o exame de suficiência do CFC exige que o aluno acerte pelo menos 50% das questões de um total de 50, ou seja, acertando 25 questões estará apto a solicitar, após a obtenção do diploma, o seu registro profissional.

Percebe-se que os resultados do CFC não se vinculam à classificação das IES. Cabe ao aluno interessado em obter o registro fazer a sua inscrição e realizar a prova. Às IES cumpre ofertar um ensino de excelência para preparar seu aluno não só para obter um bom resultado, mas, e especialmente, para desempenhar com qualidade a sua profissão.

Fato interessante a se observar é que o aluno da PUC-Campinas não estimulado, contudo, veladamente responsabilizado, obteve aproveitamento superior aos de outros egressos no âmbito estadual e nacional. Isso permite inferir que, se a nota obtida na avaliação em larga escala do Enade fosse mais significativa para o acadêmico, constando, por exemplo de seu histórico escolar, ele, certamente, se empenharia mais em busca de melhor resultado, refletindo num ranqueamento mais adequado das IES.

Por outro lado, os resultados gerais em âmbito nacional obtidos no exame de suficiência não têm sido muito auspiciosos para as novas lideranças contábeis. Provavelmente uma das causas disso seja a possibilidade de prestar o referido exame antes de o aluno ter terminado o curso, quando ainda lhe falta um conhecimento total, pois ainda faltam algumas disciplinas importantes da graduação a serem cursadas.

Em vista de tudo discutido, infere-se que o curso de Ciências Contábeis da PUC-Campinas oferece aos seus alunos uma formação de qualidade, uma vez que seu Projeto Pedagógico engloba disciplinas e componentes curriculares em total sintonia com que o requerido nas avaliações em larga escala, proposto pelo Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior, especificamente o Exame Nacional de Desempenho de Estudantes, bem como pelo Exame de Suficiência do Conselho Federal de Contabilidade. O aluno egresso é adequadamente preparado para enfrentar tais avaliações.

Entretanto, vincular a avaliação da IES ao desempenho do aluno nessas avaliações não parece ser um caminho justo. Isso porque passa pelo comprometimento do aluno a responsabilização das IES e nem sempre ele assume com empenho tal papel. Para minimizar tais consequências, as IES vêm adotando ações, que parecem ter tido bons resultados, visto comparar os resultados de Enade 2012, 2015 e 2018 dos alunos egressos do curso de Ciências Contábeis da PUC-Campinas. Ademais, como constatou recente pesquisa encomendada pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – Inep junto à Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico – OCDE, há falhas gritantes nas concepções da prova, e isso não permite uma comparação de provas de anos anteriores, sendo difícil saber se o nível de qualidade de um curso melhorou ou não no contexto histórico analisado.

O tema com certeza não se esgota com a conclusão dessa pesquisa. Novos e variados estudos precisam ser desenvolvidos para abarcar outros cursos, outras instituições, tendo como norte a melhoria do Ensino Superior no Brasil.



## REFERÊNCIAS

- ALAVARSE, O.M. **Avaliar as avaliações em larga escala: desafios políticos.** RFM Editores. Disponível em:<[revistaeducacao.com.br](http://revistaeducacao.com.br)> Acesso em: 11 out. 2021.
- ALMEIDA, P.R. **Sobre políticas de governo e políticas de Estado: distinções necessárias** - Instituto Millenium. Disponível em: <<https://Institutomilleniun.org.br>> Acesso em: 23 ago.2021.
- AMADO, J. **Manual de Investigação qualitativa em educação.** Imprensa da Universidade de Coimbra, 2014. Disponível em: <[Manual de investigação qualitativa em educação - UC Digitalis](#)>. Acesso em: 20 set. 2020.
- AMOSTRAGEM intencional:** recursos e exemplos. Disponível em: <[www.questionpro.com/blog/pt-br/amostragem-intencional](http://www.questionpro.com/blog/pt-br/amostragem-intencional)> acesso em 21/04/2022.
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo.** Lisboa: Edições 70 Ltda, 1977.
- BARREYRO G. B.; SANTOS P.P. dos; FERREIRA F. B. Rankings acadêmicos internacionais nas mídias de duas universidades de pesquisa brasileiras. **Avaliação.** Campinas; Sorocaba, SP, v. 26, n. 03, p. 822-844, nov. 2021.
- BARREYRO, G. B.; ROTHEN, J.C. "SINAES" contraditórios: considerações sobre a elaboração e implantação do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior. **Educação & Sociedade**, v. 27, n. 96, out. 2006. p. 955-977.
- CENTRO DE ESTUDOS EDUCAÇÃO E SOCIEDADE. Campinas, Brasil. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=87313708015>>. Acesso em: 19 set. 2021
- BAUER, A. Usos dos resultados das avaliações de sistemas educacionais: iniciativas em curso em alguns países da América. **Revista Brasileiro de Pedagogia**, Brasília, v. 91, n. 228, p. 315-344, maio/ago. 2010.
- BELLINI, P. **As melhores universidades do mundo em 2022.** Disponível em: <<https://www.estudarfora.org.br/melhores-universidades-do-mundo>>/ Acesso em: 01 mar.2022.
- BERNHARDT, C.O.C. **Implicações do Sistema Nacional De Avaliação da Educação Superior (Sinaes) na qualidade dos cursos de graduação de uma instituição privada.** Dissertação (Mestrado em Educação)- UNEMAT, Cáceres, p. 128, 2015.
- BOURDIEU, P. **Homo Academicus.** Florianópolis: Editora UFSC, 2011.
- BRASIL, Ministério da Educação. **Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes).** [s.d.],Disponível em:

<<http://portal.mec.gov.br/component/content/270-programas-e-acoes-1921564125/sinaes-2075672111/12303-sistema-nacional-de-avaliacao-da-educacao-superior-sinaes>> Acesso em: 23 maio 2019.

BRASIL, Ministério da Educação. INEP. **Indicador de Diferença entre os Desempenhos Observado e Esperado (IDD)**. [s.d.], Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/indicadores-de-qualidade-da-educacao-superior/indicador-de-diferenca-entre-os-desempenhos-observado-e-esperado-idd>> Acesso em: 23 mar. 2021.

BRASIL, Ministério da Educação. INEP. **Conceito Preliminar de Curso (CPC)**. [s.d.] Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/indicadores-de-qualidade-da-educacao-superior/conceito-preliminar-de-curso-cpc>, Acesso em: 23 mar. 2021.

BRASIL, Ministério da Educação. INEP. [http://portal.inep.gov.br/artigo/-/asset\\_publisher/B4AQV9zFY7Bv/content/inep-divulga-cpc-e-igc-indicadores-de-qualidade-da-educacao-superior/21206](http://portal.inep.gov.br/artigo/-/asset_publisher/B4AQV9zFY7Bv/content/inep-divulga-cpc-e-igc-indicadores-de-qualidade-da-educacao-superior/21206), [s.d.] Acesso em: 23 mar. 2021

BRUNI, A.L. **Estatística Aplicada à Gestão Empresarial**. São Paulo: Atlas, 2013.

CALDERÓN, A. I.; POLTRONIERI, H.; BORGES, R. M. Os rankings na educação superior brasileira: políticas de governo ou de estado? **Ensaio: aval. pol. pública. Educ.** [online], v.19, n.73, p. 813-826, 2011.

CALDERÓN, A. I.; FRANCA, C. M. **Os rankings acadêmicos da educação superior: apontamentos no campo da avaliação educacional**. In: ROTHEN, J. C.; SANTANA, A. A. C. M. (orgs.). **Avaliação da educação: referências para uma primeira conversa**. 1.ed.São Carlos: EdUFSCar, v. 1, p. 95-114, 2018.

CARVALHO, P. **Os cursos de graduação com maior empregabilidade entre os formados, segundo pesquisa, 2020**. Disponível em <<https://querobolsa.com.br/revista/cursos-de-graduacao-com-maior-empregabilidade>>, Acesso em: 21 abr.2022.

CATANI, A. M. *et al.* (orgs.). **Vocabulário Bourdieu**. Belo Horizonte: Autêntica, 2017.

CICHACZ, M.; EYNG, A. M. Políticas de Avaliação e Qualidade na Educação. In: <CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO – EDUCERE>, 10. **Anais**[...]. PUC Paraná, 2011.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. **Relatórios estatísticos do Exame de Suficiência**. [s.d.], Disponível em: <https://cfc.org.br/registro/exame-de-suficiencia/relatorios-estatisticos-do-exame-de-suficiencia/>, Acesso em: 22 mar.2022.

**DESAFIOS DA EDUCAÇÃO. Por que a OCDE “reprova” o modelo do ENADE.**

Disponível em: < <https://desafiosdaeducacao.com.br/ocde-reprova-enade/>>, Acesso em: 19 mar.2019.

DRESCH, J. F. Avaliação da educação e o cenário midiático da responsabilização. *In*: ROTHEN, J. C.; SANTANA, A. dA C. M. (orgs.). **Avaliação da educação**: referências para uma primeira conversa. São Carlos : EdUFSCar, p. 81, 2018. 207 p.

EIGHT-YEAR STUDY - PURPOSE, METHOD, Results - School, York, Commission, and Curriculum - StateUniversity.com. Disponível em: <<https://education.stateuniversity.com/pages/1947/Eight-Year-Study.html#ixzz7HehAa8Nt>>, Acesso em: 11 dez.2021.

FAVARIN, T. C. V. **Ciências Contábeis em nível superior**: um estudo sobre a formação profissional. 142 f; Dissertação (Mestrado em Educação) - Pontifícia Universidade Católica de Campinas. Campinas SP, 1997.

FERNANDES, D. Acerca da articulação de perspectivas e da construção teórica em avaliação educacional. *In*: ESTEBAN, M. T.; AFONSO, A. J. **Olhares e interfaces**: reflexões críticas sobre a avaliação. São Paulo: Cortez, p. 15-44, 2010. Disponível em:

[https://www.researchgate.net/publication/314207958\\_Acerca\\_da\\_Articulacao\\_de\\_Perspetivas\\_e\\_da\\_Construcao\\_Teorica\\_em\\_Avaliacao\\_Educacional](https://www.researchgate.net/publication/314207958_Acerca_da_Articulacao_de_Perspetivas_e_da_Construcao_Teorica_em_Avaliacao_Educacional), Acesso em: 17 set. 2019.

FERREIRA, T. A.; CALDERON, A.I. Avaliação da educação superior: o exame nacional de cursos (provão) e os rankings acadêmicos e índices no contexto da avaliação para a regulação. **Revista @ambiente e Educação**, São Paulo: Universidade Cidade de São Paulo, v. 12, n. 3, p. 210-229, set./dez. 2019.

FREITAS, L. C. *et al.* **Avaliação Educacional**: caminhando pela contramão. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2009.

GATTI, B. A. Estudos quantitativos em educação. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 30, n. 1, p. 11-30, jan./abr. 2004. Disponível em <https://www.scielo.br/j/ep/a/XBpXkMkBSsbBCrCLWjzyWyB/?format=pdf&lang=pt>, Acesso em: 20 set.2020.

GATTI, B. A. **A Construção Metodológica da pesquisa em educação**: desafios. RBPAAE. Porto Alegre, v.28, p. 13-34, 2012.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2019.

GIRARDI, D. R. Conceito preliminar de curso: manipulação em nome da qualidade. *In*: SIMPÓSIO AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, 3. **Anais**[...]. Florianópolis, UFSC, 2017.

GUBA, E. G.; LINCOLN, Y. S. **Avaliação de Quarta Geração**. Campinas, SP: Editora Unicamp, 2011.

HABERMAS, J. **Conhecimento e Interesse**. Lisboa: Editora 70, 1968.

HOFFMANN, C. *et al.* **O desempenho das universidades brasileiras na perspectiva do Índice Geral de Cursos (IGC)**, 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/s1517-97022014041491>, Acesso em: 19 set.2020.

IKUTA, C. Y. S. Sobre o conceito preliminar de curso: concepção, aplicação e mudanças metodológicas. **Estudos em Avaliação Educacional**, v. 27, n. 66, p. 938-969, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.18222/eae.v27i66.4039>, Acesso em 19 set 2020.

KHOMYAKOV, M.; DWYER, T.; WELLER, W. Internacionalização da educação superior: excelência ou construção de redes? Do que os países do BRICS precisam mais? **Sociologias**, Porto Alegre, v. 22, n. 54, 2020. n.p. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/soc/a/5vKX3QwqHBN7NTNHNZHtHVQ/?lang=en, <https://www.scielo.br/j/soc/i/2020.v22n54/>>, . Acesso em:01 mar.2022.

LACERDA, L. L. V. de. SINAES, teoria e prática: pressupostos epistemológicos em oposição. **Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior**, Universidade de Sorocaba, v. 20, n. 1, mar. 2015.p. 87-104.

LIMA, T. C. S. de; MIOTO, R. C. T. Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica. **Katál**, Florianópolis, v.10, spe, 2007. n.p. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rk/a/HSF5Ns7dkTNjQVpRyvhc8RR/abstract/?lang=pt>, Acesso em: 20 set.2020.

LIMA L., VILAS BOAS P. Indicadores de qualidade da educação superior: aplicabilidade nas modalidades presencial e a distância. **Estudos: Revista da Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior**, Brasília, ABMES Editora, ano 31, n. 43, jun. 2019. n.p.

LIMA FILHO, G. D. de; TROMPIERI FILHO, N. As cinco gerações da avaliação educacional – características e práticas educativas. **Revista Científica Semana Acadêmica**, Fortaleza, ano MMXII, n. 000011, 10 jul. 2013. n.p. Disponível em: <https://semanaacademica.org.br/artigo/cinco-geracoes-da-avaliacao-educacional-caracteristicas-e-praticas-educativas>, Acesso em: 19 set.2020.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de Metodologia Científica**. São Paulo: Atlas, 2003.

MARTINS, G. A.; THEÓPHILO, C. R. **Metodologia da investigação científica para ciências sociais aplicadas**. 3. ed., São Paulo: Atlas, 2016.

MATIAS-PEREIRA, J. **Manual de metodologia da pesquisa científica**. 4. ed., São Paulo: Atlas, 2019.

MENEZES, E. T. de; SANTOS, T. H. dos. Verbetes PAIUB (Programa de Avaliação Institucional). **Dicionário Interativo da Educação Brasileira - Educabrazil**. São Paulo: Midiamix, 2001. Disponível em: <<https://www.educabrazil.com.br/paiub-programa-de-avaliacao-institucional/>>. Acesso em: 12 jun. 2019.

OLIVEIRA, D.A. Tendências atuais das políticas educacionais na América Latina (121-144). *In*: SALIBA, A.T.; LOPES, D. B.; SANTOS, M.L. (orgs.). **América Latina**. Vol. 3.- Belo Horizonte: Editora UFMG, 2021.

PAIVA, G. S. Avaliação do desempenho dos estudantes da educação superior: a questão da equidade e obrigatoriedade no Provão e ENADE. **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, v. 16, n. 58, p. 31-46, jan./mar. 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ensaio/i/2008.v16n58/>, Acesso em: 19 set.2020.

PARU: primeira proposta de Avaliação da Reforma Universitária. **Blog Educação**. Disponível em: < PARU: primeira proposta de Avaliação da Reforma Universitária – Blog Educação>, (blogeducacao.com) 2017. Acesso em: 12 ago. 2021.

PEIXOTO, M. C. L. **Avaliação institucional externa no sinaes**: considerações sobre a prática recente, 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/aval/a/CLDFV7G7D5vP6dWmv67Mhrk/abstract/?lang=pt>, Acesso em: 19 set.2020.

PENNA FIRME, T. Avaliação: tendências e tendenciosidades. **Ensaio: Avaliação Políticas Públicas Educacionais**, Fundação Cesgranrio, Rio de Janeiro, v.1, n. 2, 1994. n.p. Disponível em: [http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-40361994000100002&lng=pt&nrm=iso](http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-40361994000100002&lng=pt&nrm=iso), Acesso em: 19 set.2019.

PIRES, A.; WARGAS B. M. da S.; PIRES, R. de S. A evolução do sistema de avaliação do Ensino Superior brasileiro e a influência do pensamento neoliberal. *In*: SIMPÓSIO DE AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, 3., **Anais[...]**. UFSC, Florianópolis, 2017.

POLIDORI, M. M. Políticas de avaliação da educação superior brasileira: Provão, SINAES, IDD, CPC, IGC e... outros índices. **Avaliação**, Campinas, Sorocaba, v. 14, n. 02, p. 439-452, ago. 2009.

POLIDORI, M. M.; MARINHO-ARAUJO, C. M.; BARREYRO, G. B. SINAES: perspectivas e desafios na avaliação da educação superior brasileira. **Ensaio:**

**Avaliação de políticas públicas em educação**, Rio de Janeiro: Fundação Cesgranrio, 2006. p. 425-436

RAMPAZZO, L. **Metodologia Científica**. 3. ed., São Paulo: Loyola, 2005.

Ribeiro, R. J. (1999). Não há pior inimigo do conhecimento que a terra firme. *Tempo Social*, 11(1), 189-195. <https://doi.org/10.1590/S0103-20701999000100010> acesso em 19 set 2019

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa Social-métodos e técnicas**. São Paulo: Atlas, 2007.

SANTOS FILHO, J. Co dos. Avaliação da educação superior no Brasil: breve histórico, desafios e perspectivas. **Tendências pedagógicas**, n. 31, p. 2018. n.p.

SAVIANI, D. **O ensino de resultados**. [s.d.], Disponível em: [http://www.ufcg.edu.br/prt\\_ufcg/assessoria\\_imprensa/mostra\\_noticia.php?codigo=5145](http://www.ufcg.edu.br/prt_ufcg/assessoria_imprensa/mostra_noticia.php?codigo=5145), Acesso em: 23 ago.2021.

SCRIVEN, M. **Avaliação: um guia de conceitos**. Tradução de Marília Sette Câmara. 1 ed. Rio de Janeiro / São Paulo: Paz e Terra. 2018.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do Trabalho Científico**. São Paulo: Cortez, 2008.

SOUSA, C. P.de; FERREIRA, S. L. Avaliação de larga escala e da aprendizagem na escola: um diálogo necessário. **Psic. da Ed.**, São Paulo , n. 48, p. 13-23, jan. 2019. Disponível em [http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S2175-35202019000100003&lng=pt&nrm=iso](http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2175-35202019000100003&lng=pt&nrm=iso),. Acesso em: 19 set.2020.

SOUZA, A. C. de. Avaliação e emancipação: a perspectiva da Sociologia da Avaliação. *In*: ROTHEN, J. C.; SANTANA, A. C. M. (orgs.). **Avaliação da educação: referências para uma primeira conversa**. 1ed.São Carlos: EdUFSCar, v. 1, p. 51-66, 2018.

TENÓRIO, R. M.; ARGOLLO, R. S. N. de. SINAES na perspectiva de membros da CPA: implantação, condução e avaliação. *In*: LORDÊLO, J.; DAZZANI, MV. (orgs.). **Avaliação educacional: desatando e reatando nós** [online]. Salvador: EDUFBA, 2009. 349 p. ISBN 978-85-232-0654-3. Available from SciELO Books, Acesso em: 20 set.2020.

VERGARA, S. C. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2004.

VERHINE, R. E.; DANTAS, L. M. V. A avaliação do desempenho de alunos de educação superior: uma análise a partir da experiência do ENADE. *In*: LORDÊLO, J. A. C.; MARIA VIRGÍNIA DAZZANI, M. V. (orgs.). **Avaliação educacional: desatando e reatando nós**. Salvador: EDUFBA, 2009

VIANNA, H. M. Avaliação: considerações teóricas e posicionamentos. **Est. Aval. Educ.**, São Paulo, n. 16, p. 05-36, dez. 1997.

ZAINKO, M. A. S. Políticas Públicas de Avaliação da Educação Superior: conceitos e desafios. **Jornal de políticas educacionais**, Curitiba, n. 4, jul./dez.2008.

**APÊNDICE 1****TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO****TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO**

(via do participante – destacar)

Prezado (a) egresso (a);

Nome: \_\_\_\_\_

Você está sendo convidado a participar da pesquisa “A IMPERTINÊNCIA DA AVALIAÇÃO EM LARGA ESCALA E DO RANQUEAMENTO DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR A PARTIR DO ENADE.”, como exigência para obtenção do título de Doutor em Educação do PPGE em Educação da Pontifícia Universidade Católica de Campinas PUC-Campinas, sob a responsabilidade do professor Me. José Vicente de Souza Filho, pertencente ao quadro de professores da Faculdade de Ciências Contábeis do Centro de Economia e Administração – CEA unidade da PUC-Campinas. A pesquisa foi analisada pelo Comitê de Ética em Pesquisa, cujo número de telefone está colocado abaixo, para contato, caso haja necessidade. A pesquisa visa investigar junto a parte dos alunos egressos do Curso de Ciências Contábeis da PUC-Campinas, período de 2012 a 2018, aqueles que realizaram o Exame Nacional de Desempenho do Estudante – ENADE, componente curricular obrigatório para obtenção do Diploma, e o CFC – Exame de Suficiência do Conselho Federal de Contabilidade, para obtenção do registro profissional para o exercício pleno da profissão.

O objetivo será analisar os resultados das avaliações externas em larga escala promovidas pelo SINAES e pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC, observando a aderência de conhecimentos e competências exigidas pela Diretriz Curricular Nacional – DCN, pelo Projeto Pedagógico de Curso – PPC, pelos editais do Exame Nacional de Desempenho de Estudantes – ENADE e do Exame de Suficiência do Conselho Federal de Contabilidade – CFC, juntamente com o desempenho dos acadêmicos concluintes do curso em três avaliações (2012 -2015 -2018) do ENADE e os resultados obtidos no exame de suficiência do CFC.

A metodologia que será aplicada nesta pesquisa, com referência a sua participação, será a de obter e ceder os certificados e resultados da sua participação do ENADE e Exame de Suficiência, bem como a participação em uma pesquisa de campo a partir de um questionário estruturado a ser disponibilizado em uma plataforma on-line.

A sua participação nesta pesquisa é voluntária e pode ser interrompida quando desejar.

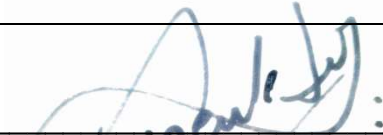
Os riscos que esta pesquisa oferece são mínimos e você poderá desistir a qualquer tempo. Ela não irá interferir em sua vida profissional e acadêmica, uma vez que ocorrerá fora do seu horário de trabalho ou de educação continuada. Quanto aos benefícios, acreditamos que este estudo poderá ser uma contribuição para as



reflexões que a sociedade precisa fazer quanto ao ranqueamento das I.E.S por meio do ENADE.

Caso concorde em dar o seu consentimento livre e esclarecido, por favor, assine abaixo. Garantimos-lhe que os seus dados pessoais serão mantidos em sigilo. Os dados desta pesquisa ficarão guardados por um período de 05 (cinco) anos, após este período serão descartados.

Agradecemos sua colaboração,



\_\_\_\_\_  
**JOSÉ VICENTE DE SOUZA FILHO**  
 Professor Me. Da Faculdade de Ciências  
 Contábeis – Centro de Economia e  
 Administração da PUC-CAMPINAS  
 e-mail: [jose.vicente@puc-campinas.edu.br](mailto:jose.vicente@puc-campinas.edu.br)  
 Fone: (19) 99715-4890  
 (19) 98804-8509

**Comitê de Ética em Pesquisas com Seres Humanos da PUC-CAMPINAS**  
 Funcionamento das 8:00 às 12:00 e das 13:00 às 17:00  
 Rua Professor Doutor Euryclides de Jesus Zerbini, 1516 Pq. Rural Fazenda Santa Cândida, Campinas – SP / CEP: 13087-571  
 Fone: (19) 3343-6777

Estou esclarecido(a) e dou consentimento livre para participar da pesquisa acima citada, ciente de que, se desejar, a minha participação poderá ser interrompida a qualquer momento, excluindo as informações por mim prestadas do conjunto de dados.

Nome:.....  
 .....

Documento de identificação (RG) nº. \_\_\_\_\_

Assinatura: ..... Data: ...../...../.....

**APÊNDICE 2****QUESTIONÁRIO ENCAMINHADO AOS ALUNOS****PARTE 01  
FICHA INFORMATIVA**

**Por favor, preencha os dados abaixo**

1.

Nome: \_\_\_\_\_

—

2. Data de nascimento: \_\_\_\_ / \_\_\_\_ / \_\_\_\_

3. Ano de ingresso no curso de CIÊNCIAS CONTÁBEIS: \_\_\_\_\_

4. Ano de conclusão do curso: \_\_\_\_\_

5. Experiência profissional na área: quais são as suas experiências profissionais na área da Contabilidade, se houver, indique o(s) local(is), cargo(s) e duração de cada uma delas (início e fim).

---

---

---

---

Empresa	Cargo ou função	Início da atuação	Final da atuação

**PARTE 02**

Roteiro de entrevistas com as(os) egressos (as)

**Pesquisa com alunos egressos do curso de Ciências Contábeis - PUC-CAMPINAS.**

Aluno \_\_\_\_\_ RA: \_\_\_\_\_  
 Vestibular \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_ Ano de Conclusão \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_

1. Você está situado em qual faixa etária?

- de 15 a 25 anos  
 de 26 a 35 anos  
 de 36 a 45 anos  
 de 45 a 55 anos  
 acima de 56 anos

2. Qual a sua formação no Ensino Médio?

- ensino Médio regular  
 técnico em contabilidade  
 técnico em administração  
 técnico em informática  
 outros \_\_\_\_\_

3. Você está empregado atualmente?

- Sim  
 Não

4. Atua na área contábil?

- Sim  
 Não

5. Se você está empregado atualmente e a resposta anterior for negativa, o que o levou a não atuar na área contábil?

- dificuldades insuperáveis para entrar na área  
 não se identificou com a profissão  
 o salário da área não é atrativo  
 só fez o curso para conhecimento e não pretendia mesmo atuar na área contábil  
 entrou na área e por não ser atrativa afastou-se  
 outras \_\_\_\_\_

6. Qual o cargo que ocupa na empresa?

- Auxiliar contábil  
 Assistente Contábil  
 Analista Contábil  
 Auditor contábil

- ( ) Perito Contábil  
( ) Contador  
( ) Outra função? Qual? \_\_\_\_\_.
7. Antes de iniciar a vida acadêmica, você já trabalhava na área contábil?  
( ) Sim  
( ) Não
8. Você tem na família parentes que trabalham ou trabalharam na área contábil?  
( ) Sim  
( ) Não
9. Em caso afirmativo na questão anterior, que tipo de parentes?  
( ) Pai/Mãe  
( ) Irmão/ Irmã  
( ) Tio/Tia  
( ) Outros \_\_\_\_\_
10. Quais as razões que o(a) levaram a optar pelo curso de Ciências Contábeis, na PUC-Campinas?  
( ) por trabalhar na área  
( ) por influência familiar  
( ) motivado por profissionais bem-sucedidos  
( ) por faltas de opção.  
( ) pela tradição e projeto pedagógico do Curso.  
( ) por ter maior facilidade de colocação no mercado de trabalho.
11. Após a conclusão da graduação, você seguiu uma educação continuada em busca de maior aprimoramento técnico-cultural e profissional?  
( ) Sim  
( ) Não
- Em caso, afirmativo quais cursos de aprimoramento e onde fez?
- CURSO: \_\_\_\_\_
- INSTITUIÇÃO: \_\_\_\_\_
12. O ensino de Graduação em Ciências Contábeis, contribuiu para o crescimento da sua carreira profissional?  
( ) Sim  
( ) Não  
( ) Parcialmente
13. Ao se formar sentiu-se preparado para assumir a profissão contábil?  
( ) Sim  
( ) Não  
( ) Parcialmente

14. Os conteúdos das disciplinas que foram propostas no curso se mostraram importantes na sua carreira.?

- Sim
- Não
- Parcialmente

15. Cite três disciplinas que você considera que foram importantes na sua carreira.

---

---

16. Cite três disciplinas que você considera que não contribuíram com a sua carreira

---

---

17. Cite 3 maiores dificuldades encontradas durante o curso.

- faltou base nas disciplinas quantitativas (Matemática, Métodos quantitativos)
- pouco tempo para os estudos fora da sala de aula
- cansaço por trabalhar o dia todo
- aulas pouco atrativas
- professores desatualizados
- outras \_\_\_\_\_

18. Cite 3 maiores facilidades encontradas durante o curso que o ajudaram no seu aproveitamento escolar.

- familiaridade com disciplinas quantitativas (matemática, estatística)
- tempo suficiente para estudos fora da sala de aula
- bom entrosamento com colegas da sala
- bom relacionamento com os professores
- biblioteca de fácil acesso
- outras

19. Você participou do ENADE em qual ano?

- 2012
- 2015
- 2018

20. Você realizou o Exame de Suficiência em?

- 2012
- 2015
- 2018

21. Você concorda que o ENADE é uma importante forma de avaliar o Ensino Superior?

- )Concordo
- )Discordo
- )Concordo parcialmente
- ) Não sei opinar

22. Você concorda que o Exame de Suficiência do Conselho Federal de Contabilidade é uma importante forma de avaliar o ensino superior de Ciências Contábeis?

- )Concordo
- )Discordo
- )Concordo parcialmente
- ) Não sei opinar

23. A respeito da afirmação “o ENADE é um componente curricular obrigatório”, qual é a sua opinião?

- )Concordo
- )Discordo
- )Concordo parcialmente
- ) Não sei opinar

24. Você entende como necessário o Exame de Suficiência do CFC?

- )Concordo
- )Discordo
- )Concordo parcialmente
- ) Não sei opinar

25. Você concorda que o uso de uma calculadora, a mais básica possível, poderia ajudar no desenvolvimento das questões que envolvem cálculo no ENADE de Ciências Contábeis.?

- )Concordo
- )Discordo
- )Concordo parcialmente
- ) Não sei opinar

26. Durante a realização da prova do ENADE, em algum momento você foi estimulado, por algum fiscal de sala, a entregar a prova o mais rapidamente possível?

- ) SIM
- ) NÃO

27. Você dedicou tempo superior ao mínimo de noventa minutos para a entrega do caderno de questões?

- ) SIM
- ) NÃO

28. Você concorda com o ranqueamento das Instituições de Ensino Superior – IES a partir da nota do ENADE?

- )Concordo
- )Discordo

- Concordo parcialmente
- Não sei opinar

### APÊNDICE 3

Questionário aplicado aos docentes:

#### PARTE 01

Roteiro de entrevistas com as(os) professores (as)

**Pesquisa com Professores do curso de Ciências Contábeis - PUC-CAMPINAS. Você está sendo convidado a participar da pesquisa “A IMPERTINÊNCIA DA AVALIAÇÃO EM LARGA ESCALA E DO RANQUEAMENTO DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR A PARTIR DO ENADE.”, como exigência para obtenção do título de Doutor em Educação do PPGE em Educação da Pontifícia Universidade Católica de Campinas PUC-CAMPINAS, sob a responsabilidade do professor Me. José Vicente de Souza Filho, pertencente ao quadro de professores da Faculdade de Ciências Contábeis do Centro de Economia e Administração – CEA unidade da PUC-CAMPINAS.**

**Por gentileza responder às questões abaixo:**

Nome \_\_\_\_\_

1. Você está situado em qual faixa etária?
- ( ) de 26 a 35 anos
  - ( ) de 36 a 45 anos
  - ( ) de 45 a 55 anos
  - ( ) acima de 56 anos

2. Qual a sua formação no Ensino Médio?
- ( ) ensino Médio regular
  - ( ) técnico em contabilidade
  - ( ) técnico em administração
  - ( ) técnico em informática
  - ( ) outros \_\_\_\_\_

3 Se respondeu OUTRA na questão anterior, poderia informar qual curso técnico você realizou. \_\_\_\_\_

4. Qual a sua Graduação?
- ( ) CIÊNCIAS CONTÁBEIS
  - ( ) ADMINISTRAÇÃO
  - ( ) ECONOMIA
  - ( ) DIREITO
  - ( ) OUTRA

5. Se respondeu OUTRA na questão anterior, poderia informar qual graduação você realizou. \_\_\_\_\_



6. Você é especialista lato-sensu?

- Sim  
 Não

7. Qual especialização você fez? \_\_\_\_\_

8. Você realizou o mestrado stricto-sensu?

- Sim  
 Não

9. se você realizou o mestrado, qual foi a área?

- Ciências Contábeis  
 Ciências Econômicas  
 Ciências Administrativas  
 Outra área

10. Se respondeu OUTRA na questão anterior, poderia informar qual mestrado você realizou. \_\_\_\_\_

11. Se você está atualmente na área, qual a sua função?

- Empresário ou sócio da área contábil.  
 Auditor.  
 Perito Contábil.  
 *Controller*.  
 Assessor e consultor contábil.  
 Somente vida acadêmica.  
 Outras atividades.

12. Se respondeu OUTRA na questão anterior, poderia informar qual função você exerce. \_\_\_\_\_

13. Antes de iniciar a vida acadêmica, você já trabalhava na área contábil?

- Sim  
 Não

14. Qual foi a razão de ter ingressado na vida acadêmica?

- Afinidade com a docência.  
 Desejo de contribuir com a formação de novos profissionais.  
 Complemento de renda.

15. Os cursos de Especialização e ou Mestrado te deixou preparado para o exercício da docência?

- Sim
- Não
- Parcialmente

16. Você se sentiu preparado para o exercício da docência no ensino superior?

- Sim
- Não
- Parcialmente

17. Você precisou fazer algum treinamento extra para a atividade de ensino?

- Sim
- Não
- Parcialmente

18. O ensino contábil requer atualização constante de conteúdos e formas de ensinagem?

- Sim
- Não
- Parcialmente

19. Após a conclusão da graduação, você seguiu uma educação continuada em busca de maior aprimoramento técnico-cultural e profissional?

- Sim
- Não.

20. Em caso, afirmativo quais cursos de aprimoramento e onde fez?

CURSO: \_\_\_\_\_

INSTITUIÇÃO: \_\_\_\_\_

21. Você conhece o PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO em que você atua?

- Sim.
- Não.
- Parcialmente

22. Procura estar informado a respeito das atualizações do PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO em que você atua?

- Sim.
- Não.
- Parcialmente

23. Você procura lecionar a sua disciplina em consonância com as avaliações externas do Curso, tais como ENADE – Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes e Exame de Suficiência do CFC – Conselho Federal de Contabilidade?

- Sim.

- Não.
- Parcialmente

24. Após os referidos exames procura saber o que foi solicitado e trabalha as questões da sua disciplina em sala de aula?

- Sim
- Não
- Parcialmente

25. Você concorda que o ENADE é uma importante forma de avaliar o Ensino Superior?

- Concordo
- Discordo
- Concordo parcialmente
- Não sei opinar

26. Você concorda que o Exame de Suficiência do Conselho Federal de Contabilidade é uma importante forma de avaliar o ensino superior de Ciências Contábeis?

- Concordo
- Discordo
- Concordo parcialmente
- Não sei opinar

27. A respeito da afirmação “o ENADE é um componente curricular obrigatório”, qual é a sua opinião?

- Concordo
- Discordo
- Concordo parcialmente
- Não sei opinar

28. Você entende como necessário o Exame de Suficiência do CFC?

- Concordo
- Discordo
- Concordo parcialmente
- Não sei opinar

29. Você concorda que o uso de uma calculadora, a mais básica possível, poderia ajudar no desenvolvimento das questões que envolvem cálculo no ENADE de Ciências Contábeis.?

- Concordo
- Discordo
- Concordo parcialmente
- Não sei opinar

30. Você concorda com o ranqueamento das Instituições de Ensino Superior – IES a partir da nota do ENADE?

- Concordo

- Discordo
- Concordo parcialmente
- Não sei opinar

**APÊNDICE 4****Matriz curricular do CURSO DE CIENCIAS CONTABEIS PUC CAMPINAS 2012**

<b>Período</b>	<b>Componente Curricular 2012</b>
1	28380 - ANTROPOLOGIA TEOLÓGICA A
	59129 - PF-PRÁTICA DE FORMAÇÃO A
	63967 - INTRODUÇÃO À ECONOMIA
	68284 - CONTABILIDADE BÁSICA
	68306 - INFORMÁTICA APLICADA A CONTABILIDADE
	72681 - METODOLOGIA DO TRABALHO CIENTÍFICO
	72966 - INTRODUÇÃO AO MARKETING
2	59137 - PF-PRÁTICA DE FORMAÇÃO B
	64173 - INSTITUIÇÕES DE DIREITO
	68276 - GESTÃO DE EMPRESAS
	68292 - ECONOMIA MATEMÁTICA
	68314 - LÍNGUA PORTUGUESA APLICADA A CONTABILIDADE
	68322 - CONTABILIDADE FINANCEIRA
3	02796 - CONTABILIDADE COMERCIAL
	02797 - SOCIOLOGIA
	28398 - ANTROPOLOGIA TEOLÓGICA B
	59145 - PF-PRÁTICA DE FORMAÇÃO C
	64335 - ESTATÍSTICA APLICADA CONTABILIDADE
	68331 - DIREITO COMERCIAL E SOCIETÁRIO
	87998 - TEORIA DAS ORGANIZAÇÕES
4	59153 - PF-PRÁTICA DE FORMAÇÃO D
	64386 - MATEMÁTICA FINANCEIRA
	64505 - DESENVOLVIMENTO ORGANIZACIONAL
	68373 - ANÁLISE DE DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
	68381 - CONTABILIDADE INTERMEDIÁRIA
	73091 - ECONOMIA BRASILEIRA CONTEMPORÂNEA
5	29181 - ANTROPOLOGIA TEOLÓGICA C
	59161 - PF-PRÁTICA DE FORMAÇÃO E
	64092 - DIREITO TRIBUTÁRIO

	64581 - TEORIA DA CONTABILIDADE
	68021 - CONTABILIDADE DE CUSTOS
	68390 - SISTEMAS DE INFORMAÇÃO CONTÁBEIS
	87785 - ÉTICA PROFISSIONAL EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS
6	02300 - PRÁTICAS PROFISSIONAIS E ESTÁGIO SUPERVISIONADO EM CONTABILIDADE I
	59170 - PF-PRÁTICA DE FORMAÇÃO F
	63436 - ANÁLISE DE CUSTOS
	68357 - MERCADO CAPITAIS
	68438 - CONTABILIDADE AVANÇADA
	68454 - ECONOMIA EMPRESAS
7	06819 - AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
	06820 - ATIVIDADES AUTÔNOMAS DE AUDITORIA
	06821 - PERÍCIA CONTÁBIL
	06822 - ATIVIDADES AUTÔNOMAS DE PERÍCIA CONTÁBIL
	06824 - PRÁTICAS PROFISSIONAIS E ESTÁGIO SUPERVISIONADO EM CONTABILIDADE II
	06825 - ATIVIDADES AUTÔNOMAS DE ESTÁGIO EM CONTABILIDADE A
	59188 - PF-PRÁTICA DE FORMAÇÃO G
	68411 - MÉTODOS QUANTITATIVOS APLICADOS À CONTABILIDADE
	68420 - CONTABILIDADE GOVERNAMENTAL
	75434 - CONTABILIDADE GERENCIAL
8	06826 - CONTABILIDADE E PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO
	06827 - ATIV. AUT. CONTABILIDADE E PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO
	06828 - PRÁTICAS PROFISSIONAIS ESTÁGIO SUPERVISIONADO EM CONTABILIDADE III
	06829 - ATIVIDADES AUTÔNOMAS DE ESTÁGIO EM CONTABILIDADE B
	06830 - SEMINÁRIOS EM CONTABILIDADE

	06832 - ATIVIDADES AUTÔNOMAS DE SEMINÁRIOS EM CONTABILIDADE
	06833 - ATIVIDADES COMPLEMENTARES DE FORMAÇÃO
	59196 - PF-PRÁTICA DE FORMAÇÃO H
	68462 - DIREITO DO TRABALHO E LEGISLAÇÃO SOCIAL
	68489 - CONTABILIDADE INTERNACIONAL
	73113 - ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA

**APÊNDICE 5****Matriz curricular do CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS PUC  
CAMPINAS 2015**

<b>Período</b>	<b>Componente Curricular 2015</b>
1	06859 - INSERÇÃO DO ALUNO NA VIDA UNIVERSITÁRIA
	06860 - DISCIPLINA ELETIVA: PROGRAMA COMUNIDADE DE APRENDIZAGEM
	28380 - ANTROPOLOGIA TEOLÓGICA A
	63967 - INTRODUÇÃO À ECONOMIA
	68284 - CONTABILIDADE BÁSICA
	68306 - INFORMÁTICA APLICADA A CONTABILIDADE
	72681 - METODOLOGIA DO TRABALHO CIENTÍFICO
	72966 - INTRODUÇÃO AO MARKETING
2	06956 - PROCESSO ENSINO/APRENDIZAGEM NA TRAJETÓRIA DE FORMAÇÃO
	64173 - INSTITUIÇÕES DE DIREITO
	68276 - GESTÃO DE EMPRESAS
	68292 - ECONOMIA MATEMÁTICA
	68314 - LÍNGUA PORTUGUESA APLICADA A CONTABILIDADE
	68322 - CONTABILIDADE FINANCEIRA
3	02796 - CONTABILIDADE COMERCIAL
	02797 – SOCIOLOGIA
	06958 - EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS E IDENTIDADE CULTURAL
	28398 - ANTROPOLOGIA TEOLÓGICA B
	64335 - ESTATÍSTICA APLICADA CONTABILIDADE
	68331 - DIREITO COMERCIAL E SOCIETÁRIO
	87998 - TEORIA DAS ORGANIZAÇÕES
4	64386 - MATEMÁTICA FINANCEIRA
	64505 - DESENVOLVIMENTO ORGANIZACIONAL
	68373 - ANÁLISE DE DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
	68381 - CONTABILIDADE INTERMEDIÁRIA



	73091 - ECONOMIA BRASILEIRA CONTEMPORÂNEA
5	29181 - ANTROPOLOGIA TEOLÓGICA C
	64092 - DIREITO TRIBUTÁRIO
	64581 - TEORIA DA CONTABILIDADE
	68021 - CONTABILIDADE DE CUSTOS
	68390 - SISTEMAS DE INFORMAÇÃO CONTÁBEIS
	87785 - ÉTICA PROFISSIONAL EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS
6	02300 - PRÁTICAS PROFISSIONAIS E ESTÁGIO SUPERVISIONADO EM CONTABILIDADE I
	59129 - PF-PRÁTICA DE FORMAÇÃO A
	63436 - ANÁLISE DE CUSTOS
	68357 - MERCADO CAPITAIS
	68438 - CONTABILIDADE AVANÇADA
	68454 - ECONOMIA EMPRESAS
7	06819 - AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
	06820 - ATIVIDADES AUTÔNOMAS DE AUDITORIA
	06821 - PERÍCIA CONTÁBIL
	06822 - ATIVIDADES AUTÔNOMAS DE PERÍCIA CONTÁBIL
	06824 - PRÁTICAS PROFISSIONAIS E ESTÁGIO SUPERVISIONADO EM CONTABILIDADE II
	06825 - ATIVIDADES AUTÔNOMAS DE ESTÁGIO EM CONTABILIDADE A
	59137 - PF-PRÁTICA DE FORMAÇÃO B
	68411 - MÉTODOS QUANTITATIVOS APLICADOS À CONTABILIDADE
	68420 - CONTABILIDADE GOVERNAMENTAL
	75434 - CONTABILIDADE GERENCIAL
8	06826 - CONTABILIDADE E PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO
	06827 - ATIV AUT CONTABILIDADE E PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO
	06828 - PRÁTICAS PROFISSIONAIS ESTÁGIO SUPERVISIONADO EM CONTABILIDADE III

	06829 - ATIVIDADES AUTÔNOMAS DE ESTÁGIO EM CONTABILIDADE B
	06830 - SEMINÁRIOS EM CONTABILIDADE
	06832 - ATIVIDADES AUTÔNOMAS DE SEMINÁRIOS EM CONTABILIDADE
	06833 - ATIVIDADES COMPLEMENTARES DE FORMAÇÃO
	59145 - PF-PRÁTICA DE FORMAÇÃO C
	68462 - DIREITO DO TRABALHO E LEGISLAÇÃO SOCIAL
	68489 - CONTABILIDADE INTERNACIONAL
	73113 - ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA

**APÊNDICE 6****Matriz curricular do CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS PUC  
CAMPINAS 2018**

<b>Período</b>	<b>Componente Curricular 2018</b>
1	02627 - CIÊNCIAS SOCIAIS
	06859 - INSERÇÃO DO ALUNO NA VIDA UNIVERSITÁRIA
	06860 - DISCIPLINA ELETIVA: PROGRAMA COMUNIDADE DE APRENDIZAGEM
	06956 - PROCESSO ENSINO/APRENDIZAGEM NA TRAJETÓRIA DE FORMAÇÃO
	08035 - INTRODUÇÃO À TEORIA MICROECONÔMICA
	09391 - PROCESSO ADMINISTRATIVO
	09798 - NOÇÕES DE DIREITO
	28380 - ANTROPOLOGIA TEOLÓGICA A
	68284 - CONTABILIDADE BÁSICA
2	08037 - INTRODUÇÃO À TEORIA MACROECONÔMICA
	08092 - MATEMÁTICA APLICADA
	09392 - ORGANIZAÇÃO, ESTRUTURAS E SISTEMAS DE GESTÃO
	09799 - DIREITO EMPRESARIAL
	09800 - ATIVIDADES COMPLEMENTARES DE FORMAÇÃO I - CIÊNCIAS CONTÁBEIS
	68322 - CONTABILIDADE FINANCEIRA
3	02625 - ECONOMIA BRASILEIRA E ANÁLISE SETORIAL
	02796 - CONTABILIDADE COMERCIAL
	09801 - ATIVIDADES COMPLEMENTARES DE FORMAÇÃO II - CIÊNCIAS CONTÁBEIS
	28398 - ANTROPOLOGIA TEOLÓGICA B
	64581 - TEORIA DA CONTABILIDADE
	68462 - DIREITO DO TRABALHO E LEGISLAÇÃO SOCIAL
	87785 - ÉTICA PROFISSIONAL EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS
4	02629 - MATEMÁTICA FINANCEIRA

	04916 - ESTATÍSTICA ECONÔMICA
	09802 - ATIVIDADES COMPLEMENTARES DE FORMAÇÃO III - CIÊNCIAS CONTÁBEIS
	09994 - SEMINÁRIOS - CONTABILIDADE
	29181 - ANTROPOLOGIA TEOLÓGICA C
	68373 - ANÁLISE DE DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
	68381 - CONTABILIDADE INTERMEDIÁRIA
5	04946 - MERCADO FINANCEIRO E DE CAPITAIS
	06958 - EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS E IDENTIDADE CULTURAL
	09803 - ATIVIDADES COMPLEMENTARES DE FORMAÇÃO IV - CIÊNCIAS CONTÁBEIS
	09808 - REDAÇÃO COMERCIAL E CONTÁBIL
	09810 - CONTABILIDADE AVANÇADA I
	09833 - MÉTODOS QUANTITATIVOS APLICADOS À CONTABILIDADE E NOÇÕES ATUARIAIS
	68021 - CONTABILIDADE DE CUSTOS
	68390 - SISTEMAS DE INFORMAÇÃO CONTÁBEIS
6	02644 - GERENCIAMENTO DE CUSTOS
	09804 - ATIVIDADES COMPLEMENTARES DE FORMAÇÃO V - CIÊNCIAS CONTÁBEIS
	09809 - LABORATÓRIO DE PRÁTICAS CONTÁBEIS I
	09811 - TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO EM CONTABILIDADE I
	09813 - CONTABILIDADE AVANÇADA II
	59129 - PF-PRÁTICA DE FORMAÇÃO A
	64092 - DIREITO TRIBUTÁRIO
7	09805 - ATIVIDADES COMPLEMENTARES DE FORMAÇÃO VI - CIÊNCIAS CONTÁBEIS
	09812 - LABORATÓRIO DE PRÁTICAS CONTÁBEIS II
	09815 - TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO EM CONTABILIDADE II

	09816 - EMPREENDEDORISMO
	09817 - CONTABILIDADE E PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO I
	59137 - PF-PRÁTICA DE FORMAÇÃO B
	68420 - CONTABILIDADE GOVERNAMENTAL
	75434 - CONTABILIDADE GERENCIAL
8	08032 - GESTÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA
	08390 - AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
	08391 - PERÍCIA CONTÁBIL
	09807 - ATIVIDADES COMPLEMENTARES DE FORMAÇÃO VII - CIÊNCIAS CONTÁBEIS
	09818 - CONTABILIDADE E PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO II
	09819 - TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO EM CONTABILIDADE III
	09820 - GOVERNANÇA CORPORATIVA, RISCO E COMPLIANCE
	59145 - PF-PRÁTICA DE FORMAÇÃO C

**ANEXO 1****DCN – Diretriz Curricular Nacional do Curso de Ciências Contábeis.****CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO CÂMARA DE EDUCAÇÃO  
SUPERIOR  
RESOLUÇÃO CNE/CES 10, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2004 (15\*) (\*16\*)**

*Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Ciências Contábeis, bacharelado, e dá outras providências.*

O Presidente da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, no uso de suas atribuições, conferidas pelo art. 9º, § 2º, alínea “c”, da Lei 4.024, de 20 de dezembro de 1961, com a redação dada pela Lei 9.131, de 25 de novembro de 1995, e tendo em vista as diretrizes e os princípios fixados pelos Pareceres CNE/CES 776, de 3/12/97, CNE/CES 583, de 4/4/2001, CNE/CES 67, de 11/3/2003, bem como o Parecer CNE/CES 289, de 6/11/2003, alterado pelo Parecer CNE/CES 269, de 16/09/2004, todos homologados pelo Ministro da Educação, resolve:

Art. 1º A presente Resolução institui Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de graduação em Ciências Contábeis, bacharelado, a serem observadas pelas Instituições de Educação Superior.

Art. 2º As Instituições de Educação Superior deverão estabelecer a organização curricular para cursos de Ciências Contábeis por meio de Projeto Pedagógico, com descrição dos seguintes aspectos:

- I - Perfil profissional esperado para o formando, em termos de competências e habilidades;
- II – Componentes curriculares integrantes;
- III - sistemas de avaliação do estudante e do curso;

---

<sup>15</sup> (\*) Resolução CNE/CES 10/2004. Diário Oficial da União, Brasília, 28 de dezembro de 2004, Seção 1, p. 15

<sup>16</sup> RETIFICAÇÃO Resolução CNE/CES 10/2004. Diário Oficial da União, Brasília, de 11 de março de 2005, Seção 1, p. 9: Na RESOLUÇÃO CNE/CES 10, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2004, publicada no Diário Oficial da União de 28/12/2004, Seção 1, página 15, “onde se lê: “Art. 3º O curso de graduação em Ciências Contábeis deve ensejar condições para que o futuro CONTABILISTA”, leia-se: “Art. 3º O curso de graduação em Ciências Contábeis deve ensejar condições para que o futuro CONTADOR”.

IV - Estágio curricular supervisionado;

V - Atividades complementares;

VI – Monografia, projeto de iniciação científica ou projeto de atividade – como Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) – como componente opcional da instituição;

VII - regime acadêmico de oferta;

VIII - outros aspectos que tornem consistente o referido Projeto.

§ 1º O Projeto Pedagógico, além da clara concepção do curso de graduação em Ciências Contábeis, com suas peculiaridades, seu currículo pleno e operacionalização, abrangerá, sem prejuízo de outros, os seguintes elementos estruturais:

I - Objetivos gerais, contextualizados em relação às suas inserções institucional, política, geográfica e social;

II - Condições objetivas de oferta e a vocação do curso;

III - cargas horárias das atividades didáticas e para integralização do curso;

IV - Formas de realização da interdisciplinaridade;

V - Modos de integração entre teoria e prática;

VI - Formas de avaliação do ensino e da aprendizagem;

VII - modos da integração entre graduação e pós-graduação, quando houver;

VIII - incentivo à pesquisa, como necessário prolongamento da atividade de ensino e como instrumento para a iniciação científica;

IX - Concepção e composição das atividades de estágio curricular supervisionado, suas diferentes formas e condições de realização, observado o respectivo regulamento;

X - Concepção e composição das atividades complementares;

XI - inclusão opcional de trabalho de conclusão de curso (TCC).

§ 2º Projetos Pedagógicos para cursos de graduação em Ciências Contábeis poderão admitir Linhas de Formação Específicas nas diversas áreas da Contabilidade, para melhor atender às demandas institucionais e sociais.

§ 3º Com base no princípio de educação continuada, as IES poderão incluir no Projeto Pedagógico do curso, a oferta de cursos de pós-graduação lato sensu, nas respectivas Linhas de Formação e modalidades, de acordo com as efetivas demandas do desempenho profissional.

Art. 3º O curso de graduação em Ciências Contábeis deve ensejar condições para que o futuro contabilista seja capacitado a:

I - Compreender as questões científicas, técnicas, sociais, econômicas e financeiras, em âmbito nacional e internacional e nos diferentes modelos de organização;

II - Apresentar pleno domínio das responsabilidades funcionais envolvendo apurações, auditorias, perícias, arbitragens, noções de atividades atuariais e de quantificações de informações financeiras, patrimoniais e governamentais, com a plena utilização de inovações tecnológicas;

III - revelar capacidade crítico-analítica de avaliação, quanto às implicações organizacionais com o advento da tecnologia da informação.

Art. 4º O curso de graduação em Ciências Contábeis deve possibilitar formação profissional que revele, pelo menos, as seguintes competências e habilidades:

I - Utilizar adequadamente a terminologia e a linguagem das Ciências Contábeis e Atuariais;

II - Demonstrar visão sistêmica e interdisciplinar da atividade contábil;

III - elaborar pareceres e relatórios que contribuam para o desempenho eficiente e eficaz de seus usuários, quaisquer que sejam os modelos organizacionais;

IV - Aplicar adequadamente a legislação inerente às funções contábeis;

V - Desenvolver, com motivação e através de permanente articulação, a liderança entre equipes multidisciplinares para a captação de insumos necessários aos controles técnicos, à geração e disseminação de informações contábeis, com reconhecido nível de precisão;

VI - exercer suas responsabilidades com o expressivo domínio das funções contábeis, incluindo noções de atividades atuariais e de quantificações de informações financeiras, patrimoniais e governamentais, que viabilizem aos agentes econômicos e aos administradores de qualquer segmento produtivo ou institucional o pleno cumprimento de seus encargos quanto ao gerenciamento, aos controles e à prestação de contas de sua gestão perante à sociedade, gerando também informações para a tomada de decisão, organização de atitudes e construção de valores orientados para a cidadania;

VII - desenvolver, analisar e implantar sistemas de informação contábil e de controle gerencial, revelando capacidade crítico analítica para avaliar as implicações organizacionais com a tecnologia da informação;



VIII - exercer com ética e proficiência as atribuições e prerrogativas que lhe são prescritas através da legislação específica, revelando domínios adequados aos diferentes modelos organizacionais.

Art. 5º Os cursos de graduação em Ciências Contábeis, bacharelado, deverão contemplar, em seus projetos pedagógicos e em sua organização curricular, conteúdos que revelem conhecimento do cenário econômico e financeiro, nacional e internacional, de forma a proporcionar a harmonização das normas e padrões internacionais de contabilidade, em conformidade com a formação exigida pela Organização Mundial do Comércio e pelas peculiaridades das organizações governamentais, observado o perfil definido para o formando e que atendam aos seguintes campos interligados de formação:

I - Conteúdos de Formação Básica: estudos relacionados com outras áreas do conhecimento, sobretudo Administração, Economia, Direito, Métodos Quantitativos, Matemática e Estatística;

II - Conteúdos de Formação Profissional: estudos específicos atinentes às Teorias da Contabilidade, incluindo as noções das atividades atuariais e de quantificações de informações financeiras, patrimoniais, governamentais e não-governamentais, de auditorias, perícias, arbitragens e controladoria, com suas aplicações peculiares ao setor público e privado;

III - conteúdos de Formação Teórico-Prática: Estágio Curricular Supervisionado, Atividades Complementares, Estudos Independentes, Conteúdos Optativos, Prática em Laboratório de Informática utilizando softwares atualizados para Contabilidade.

Art. 6º A organização curricular do curso de graduação em Ciências Contábeis estabelecerá, expressamente, as condições para a sua efetiva conclusão e integralização curricular, de acordo com os seguintes regimes acadêmicos que as Instituições de Ensino Superior adotarem: regime seriado anual; regime seriado semestral; sistema de créditos com matrícula por disciplina ou por módulos acadêmicos, com a adoção de pré-requisitos, atendido o disposto nesta Resolução.

Art. 7º O Estágio Curricular Supervisionado é um componente curricular direcionado para a consolidação dos desempenhos profissionais desejados, inerentes ao perfil do formando, devendo cada instituição, por seus Colegiados Superiores Acadêmicos, aprovar o correspondente regulamento, com suas diferentes modalidades de operacionalização.

§ 1º O estágio de que trata este artigo poderá ser realizado na própria instituição de ensino, mediante laboratórios que congreguem as diversas ordens práticas correspondentes aos diferentes pensamentos das Ciências Contábeis e desde que sejam estruturados e operacionalizados de acordo com regulamentação própria, aprovada pelo conselho superior acadêmico competente, na instituição.

§ 2º As atividades de estágio poderão ser reprogramadas e reorientadas de acordo com os resultados teórico-práticos gradualmente revelados pelo aluno, até que os responsáveis pelo estágio curricular possam considerá-lo concluído, resguardando, como padrão de qualidade, os domínios indispensáveis ao exercício da profissão.

§ 3º Optando a instituição por incluir no currículo do curso de graduação em Ciências Contábeis o Estágio Supervisionado de que trata este artigo, deverá emitir regulamentação própria, aprovada pelo seu Conselho Superior Acadêmico, contendo, obrigatoriamente, critérios, procedimentos e mecanismos de avaliação, observado o disposto no parágrafo precedente.

Art. 8º As Atividades Complementares são componentes curriculares que possibilitam o reconhecimento, por avaliação, de habilidades, conhecimentos e competências do aluno, inclusive adquiridas fora do ambiente escolar, abrangendo a prática de estudos e atividades independentes, transversais, opcionais, de interdisciplinaridade, especialmente nas relações com o mundo do trabalho e com as ações de extensão junto à comunidade. Parágrafo único. As Atividades Complementares devem constituir-se de componentes curriculares enriquecedores e implementadores do próprio perfil do formando, sem que se confundam com estágio curricular supervisionado.

Art. 9º O Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) é um componente curricular opcional da instituição que, se o adotar, poderá ser desenvolvido nas modalidades de monografia, projeto de iniciação científica ou projetos de atividades centrados em áreas teórico-práticas e de formação profissional relacionadas com o curso.

Parágrafo único. Optando a Instituição por incluir Trabalho de Conclusão de Curso - TCC, nas modalidades referidas no caput deste artigo, deverá emitir regulamentação própria, aprovada pelo seu Conselho Superior Acadêmico, contendo, obrigatoriamente, critérios, procedimentos e mecanismos de avaliação, além das diretrizes técnicas relacionadas à sua elaboração.

Art.10. A duração e a carga horária dos cursos de graduação, bacharelados, serão estabelecidas em Resolução da Câmara de Educação Superior.

Art.11. As Diretrizes Curriculares Nacionais desta Resolução deverão ser implantadas pelas Instituições de Educação Superior, obrigatoriamente, no prazo máximo de dois anos, aos alunos ingressantes, a partir da publicação desta.

Parágrafo único. As IES poderão optar pela aplicação das Diretrizes Curriculares Nacionais aos demais alunos do período ou ano subsequente à publicação desta.

Art. 12. Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se a Resolução CNE/CES nº 6, de 10 de março de 2004, e demais disposições em contrário.

Edson de Oliveira Nunes  
Presidente da Câmara de Educação Superior

## **ANEXO 2**

### **Portaria Enade 2012**

Portaria nº 202, de 22 de junho de 2012. Publicada no Diário Oficial de 25 de junho de 2012, Seção 1, pág. 14

O Presidente do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), no uso de suas atribuições, tendo em vista a Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004; a Portaria Normativa nº 40, de 12 de dezembro de 2007, republicada em 29 de dezembro de 2010; a Portaria Normativa MEC nº 6, de 14 de março de 2012 e considerando as definições estabelecidas pela Comissão Assessora de Área de Ciências Contábeis, nomeada pela Portaria Inep nº 151, de 31 de maio de 2012, resolve:

Art. 1º O Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (Enade), parte integrante do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), tem como objetivo geral avaliar o desempenho dos estudantes em relação aos conteúdos programáticos previstos nas diretrizes curriculares, às habilidades e competências para a atualização permanente e aos conhecimentos sobre a realidade brasileira, mundial e sobre outras áreas do conhecimento.

Art. 2º A prova do Enade 2012, com duração total de 4 (quatro) horas, terá avaliação do componente de Formação Geral comum aos cursos de todas as áreas e Componente Específico da área de Ciências Contábeis.

Art. 3º As diretrizes para avaliação do componente de Formação Geral são publicadas em Portaria específica.

Art. 4º A prova do Enade 2012, no Componente Específico da área de Ciências Contábeis, terá por objetivos:

- I - Avaliar o nível de compreensão das questões científicas, técnicas, sociais, econômicas e financeiras;
- II - Aferir o grau de domínio do raciocínio lógico na solução de questões em diferentes cenários;
- III - Verificar a capacidade de análise crítico-analítica;
- IV - Avaliar o nível do raciocínio quantitativo;
- V - Verificar a capacidade de visão sistêmica e holística;
- VI - Analisar a capacidade de comunicação e interação;

VII - Verificar a compreensão das inovações tecnológicas aplicadas; VIII - Avaliar a percepção sobre a conduta ética.

Art. 5º A prova do Enade 2012, no Componente Específico da área de Ciências Contábeis, tomará como referência um perfil profissional que:

I - Compreenda questões científicas, técnicas, sociais, econômicas e financeiras;

II - Apresente raciocínio lógico na solução de questões em diferentes cenários;

III - Manifeste capacidade crítico-analítica;

IV - Apresente raciocínio quantitativo;

V - Tenha visão sistêmica e holística;

VI - Revele capacidade de comunicação e interação com o ambiente dos negócios;

VII - Compreenda inovações tecnológicas aplicadas;

VIII - Tenha conduta ética.

Art. 6º A prova do Enade 2012, no Componente Específico da área de Ciências Contábeis, avaliará se o estudante desenvolveu, no processo de formação, as seguintes competências:

I - Utilizar terminologias e linguagem das Ciências Contábeis;

II - Exercer atividades contábeis com visão sistêmica e interdisciplinar;

III - Ter domínio do processo de identificação, reconhecimento, mensuração e evidenciação;

IV - Demonstrar capacidade crítico-analítica, envolvendo atividades de apurações, auditorias, perícias, arbitragens e quantificações de informações financeiras, patrimoniais e governamentais;

V - Demonstrar capacidade de identificar e gerar informações para o processo decisório;

VI - Interpretar e aplicar a normatização inerente à contabilidade;

VII - Ter capacidade de identificar a necessidade de informações dos usuários para subsidiar o desenvolvimento de sistemas de informação;

VIII - Compreender a conduta ética no exercício das atividades da área contábil.

Art. 7º A prova do Enade 2012, no Componente Específico da área de Ciências Contábeis, tomará como referencial os seguintes objetos de conhecimento:

I - Teoria da contabilidade;

II - Ética profissional;

III - Contabilidade financeira;

- IV - Análise de demonstrações contábeis;
- V- Contabilidade e análise de custos;
- VI - Contabilidade gerencial e Controladoria;
- VII - Administração financeira;
- VIII - Contabilidade aplicada ao setor público;
- IX - Auditoria e Perícia;
- X - Legislação societária, empresarial, trabalhista e tributária;
- XI - Métodos quantitativos aplicados à contabilidade;
- XII - Sistemas e tecnologias de informações.

Parágrafo único: Os objetos de conhecimento desse artigo consideram as práticas e normas decorrentes do processo de convergência às normas internacionais de contabilidade.

Art. 8º A prova do Enade 2012 terá, em seu Componente Específico da área de Ciências Contábeis, 30 (trinta) questões, sendo 3 (três) discursivas e 27 (vinte e sete) de múltipla escolha, envolvendo situações-problema e estudos de casos.

Art. 9º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LUIZ CLAUDIO COSTA

## **ANEXO 3**

### **Portaria Enade 2015**

Portaria Inep nº 220, de 10 de junho de 2015 publicada no Diário Oficial de 12 de junho de 2015, Seção 1, pág. 18.

O Presidente do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), no uso de suas atribuições, tendo em vista a Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004; a Portaria Normativa nº 40, de 12 de dezembro de 2007, em sua atual redação; a Portaria Normativa nº 3, de 6 de março de 2015, e considerando as definições estabelecidas pela Comissão Assessora de Área de Ciências Contábeis, nomeada pela Portaria Inep nº 54, de 6 de março de 2015, resolve:

Art. 1º O Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (Enade), parte integrante do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), tem como objetivo geral avaliar o desempenho dos estudantes em relação aos conteúdos programáticos previstos nas diretrizes curriculares, às habilidades e competências para a atualização permanente e aos conhecimentos sobre a realidade brasileira e mundial, bem como sobre outras áreas do conhecimento.

Art. 2º A prova do Enade 2015, com duração total de 4 (quatro) horas, terá a avaliação do componente de Formação Geral comum aos cursos de todas as áreas e do componente específico da área de Ciências Contábeis.

Art. 3º As diretrizes para avaliação do componente de Formação Geral são publicadas em Portaria específica. Parágrafo único. A prova do Enade 2015 terá, no componente de Formação Geral, 10 (dez) questões, sendo 2 (duas) discursivas e 08 (oito) de múltipla escolha, envolvendo situações-problema e estudos de casos.

Art. 4º A prova do Enade 2015, no Componente Específico da área de Ciências Contábeis, terá como subsídio as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Ciências Contábeis, Resolução CNE/CES nº 10, de 16 de dezembro de 2004, as normativas posteriores associadas e a legislação profissional.

Parágrafo único. A prova do Enade 2015 terá, no componente específico da área de Ciências Contábeis, 30 (trinta) questões, sendo 3 (três) discursivas e 27 (vinte e sete) de múltipla escolha, envolvendo situações-problema e estudos de casos.

Art. 5º A prova do Enade 2015, no componente específico da área de Ciências Contábeis, tomará como referência do perfil do egresso as seguintes características:

I - Compreensão das questões científicas, técnicas, sociais, contábeis, econômicas e financeiras em âmbito nacional e internacional e nos diferentes modelos de organização e segmentos econômicos;

II - Capacidade para demonstrar raciocínio lógico, quantitativo e qualitativo na solução de questões em diferentes cenários;

III - aptidão para manifestar capacidade crítico-analítica, inclusive em atividades de apurações, auditorias, perícias, arbitragens e quantificações de informações financeiras, patrimoniais públicas e privadas, para os usuários da informação contábil;

IV - Proficiência ao utilizar a linguagem da Ciência Contábil de forma adequada à visão sistêmica, empreendedora, dinâmica, holística, sustentável e interdisciplinar da atividade contábil;

V - Conhecedor das inovações tecnológicas aplicadas às informações contábeis;

VI - Atuação pautada na ética profissional e com responsabilidade socioambiental.

Art. 6º A prova do Enade 2015, no componente específico da área de Ciências Contábeis, avaliará se o estudante desenvolveu, no processo de formação, competências e habilidades para:

I - Exercer as funções contábeis utilizando adequadamente terminologia e linguagem da Ciência Contábil;

II - Praticar atividades de apurações, auditorias, perícias, arbitragens e quantificações de informações financeiras, patrimoniais públicas e privadas;

III - interpretar a normatização e pronunciamentos inerentes à contabilidade, gerando informações para o processo decisório; IV - construir pareceres e relatórios que contribuam para o desempenho da gestão dos usuários da informação contábil, quaisquer que sejam os modelos organizacionais;

V - Organizar informações aos usuários para subsidiar o desenvolvimento tecnológico e sistemas de informações contábeis;

VI - Identificar as questões éticas profissionais e os impactos da responsabilidade socioambiental nas organizações.

Art. 7º A prova do Enade 2015, no componente específico da área de Ciências Contábeis, tomará como referencial os seguintes conteúdos curriculares:

I - Teoria da contabilidade;

II - Contabilidade financeira/societária;

III - Contabilidade gerencial e custos;



- a) Contabilidade de custos;
  - b) Análise de custos;
  - c) Contabilidade gerencial;
  - d) Controladoria;
  - e) Sistemas de informações contábeis;
- IV - Contabilidade aplicada ao setor público:
- a) Contabilidade pública;
  - b) Orçamento público;
  - c) Finanças públicas;
  - d) Controladoria pública;
- V - Auditoria, Perícia e Arbitragem;
- VI - Análise de demonstrações contábeis;
- VII - Administração financeira;
- VIII - Legislação:
- a) Societária e empresarial;
  - b) Fiscal e tributária;
  - c) Trabalhista;
- IX - Métodos quantitativos aplicados à contabilidade e atuariais; X - Ética profissional e responsabilidade socioambiental;
- Art. 8º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ FRANCISCO SOARES

## ANEXO 4

### Portaria Enade 2018

PORTARIA Nº 439, DE 30 DE MAIO DE 2018 Dispõe sobre o componente específico da área de Ciências Contábeis do Enade 2018.

A PRESIDENTE DO INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA, no uso de suas atribuições, tendo em vista a Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, a Portaria Normativa nº 19, de 13 de dezembro de 2017, a Portaria Normativa nº 501, de 25 de maio de 2018, e considerando as definições estabelecidas pela Comissão Assessora de Área de Ciências Contábeis, nomeada pela Portaria Inep nº 151, de 05 de março de 2018, resolve:

Art. 1º O Exame Nacional de Desempenho de Estudantes - Enade tem por objetivo aferir o desempenho dos estudantes de cursos de graduação em relação às habilidades e às competências adquiridas em sua formação, a partir dos conteúdos previstos nas respectivas Diretrizes Curriculares Nacionais, do Catálogo Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia e de normas associadas, bem como da legislação de regulamentação do exercício profissional vigente.

Art. 2º A prova do Enade 2018 será constituída pelo componente de Formação Geral, comum a todas as áreas, e pelo componente específico de cada área. Parágrafo único. O concluinte terá 04 (quatro) horas para resolver as questões de Formação Geral e do componente específico.

Art. 3º As diretrizes para o componente de Formação Geral são publicadas em Portaria específica. Parágrafo único. A prova do Enade 2018 terá, no componente de Formação Geral, 10 (dez) questões, sendo 02 (duas) discursivas e 08 (oito) de múltipla escolha, envolvendo situações problema e estudos de caso. Art. 4º A prova do Enade 2018, no componente específico da área de Ciências Contábeis, terá como subsídio as Diretrizes Curriculares Nacionais dos Cursos de Graduação em Ciências Contábeis, Resolução CNE/CES nº 10, de 16 de dezembro de 2004, as normativas associadas às Diretrizes Curriculares Nacionais e a legislação profissional.

Parágrafo único. A prova do Enade 2018 terá, no componente específico da área de Ciências Contábeis, 30 (trinta) questões, sendo 03 (três) discursivas e 27 (vinte e sete) de múltipla escolha, envolvendo situações-problema e estudos de casos. Art. 5º A

prova do Enade 2018, no componente específico da área de Ciências Contábeis, tomará como referência do perfil do concluinte as seguintes características:

- I. proativo e propositivo na atuação em questões inerentes e afins à atividade contábil, em seus diversos contextos e modelos organizacionais;
- II. analítico e crítico na elaboração e na divulgação de informações aos usuários;
- III. atento às normas, aos padrões e aos regulamentos pertinentes às funções contábeis e suas respectivas atualizações e aplicações;
- IV. atualizado frente às inovações tecnológicas e metodológicas aplicáveis à atividade profissional; e
- V. ético e probo em sua atividade profissional, comprometido com a responsabilidade socioambiental e com o respeito às diversidades da sociedade.

Art. 6º A prova do Enade 2018, no componente específico da área de Ciências Contábeis, avaliará se o concluinte desenvolveu, no processo de formação, competências para:

- I. exercer as funções contábeis utilizando adequadamente a terminologia e a linguagem da Ciência Contábil;
- II. identificar e analisar processos contábeis com visão sistêmica e interdisciplinar;
- III. realizar atividades de auditoria, perícia e arbitragem;
- IV. interpretar e aplicar as normatizações, os pronunciamentos e as legislações inerentes à contabilidade, gerando informações para o processo decisório;
- V. elaborar pareceres e relatórios, valendo-se da quantificação de informações; e
- VI. modelar, implantar e analisar sistemas de informações contábeis e de controle gerencial.

Art. 7º A prova do Enade 2018, no componente específico da área de Ciências Contábeis, tomará como referencial os conteúdos que contemplam:

- I. Teoria e história da contabilidade;
- II. Contabilidade financeira/societária;
- III. Contabilidade gerencial e custos;
- IV. Controladoria;
- V. Sistemas de informações contábeis;
- VI. Contabilidade aplicada ao setor público;
- VII. Auditoria;
- VIII. Perícia e arbitragem;

- IX. Análise de demonstrações contábeis;
  - X. Administração financeira;
  - XI. Legislação societária e empresarial;
  - XII. Legislação fiscal e tributária;
  - XIII. Legislação social e trabalhista;
  - XIV. Métodos quantitativos aplicados à contabilidade;
  - XV. Noções atuariais; e
  - XVI. Ética e legislação profissional.
- Art. 8º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARIA INÊS FINI

**ANEXO 5****EDITAL CFC 2012**

EDITAL EXAME DE SUFICIÊNCIA N.º 01/2012 EXAME DE SUFICIÊNCIA COMO REQUISITO PARA OBTENÇÃO OU RESTABELECIMENTO DE REGISTRO PROFISSIONAL EM CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE (CRC)

O Conselho Federal de Contabilidade (CFC), no uso de suas atribuições legais e com base no Decreto-Lei nº 9.295/1946 com alteração dada pela Lei n.º 12.249/2010 e na Resolução CFC n.º 1.373/2011, torna pública a abertura de inscrições e estabelece as normas para a realização da 1ª EDIÇÃO DO EXAME DE SUFICIÊNCIA DE 2012, como um dos requisitos para a obtenção ou restabelecimento de registro profissional em Conselho Regional de Contabilidade (CRC). (...)

5. DAS PROVAS 5.1. As provas serão compostas cada uma de 50 (cinquenta) questões objetivas, valendo um ponto cada uma, numeradas de 1 a 50, abrangendo os seguintes assuntos:

**PROVA PARA BACHAREL EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

- a) Contabilidade Geral;
- b) Contabilidade de Custos;
- c) Contabilidade Aplicada ao Setor Público;
- d) Contabilidade Gerencial;
- e) Noções de Direito;
- f) Matemática Financeira e Estatística;
- g) Teoria da Contabilidade;
- h) Legislação e Ética Profissional;
- i) Princípios de Contabilidade e Normas Brasileiras de Contabilidade;
- j) Auditoria Contábil;
- k) Perícia Contábil;
- l) Controladoria;
- m) Língua Portuguesa Aplicada.

5.2. As provas versam sobre os conteúdos programáticos constantes deste Edital conforme descrito acima.

5.3. Os detalhes dos conteúdos programáticos das provas constarão nos sites da FBC, do CFC e dos CRCs.

5.4. Somente serão exigidas as legislações, normas e resoluções editadas pelo Conselho Federal de Contabilidade, em vigência até 90 (noventa) dias antes da aplicação das provas.

5.5. A utilização de palavras ou frases similares às adotadas pelas Normas Brasileiras de Contabilidade ou de outras fontes constantes do conteúdo programático não será motivo para impugnação por parte dos candidatos.

## ANEXO 6

### EDITAL CFC 2015

EDITAL DO EXAME DE SUFICIÊNCIA Nº 01/2015 EXAME DE SUFICIÊNCIA COMO REQUISITO PARA OBTENÇÃO DE REGISTRO PROFISSIONAL EM CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE (CRC). (...)

O Conselho Federal de Contabilidade (CFC), no uso de suas atribuições legais e com base no Decreto-Lei nº 9.295/1946 com alteração dada pela Lei n.º 12.249/2010 e na Resolução CFC n.º 1.373/2011 e suas alterações, torna pública a abertura de inscrições e estabelece as normas para a realização do EXAME DE SUFICIÊNCIA Nº 01/2015, como um dos requisitos para a obtenção de registro profissional em Conselho Regional de Contabilidade (CRC). (...)

5. DAS PROVAS 5.1. As provas serão compostas cada uma de 50 (cinquenta) questões objetivas, valendo um ponto cada uma, numeradas de 1 a 50, abrangendo os seguintes assuntos:

#### PROVA PARA BACHAREL EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS

- a) Contabilidade Geral;
- b) Contabilidade de Custos;
- c) Contabilidade Aplicada ao Setor Público;
- d) Contabilidade Gerencial;
- e) Controladoria;
- f) Noções de Direito e Legislação Aplicada;
- g) Matemática Financeira e Estatística;
- h) Teoria da Contabilidade;
- i) Legislação e Ética Profissional;
- j) Princípios de Contabilidade e Normas Brasileiras de Contabilidade;
- k) Auditoria Contábil;
- l) Perícia Contábil;
- m) Língua Portuguesa Aplicada.

5.2. As provas versam sobre os conteúdos programáticos constantes deste Edital conforme descrito acima.

5.3. O detalhamento do conteúdo programático das provas constará nos anexos deste edital.

5.4. Somente serão exigidas as legislações, normas e resoluções editadas pelo Conselho Federal de Contabilidade, em vigência de até 90 (noventa) dias antes da aplicação das provas.

5.5. A utilização de palavras ou frases similares às adotadas pelas Normas Brasileiras de Contabilidade ou de outras fontes constantes do conteúdo programático não será motivo para impugnação por parte dos examinados.

5.6. Os conhecimentos e habilidades relacionados ao conteúdo programático do Exame de Suficiência poderão ser avaliados de forma interdisciplinar, sendo associados às diversas etapas do processo contábil (mensuração, reconhecimento e evidenciação).



## ANEXO 7

### EDITAL CFC 2018

O Conselho Federal de Contabilidade (CFC), no uso de suas atribuições legais e com base no Decreto-Lei n.º 9.295/1946, com alteração dada pela Lei n.º 12.249/2010, e na Resolução CFC n.º 1.486/2015, torna pública a abertura de inscrições e estabelece as normas para a realização do EXAME DE SUFICIÊNCIA N.º 2/2018, como um dos requisitos para a obtenção de registro profissional em Conselho Regional de Contabilidade (CRC) (..)

6. DA PROVA 6.1 A prova será composta de 50 (cinquenta) questões objetivas, valendo um ponto cada uma, abrangendo os seguintes assuntos:

#### PROVA PARA BACHAREL EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS

- a) Contabilidade Geral;
- b) Contabilidade de Custos;
- c) Contabilidade Aplicada ao Setor Público;
- d) Contabilidade Gerencial;
- e) Controladoria;
- f) Noções de Direito e Legislação Aplicada;
- g) Matemática Financeira e Estatística;
- h) Teoria da Contabilidade;
- i) Legislação e Ética Profissional;
- j) Princípios de Contabilidade e Normas Brasileiras de Contabilidade;
- k) Auditoria Contábil;
- l) Perícia Contábil;
- m) Língua Portuguesa Aplicada.

6.2 A prova versará sobre os conteúdos programáticos constantes deste edital, conforme descrito acima.

6.3 O detalhamento do conteúdo programático e a listagem estruturada de contas da prova constarão nos Anexos III e IV deste edital, respectivamente.

6.4 As legislações, normas e resoluções requeridas no Exame de Suficiência serão aquelas vigentes até 90 (noventa) dias antes da realização da prova. As alterações que, eventualmente, ocorrerem dentro desse período de 90 (noventa) dias

anteriores à prova serão desconsideradas tanto para a elaboração das questões quanto para a sua correção.

6.5 A utilização de palavras ou frases similares às adotadas pelas Normas Brasileiras de Contabilidade ou de outras fontes constantes do conteúdo programático e a não abordagem ou citação literal das Normas Brasileiras de Contabilidade não serão motivo para impugnação por parte dos examinandos.

6.6 Os conhecimentos e habilidades relacionados ao conteúdo programático do Exame de Suficiência poderão ser avaliados de forma interdisciplinar, sendo associados às diversas etapas do processo contábil.